REVISÃO

PDM

PLANO DIRETOR MUNICIPAL TAVIRA

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

VOL. III

município tavira | TERRAFORMA

REVISÃO PDM

PLANO DIRETOR MUNICIPAL TAVIRA

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

VOL. III

INTRODUÇÃO
ENQUADRAMENTO
BIOFÍSICA E PAISAGISTA
DEMOGRAFIA
ATIVIDADES ECONÓMICAS
HABITAÇÃO
FORMAS URBANAS E DINÂMICAS DO TERRITÓRIO
EQUIPAMENTOS
PATRIMÓNIO
TURISMO
MOBILIDADE E TRANSPORTES
INFRAESTRUTURAS
SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO
CONSIDERAÇÕES FINAIS

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM de Tavira – Vol. III.

DESCRIÇÃO: Relatório que pretende realizar a caracterização e diagnóstico atual do concelho de Tavira.

PRODUÇÃO: Município de Tavira

DATA DE PRODUÇÃO: 2016

DATA DE REVISÃO: 2017

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: Outubro

COORDENAÇÃO GERAL: Ana Massena Gago | Arquitetura

COORDENAÇÃO TÉCNICA: Isabel Domingos Pereira | Geografia

Nuno Ferreira | Geografia

EQUIPA TÉCNICA:

MUNICÍPIO DE TAVIRA

Ana Luísa Pacheco| Engenharia Civil

Catarina Afonso |Engenharia Topográfica

Célia Teixeira | Arquitetura

Celso Candeias| Arqueologia

Cláudio Amador | Engenharia do Ambiente

Corinne Romeira | Gestão Hoteleira

Cristina Neto | Turismo e Marketing

Daniel Santana | História

Isabel Domingos Pereira | Geografia

Jaquelina Covaneiro| Arqueologia

Luísa Ricardo |Antropologia

Manuela Quadros| Engenharia do Ambiente

Nuno Ferreira | Geografia

Paula Viegas| Engenharia Mecânica

Rui Dias| Engenharia Eletrotécnica

Sandra Cavaco | Arqueologia

Sílvia Bento | Engenharia Civil

Sílvia Lourenço | Turismo e Marketing

Telma Conceição | Engenharia do Ambiente

Teresa Barros | Design Gráfico

CONSULTORES: Terraforma, Sociedade de Estudos e Projetos, Lda.

VERSÃO: v.02

FICHEIRO DIGITAL: ecdv3_rpt02.pdf

ÍNDICE GERAL

PATRIMÓNIO....17

CONCEITO E ÂMBITO....17
ANTECEDENTES E ENQUADRAMENTO....17
ARQUITETÓNICO....21
ARQUEOLÓGICO....31
METODOLOGIA....35
PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO....36
CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO....36
OUTROS IMÓVEIS, ESTRUTURAS E CONJUNTOS EDIFICADOS COM INTERESSE ARQUITETÓNICO....38
OUTROS LOCAIS COM INTERESSE....42
SÍTIOS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INVENTARIADOS NÃO CLASSIFICADOS....42
SÍTIOS SUBAQUÁTICOS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO NÃO CLASSIFICADOS....45
CULTURAL IMATERIAL....46
CONCEITO, ÂMBITO E LEGISLAÇÃO....46
DIETA MEDITERRÂNICA – PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE....47
NATURAL....49
BIOFÍSICO....49
GEOLÓGICO....52
SWOT....54

TURISMO....56

CONTEXTO MUNDIAL....56
CONTEXTO EUROPEU....59
PORTUGAL....62
ALGARVE....67
AEROPORTO INTERNACIONAL DE FARO....68
CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA TURÍSTICA....71
TAVIRA....76
CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA TURÍSTICA....76
O POSICIONAMENTO DE TAVIRA NA REGIÃO....84
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA....85
Recursos turísticos....85
Naturais....86
Clima....86
Praias....86
Zonas ribeirinhas....88
Serra do Caldeirão e Parque Natural da Ria Formosa....89
Outros bens naturais com interesse turístico....89
Culturais....91
Património arquitetónico, arqueológico, cultural e imaterial....91
Museus e Centros interpretativos....92
Eventos culturais regulares....92
Património etnográfico....94
Gastronomia e doçaria tradicional....94
Recreativos....95
Golfe....95
Doca de Recreio....96
Percursos pedestres e cicláveis....97
Parques, jardins e outros espaços de estadia e lazer....101
Atividades desportivas....102
Animação turística....103
Produtos turísticos....105
Alojamento....106

Restauração 115
NOTAS E PERSPETIVAS FUTURAS 116
SWOT 119

MOBILIDADE E TRANSPORTES 121

SISTEMA RODOVIÁRIO 121
SISTEMA FERROVIÁRIO 122
AEROPORTO 122
REDE FLUVIAL 122
ANÁLISE LOCAL DE TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES 124
SISTEMA RODOVIÁRIO 124
SISTEMA FERROVIÁRIO 128
SISTEMA FLUVIAL 129
CICLOVIAS 131
ESTACIONAMENTO 132
NÚCLEO URBANO DA CIDADE DE TAVIRA 133
ESTACIONAMENTO EM ZONA TARIFADA 134
PARQUES PÚBLICOS DE ESTACIONAMENTO 135
NÚCLEO URBANO DE SANTA LUZIA 136
NÚCLEO URBANO DE CONCEIÇÃO E CABANAS DE TAVIRA 137
POLÍTICA DE ESTACIONAMENTO 138
SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA 139
TENDÊNCIAS DA MOBILIDADE DA POPULAÇÃO DO CONCELHO 140
RELAÇÕES FUNCIONAIS 140
MODOS DE DESLOCAÇÃO 142
SISTEMAS DE TRANSPORTE COLETIVO 147
SISTEMA RODOVIÁRIO 147
Transporte coletivo concelhio 148
Transporte de médio e longo curso 149
Transporte urbano 150
Táxis 151
Transporte municipal escolar 152
Transporte municipal social 152
SISTEMA FERROVIÁRIO 153
SISTEMA FLUVIAL 154
ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS 154
SWOT 156

INFRAESTRUTURAS 157

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA 157
VERTENTE EM “ALTA” 157
CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA 158
VOLUMES DE ÁGUA FORNECIDA E FATURADA AO SISTEMA EM BAIXA 161
PLANO DE CONTINGÊNCIA DO SMAAA 161
VERTENTE EM “BAIXA” 161
CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA 162
RESERVATÓRIOS DE ÁGUA 165
VOLUMES DE ÁGUA ADUZIDOS 165
CONSUMOS 166
ÍNDICES DE ATENDIMENTO E UTENTES/TARIFA 167
QUALIDADE DA ÁGUA 168
CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA 170
SISTEMAS AQUÍFEROS 170
APTIDÃO HIDROGEOLÓGICA E DISPONIBILIDADES SUBTERRÂNEAS 170
LICENCIAMENTO DE CAPTAÇÕES 171
CAPTAÇÕES PARTICULARES 171
CAPTAÇÕES PÚBLICAS 172

PERÍMETROS DE PROTEÇÃO 172
CARACTERIZAÇÃO HIDROQUÍMICA E VULNERABILIDADE À POLUIÇÃO 173
FONTES POLUENTES PONTUAIS E DIFUSAS 173
CARACTERIZAÇÃO QUANTO AO ESTADO E USO DAS CAPTAÇÕES PÚBLICAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA 174
METODOLOGIA 174
RESULTADOS 175
CARACTERIZAÇÃO POR FREGUESIA 176
SISTEMA DE SANEAMENTO 181
VERTENTE EM "ALTA" 181
RECOLHA E TRANSPORTE 181
TRATAMENTO DE ÁGUA RESIDUAL 182
ETAR DE ALMARGEM 183
PARÂMETROS DE QUALIDADE 184
REUTILIZAÇÃO DAS ÁGUAS RESIDUAIS 184
VERTENTE EM "BAIXA" 184
CARACTERIZAÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO 187
ÍNDICE DE ATENDIMENTO/GRAU DE COBERTURA E VOLUMES PRODUZIDOS 187
EFICIÊNCIA NO TRATAMENTO DAS ÁGUAS RESIDUAIS 190
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS 192
INDIFERENCIADOS 193
DESTINO FINAL/VALORIZAÇÃO 199
ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TAVIRA 200
ATERRO SANITÁRIO DO SOTAVENTO ALGARVIO 200
ESTAÇÃO DE TRIAGEM DO SOTAVENTO 200
ESTAÇÃO DE COMPOSTAGEM DE TAVIRA 200
DIFERENCIADOS (RECICLÁVEIS) 200
ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TAVIRA 203
EVOLUÇÃO DOS RESÍDUOS DE EMBALAGENS RECOLHIDOS PELA ALGAR E TAVIRAVERDE 203
ÓLEOS ALIMENTARES USADOS (OAU'S) 205
RESÍDUOS TÊXTEIS 206
DISPENSADORES DE DEJETOS CANINOS 206
ENERGIA 206
ELÉTRICA 206
MUITO ALTA TENSÃO 208
ALTA, MÉDIA E BAIXA TENSÃO 210
PARQUE EÓLICO DO MALHANITO 214
CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PARQUE 214
SUBESTAÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO 214
O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO CONCELHO DE TAVIRA 215
ENERGIA FÓSSIL 220
COMBUSTÍVEIS 220
SWOT 222

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO 226

BIBLIOGRAFIA 230

ÍNDICE FIGURAS

FIGURA 1 | Carta Arqueológica do Algarve, de 1878. 20
FIGURA 2 | Vestígios arqueológicos diversos, Solar dos Corte-Real, Tavira. 22
FIGURA 3 | Poços Votivos Fenícios, Palácio da Galeria, Tavira. 22
FIGURA 4 | Torre albarrã octogonal do Castelo de Tavira, séc. XII, Tavira, ...23
FIGURA 5 | Troço de muralha do séc. XII visível no Núcleo Islâmico, Tavira. 23
FIGURA 6 | Bairro almóada, séc. XII-XIII, visitável no Núcleo expositivo do Convento da Graça, Tavira. 23
FIGURA 7 | Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, séc. XIII, Tavira. 25
FIGURA 8 | Aspeto da Ermida de São Sebastião, Tavira. 26
FIGURA 9 | Aspeto do teto da Igreja de Nossa Senhora das Ondas (ou de São Pedro Gonçalves Telmo), séc. XVIII, Tavira. 26
FIGURA 10 | Pintura de Nossa Senhora da Conceição, séc. XVIII, Misericórdia de Tavira. 26
FIGURA 11 | Painel de azulejo, séc. XVIIII, Igreja de Santa Maria, Tavira. 26
FIGURA 12 | Muralha Fenícia, séc. VIII-VII a.C., Tavira. 27
FIGURA 13 | Castelo de Tavira. 27
FIGURA 14 | Forte de Santo António, séc. XVI, Tavira 28
FIGURA 15 | Quartel da Atalaia, 1795, Tavira. 28
FIGURA 16 | Ponte antiga sobre o rio Gilão, séc. XII-XIII, reconstruída em 1655-1657, Tavira. 28
FIGURA 17 | Telhados múltiplos de tesoura. 29
FIGURA 18 | Telhados múltiplos de tesoura, rua dos Pelames, Tavira. 29
FIGURA 19 | Porta de Reixa, Tavira. 30
FIGURA 20 | Casas na Av. Mateus Teixeira de Azevedo, Tavira – autor: Arqtº. Raul Lino e Casa na Rua 1º de Maio, Tavira – autor Arqtº. Manuel Gomes da Costa. 30
FIGURA 21 | Anta das Pedras Altas (Mealha, Cachopo) e Anta da Masmorra (Alcarias de Pedro Guerreiro, Cachopo) 31
FIGURA 22 | Necrópole de urnas tipo "*Cruz del Negro"*, Convento de Nossa Senhora da Graça, Tavira. 32
FIGURA 23 | Materiais cerâmicos romanos, Balsa, Luz de Tavira. 33
FIGURA 24 | Caçoila de oito asas do séc. XIII – Convento da Graça, Tavira e Vaso de Tavira, séc. XI-XII, Tavira. 34
FIGURA 25 | Vista geral do Bairro Almóada (séc. XII-XIII) durante a escavação arqueológica (Convento de Nossa Senhora da Graça). 34
FIGURA 26 | "**Jarra de Granada"**, séc. XIV-XV, Convento de Nossa Senhora da Graça. 35
FIGURA 27 | Património classificado e/ou em vias de classificação. 38
FIGURA 28 | Fabrico artesanal de queijo de cabra e "azeitonas de sal" – prato feito com variedade local de azeitona, denominada "maçanilha algarvia" ou "maçanilha de Tavira". 47
FIGURA 29 | "Ir à maré" e vinha (uva de mesa e para fabrico de vinho). 47
FIGURA 30 | Ovelha churra algarvia – espécie autóctone e semear batata (agricultura familiar). 47
FIGURA 31 | Olea europaea, Pedras D' El Rei, Santa Luzia. 50
FIGURA 32 | Áreas Protegidas, Rede Natura e Sítios RAMSAR no concelho de Tavira, 2014. 51
FIGURA 33 | Sítios com interesse geológico no concelho de Tavira. 53
FIGURA 34 | Chegadas turísticas internacionais por continente, em 2014. 57
FIGURA 35 | Origem dos turistas internacionais por continente, em 2014. 58
FIGURA 36 | Localização das praias, no concelho de Tavira. 86
FIGURA 37 | Praia da Ilha de Tavira 87
FIGURA 38 | Praia do Barril. 88
FIGURA 39 | Marginal de Santa Luzia, marginal de Cabanas e zona das Quatro Águas. 89
FIGURA 40 | Pêgo do Inferno. 90
FIGURA 41 | Gamos no Perímetro Florestal da Conceição de Tavira. 90
FIGURA 42 | Ermida de São Sebastião, Ermida de Santa Ana e Igreja da Misericórdia. 91
FIGURA 43 | Comemoração dos Santos Populares. 93
FIGURA 44 | Bolinhos de massapão e Dom Rodrigo. 95
FIGURA 45 | Localização do Campo de Golfe de Benamor e Campo de Golfe da Quinta de Cima. 95
FIGURA 46 | Campo de Golfe de Benamor e Campo de Golfe da Quinta de Cima. 96
FIGURA 47 | Localização da Doca de Recreio nas Quatro Águas. 96

FIGURA 48 | Doca de Recreio nas Quatro Águas. 97
FIGURA 49 | Localização da ciclovia. 98
FIGURA 50 | Rede de percursos pedestres e ciclovias. 100
FIGURA 51 | Distribuição dos parques de lazer e de merendas, no concelho de Tavira. 101
FIGURA 52 | Jardim do Coreto 102
FIGURA 53| Distribuição de empreendimentos turísticos, no Algarve. 109
FIGURA 54 | Distribuição da capacidade de alojamento nos empreendimentos turísticos, no Algarve. 110
FIGURA 55| Distribuição dos empreendimentos turísticos por tipologia, no Algarve. 111
FIGURA 56 | Distribuição dos empreendimentos turísticos por categoria, no Algarve. 112
FIGURA 57 | Distribuição dos empreendimentos turísticos, no concelho de Tavira. 113
F**IGURA 58** | Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve - Transportes e Acessibilidades. 123
FIGURA 59 | Principal rede viária no concelho de Tavira. 126
FIGURA 60 | Densidade de vias por freguesia (área). 127
FIGURA 61 | Densidade de vias por freguesia/população residente. 128
FIGURA 62 | Sistema ferroviário no concelho de Tavira. 129
FIGURA 63 | Localização dos cais de embarque de transporte fluvial. 130
FIGURA 64 | Ciclovia no concelho de Tavira. 131
FIGURA 65 | Estacionamento na cidade de Tavira. 134
FIGURA 66 | Estacionamento tarifado na cidade de Tavira. 135
FIGURA 67 | Parques de estacionamento. 136
FIGURA 68 | Estacionamento em Santa Luzia e Pedras D'El Rei. 137
FIGURA 69 | Estacionamento em Conceição e Cabanas de Tavira. 138
FIGURA 70 | População residente em Tavira que trabalha/estuda noutros concelhos. 141
FIGURA 71 | População residente noutros concelhos que trabalham ou estudam em Tavira. 142
FIGURA 72 | Oferta rodoviária do transporte público no concelho de Tavira (dia útil). 148
FIGURA 73 | Rede/cobertura do transporte urbano "Sobe e Desce". 151
FIGURA 74 | Rede de infraestruturas e distribuição da água em vertente em "Alta". 159
FIGURA 75 | Instalações e rede de distribuição da água em "Baixa" 164
FIGURA 76 | Captações particulares de água subterrânea. 172
FIGURA 77 | Situação das captações públicas. 175
FIGURA 78 | Distribuição relativa ao uso da água das captações públicas. 176
FIGURA 79 | Poço afastado das habitações. 180
FIGURA 80 | Poço destapado. 180
FIGURA 81 | Poço vedado com grade de ferro. 180
FIGURA 82 | Distribuição das instalações de saneamento vertente em "Alta". 183
FIGURA 83 | Distribuição das instalações de saneamento vertente em "Baixa". 186
FIGURA 84 | ETAR dos Estorninhos. 191
FIGURA 85 | ETAR da Carrapateira. 191
FIGURA 86 | ETAR do Porto Carvalhoso. 191
FIGURA 87 | ETAR de Santa Catarina (Tanque de Arejamento) após descarga ilegal na rede de um Lagar de Azeite. 192
FIGURA 88 | Distribuição do sistema de contentorização de RSU no concelho de Tavira. 194
FIGURA 89 | Distribuição dos circuitos de recolha de RSU no concelho de Tavira. 196
FIGURA 90 | Distribuição dos Ecopontos no concelho de Tavira. 202
FIGURA 91 | Dispensadores de dejetos caninos. 206
FIGURA 92 | Rede de MAT no concelho de Tavira. 209
FIGURA 93 | Rede de AT, MT e subestações da RND no concelho de Tavira. 211
FIGURA 94 | Distribuição da Rede de IP no concelho de Tavira. 213
FIGURA 95 | Parque eólico do Malhanito no concelho de Tavira. 215
FIGURA 96 | Distribuição dos postos de combustíveis no concelho de Tavira. 221

ÍNDICE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 | Ganhos das exportações por categoria em 2013. 56
GRÁFICO 2 | Motivo da viagem em 2014. 58
GRÁFICO 3 | Quota dos Principais 10 Estados-Membros emissores de turismo (noites no exterior) de 2013. 61
GRÁFICO 4 | Quota dos principais 10 destinos turísticos/dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, em 2013. 62
GRÁFICO 5 | Número de empresas por segmento de atividade turística, em 2013. 62
GRÁFICO 6 | Volume de negócios por segmento de atividade turística, em 2013. 63
GRÁFICO 7 | Número de pessoas ao serviço por segmento de atividade turística, em 2013. 63
GRÁFICO 8 | Número total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013. 63
GRÁFICO 9 | Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013. 64
GRÁFICO 10 | Número total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013. 65
GRÁFICO 11 | Média da estada média por principais países de residência, de 2004 a 2013. 66
GRÁFICO 12 | Estada média anual, de 2004 a 2013. 66
GRÁFICO 13 | Evolução do total de passageiros comerciais desembarcados no Aeroporto Internacional de Faro, de 2004 a 2013. 69
GRÁFICO 14 | Total de passageiros comerciais desembarcados no Aeroporto Internacional de Faro por origem, de 2004 a 2013. 69
GRÁFICO 15 | Peso das companhias *low-cost*, em termos de transporte de passageiros. 70
GRÁFICO 16 | Total de passageiros comerciais desembarcados no Aeroporto Internacional de Faro por mês/milhares, em 2013. 70
GRÁFICO 17 | Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013. 71
GRÁFICO 18 | Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013. 72
GRÁFICO 19 | Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013. 73
GRÁFICO 20 | Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013. 74
GRÁFICO 21 | Estada média total no Algarve, por ano, de 2004 a 2013. 74
GRÁFICO 22 | Estada média por país de residência, de 2004 a 2013. 75
GRÁFICO 23 | Estada média no Algarve, por país de residência, de 2004 a 2013. 76
GRÁFICO 24 | Taxa de ocupação cama, nos estabelecimentos hoteleiros do concelho de Tavira, de 2004 a 2013. 76
GRÁFICO 25 | Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2013. 77
GRÁFICO 26 | Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013. 78
GRÁFICO 27 | Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2013. 78
GRÁFICO 28 | Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013. 79
GRÁFICO 29 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2013. 80
GRÁFICO 30 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013. 80
GRÁFICO 31 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013. 81
GRÁFICO 32 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros no Algarve e em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013. 82
GRÁFICO 33 | Taxa de ocupação cama, nos estabelecimentos hoteleiros do concelho de Tavira, de 2004 a 2013. 82
GRÁFICO 34 | Evolução dos atendimentos presenciais no Posto de Turismo de Tavira, por mês em 2013. 83

GRÁFICO 35| Evolução dos atendimentos presenciais no Posto de Turismo de Tavira, por principais nacionalidades, em 2013. 84
GRÁFICO 36 | Número total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros dos concelhos do Algarve, de 2004 a 2013. 84
GRÁFICO 37 | Número total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, por concelho, de 2004 a 2013. 85
GRÁFICO 38 | Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, por tipologia e por freguesia, em Tavira. 115
GRÁFICO 39 | Volume de água aduzido de 2013 a 2015. 166
GRÁFICO 40 | Volume de água faturado pela Taviraverde, de 2013 a 2015. 167
GRÁFICO 41 | Diferencial entre água aduzida e água faturada entre 2013 a 2015. 167
GRÁFICO 42 | Volume da distribuição do número utentes/tarifa, em de dezembro de 2014. 168
GRÁFICO 43 | Número total de análises realizadas em 2015. 169
GRÁFICO 44 | Análise do cumprimento da frequência do controlo analítico. 169
GRÁFICO 45 | Análise do cumprimento dos valores paramétricos dos resultados. 169
GRÁFICO 46 | Volumes recolhidos e volumes faturados em 2014 e 2015. 187
GRÁFICO 47 | Volume de águas residuais faturadas por freguesia (ano 2014). 189
GRÁFICO 48 | Distribuição do volume de águas residuais por tarifa (ano 2014). 189
GRÁFICO 49 | Número de utentes por Sistema. 190
GRÁFICO 50 | Distribuição do número de utentes por Estação Elevatória (Sistema Almargem). 190
GRÁFICO 51 | RSU entregues pela Taviraverde na Estação Transferência de Tavira (ALGAR). 197
GRÁFICO 52 | Monstros e verdes entregues pela Taviraverde na Estação Transferência de Tavira (ALGAR). 198
GRÁFICO 53 | Pneus usados, REEE e outros recicláveis entregues pela Taviraverde na Estação Transferência de Tavira (ALGAR). 198
GRÁFICO 54 | Resíduos de embalagens recolhidos pela ALGAR. 203
GRÁFICO 55 | Resíduos de embalagens recolhidos pela Taviraverde. 204
GRÁFICO 56 | Resíduos de madeira/ALGAR. 204
GRÁFICO 57 | Resíduos de madeira/Taviraverde. 204
GRÁFICO 58 | Pilhas / ALGAR. 205
GRÁFICO 59 | Pilhas/Taviraverde. 205
GRÁFICO 60 | Consumidores de energia elétrica por tipo de atividade no concelho de Tavira. 216
GRÁFICO 61 | Consumos de energia elétrica por setor de Atividade Económica no concelho de Tavira. 217
GRÁFICO 62 | Faturação referente aos consumos de energia elétrica nas instalações municipais em 2013 e 2014 220

ÍNDICE QUADROS

QUADRO 1 | Chegadas internacionais por continente 2010 a 2014.....57
QUADRO 2 | Número de viagens de férias dos residentes, em 2013. 59
QUADRO 3 | Principais 10 estados-membros emissores de turismo (noites no exterior), de 2013 (milhões de dormidas). 60
QUADRO 4 | Principais 10 destinos turísticos/dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, em 2013. 61
QUADRO 5 | Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.....64
QUADRO 6 | Número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.....65
QUADRO 7 | Passageiros comerciais desembarcados no Aeroporto Internacional de Faro por origem, de 2004 a 2013. 68
QUADRO 8 | Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.....71
QUADRO 9 | Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.....73
QUADRO 10 | Estada média no Algarve, por país de residência, de 2004 a 2013. 75
QUADRO 11 | Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.....77
QUADRO 12 | Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.....79
QUADRO 13 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.....81
QUADRO 14 | Taxa de ocupação/cama, por mês, nos estabelecimentos hoteleiros do concelho de Tavira, de 2010 a 2013. 83
QUADRO 15 | Rede de Percursos Pedestres e Ciclovias. 98
QUADRO 16 | Empresas de animação turística, no concelho de Tavira. 103
QUADRO 17 | Oferta de empreendimentos turísticos, no concelho de Tavira. 106
QUADRO 18 | Oferta de alojamento local, no concelho de Tavira. 114
QUADRO 19 | Espaços para conferências, em empreendimentos turísticos, no concelho de Tavira. 114
QUADRO 20 | Extensão da rede viária classificada existente. 125
QUADRO 21| Número de lugares de estacionamento. 133
QUADRO 22 | Evolução de sinistros. 139
QUADRO 23 | Vias com acidentes com vítimas mortais ou feridos graves. 139
QUADRO 24 | População residente que trabalha e estuda em outros concelhos. 143
QUADRO 25 | População residente em outros concelhos que trabalha e estuda no concelho de Tavira. 144
QUADRO 26 | Duração do percurso residência - local de trabalho/estudo. 145
QUADRO 27 | Duração do percurso residência - local de trabalho/estudo com base no destino. 145
QUADRO 28 | Duração do percurso residência - local de trabalho/estudo distribuído por freguesias. 145
QUADRO 29 | Características da oferta de transporte coletivo rodoviário. 149
QUADRO 30 | Carreiras de médio e longo curso. 150
QUADRO 31 | Circuitos de idosos por freguesia. 152
QUADRO 32 | Síntese de objetivos e estratégias municipais no âmbito da mobilidade e transportes. 154
QUADRO 33 | Caracterização do SMAAA. 158
QUADRO 34 | Caracterização do Sistema Primário Sotavento 159
QUADRO 35 | Caracterização do SMAAA no concelho Tavira. 160
QUADRO 36 | Zonas de abastecimento do concelho de Tavira da vertente em "baixa". 162
QUADRO 37 | Listagem das captações em fase de delimitação de perímetros de proteção pela Taviraverde. 162
QUADRO 38 | Caracterização dos reservatórios geridos pela Taviraverde. 165

QUADRO 39 | Valores aduzidos para os reservatórios/redes abastecimento da Taviraverde no ano de 2014. 166
QUADRO 40 | Situação das captações da freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira. 176
QUADRO 41 | Proposta de captações para consumo humano, na freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira. 177
QUADRO 42 | Situação das captações da freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago). 177
QUADRO 43 | Proposta de captações para consumo humano, na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago). 178
QUADRO 44 | Situação das captações da freguesia de Cachopo. 178
QUADRO 45 | Proposta de captações para consumo humano na freguesia de Cachopo. 178
QUADRO 46 | Situação das captações da freguesia Santa Catarina da Fonte do Bispo. 179
QUADRO 47 | Proposta de captações para consumo humano/freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo. 179
QUADRO 48 | Caracterização do SMSA. 181
QUADRO 49 | Caracterização do subsistema "Almargem". 182
QUADRO 50 | Caracterização do subsistema "Cachopo". 182
QUADRO 51 | Parâmetros de qualidade. 184
QUADRO 52 | Sistemas dispersos geridos pela Taviraverde. 185
QUADRO 53 | Volumes de água produzidos por sistema. 188
QUADRO 54 | Tipo tratamento das ETAR sob gestão da Taviraverde. 191
QUADRO 55 | Tipologia e quantidade de contentores. 193
QUADRO 56 | Circuitos de recolha. 195
QUADRO 57 | Frota afeta ao serviço de recolha de RSU e limpeza urbana. 197
QUADRO 58 | Total de resíduos entregues pela Taviraverde à ALGAR, entre 2011 e 2014, e respetivas taxas de crescimento. 199
QUADRO 59 | Meses de maior e menor produção de resíduos. 199
QUADRO 60 | Número de contentores de deposição seletiva. 201
QUADRO 61 | Total de contentores por freguesia. 201
QUADRO 62 | Número total de ecopontos. 201
QUADRO 63 | Evolução do número total de consumidores de Energia Elétrica no concelho de Tavira, entre 2001 e 2013. 215
QUADRO 64 | Valores totais de consumo de Energia Elétrica no concelho de Tavira, entre 2001 e 2013. 216
QUADRO 65 | Distribuição do consumo de Energia Elétrica por níveis de tensão e diferentes setores de atividade em 2014 (Valores acumulados em kWh). 217
QUADRO 66 | Número de consumidores de Energia Elétrica pelos diferentes setores de atividade em 2014. 218
QUADRO 67 | Consumos de Energia Elétrica nas Instalações Municipais em 2013 e 2014 219

ÍNDICE DE ACRÓNIMOS/SIGLAS

AdA	Águas do Algarve, S.A.
AHSA	Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio
ALGAR	ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
ANA	ANA - Aeroportos Portugal, S.A.
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P
AR	Águas Residuais
ASTA	Associação de Artes e Sabores de Tavira
AT	Alta Tensão
AVEC	Alliance des Villes Européennes de Culture
BT	Baixa Tensão
BTE	Baixa Tensão Especial
BTN	Baixa Tensão Normal
CMT	Câmara Municipal de Tavira
CNS	Código Nacional de Sítio
DGERU	Direção Geral do Equipamento Regional e Urbano
DGGE	Direção Geral de Geologia e Energia
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
DPRU	Divisão de Património e Reabilitação Urbana
DSIC	Divisão de Sistemas de Informação e Cartografia
DOCAPESCA	Docapesca – Portos e Lotas, S.A.
EDP	EDP - Distribuição - Energia S.A.
EE	Estações Elevatórias
EM	Estrada Municipal
EN	Estrada Nacional
ENEOP	ENEOP – Eólicas de Portugal, S.A.
ER	Estrada Regional
ETA	Estação de Tratamento de Águas
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
GPS	Global Positioning System
GTL	Gabinete Técnico Local
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
IP	Itinerário principal
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.
MAT	Muito Alta Tensão
MMT	Museu Municipal de Tavira
MN	Monumento Nacional
MT	Média Tensão
OAU	Óleos Alimentares Usados
OMT	Organização Mundial de Turismo
PCI	Património Cultural Imaterial
PCQA	Plano de Controlo da Qualidade da Água
PDM	Plano Diretor Municipal
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PGU	Plano Geral de Urbanização de Tavira
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMETA	Plano de Marketing Estratégico para o Turismo do Algarve
PN	Passagens de Nível
PNRF	Parque Natural da Ria Formosa
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PU	Plano de Urbanização
RAMSAR	Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional
REFER	Rede Ferroviária Nacional – Refer, E.P.E.
REN	Rede Elétrica Nacional, SA
RND	Rede Nacional de Distribuição
RNT	Rede Nacional de Transporte
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
RTA	Região de Turismo do Algarve

SEN	Sistema Elétrico Nacional
SIC	Sítios de Interesse Comunitário
SIGREEE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
SMAAA	Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve
SMSA	Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve
Taviraverde	Taviraverde - Empresa Municipal de Ambiente, E. M.
TER	Turismo em Espaço Rural
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VMA	Valores Máximos Admissíveis
VMR	Valores Máximos Recomendáveis
WTTC	Conselho Mundial de Viagens e Turismo
ZA	Zonas de Abastecimento
ZEC	Zona Especial de Conservação
ZEP	Zona Especial de Proteção
ZPE	Zonas Proteção Especial

PATRIMÓNIO

CONCEITO E ÂMBITO

Desde longa data que se coloca um enfoque na necessidade de proteção e valorização dos "monumentos", sendo este assunto refletido e vertido no conteúdo das inúmeras cartas e convenções internacionais sobre o património. O primeiro documento internacional que enuncia uma ordem de princípios em torno deste assunto é a Carta de Atenas (1931), sugerindo a ocupação dos imóveis no respeito pelo seu caráter histórico ou artístico. Seguiram-se um conjunto de orientações vertidas noutras cartas e convenções centradas no património cultural, destacando a sua diversidade e especificidade, assim como o reconhecimento unânime da importância da sua salvaguarda, preservação e valorização.

A nível nacional, refira-se a Lei de Bases do Património Cultural (Lei nº 107/2001, de 08 de setembro) como documento legal de referência neste âmbito, assumindo que o património cultural integra *"todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização"* (n.º 1 do artigo 2.º). Consideram-se de interesse cultural relevante os bens que reflitam *"os valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade"* (n.º 3 do artigo 2.º).

Especificamente relacionado com o património arqueológico são considerados, de acordo com o n.º1 do artigo 74.º, da Lei supramencionada, todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida humana, cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.

Ainda de acordo com o n.º 2 do artigo 74.º, da mesma Lei, o património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens imóveis e monumentos de outra natureza, assim como o respetivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental.

No que respeita à definição de Trabalhos Arqueológicos, e de acordo com o artigo 2º, alínea g), do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de novembro, são considerados trabalhos arqueológicos todas as ações realizadas em meio terrestre e subaquático que, através de metodologias próprias da arqueologia, visem a identificação, registo, estudo, proteção e valorização do património arqueológico, efetuadas por meio de prospeções, sondagens, escavações, acompanhamentos arqueológicos, ações de registo de contextos, estruturas arqueológicas e estratigrafia da arquitetura, e ações de conservação e valorização em monumentos, conjuntos e sítios.

PATRIMÓNIO

ANTECEDENTES E ENQUADRAMENTO

O património material arqueológico e edificado é aqui assumido como o testemunho e o registo concreto que a ocupação humana deixou no território no decurso da história com suas representações culturais, civilizacionais, científicas, artísticas, ou seja, a sua forma de implantação e adaptação às especificidades do território. Trata-se de um elemento relevante para a memória e identidade local e potenciador de uma coesão cultural e territorial, constituindo um importante recurso a promover.

Tavira enquanto cidade litoral, com uma implantação única na paisagem, com capacidade de controlar o acesso às rotas marítimas e exercer um amplo domínio visual sobre as chegadas por mar, funcionou desde sempre como foco de atração para a ocupação humana. No território de Tavira foram detetados, até ao momento, vestígios da Pré-História (relativos aos períodos do Paleolítico, Mesolítico, Neolítico e Calcolítico), da Proto-História (Idade do Bronze e Idade do Ferro), da Época Romana, da Época Medieval Islâmica, da Época Medieval Cristã e das Épocas Moderna e Contemporânea.

Por sua vez, a consciência cada vez mais clara da riqueza patrimonial da cidade de Tavira, bem como a reação às mutações e intervenções que, quase invariavelmente, causavam estragos no tecido urbano, torna-se notória, sobretudo, em finais da década de 60 do século XX, acompanhando a mudança de mentalidades e atitudes em Portugal relativamente a um património até então considerado "menor". A Câmara Municipal revela em relação a esse período um apreciável reconhecimento do valor das características urbanas e arquitetónicas de Tavira, e preocupação quanto à salvaguarda destas, solicitando o apoio de outros organismos públicos para *"estabelecer diretrizes no que respeita à estética de prédios a construir nesta cidade"*[1], em razão *"desta ser uma das poucas terras do Algarve onde ainda se mantém um tipo de construção que é preciso defender a todo o transe"*.[2]

Em termos institucionais, manifestou-se particularmente atenta a esta problemática a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, através do Serviço de Defesa e Recuperação da Paisagem Urbana, criado em 1968. Pressentindo a ameaça na descoberta do Algarve como destino turístico, este serviço, liderado pelo Arquiteto Joaquim Cabeça Padrão, promove o "Estudo de Prospeção e Defesa da Paisagem Urbana do Algarve" (1970), que avança com linhas estratégicas de intervenção em vários centros urbanos algarvios, incluindo a cidade de Tavira. Inspirado nas práticas urbanas realizadas na Europa, este estudo continha já em si um método de análise e levantamento da situação dos núcleos urbanos históricos baseado em fichas individuais para os edifícios e espaços públicos urbanos. O trabalho terá impacte nos técnicos e na formação de estagiários que se tornarão nos autores dos primeiros Planos de Salvaguarda realizados em Portugal durante a década de 80.

A realização de um planeamento profundo e orientado para a preservação do centro histórico de Tavira decorrerá das conclusões tiradas do Plano Geral de Urbanização de Tavira (PGU) de inícios da década de 80, ao verificar-se a excecional qualidade daquele e os processos de destruição e desqualificação a que se encontrava sujeito. Será assim elaborado, o "Plano Integrado de Reabilitação e Revitalização do Centro Histórico de Tavira", entre 1984 e 1989, pelo ateliê "Carlos Duarte, José Lamas, Estudos de Planeamento e Arquitectura, Lda.", por encomenda da Direção Geral do Ordenamento do Território, e que constitui um dos primeiros Planos de Salvaguarda realizados em Portugal, fornecendo numerosa informação sobre a cidade, a sua arquitetura, história, monumentos e edifícios.

O estudo apresenta um vasto e pormenorizado inventário dos espaços urbanos, dos edifícios, dos pormenores e dos vários processos construtivos que formam o centro histórico de Tavira. Propunha-se a fornecer os instrumentos técnicos e operativos de intervenção na área histórica, prolongando, aperfeiçoando e pormenorizando as indicações do regulamento do PGU, criando um método de trabalho e apoio que garantisse a reabilitação urbana. A equipa que realizou o plano, liderada pelo Arq.º José Lamas, apoiou tecnicamente a autarquia durante alguns anos, assistindo-a e dando-lhe pareceres, promovendo também ações de sensibilização junto da população, dos responsáveis autárquicos e da administração, destacando-se a promoção de uma visita dos técnicos da UNESCO e do ICOMOS, bem como a divulgação nos meios de comunicação da importância e qualidade do centro histórico de Tavira.

Quando se iniciou o plano, em meados da década de 80, a cidade estava quase intacta na sua estrutura antiga e mais de 80% dos edifícios eram anteriores ao século XX. Era, no entender do Arq.º José Lamas, uma "*cidade cuja qualidade patrimonial podia rivalizar com Évora ou Óbidos*"[3].

As razões que impediram que o plano tivesse uma ação mais profunda, segundo Lamas, foram os limites do mesmo, que não abrangiam a totalidade da zona identificada como centro histórico por falta de vontade da Direção Geral do Equipamento Regional e Urbano (DGERU) e do Município; a vontade do Município em retirar a severidade das restrições à utilização de materiais desadequados, às demolições e obrigações dos proprietários e promotores privados; a falta de constante interpretação, atualização e complemento do mesmo Plano; a extinção do Gabinete Técnico Local (GTL) criado na primeira metade da década de 90, exclusivamente destinado a tratar do centro histórico e dotado de quadros qualificados para prosseguir as propostas do Plano, organizar intervenções e investimentos, controlar e ajudar todas as obras particulares; a fraca captação de investimentos para equipamentos e funções regeneradoras do centro histórico (capaz de restaurar conjuntos monumentais, localizar equipamentos culturais e turísticos, e realojar famílias, evitando a perda de população residente); as fracas exigências no licenciamento de obras particulares relativamente à manutenção das características do centro histórico; a demolição de edifícios substituída por imitações caricaturais; e por fim, a falta de aprovação do Plano retirando-lhe eficácia e força legal.

1 Arquivo do Museu Municipal de Tavira, Características Urbanas e Arquitectónicas da Cidade de Tavira, Câmara Municipal de Tavira 1967-1969
2 Ibidem
3 José Manuel Ressano Garcia LAMAS, "O Plano Integrado de Reabilitação e Revitalização do Centro Histórico de Tavira", in III Jornadas de História de Tavira, Tavira, Clube de Tavira, 1997, p. 82.

Nos finais da década de 90 seria criado um novo GTL, depois integrado no Departamento de Urbanismo do Município, sob a forma de Divisão de Património e Reabilitação Urbana (DPRU), com o objetivo de dar sequência à estratégia de intervenção descrita no plano de salvaguarda. Esta divisão desenvolveu uma ação na assistência técnica e controlo dos projetos e obras do centro histórico, com recurso a uma equipa interdisciplinar, assegurando a interpretação e cumprimento das regras estabelecidas no PGU. Neste plano, os serviços municipais prestaram apoio aos particulares, consolidando-se a prática da discussão prévia e a garantia de que as propostas de construção ou reabilitação levassem em conta os pontos considerados ao nível regulamentar e administrativo.

A par com a atuação da DPRU, o Município desenvolverá um esforço de salvaguarda dos imóveis notáveis, quer garantindo a sua proteção legal, através da abertura e instrução de processos de classificação; quer investindo diretamente ou criando condições para a sua reabilitação, gerando uma dinâmica de revitalização patrimonial e cultural, que se estendeu aos espaços públicos.

Instruíram-se por iniciativa municipal vários processos de classificação nos termos da Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), não só no centro histórico, mas em todo o concelho[4]. Para além dos condicionalismos de salvaguarda impostos aos próprios imóveis, foram estabelecidas zonas de proteção em seu torno, reforçando-se o controlo do ambiente urbano em termos de construção, distribuição de volumes e coberturas, revestimento exterior dos edifícios, etc.

Saliente-se o conjunto significativo de intervenções de reabilitação do património arquitetónico e dos espaços públicos, de que se destacam o Palácio da Galeria, a Ermida de Santa Ana, o antigo Convento de Nossa Senhora da Graça, a Ermida de São Sebastião, o edifício Cabreira (Arquivo Municipal), o edifício Irene Rolo, o edifício André Pilarte, o antigo reservatório de água e estação elevatória ou, mais recentemente, o edifício do Núcleo Islâmico do Museu de Tavira, entre outros. No caso do património religioso, muitas destas intervenções ocasionaram, também, a realização de obras de conservação e restauro do património móvel e integrado[5].

Ao nível da regulamentação, procurou-se ordenar aquilo que, sendo privado, se constitui em poluição visual pública sem qualquer tipo de controlo, através da publicação dos regulamentos municipais de publicidade e de ocupação do espaço público[6].

Foi também patente a intenção da autarquia em estabelecer relações nacionais e internacionais de cooperação no âmbito da cultura, nomeadamente, com outras cidades europeias interessadas na valorização do património e na partilha de projetos de desenvolvimento cultural comum, casos da Rede AVEC - Alliance des Villes Européennes de Culture, do movimento *Cittaslow* ou da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico.

Hoje, as problemáticas que envolvem o centro histórico de Tavira não são muito diferentes de outras cidades portuguesas e europeias. Deparamo-nos com as questões do estado de conservação dos imóveis e espaços públicos, de algumas intervenções desqualificadoras, das condições de habitabilidade, das questões económicas, da mobilidade e acessibilidade. Os desafios são imensos e as perspetivas pouco risonhas face à crise económica. Não obstante os mecanismos criados pela legislação para agilizar a prática da reabilitação urbana, a parca disponibilidade financeira tem limitado a implementação das intervenções no terreno. Exemplo disso são os mecanismos expressos para a delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (no âmbito do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), tendo o município aprovado a Estratégia de Reabilitação Urbana da Cidade de Tavira, em reunião de Câmara de 7 de março de 2014 e reunião de Assembleia Municipal de 24 de abril de 2014, para assim dar continuidade ao trabalho desenvolvido no centro histórico nos últimos anos.

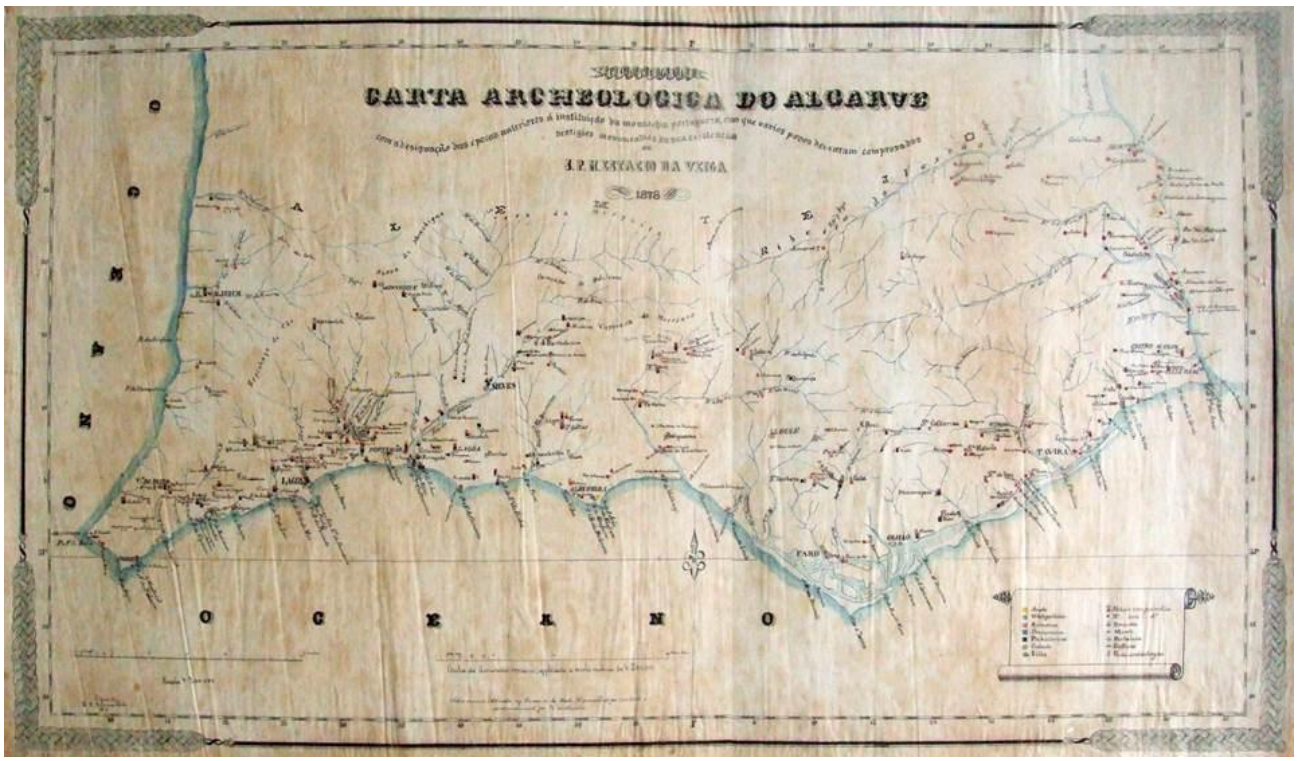
Por sua vez, no domínio da arqueologia, é a partir da década de 90 do século XX que as práticas arqueo-lógicas se tornam mais regulares no concelho de Tavira. No entanto, para o conhecimento do território tavirense foram essenciais os trabalhos desenvolvidos por investigadores como Sebastião Phillipes Martins Estácio da Veiga, Teixeira de Ara-

4 Entre outros, destacam-se os casos da igreja e convento de Nossa Senhora do Carmo, da igreja de São Pedro Gonçalves Telmo, da ermida de Nossa Senhora da Consolação, da igreja matriz da Luz de Tavira ou das casas projetadas por Raul Lino na Avenida Mateus Teixeira de Azevedo.

5 Dentro dos trabalhos que incidiram sobre a requalificação de imóveis e espaços públicos, assinalam-se ainda como exemplos a divulgação de incentivos à realização de obras de conservação e recuperação, a eliminação das infraestruturas elétricas e telefónicas das fachadas dos edifícios da Vila-a-Dentro e a requalificação de arruamentos, incluindo a criação de parques de estacionamento periféricos. Cfr. AAVV, Tavira Vila Antiga, Cidade Renovada, Câmara Municipal de Tavira, 2005.

6 Como é evidente, este processo é longo e exige controlo e participação dos munícipes no que estiver ao seu alcance. A colocação descontrolada de toldos, pendões e outros suportes publicitários sobre as fachadas é sem dúvida um dos elementos que maior peso têm na deformação da imagem quer dos edifícios, quer do seu conjunto. Por esse motivo, a sobriedade e a normalização consagradas na regulamentação municipal e nacional devem ser respeitadas o mais possível por forma a manter a leitura dos valores arquitetónicos.

gão, António Santos Rocha, Leite de Vasconcelos, entre outros, entre os finais do século XIX e os inícios do século XX (Figura 1).



Fonte: Arquivo MNA, Phillipes Martins Estácio da Veiga, 1878

FIGURA 1 | Carta Arqueológica do Algarve, de 1878.

O impulso geral verificado na prática da arqueologia, inclusive em Tavira, decorre da crescente consciencialização e do reconhecimento da importância da salvaguarda do património cultural, que não pode isolar-se da criação do Instituto Português de Arqueologia (Decreto-Lei nº 117/97, de 14 de maio).

Em Tavira, a atividade desenvolvida pelo Campo Arqueológico de Tavira, entre os finais do século XX e os inícios do século XXI, foi essencial ao incremento do conhecimento científico do concelho de Tavira. Atualmente, o trabalho desenvolvido pela equipa de arqueologia do Município, bem como por outras entidades, públicas e privadas, tem sido fundamental para a consolidação e acréscimo do conhecimento e salvaguarda das diversas realidades patrimoniais.

Na Proposta de Plano, referente ao Plano de Urbanização de Tavira em elaboração (PU) é proposta a inclusão, no Capítulo V, relativo à Proteção e Conservação do Património, de três Áreas de Sensibilidade Arqueológica, delimitadas com base no conhecimento de documentos e referências históricas, achados e vestígios arqueológicos, com vista à salvaguarda e proteção do Património Arqueológico.

A definição e identificação das várias realidades patrimoniais, que resultaram da intensa e diversificada ocupação humana do território do concelho de Tavira, devem condicionar a ocupação, o uso e a transformação do solo, parecendo indiscutível a necessidade de definir regras que tenham em consideração, fornecendo elementos que possam ajudar na sua salvaguarda e promoção, com a conservação dos elementos que contribuem para a CARACTERIZAÇÃO patrimonial do concelho.

Acima de tudo, será necessário assumir a consciência de que um património cultural valorizado, centro histórico reabilitado e uma paisagem urbana de qualidade, são factores de desenvolvimento local e um formidável atrativo turístico.

Como diria o Arq. José Lamas, "*não se faz turismo na Reboleira ou na Amadora e, consequentemente, a destruição do património de Tavira significa a quebra de boa parte do seu atrativo turístico*"[7].

PATRIMÓNIO

ARQUITETÓNICO

De facto, como é notório, a História cumpriu bem o seu papel, assaz generoso, para com a cidade de Tavira. Legou um passado urbano assinalável, preenchido com importantes vestígios das mais distintas épocas. Como conjunto construído, a cidade é um atrativo do ponto de vista da história, da arqueologia e da arte, devido à sua arquitetura, homogeneidade e integração na paisagem, e cujo passado começa a ser relativamente conhecido, permitindo boas condições de divulgação.

Local de cruzamento de diversos povos e culturas – fenícios, turdetanos, muçulmanos, judeus, entre outros – foi, após a reconquista cristã, sede de um concelho com crescente influência no reino de Portugal. Terra do Rei e de importância fulcral para os sucessos da expansão portuguesa para o Norte de África nos séculos XV e XVI, viu crescer o seu prestígio político, religioso e económico, permitindo desenvolver uma notável atividade construtiva e artística, de que é exemplo a célebre escola de arquitetura renascentista de André Pilarte, e mais tarde, durante o século XVIII, a atividade do mestre Diogo Tavares de Ataíde.

O intercâmbio de distintas épocas e sensibilidades culturais marcou indelevelmente a paisagem, a morfologia urbana, a arquitetura e a arte, no fundo, o seu desenvolvimento artístico em geral. E, não obstante algumas calamidades cíclicas – terramotos, cheias, crises político-sociais –, a herança patrimonial tem sobrevivido, sendo hoje um exemplo de uma cidade mediterrânica fortificada, no limite da Europa, excecional pela qualidade formal, harmonia e coerência de alguns espaços urbanos, onde confluem modelos medievais e renascentistas, com um conjunto distinto de imóveis ilustrando várias épocas, usos, estilos artísticos e cambiantes regionais.

Dificilmente encontramos em Portugal, tão bem como em Tavira, os elementos históricos constitutivos de uma cidade de estuário atlântico-mediterrânica, com formas que muitas vezes foram assimiladas além-mar e reproduzidas localmente. Vejamos alguns dos seus destacados elementos:

Uma colina de fenícios …

O Alto de Santa Maria, ligeira colina junto ao rio Gilão, foi povoado no final do século VIII a.C. por gentes relacionadas com o contexto expansionista fenício a Ocidente do Estreito de Gibraltar, ainda que já existisse uma ocupação humana no local, como provam os vestígios datados da Idade do Bronze Final encontrados em vários pontos da colina. O local permitia uma boa visibilidade do tráfego comercial marítimo e fluvial e das eventuais aproximações inimigas. Há poucos anos as escavações arqueológicas dirigidas por Maria Maia e Manuel Maia, no subsolo da pensão Netos, revelaram parte da espessa muralha que cercava o antigo povoado (Figura 2).

7 Carlos DUARTE, José LAMAS – Estudos de Planeamento e Arquitectura, Lda., Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira, Vol. I, Direcção Geral do Equipamento Regional e Urbano, 1985, p. 4. Como metodologia base a seguir José Lamas aponta, não apenas a elaboração de estudos e regulamentos, e o seu rigoroso cumprimento, mas também três componentes fundamentais: 1. A melhoria da qualidade dos técnicos, dos projetos e obras a executar no centro histórico; 2. A intervenção e acompanhamento técnico pela autarquia de todas as obras de iniciativa particular e consequente ação de fiscalização; 3. A intervenção pública e municipal com investimentos no parque imobiliário, nos conjuntos monumentais e espaços públicos, melhorando simultaneamente a habitação, criando melhores serviços e equipamentos e constituindo exemplo didático a seguir. Cfr. Idem, ibidem, p. 4.

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 2 | Vestígios arqueológicos diversos, Solar dos Corte-Real, Tavira.

Fonte: Arquivo CMT

Os achados encontrados indiciam a vivência de um povo que dominava a escrita e a leitura, e realizaria alguma produção metalúrgica em ferro e prata, eventualmente utilizada para negociar com outros povoados. Os "poços votivos" localizados onde hoje se situa o Palácio da Galeria indicam que este povo marinheiro teria aqui, muito provavelmente, um lugar reservado a práticas religiosas consagradas ao deus *Baal* (Figura 3)**.**

FIGURA 3 | Poços Votivos Fenícios, Palácio da Galeria, Tavira.

Crê-se que o povoado de Tavira, de influência orientalizante, terá sobrevivido e mantido alguma relevância económica e comercial regional até ao século III a.C., acabando por ser abandonado, ao que tudo indica, ainda no decurso deste século. A riqueza científica dos vestígios encontrados é, até agora, única em Portugal, devendo ser devolvida ao público aquando da abertura do futuro núcleo museológico fenício.

… e de muçulmanos

Em Tavira são parcos os dados arqueológicos do período romano, indiciando que a colina de Santa Maria terá sido secundarizada face à proximidade de *Balsa*, a maior cidade romana do Sul do país, a escassos seis quilómetros de distância.

Os muçulmanos retomam a povoação de Tavira em finais do século X ou inícios do XI, bem como a vocação portuária e comercial do lugar. O topo da colina é fortalecido com o castelo, destinado a proteger o vau do Gilão que permitia o trânsito entre as duas margens, supostamente, antes da construção da ponte. O perímetro muralhado atinge pouco mais de quatro hectares, todavia, é patente que a extensão da cerca sofre mutações ao longo da presença islâmica, sensível às circunstâncias militares e à sucessão dos poderes (almorávida, taifas, almóadas). No topo estaria a alcáçova, concentrando os edifícios políticos e religiosos – uma mesquita, posteriormente convertida em igreja católica (Figuras 4, 5 e 6).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 4 | Torre albarrã octogonal do Castelo de Tavira, séc. XII, Tavira,
FIGURA 5 | Troço de muralha do séc. XII visível no Núcleo Islâmico, Tavira.
FIGURA 6 | Bairro almóada, séc. XII-XIII, visitável no Núcleo expositivo do Convento da Graça, Tavira.

Partes da muralha islâmica ainda se avistam pela cidade, na Bela Fria por exemplo, mas também no interior das casas da atual praça da República. São muros constituídos por uma fortíssima amálgama de cal, areia e pedras revestidas por pedra aparelhada. Outra herança da muralha islâmica é a torre octogonal, visível da rua da Liberdade que, apesar de refeita, deve ser colocada em paralelo com outras torres poligonais ibéricas de época muçulmana.

Encontramos um vislumbre da cultura urbana deste período no que resta do bairro almóada descoberto no subsolo do convento da Graça, constituindo um dos melhores exemplos em território nacional do modelo de casas e ruas citadinas usado na Península Ibérica e no Magreb durante o período em apreço.

Todo o acervo de peças recolhidas neste e noutros contextos arqueológicos islâmicos espalhados pela cidade demonstram, não só as áreas que foram habitadas, mas também os hábitos e as posses dos seus residentes. Por vezes com alguma exuberância. Exemplo disso é o célebre "**Vaso de Tavira"** e todo um conjunto de artefactos menos conhecidos, mas igualmente admiráveis.

Um urbanismo multissecular

A conquista de Tavira pela Ordem de Santiago acontece em 1242. A mudança do poder tem efeitos na feição urbana. Dentro das muralhas deixa de caber a comunidade muçulmana, desalojada, passando esta a residir do lado exterior, num arrabalde almóada localizado diante da antiga e desaparecida *Porta do Postigo*. Aí ficava a mouraria, da qual a memória toponímica é ainda bem patente na rua dos Mouros, ou no largo do Pocinho dos Mouros.

Mais portas atravessam a muralha. A principal, junto ao rio, chamava-se *Porta da Vila*, acrescentando-se a esta as portas da *Alfeição*, do *Buraco*, da *Vila Fria*, a *Porta Nova contra o Cano* e a *Porta dos Pelames*. Todas serão definidoras das vias que estruturam a "vila-a-dentro", caracterizada pela conjugação de uma malha regular e densa com uma área pouco construída e sem uma estruturação clara dos quarteirões.

Os reis portugueses promovem beneficiações na muralha. D. Dinis faz obras no castelo e D. Fernando terá alargado a cerca. Inevitável, no entanto, é a expansão do núcleo medieval para a zona extramuros. Nascem os núcleos do alto de São Francisco, as Tercenas (ao longo da margem direita do rio) e um primeiro desenvolvimento na margem esquerda. Desenvolve-se também um eixo principal confinante com a muralha e definido pela rua do Malforo (rua Miguel Bombarda), rua Nova Grande (rua da Liberdade), praça da Ribeira (República) e a ponte, do qual depois progridem as áreas ribeirinhas nas duas margens.

Orlando Ribeiro realça, justamente, Tavira como raríssimo exemplo de cidade fluvial portuguesa que contaminou indiferentemente as duas margens, sem quebra de unidade[8]. Salienta o facto de, em épocas recuadas, a ponte ter sido habitada, o que conferia uma imagem de edificação contínua que superava a natural divisão oferecida pelo rio.

Para tal contribuirá também o acelerado desenvolvimento urbano durante o reinado de D. Manuel I. É notável a urbanização que nasce na zona ribeirinha em finais da Idade Média, à ilharga da "vila-a-dentro", denunciando princípios renascentistas e características fundamentais do urbanismo português de então. Designadamente, o chamado "urbanismo regulado" (baseado na regulamentação e não no desenho). Alinhando num esquema de rua-travessa, geram-se áreas que apresentam uma enorme regularidade quer no traçado das ruas, quer na sua própria base cadastral e altimétrica[9]. Com uma malha regular orientada pelo rio, esta "nova" cidade articula-se habilmente com a "velha" através da praça da Ribeira, com o campo através da Corredoura e com o mundo através do Gilão.

Na definição do espaço urbano saliente-se o papel dos numerosos edifícios religiosos. Igrejas, capelas e conventos marcam o perfil de ruas, largos, servindo como polos de referência para esses espaços. Aglutinam normalmente conjuntos urbanos e os seus adros potenciam a criação de zonas amplas (largos ou praças) propícias à afluência e concentração de fiéis.

Cidade das igrejas

É notável o conjunto de arquitetura religiosa que a cidade possui. Apesar de não ter sido escolhida para sede do Bispado do Algarve no século XVI, quando Silves se encontrava em decadência, Tavira manifesta uma enorme sensibilidade religiosa, erigindo inúmeros centros de devoção, o que é igualmente sintomático da sua importância e prosperidade ao longo dos séculos.

O número impressiona, sendo hoje em dia vinte e uma igrejas. Com efeito, ainda mal terminara a conquista do lugar pela Ordem de Santiago e já este contava com as matrizes de Santa Maria e de Santiago, uma delas em resultado do aproveitamento e adaptação da antiga mesquita árabe (Figura 7).

8 Cf. Orlando RIBEIRO, Geografia e Civilização. Temas Portugueses, 3.ª edição, s.l., Livros Horizonte, 1992, p. 94.
9 Cf. Pedro BARÃO *et al.*, "Núcleo Urbano da Cidade de Tavira", Sistema de Informação para o Património Arquitectónico do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Consultado a 28 de Dezembro de 2011: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10025

Fonte: Arquivo CMT

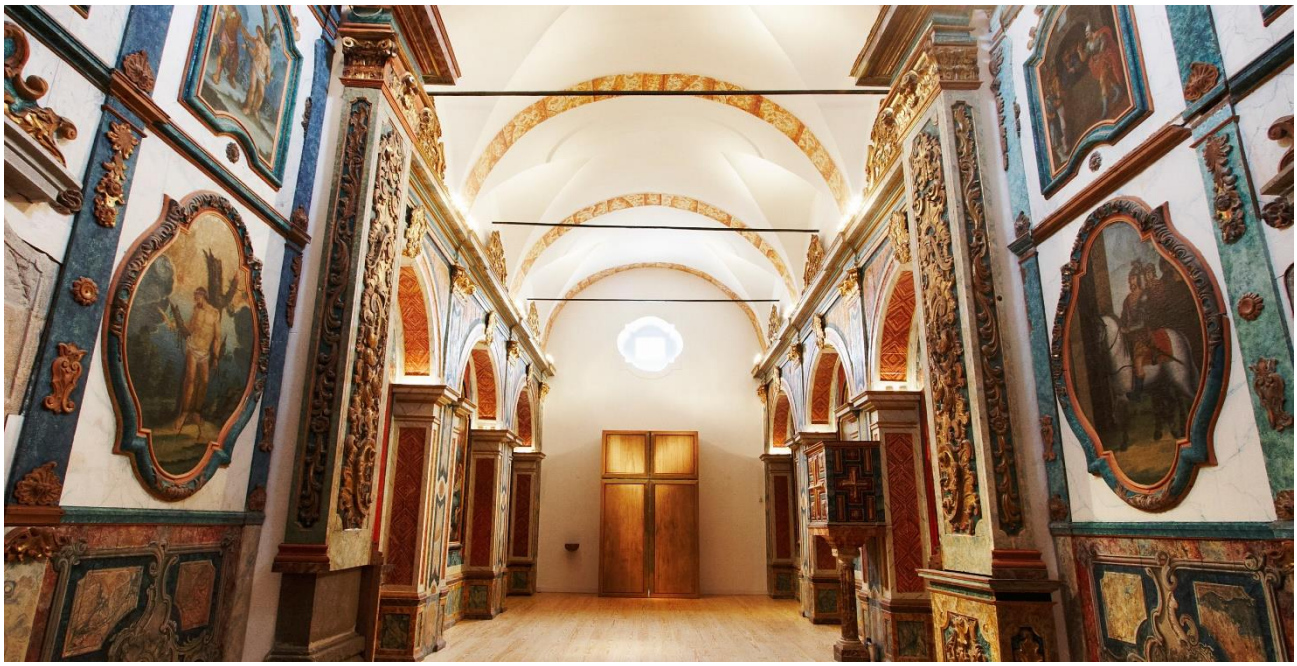
FIGURA 7 | Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, séc. XIII, Tavira.

O desenvolvimento urbano será sempre pontuado pela Igreja, seja através das matrizes, dos templos de ordens terceiras e confrarias ou através de instalações mais amplas, como os conventos. A Igreja também beneficia da próspera conjuntura socioeconómica dos séculos XV e XVI, associada ao crescimento demográfico, à expansão urbana e ao período em que o porto de Tavira era o de maior irradiação para a defesa e manutenção das praças lusas do Norte de África. A arquitetura e a produção artística para ornamento dos templos conhecem nestes séculos uma atividade considerável. Nota-se, aliás, que a origem de algumas casas religiosas reflete a estreita relação de Tavira com o projeto de expansão da coroa para o Norte de África, caso do convento de Nossa Senhora da Piedade, fundado por D. Manuel I em ação de graças pelo levantamento de um cerco mouro a Arzila; ou do convento agostinho de Nossa Senhora da Graça, fundado em Tavira após uma tentativa frustrada de o fazer erguer em Azamor.

A diminuição da importância da cidade nos séculos posteriores não afeta, sobremaneira, o ritmo de fundação de novos edifícios religiosos, os quais são marcados com mais ou menos austeridade de acordo com as flutuações estilísticas e temporais. Os tavirenses manterão a proximidade aos centros de devoção. Exemplo disso são os anos de estabilidade de D. Pedro II e D. João V, enquadrados pela exultação barroca da Igreja contrarreformista, favorecendo um novo período de grande atividade na construção de igrejas e na ornamentação das existentes.

Os sentimentos anticlericais que caracterizam os séculos XIX e XX traduzem-se na secularização ou desaparecimento de alguns templos, fazendo reduzir para vinte e um os cerca de vinte e cinco anteriormente existentes. O saldo histórico apresenta-se, ainda assim, extremamente vantajoso para a cidade.

É de realçar a riqueza artística acumulada ao longo de séculos nestas igrejas, a pluralidade de estilos, disciplinas e artistas que nelas se encontram. A qualidade dos vestígios góticos e manuelinos da matriz de Santa Maria ou do antigo convento de São Francisco, a elegância personalizada do renascimento na Misericórdia do mestre André Pilarte, a força do "estilo chão" nas igrejas de São Paulo ou da Graça ou ainda exuberância decorativa dos espaços barrocos do Carmo ou São José, definem em conjunto, nestes ou noutros templos da cidade, todo um percurso sugestivo da arte portuguesa, das suas cambiantes estilísticas e interpretações locais (Figuras 8, 9, 10 e 11).



Fonte: NERVE

FIGURA 8 | Aspeto da Ermida de São Sebastião, Tavira.

Fonte: NERVE, NERVE, Arquivo CMT

FIGURA 9 | Aspeto do teto da Igreja de Nossa Senhora das Ondas (ou de São Pedro Gonçalves Telmo), séc. XVIII, Tavira.
FIGURA 10 | Pintura de Nossa Senhora da Conceição, séc. XVIII, Misericórdia de Tavira.
FIGURA 11 | Painel de azulejo, séc. XVIIII, Igreja de Santa Maria, Tavira.

Herança militar

"*Tavira não é essencialmente uma povoação castrense, mas a sua História encontra-se indissoluvelmente ligada à atividade militar*"[10]. A preocupação com a defesa de um território e com a segurança de uma comunidade que, como vimos, atingiu períodos de grande relevância estratégica e económica, manifesta-se na construção de diversas infraestruturas e na fixação de corpos militares.

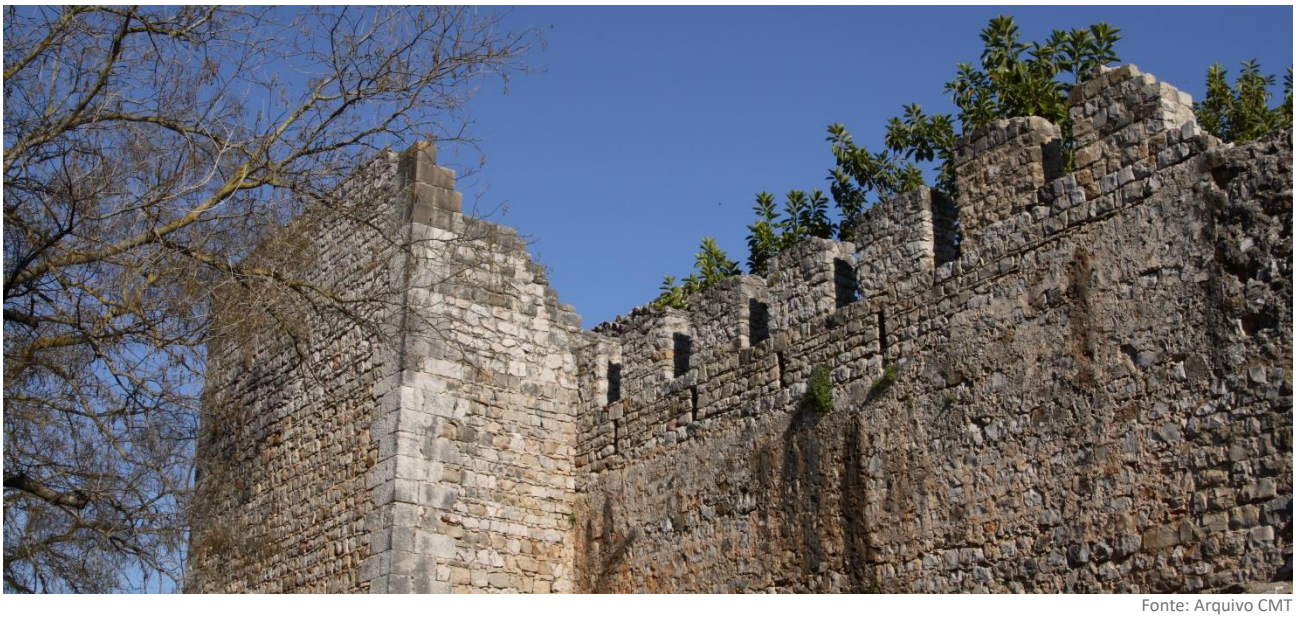
Já aqui foram elencados alguns monumentos castrenses que são marcos de identidade na definição do traçado e da estrutura urbana do aglomerado. A muralha fenícia fixou o local e determinou o seu desenvolvimento posterior (Figura 12).

10 Arnaldo Casimiro ANICA, Tavira e o Seu Termo. Memorando Histórico, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1993, p. 255.

Fonte: NERVE

FIGURA 12 | Muralha Fenícia, séc. VIII-VII a.C., Tavira.

O castelo medieval predomina e testemunha aspetos particulares que se referem aos conturbados anos da reconquista cristã e à afirmação da soberania portuguesa sobre o território do Algarve (Figura 13).



Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 13 | Castelo de Tavira.

Na orla costeira, as ruínas do Forte de Santo António e do Forte de São João de Cabanas são a memória de um tempo em que o perigo vinha, essencialmente, do mar. Quer o projeto de expansão além-mar, quer a dinâmica da Guerra da Restauração (1640-1668) são responsáveis pelo aparecimento de mecanismos defensivos na costa, tendo em atenção a proteção das pessoas e das pescas face aos constantes ataques de piratas magrebinos ou de corsários encorajados pelos rivais europeus (Figura 14).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 14 | Forte de Santo António, séc. XVI, Tavira

Mas não só de fortificações se compõe a arquitetura militar de Tavira. A presença regular de corpos militarizados e a flexibilidade dos engenheiros militares – que amiúde se assumem como arquitetos de todo o tipo de edifícios utilizados pelas tropas – justificam a construção de interessantes equipamentos de apoio. São os casos do antigo hospital militar da rua dos Mouros (1761) e do imponente Quartel da Atalaia (1795); sendo ainda de destacar um dos mais distintivos símbolos de Tavira: a ponte antiga sobre o Gilão, concebido segundo modelos da arquitetura militar, fruto da reconstrução de 1657 dirigida por Mateus do Couto e Pedro de Santa Colomba, dois homens ligados ao exército (Figuras 15 e 16).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 15 | Quartel da Atalaia, 1795, Tavira.

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 16 | Ponte antiga sobre o rio Gilão, séc. XII-XIII, reconstruída em 1655-1657, Tavira.

Arquitetura civil

Em Tavira o espaço urbano é de raiz medieval e quinhentista mas grande parte dos seus edifícios remonta aos séculos XVII, XVIII e XIX. Apesar de alguns golpes, o casario urbano mantém em boa medida uma imagem consistente do seu passado, devendo merecer todos os cuidados na sua preservação e reabilitação.

São inúmeras as qualidades destes edifícios em que a pedra calcária, a cal, a cerâmica, o ferro e a madeira se conjugam para formar volumes plenos de caráter e valor identitário. O século XVI fixa um modelo de casa que perdura sem grandes alterações até ao século XIX com várias notas dominantes e distintivas. Além dos materiais tradicionais, assinale-se a tendência para uma escala humana (2 ou 3 pisos), a composição simples mas aberta a valores eruditos e às novidades depois de alguma transformação local, e ainda uma notória preocupação pela decoração dos vãos, platibandas e chaminés – características dominantes da arquitetura regional.

Uma espiral de elementos estruturais e compositivos, de detalhes e características singulares, forma grande parte do interesse e valor da cultura arquitetónica de Tavira. Lembramos as janelas e portas perfeita e ritmicamente alinhadas nas fachadas; o fino lavor de cantarias de vãos com seus ornatos elegantes de épocas distintas; os desenhos das caixilharias ou dos gradeamentos das janelas de sacada; as platibandas, algumas exuberantemente trabalhadas e coloridas…

Dentre todas as marcas identitárias há duas de reconhecido destaque. Em primeiro lugar, os tradicionais "telhados de tesouro" – coberturas de quatro águas, francamente inclinadas, revestidas internamente com caniço e externamente com telha de canudo. O seu nome advém da ossatura interna de madeira geralmente chamada *tesoura*. Dado que, em norma, cada divisão da casa é coberta por um telhado de tesouro é comum observarem-se edifícios com telhados múltiplos, oferecendo ao céu de Tavira uma aparência muito peculiar (Figuras 17 e 18).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 17 | Telhados múltiplos de tesoura.

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 18 | Telhados múltiplos de tesoura, rua dos Pelames, Tavira.

Serão um dos derradeiros vestígios da época das grandes navegações, em cujos primórdios Tavira largamente participou[11]. Os aventureiros que daqui partiram a apoiar a empresa dos Descobrimentos e da expansão portuguesa desco-

11 Veja-se a este respeito o conhecido estudo "Açoteias de Olhão e Telhados de Tavira (influências orientais na arquitetura urbana)" inserido no livro de Orlando RIBEIRO, Op. Cit., 1992, pp. 53-146.

briram paragens distantes, desde as ilhas atlânticas, passando pelas praias e minas africanas até às formidáveis novidades asiáticas. No regresso, estes emigrantes exibem avidamente a originalidade, a riqueza e a experiência de distintas realidades culturais. E assim, Tavira, porto de partida e chegada de muitas viagens, adota uma forma de cobertura vinda da Ásia das monções e que em nada o clima algarvio justifica.

Em Tavira os telhados múltiplos de tesouro chegaram aos nossos dias resistindo ao tempo, às modas e às catástrofes. Fazem parte do património prestigioso da cidade, todavia, são dos mais ameaçados por ruidosas adulterações ou por desuso.

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 19 | Porta de Reixa, Tavira.

Outro destacado elemento caraterístico é o emprego de rotulados de madeira na proteção dos vãos – as tradicionais portas ou janelas de reixa. Traduzem uma preocupação pela ventilação, arejamento e defesa da intimidade da habitação, surgindo por isso, maioritariamente, nos pisos térreos. As suas formas geométricas animam as fachadas. Em Tavira parece ter havido uma maior utilização das reixas relativamente a outras localidades algarvias, razão pela qual são assumidas como marcos culturais da cidade. Apesar disso, hoje são em menor número, sob a ameaça de desuso (Figura 19).

A preponderância de uma casa-tipo de Tavira não invalida que na cidade a arquitetura fique alheia aos diferentes contextos cronológicos e movimentos arquitetónicos. Há cambiantes específicas de várias épocas na forma dos vãos, dos gradeamentos ou na aplicação de certos materiais. É sobretudo nos séculos XIX e XX que as mudanças são mais significativas. Como no resto do país, pode referir-se a renovação das formas tradicionais durante o período do Romantismo, no século XIX, através de modelos arquitetónicos ecléticos e exteriores à tradição de habitação mais vernácula. O tema mais corrente remete para o designado *chalet*. Já o século XX será marcado por soluções dentro da chamada *Arte Nova*, da "Casa Portuguesa" e do modernismo, destacando-se dentro destas duas últimas correntes, respetivamente, as obras na cidade dos distintos arquitetos Raul Lino e Manuel Gomes da Costa (Figura 20).

FIGURA 20 | Casas na Av. Mateus Teixeira de Azevedo, Tavira – autor: Arqtº. Raul Lino e Casa na Rua 1º de Maio, Tavira – autor Arqtº. Manuel Gomes da Costa.

Independentemente da antiguidade/modernidade ou da erudição/singeleza dos edifícios vem sempre à tona um passado histórico e arquitetónico de qualidade e interesse, que confere à cidade uma personalidade rara no panorama urbanístico português e um excecional campo de estudos. Joga-se hoje o problema da sua autenticidade e integridade, sendo importante o empenho dos tavirenses para inverter certos hábitos de reconstrução que desvirtuam a sua leitura. A prática de reabilitações criteriosas e fundamentadas, dando particular atenção à recuperação de materiais e técnicas tradicionais deverá ser sempre o exemplo a seguir.

Os valores patrimoniais acima elencados, maioritariamente centrados na sede do concelho, estão igualmente patentes, em maior ou menor número, noutros pontos do território concelhio. Avultam aí elementos patrimoniais que, nos aglomerados urbanos, são a extensão dos valores encontrados na sede do concelho, assumindo, porém, particularidades distintas em função do contexto histórico e geográfico de origem: litoral, serrano, urbano, rural, industrial, marítimo, etc.

Muitos destes elementos inserem-se na arquitetura popular da região algarvia (platibandas decoradas, chaminés, lágrimas nos remates laterais, vãos com molduras decorativas, duplo beirado, logradouros…) ou relacionam-se com um contexto rural que nos últimos anos vem sofrendo célere evolução e mutações, tornando obsoletos alguns elementos (noras, palheiros, moinhos, picotas, tanques, levadas, eiras, azinhagas, etc.), que devem por isso ser alvo de inventariação e salvaguarda.

PATRIMÓNIO

ARQUEOLÓGICO

A presença humana antiga no atual concelho de Tavira é bastante diversificada, existindo referências sobre vestígios de todos os períodos cronológicos. Os mais antigos remontam ao Paleolítico, sendo mencionados na bibliografia arqueológica diversos habitats de ar livre, como os sítios do Pinheiro (Luz de Tavira) e da Canada (Conceição de Tavira). Na freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira, perto da ribeira do Almargem também foram identificados vestígios que poderão ser atribuíveis ao Mesolítico.

Do Neolítico e Calcolítico apenas se conhecem referências aos mortos dessas comunidades, nomeadamente nas necrópoles da Umbria da Horta (Cabeça Gorda) e de Alcaria Alta. A existência de sítios de enterramento destas comunidades é identificativa de um povoamento efetivo do território. Contudo, até ao momento ainda não foram identificados os sítios de habitat destas populações.

O fenómeno megalítico está presente no concelho de Tavira através de monumentos funerários. Os mais conhecidos são a Anta da Masmorra (Alcarias de Pedro Guerreiro) e a Anta das Pedras Altas (Mealha) (Figura 21).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 21 | Anta das Pedras Altas (Mealha, Cachopo) e Anta da Masmorra (Alcarias de Pedro Guerreiro, Cachopo).

Os sítios arqueológicos conhecidos para a Proto-História são mais numerosos que os da Pré-História, não apenas porque o tipo de ocupação habitacional é mais complexa e permanente, mas também porque a malha de povoamento se torna cada vez mais densa.

Sobre a Idade do Bronze existem referências sobre as necrópoles da Portela da Pereira (Relvais, Cachopo) e a da Quinta dos Passos (Conceição de Tavira). Outras, como a do Cerro da Gineta (Mealha, Cachopo) e do Castelo da Fuseta (Conceição de Tavira) podem ter uma utilização anterior. Ainda da Idade do Bronze, é mencionado na bibliografia a existência do povoado fortificado dos Castelos de Bernalflor (Bernalflor, Cachopo) e uma cabana do Bronze Final, no Palácio da Galeria (Tavira (Santa Maria e Santiago)).

A investigação arqueológica tem vindo a revelar a intensa ocupação histórica que a designada "Colina Genética" (colina de Santa Maria) regista no decurso da primeira metade do I milénio a.C. As estruturas e os espólios exumados permitem falar de uma ocupação do espaço, a partir dos finais do século VIII a.C., sendo inegável a relação direta com a colonização fenícia oriental observada na metade meridional da Península Ibérica.

Um pouco por toda a área da colina de Santa Maria têm vindo a ser identificados vestígios da Idade do Ferro. No Solar dos Corte-Real foi identificada uma imponente muralha, com casamatas e passadiço, da segunda metade do século VIII a.C., bem como áreas de processamento de minério e atividades metalúrgicas. Também no Terreiro do Parguinho ter-se-á identificado um troço desta muralha e estruturas habitacionais. No edifício da antiga agência do BNU foram identificados elementos associados à pesca e à conserva de produtos piscícolas.

No Palácio da Galeria, foram escavados diversos *poços* que, inicialmente, poderiam ter sido utilizados como sepulturas e, posteriormente, transformados em lugares de culto. Nas imediações do Convento de Nossa Senhora da Graça foi também recolhida informação relativa a práticas e rituais funerários da Idade do Ferro, graças à identificação de uma necrópole de incineração, datada da segunda metade ou finais do século VII a.C., sendo de destacar o registo de urnas tipo "*Cruz del Negro*" (Figura 22).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 22 | Necrópole de urnas tipo "*Cruz del Negro"*, Convento de Nossa Senhora da Graça, Tavira.

De realçar ainda que, nos séculos V e IV a.C., a cidade "importa" cerâmica ática (grega), facto atestado por um conjunto diversificado de materiais, procedentes de sítios localizados por toda a colina genética da cidade, como sejam BNU, Netos, Palácio da Galeria, Solar dos Corte-Real e Convento de Nossa Senhora da Graça.

O reconhecimento destas estruturas arqueológicas confirma a centralidade do aglomerado urbano no seio das rotas comerciais que percorrem toda a bacia mediterrânica e fachada atlântica peninsular, bem como, a predisposição da população para contactos com povos oriundos das áreas mais variadas do Mediterrâneo desde o I milénio a.C.

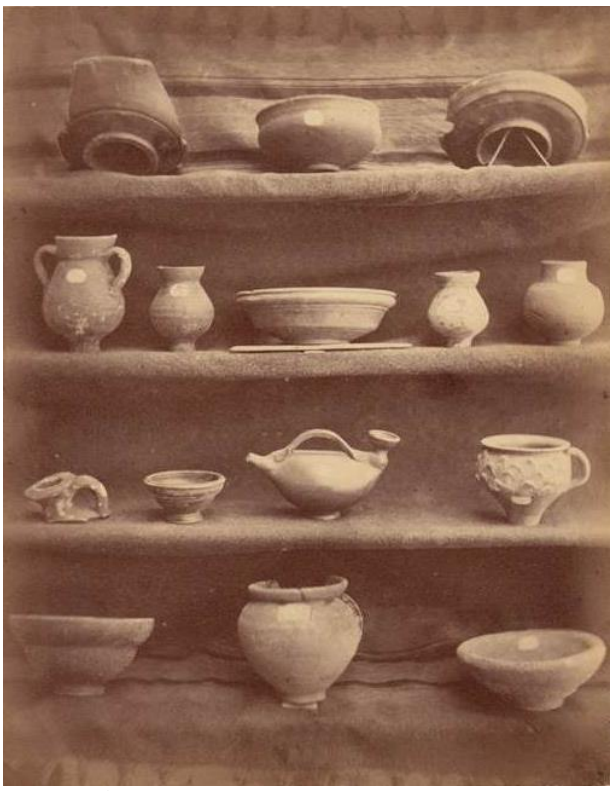
Ainda no decurso da Idade do Ferro verificamos que a ocupação humana do território extravasa o aglomerado urbano e estende-se a áreas do barrocal e da serra. Alguns investigadores defendem a possível reutilização de algumas necrópoles da Idade do Bronze e do Neo-Calcolítico. Aparentemente surgem novos locais de enterramento, como sejam as necrópoles da Azinhosa (Azinhosa, Cachopo), da Malhada Velha (Estevais, Cachopo) e da Ribeira de Leitejo (Feiteira, Cachopo). No que diz respeito aos

povoados, destacamos os do Cerro do Cavaco (Tavira (Santa Maria e Santiago)), Montinho Velho (Mealha, Cachopo), Cerrinho da Extrema (Mealha, Cachopo) e Corguinhas I (Montinho do Cravo, Cachopo).

Na época romana o povoamento intensificou-se, marcando de forma significativa a paisagem daquele que é hoje o território tavirense. A exploração agrícola e dos recursos marinhos levaram à construção de *villae* (áreas construídas em meio rural compostas por edifícios habitacionais, geralmente de luxo, e por edifícios de apoio a atividades agrícolas ou marinhas, consoante a especialização das *villae*) e de eixos viários que ainda hoje estruturam o povoamento.

Ao longo da Ribeira da Asseca existem diversas *villae*, destacando-se as do Paúl e de S. Domingos da Asseca. Na Conceição de Tavira existe referência a uma outra *villa*, a da Quinta do Carapeto, conhecendo-se ainda uma outra nas Pedras D´El Rei, Santa Luzia. Ainda do período romano, são mencionadas na bibliografia arqueológica, entre outras, as necrópoles da Quinta do Arroio (Pinheiro, Luz de Tavira), do Cerro da Chã (Feiteira, Cachopo) e da Ribeira do Leitejo (Feiteira, Cachopo). Foram também registados diversos troços de via romana, destacando-se o troço existente em Santa Catarina da Fonte do Bispo.

A sul da Luz de Tavira, na área delimitada pelas Quintas da Torre de Aires, do Arroio e das Antas, e pelo sapal do Canal de Tavira, encontram-se soterrados os vestígios da antiga cidade romana de *Balsa*, a qual detinha o título de *Respublica*, tal como *Ossonoba* (Faro), *Híspalis* (Sevilha) e *Gades* (Cádiz) (Figura 23).



Fonte: Arquivo MNA

FIGURA 23 | Materiais cerâmicos romanos, Balsa, Luz de Tavira.

De todas as antigas ocupações humanas que se conhecem na cidade de Tavira, a do período Islâmico é a mais visível. São conhecidos diversos panos de muralhas, torres, uma mesquita (Igreja de Santa Maria do Castelo) e um arrabalde.

Na área serrana existem registos da existência de diversas alcarias (aldeias do período islâmico), como a do Luzio (Montinho do Cravo, Cachopo), a da Valeira (Mealha, Cachopo), a do Cerro dos Mouros (Vale João Farto, Cachopo) ou a de Esmoriz (Casas Baixas, Cachopo).

É, no entanto, em Tavira que as intervenções arqueológicas têm vindo a revelar dados essenciais sobre a ocupação muçulmana, verificando-se que os vestígios relativos ao século IX e X são quase inexistentes tornando-se abundantes nos séculos seguintes XI, XII e XIII.

Na antiga agência do Banco Nacional Ultramarino identificou-se um troço de muralha em taipa ciclópica (século XII) e uma torre em taipa militar do mesmo período. Entre os materiais exumados destaca-se uma floreira, um cantil, peças com decoração a corda-seca e o emblemático "**Vaso de Tavira"**. Trata-se de um recipiente cerâmico que, possivelmente representa uma cena tradicional de casamento (Figura 24).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 24 | Caçoila de oito asas do séc. XIII – Convento da Graça, Tavira e Vaso de Tavira, séc. XI-XII, Tavira.

No Convento de Nossa Senhora da Graça identificou-se um bairro de época almóada (século XIII), enquanto na Bela Fria, na Ermida de S. Roque e no antigo Orfeão identificaram-se áreas de arrabaldes (finais do séc. XII/inícios do séc. XIII). De igual modo, escavações efetuadas na Pensão Castelo, no Solar dos Corte-Real, no Palácio da Galeria, entre outros, permitiram a identificação de estruturas habitacionais centradas entre os séculos XII e XIII (Figura 25).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 25 | Vista geral do Bairro Almóada (séc. XII-XIII) durante a escavação arqueológica (Convento de Nossa Senhora da Graça).

A 11 de junho de 1242, D. Paio Peres Correia conquista Tavira aos mouros, aparentemente sem que estes tenham oferecido muita resistência. Este facto é surpreendente se considerarmos que os almóadas necessitaram de três cercos para submeterem a cidade, tendo as muralhas sido reforçadas durante o seu governo. Após a conquista, a mesqui-

ta é convertida em Igreja de Santa Maria, o arrabalde da Bela Fria é abandonado no século XIV, o do Orfeão é convertido em mouraria e o bairro do Convento de Nossa Senhora da Graça em Judiaria.

No que respeita a presença judaica na cidade e, pese embora o que Frei João de São José afirma na Corografia do Reino do Algarve (1577), isto é, que da "… *esnoga [sinagoga] fez igreja…"*, a intervenção arqueológica realizada no Convento de Nossa Senhora da Graça possibilitou reconhecer apenas três fragmentos de candeias de *Hanukkah*, objetos religiosos que se relacionam com a Festa das Luzes.

Ao longo dos séculos XIV, XV e XVI o porto de Tavira regista uma crescente atividade comercial e marítima, que se reflete no crescimento urbano e populacional. A 16 de março de 1520 é elevada a cidade pela mão de D. Manuel I. A nova cidade extravasa em definitivo o perímetro amuralhado, expandindo-se cada vez mais pelas duas margens do rio, afirmando-se como a principal cidade do Algarve.

As intervenções efetuadas em vários locais da cidade (Convento de Nossa Senhora da Piedade, Convento de Nossa Senhora da Graça, Travessa das Olarias, Parque de Festas, antigo Orfeão, entre outros) têm vindo a revelar um espólio arqueológico cerâmico diversificado e riquíssimo, que ilustra a inclusão de Tavira nas rotas comerciais que percorrem o Mediterrâneo e o Atlântico. Destaca-se a azulejaria sevilhana; a louça dita "malagueira"; as cerâmicas espanholas de Manises, Paterna, Teruel, Granada e Sevilha; as cerâmicas italianas de Montelupo, Faenza e Veneza; a porcelana chinesa; os cachimbos de produção holandesa e francesa; o grés de origem alemã ou inglesa, entre objetos provenientes de muitos outros centros produtores (Figura 26).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 26 | "**Jarra de Granada"**, séc. XIV-XV, Convento de Nossa Senhora da Graça.

A partir de finais do século XVI, o assoreamento do rio, a deslocação da barra para oriente, o abandono das praças magrebinas, a perda da independência de Portugal face a Castela, a perda da posição de liderança no conjunto dos portos algarvios exportadores de fruta e a crescente preferência por portos castelhanos, como Sevilha, levaram ao declínio da cidade.

Importantíssimos para o conhecimento das rotas comerciais antigas são os achados derivados de situações de naufrágio que têm sido detetados, entre outros locais, junto à barra do Gilão e em área próxima à praia do Barril. A identificação de materiais arqueológicos nestas áreas reforça o papel desempenhado pelo rio e, em última instância, por Tavira enquanto elemento de comunicação entre o interior e o exterior.

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

METODOLOGIA

No que concerne a definição das "**Áreas de Sensibilidade Arqueológica**" constantes do PU de Tavira (em elaboração), a sua delimitação tem por base o conhecimento de documentos e referências históricas, de achados e vestígios arqueológicos e a consulta da base de dados da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), "Endovélico".

O registo dos **sítios com interesse arqueológico inventariados não classificados** implicou a recolha e a interpretação de toda a informação existente, e consequente localização e/ou relocalização dos monumentos e sítios com interesse arqueológico, de modo a definir áreas de sensibilidade arqueológica e minimizar possíveis danos patrimoniais.

Considerando o enorme volume de informação existente, alguma com relativa antiguidade, a confirmação da localização exata dos sítios e da sua (ainda) existência é um processo tão importante quanto moroso, estando prevista a sua conclusão em 2017, tal como definido no Plano de Autorização de Trabalhos Arqueológicos submetido à DGPC.

A representação dos elementos patrimoniais está a ser efetuada sob a forma de polígono com uma área aproximada à máxima extensão do elemento patrimonial identificado.

A identificação e marcação das realidades patrimoniais arqueológicas, em sede da revisão do Plano Diretor Municipal de Tavira (PDM), não têm como objetivo último a elaboração de uma Carta Arqueológica, uma vez que esse é um processo em constante construção e que exige uma atualização contínua.

Considerando que o concelho de Tavira continua a registar um volume considerável de operações urbanísticas e agrícolas, a probabilidade de identificação de novos elementos patrimoniais deve ser tida em consideração. Deste modo, deverão ser tomadas as medidas necessárias à salvaguarda do património arqueológico.

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

A proteção do Património Arqueológico é regulada pela seguinte legislação:

- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro (Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos).
- Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto (Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses).
- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural).
- Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de junho (Estabelece normas relativas ao património cultural subaquático).
- Decreto-Lei n.º 205/88, de 16 de junho.
- Lei n.º 13/85, de 6 de junho (Lei Quadro do Património Cultural Português).
- Decreto n.º 29 604, 1.ª série, n.º 112, de 16 de maio de 1939 (alterado pela Portaria publicada no DG, 2.ª série, n.º 31, de 6 de fevereiro de 1960 e pelo Anúncio n.º 13363/2012 publicado no DR, 2.ª série, n.º 165, de 27 de agosto).

A legislação acima referida abrange os Monumentos Nacionais (MN), os Imóveis de Interesse Público e os Monumentos de Interesse Municipal (MIM) através do estabelecimento de zonas de proteção, que poderão incluir zonas *non aedificandi* ou condicionantes especiais para a realização de obras, com base na legislação em vigor.

PATRIMÓNIO

CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

A Lei nº 107/01, de 8 de setembro, estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.

A política do património cultural integra as ações promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas Autarquias Locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efetivação do direito à cultura, à fruição cultural e à realização dos demais valores, tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional.

Os bens imóveis classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, adotam a designação de:

MONUMENTO NACIONAL (MN) | Quando a proteção e valorização do bem, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação.

Em Tavira existem dois imóveis com esta classificação:

Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo - Decreto de 16 de junho de 1910, DG, n.º 136, de 23 de junho de1910, Tavira;

Muralhas e Castelo de Tavira - Decreto-Lei nº 29604, de 16 de maio de 1939; Decreto n.º 17/2014, DR, 1.ª série, n.º 94, de 16 de maio de 2014 (ampliação da classificação), Tavira.

MONUMENTO DE INTERESSE PÚBLICO (MIP) | Quando a proteção e valorização do bem represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado.

São catorze os imóveis com esta classificação:

- **Igreja da Misericórdia de Tavira** - Decreto n.º 32 973, DG, I Série n.º 175, de 18 de agosto de1943, Tavira;
- **Forte da Conceição, também denominado Forte de São João e Forte de São João da Barra ou Forte de São João Batista** - Decreto n.º 43 073, DG, I Série, n.º 162, de 14 de julho de1960, Cabanas;
- **Forte do Rato, Fortaleza de Santo António ou Forte da Ilha das Lebres** - Decreto n.º 8/83, DR, I Série, n.º 19, de 24 de janeiro de 1983, Tavira;
- **Ponte antiga sobre o Rio Gilão** - Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3 de janeiro de 1986, Tavira;
- **Arraial Ferreira Neto** - Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. N.º 42, de 19 de fevereiro de 2002, Tavira;
- **Estação Arqueológica Romana da Luz de Tavira/ Cidade Romana de Balsa** - Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1 de junho de 1992 e ZEP da Estação Arqueológica Romana da Luz (Balsa) de Tavira Portaria n.º 516/2011, DR, 2.ª Série, n.º 81, de 27 de abril de 2011, Luz de Tavira. Encontra-se recentemente em aberto o processo de ampliação da delimitação da classificação, de revisão de categoria para SIP e fixação de ZEP;
- **Convento de Nossa Senhora da Graça ou Convento das Eremitas de Santo Agostinho** - Portaria n.º 434/2012, DR, 2.ª série, n.º 179, de 14 de setembro de 2012, Tavira;
- **Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo** - Portaria n.º 722/2012, DR, 2.ª série, n.º 237, de 7 de dezembro de 2012, Tavira;
- **Quartel da Atalaia** - Portaria n.º 721/2012, DR, 2.ª série, n.º 237, de 7 de dezembro de 2012 e ZEP do Quartel da Atalaia Portaria n.º 721/2012, DR, 2.ª série, n.º 237, de 7 de dezembro de 2012, Tavira;
- **Igreja de São Pedro Gonçalves Telmo ou de Nossa Senhora das Ondas, ou do Corpo Santo, e Edifício do antigo Compromisso Marítimo de Tavira** - Portaria n.º 740-EN/2012, DR, 2.ª série, n.º 252 (suplemento), de 31 de dezembro de 2012, Tavira;
- **Ermida de Nossa Senhora da Consolação** - Portaria n.º 200/2013, DR, 2.ª série, n.º 71, de 11 de abril de 2013, Tavira;
- **Igreja de Nossa Senhora da Luz, matriz da Luz de Tavira, e rossio fronteiro** - Portaria n.º 280/2013, DR, 2.ª série, n.º 91, de 13 de maio de 2013, Luz de Tavira;
- **Palácio da Galeria** - Portaria n.º 888/2013, DR, 2.ª série, n.º 240, de 11 de dezembro de 2013, Tavira;
- **Igreja de São José do Hospital ou do Espírito Santo** - Portaria n.º 102/2014, DR, 2.ª série, n.º 30, de 12 de fevereiro de 2014, Tavira.

MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL (MIM) | Quando a proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

- **Capela ou Ermida de São Sebastião, com todo o seu recheio** - Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29 de setembro de 1977, Tavira;
- **Ermida de Nossa Senhora das Angústias, mais conhecida por Ermida do Calvário, incluindo as peças que constituem o seu recheio** - Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29 de setembro de 1977, Tavira;
- **Igreja de Santa Ana, com todo o seu recheio** - Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29 de setembro de 1977, Tavira;
- **Edifício na Rua Nova da Avenida, 13 ou Casa André Pilarte** - Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30 de novembro de 1993, Tavira;
- **Edifícios designados "Casas Raul Lino" ou Casas da Família Guerreiro** - Edital n.º 103/2006, de 14 de setembro de 2006, Tavira;
- **Edifício na Rua Dr. Miguel Bombarda**, 47, 49 e 51, Tavira.

IMÓVEIS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

- **Antigo Mercado Municipal ou Mercado da Ribeira**, Tavira;
- **Edifício Irene Rolo**, Tavira;
- **Capela de Nossa Senhora da Piedade**, Tavira.

Na figura 27 pode-se observar a espacialização dos imóveis anteriormente referidos.

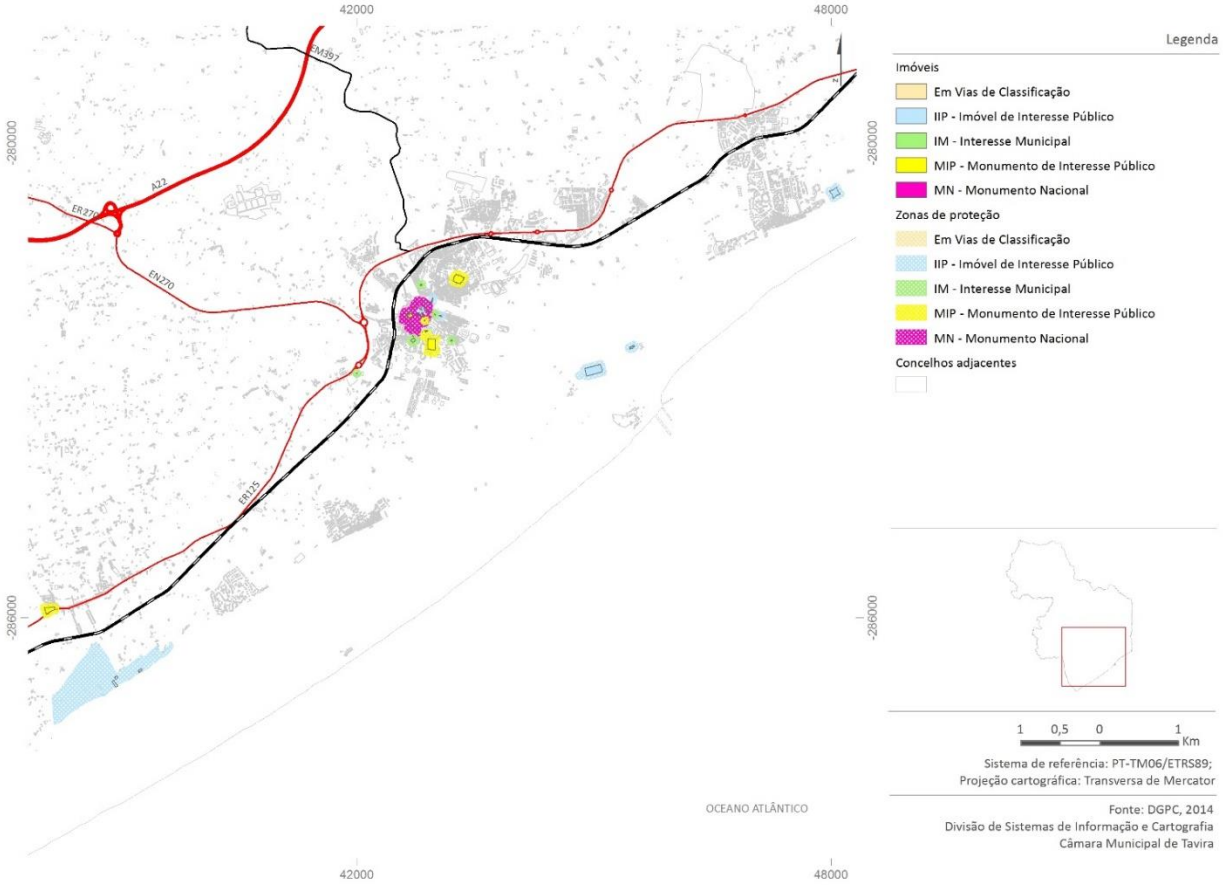


FIGURA 27 | Património classificado e/ou em vias de classificação.

PATRIMÓNIO

OUTROS IMÓVEIS, ESTRUTURAS E CONJUNTOS EDIFICADOS COM INTERESSE ARQUITETÓNICO[12]

Os imóveis e conjuntos edificados que a seguir identificamos resultam do trabalho de investigação desenvolvido pelos técnicos do Município, dos elementos gráficos que integram o PDM de Tavira publicado em 1997 - Planta do Património Cultural – e do Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico, elaborado em 1985 pelo gabinete Carlos Duarte e José Lamas – Planta Área Litoral, localização dos elementos notáveis.

Importa identificar as edificações que mantêm as características patrimoniais, nomeadamente:

TAVIRA (Santa Maria e Santiago)

- Ermida de São Roque;
- Edifício Arte Nova;
- Mosteiro das Bernardas ou Convento de Nossa Senhora da Piedade;

[12] Plano Diretor Municipal de Tavira, 1997, Anexo EA3 – Estudos de Urbanismo/ EA3.3 – Património Cultural – Mundo Rural; Peças desenhadas, nº 29.1 e 29.2 – Património Cultural

- Palacete Vaz Velho;
- Igreja de Nossa Senhora da Ajuda e conjunto urbano da Praça Dr. António Padinha;
- Casa da Rua Almirante Cândido dos Reis;
- Ermida de São Brás;
- Casa Cabreira / Arquivo Municipal;
- Antiga estação elevatória das águas (Centro interpretativo do abastecimento de água a Tavira);
- Ermida de Nossa Senhora da Saúde;
- Posto da GNR das Quatro Águas;
- Paços do Concelho de Tavira;
- Antigo posto da GNR de Tavira;
- Monumento aos Mortos da Grande Guerra;
- Estação de Socorros a Náufragos das Quatro Águas;
- Igreja e convento de São Francisco;
- Igreja matriz de Santiago;
- Igreja e convento de Santo António;
- Ermida de Santa Margarida, sítio de Santa Margarida;
- Ermida de São Pedro;
- Igreja de Nossa Senhora do Livramento;
- Biblioteca Municipal Álvaro de Campos / Antiga cadeia;
- Edifício dos CTT de Tavira;
- Estação Agrária de Tavira;
- Escolas Primárias de Tavira – Porta Nova e Estação;
- Edifício na Rua das Portas do Postigo, nºs 17 a 19;
- Edifício Tavipesca;
- Fábrica Balsense;
- Casa Laurentino Gonçalves, Largo do Livramento;
- Tribunal Judicial de Tavira, Rua Dr. Silvestre Falcão;
- Messe Militar - antigo Hospital Militar, Rua dos Mouros;
- Coreto, Jardim do Coreto ou Jardim das Palmeiras;
- Casa Alice;
- Edifício na Rua Dr. Parreira, nº 40/ Casa Neves;
- Edifício na Rua 1º de Maio, nº 1/ Casa Gonçalves;
- Edifício na Rua João Vaz Corte Real, nºs 53 e 55 e Rua Borda D´Agua da Assêca;
- Edifício na Rua João Vaz Corte Real, nºs 86 a 100 e Escadinhas do Alto de Santa Ana, nº 1;
- Antigo Palácio do Governador, Calçada de Santa Ana, nºs 5 a 15 e Largo de Santa Ana;
- Edifício na Rua João Vaz Corte Real, nºs 12 a 24;
- Edifício na Rua Borda d' Água da Asseca, nºs 44 a 52 e Rua João Vaz Corte Real, nºs 45 a 49;
- Edifício na Rua Borda d'Água da Asseca, nºs 24 e 26;
- Edifício na Rua Borda d'Água da Asseca, nºs 1 e 7 e Rua 5 de Outubro, nºs 1 a 5;
- Família Centeno, Rua 5 de Outubro, nºs 10 a 18;
- Família Centeno, Rua Dr. António Cabreira, nºs 11 a 15;
- Edifício na Rua 5 de Outubro, nºs 2 a 8 e Rua Dr. António Cabreira, nºs 1 a 7;
- Edifício na Rua Jacques Pessoa, nºs 15 a 17 e Trav. Jacques Pessoa, nºs 2 a 6;
- Edifício na Rua Jacques Pessoa, nºs 18 a 20 e Trav. do Trem, nº 1;
- Edifício na Rua Jacques Pessoa, nºs 22 a 23 e Trav. do Trem, nº 2 a 8;
- Edifício na Rua Jacques Pessoa, nºs 27 a 30 e Largo da Caracolinha;
- Armazém, Rua Borda d'Água de Aguiar, nº 10;
- Bairro Jara, Rua Eduarda Lapa, nºs 1 a 7 e Largo José Joaquim Jara;
- Edifício na Rua Poeta Emiliano da Costa, nºs 26 a 28;
- Edifício na Rua Poeta Emiliano da Costa, nºs 82 a 84;
- Edifício na Rua Almirante Cândido dos Reis, nºs 42 a 46 e Rua Dr. Augusto da Silva Carvalho, nº 49;
- Edifício na Rua Almirante Cândido dos Reis, nºs 61 a 67 e Rua da Oliveira, nº 1 a 7;

- Edifício na Rua Almirante Cândido dos Reis, nºs 78 e 80 e Largo da Caracolinha, nºs 28 e 28ª;
- Edifício na Rua Almirante Cândido dos Reis, nºs 89 a 91 e Rua do Forno, nº 10;
- Edifício na Rua Almirante Cândido dos Reis, nºs 100 a 104;
- Edifício na Rua Almirante Cândido dos Reis, nº 150;
- Edifício na Rua Almirante Cândido dos Reis, nºs 147 a 151 e Rua 1º de Dezembro, nºs 1 e 3;
- Edifício na Rua Almirante Cândido dos Reis, nºs 152 a 160 e Rua Poeta Emiliano da Costa, nºs 70 a 81;
- Edifício na Rua Almirante Cândido dos Reis, nºs 164 a 170 e Rua Poeta Emiliano da Costa, nºs 85 a 87;
- Edifício na Rua Almirante Cândido dos Reis, nº 196 e Rua Poeta Emiliano da Costa, nº 119;
- Edifício na Rua Almirante Cândido dos Reis, nº 215;
- Edifício na Rua Almirante Cândido dos Reis, nº 217;
- Travessa do Forno, nºs 8 a 10;
- Casa Botelho, Rua Álvares Botelho, nºs 28 e 30;
- Edifício no Largo de São Brás, nº 24;
- Quinta das Osgas, Rua da Corujeira Pequena, nºs 7 a 11;
- Edifício da Rua da Corujeira Grande, nº 3;
- Barão da Cabecinha;
- Casa do Capitão Jorge Ribeiro, Praça Dr. António Padinha, nºs 25 e 26;
- Edifício no Largo D. Ana, nº 13;
- Edifício na Rua Travessa da Fonte, nºs 13 e 15 e Calçada da Galeria, nºs 1 e 1ª;
- Edifício na Rua Gonçalo Velho, nºs 25 a 29,
- Edifício na Rua Gonçalo Velho, Calçada D. Ana e Rua dos Pelames;
- Edifício na Rua Alexandre Herculano, nºs 7 a 11;
- Edifício na Rua Dr. Marcelino Franco, nºs 7 a 11, Rua Estácio da Veiga nºs 19 e 21;
- Edifício na Rua Dr. Marcelino Franco, nºs 11 a 17, Trav. D. Brites, nºs 12 a 14;
- Edifício na Rua Dr. José Pires Padinha, nºs 22 e 24 e Trav. D. Brites;
- Edifício na Rua Dr. José Pires Padinha, nº 70;
- Edifício na Rua Dr. José Pires Padinha, nºs 88 a 92, Trav. das Cunhas, nºs 1 a 5 e Rua Dr. Parreira, nºs 47 a 51;
- Edifício na Rua Dr. Parreira, nºs 9 a 15;
- Edifício na Rua Dr. Parreira, nºs 36 a 38;
- Edifício na Rua Dr. Marcelino Franco, nºs 47 e 49;
- Edifício na Rua Dr. Marcelino Franco, nº 51 e Travessa das Cunhas;
- Edifício na Travessa das Cunhas, nºs 17 a 19;
- Edifício na Rua Terreiro do Garção, nº 20;
- Edifício na Rua Terreiro do Garção, nº 12;
- Edifício na Rua da Palmeira, nº 10;
- Edifício na Rua da Palmeira, nº 16;
- Edifício na Rua 1º de Maio, nº 15 e Largo Tomás Cabreira;
- Edifício na Travessa das Cunhas, nºs 35 a 39 e Rua 1º de Maio;
- Edifício na Rua Padre Evaristo do Rosário Guerreiro, nº 15;
- Edifício na Rua da Silva, nºs 10 e 12;
- Edifício na Rua da Silva, nº 9;
- Edifício na Rua 4 de Outubro, nº 5;
- Edifício na Rua Padre Evaristo do Rosário Guerreiro, nº 26 e Rua da Silva, nºs 21 a 23;
- Edifício na Rua Dr. José Pires Padinha, nº 184 e Rua Dr. Parreira;
- Edifício na Rua 31 de Janeiro, nº 41;
- Edifício na Rua Guilherme Gomes Fernandes, nºs 64 e 66 e Rua De Trás dos Álamos;
- Edifício na Rua Dr. Marcelino Franco, nºs 32 a 36;
- Edifício na Rua Dr. Marcelino Franco, nºs 40 e 42;
- Edifício na Rua da Liberdade, nºs 27 a 35;
- Edifício na Rua da Liberdade, nºs 30 a 32;
- Edifício na Rua da Liberdade, nºs 41 a 61;
- Edifício na Rua da Liberdade, nºs 50 a 56;

- Edifício na Rua da Liberdade, nºs 73 a 75;
- Edifício na Rua da Liberdade, nº 77 a 83;
- Edifício Rua D. Paio Peres Correia, nºs 1 a 5 e Rua da Liberdade, nºs 66 a 70;
- Edifício Rua D. Paio Peres Correia, nºs 10 a 14;
- Edifício Rua D. Paio Peres Correia, nº 21;
- Edifício Rua dos Bombeiros, nº 4;
- Edifício Rua dos Machados, nº 29;
- Edifício na Av. Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, nºs 1 a 3 / Rua Tenente Couto, nºs 2 a 6;
- Edifício na Av. Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, nºs 41 a 43;
- Edifício na Av. Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, nº 52 / Rua Dr. Miguel Bombarda, nºs 59 a 63 e Travessa de Lisboa, nºs 1 a 3;
- Edifício na Av. Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, nº 54;
- Edifício na Av. Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, nº 63;
- Edifício na Av. Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, nºs 70 a 78;
- Edifício na Rua Dr. Miguel Bombarda, nºs 23 a 27 / Travessa Zacarias Guerreiro, nºs 11 a 15 e Av. Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, nºs 22 a 24;
- Edifício na Rua Dr. Miguel Bombarda, nº 38;
- Edifício na Rua Dr. Miguel Bombarda, nº 71;
- Edifício na Rua Dr. Miguel Bombarda, nº 105;
- Edifício na Rua Dr. Miguel Bombarda, nºs 118 a 120 / Edifício Galhardo;
- Edifício na Rua Dr. Miguel Bombarda, nºs 151 a 155 e Rua Maria Piedade Vaz Baganha;
- Edifício na Rua da Atalaia, nº 3;
- Edifício na Rua da Atalaia, nºs 4 a 12;
- Portão de acesso ao Ginásio Clube de Tavira / Pista de Ciclismo, Rua Almirante Cândido dos Reis;
- Portal da Entrada do Cemitério de Tavira, Sítio de São Pedro, ER125;
- Casa em Cruz do Areal, séc. XIX, XX, Sítio Cruz do Areal;
- Casa em Curral de Boeiros, séc. XX;
- Quinta das Baceladas, séc. XXVI/XIX, Santiago (EM514);
- Quinta de José Nicolau, séc. XIX, Santiago (EM514);
- Monte da "Cancela das Almas", séc. XV-XVI – Porta Ogival;
- Quinta da "Pegada de Deus", séc. XVIII, XIX, XXX – Casa setecentista pertencente à quinta;
- Quinta de Miraflores, Sítio de Miraflores;
- Monte junto a Santa Margarida, séc. XVII;
- Venda de Santa Margarida, séc. XIX;
- Capela de Santa Margarida, incluindo casas anexas, séc. XVIII;
- Quinta de Santa Margarida, séc. XVIII;
- Monte do Rua, séc. XVII, XVIII;
- Quinta de Santo António, 1ª metade do séc. XVIII, inclui portal da mesma época;
- Quinta da Baleeira, séc. XVIII, sítio da Baleeira;
- Monte da Flandres, séc. XVI, XIX, inclui casa do caseiro, séc. XVI, sítio da Flandres.

LUZ DE TAVIRA E SANTO ESTEVÃO

- Igreja Matriz de Santo Estevão, Santo Estevão;
- Torre de Aires;
- Ermida de Nossa Senhora do Livramento, Livramento;
- Casa no Malhão, séc. XVIII/XIX, Sítio do Malhão;
- Quinta de Tolentino Bernardo de Mendonça Nunes, séc. XIX, Santo Estevão (EM514);
- Casa na Aldeia Alto Estevão, séc. XX;
- Quinta de D. Adelaide Palermo, séc. XIX, Estiramantens;
- Quintas de José Mendonça Furtado, séc. XIX;
- Quinta de Martins de Jesus, séc. XIX;
- Quinta de Dª. Maria Carlota Oswald, sítio da Asseca;

- Quinta da Torre de Aires, séc. XVII, XVIII – casa com capela, sítio da Torre de Aires;
- Quinta do Pinheiro, séc. XVII, sítio do Pinheiro;
- Quinta do Secretário, séc. XVIII;
- Monte do antigo Morgadio de Ângela Clara, séc. XVIII-1708, Livramento;
- Quinta de Amaro Gonçalves, séc. XVI, XVIII – com jardins / Casas de caseiros, séc. XVII / Portão de quinta e casas anexas, séc. XVII, sítio de Amaro Gonçalves;
- Monte dos Correias, séc. XVI, XVIII, XIX, sítio da Arroteia de Cima.

CONCEIÇÃO E CABANAS DE TAVIRA

- Igreja Matriz da Conceição;
- Ponte do Almargem;
- Casa do Guarda-florestal, séc. XX;
- Quinta do Alvisquer – Casa da quinta com capela, séc. XVIII;
- Quinta de Benamor – Casa da quinta com capela, séc. XVIII / Anexos agrícolas, séc. XVIII;
- Lagar da Calada, séc. XVIII, sítio da Calada;
- Casa de Zacarias Bento, séc. XVIII, Solteiras.

SANTA LUZIA

- Arraial do Barril;
- Igreja Matriz de Santa Luzia;
- Bairro de casas para pescadores Eng.º Sá e Melo;
- Quinta do Pinheirinho, séc. XVI, XVII, XVIII, XIX, estrada de Santa Luzia;
- Monte junto à estrada romana de Pedras D'El Rei, séc. XVI com molduras de massa, séc. XVIII;
- Monte com parte de casa em ruínas, séc. XVIII – Vestígios quinhentistas e restos de capela da casa, Santa Luzia.

SANTA CATARINA DA FONTE DO BISPO

- Igreja Matriz de Santa Catarina da Fonte do Bispo;
- Casa em Eira do Lobo, séc. XX, sítio Eira do Lobo;
- Quinta da Torre, séc. XIX.

CACHOPO

- Antiga casa dos Cantoneiros de Cachopo;
- Palheiros da Aldeia da Mealha;
- Casa no Garrobo, séc. XIX/XX;
- Casa do Lavrador, séc. XIX, Vale Odre e Casas Baixas.

PATRIMÓNIO

OUTROS LOCAIS COM INTERESSE ARQUEOLÓGICO

SÍTIOS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INVENTARIADOS NÃO CLASSIFICADOS

TAVIRA (Santa Maria e Santiago):

- Cerro da Alagoa I - CNS 17716 - Cronologia indeterminada;
- Cerro do Cavaco - CNS 7583 - Idade do Ferro / Período Romano;
- Cerro do Castelo - CNS 3168 - Idade do Ferro / Período Romano;
- Cerro do Castelo Vale Côvo - CNS 18422 - Período Islâmico;
- Cerro Zambujal Corte de Besteiros - CNS 18421 - Período Islâmico;
- Flandres - Período Romano;
- Forte do Rato, Fortaleza de Santo António ou Forte da Ilha das Lebres - CNS 22619 - Período Moderno;

- Moinho Velho - CNS 23793 - Cronologia indeterminada;
- São Domingos de Asseca - CNS 1135 - Período Romano.

CIDADE DE TAVIRA:

- Adro da Igreja da Misericórdia - CNS 5499 - Período Moderno;
- Avenida Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, n.º 1 - Período Medieval/ Período Moderno;
- Avenida Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, n.ºs 30 a 34 – Período Moderno;
- Alto de Santa Ana - CNS - 22598 - Período Medieval/ Período Moderno;
- Antigo Compromisso Marítimo – CNS 33597 - Período Moderno;
- Antigo Orfeão - CNS 22586 - Período Islâmico / Período Medieval / Período Moderno;
- Bairro da Atalaia - CNS 8205 - Período Romano;
- BNU (atual Núcleo Museológico Islâmico) - CNS 11553 - Idade do Ferro/ Período Islâmico / Período Medieval / Período Moderno;
- Beco da Alfeição, n.ºs 7 a 11B – Período Moderno;
- Calçada da Galeria / Parque de Festas - CNS 22591 - Período Idade do Ferro / Período Islâmico / Período Medieval / Período Moderno;
- Calçada de D. Ana, n.º 26 / Horta dos Mouros - CNS 34297 - Período Islâmico / Período Medieval;
- Calçada de D. Ana, n.º 29 - Período Moderno / Período Contemporâneo;
- Calçada de Santa Maria - CNS 22590 - Período Islâmico;
- Calçada de Santa Maria / Bela Fria - CNS 34976 - Período Islâmico;
- Casa Irene Rolo - CNS 22592 - Período Medieval / Período Moderno;
- Castelo de Tavira - Período Islâmico / Período Medieval / Período Moderno;
- Compromisso Marítimo - CNS 33597 - Período Moderno;
- Mosteiro das Bernardas / Convento de Nossa Senhora da Piedade - CNS 13704 - Período Moderno;
- Convento de Nossa Senhora da Graça - CNS 22589 - Idade do Ferro / Período Islâmico / Período Medieval / Período Moderno;
- Ermida de S. Roque - CNS 34655 - Período Islâmico / Período Moderno;
- Horta Caiada - Cronologia indeterminada;
- Igreja de Santa Maria do Castelo / Torre do Relógio da Igreja de Santa Maria do Castelo - CNS 33609 - Período Medieval / Período Moderno;
- Igreja e Convento do Carmo - CNS 22582 - Período Moderno;
- Igreja de S. Sebastião - Período Moderno;
- Largo da Misericórdia, n.º 25 / Casa de Gaveto - Cronologia indeterminada;
- Largo Zacarias Guerreiro, n.º 22 - Período Moderno;
- Palácio da Galeria / Parque de Festas - CNS 11652 - Idade do Bronze Final / 2.ª Idade do Ferro / Período Islâmico / Período Medieval / Período Moderno;
- Pensão Residencial do Castelo / Netos - CNS 11873 - Idade do Bronze Final / Idade do Ferro / Período Islâmico / Período Medieval / Período Moderno;
- Ponte sobre o Rio Gilão - CNS 124 - Período Medieval / Período Moderno;
- Praça António Padinha, n.ºs 21 a 24 - Período Moderno;
- Praça António Padinha, n.ºs 44 e 45 - Período Moderno;
- Praça da República - Período Islâmico / Período Medieval / Período Moderno;
- Praceta Félix Franco - Cronologia indeterminada;
- Quartel da Atalaia - Cronologia indeterminada;
- Rio Gilão - Cronologia indeterminada;
- Rua 5 de Outubro, n.ºs 20 a 28 / Praça António Padinha, n.ºs 44 e 45 - Período Moderno / Período Contemporâneo;
- Rua António Viegas, n.º 12 - Período Medieval / Período Moderno;
- Rua D. Paio Peres Correia - CNS 32793 - Período Moderno;
- Rua D. Paio Peres Correia, n.ºs 12 a 16 / Calçada dos Sete Cavaleiros, n.ºs 31 a 33 - CNS 34304 - Período Medieval / Período Moderno;

- Rua Damião Augusto de Brito Vasconcelos, n.º 18 e 20 - Período Moderno;
- Rua da Liberdade, n.º 14 - Período Moderno;
- Rua da Liberdade, n.º 24 - Período Moderno;
- Rua da Liberdade, n.º 52 a 54 - Período Moderno;
- Rua da Liberdade, n.ºs 72, 74 e 76 – Período Medieval / Período Moderno;
- Rua da Liberdade, n.º 78 - Período Islâmico / Período Medieval / Período Moderno;
- Rua das Capacheiras, n.º 20 – Período Islâmico;
- Rua das Olarias (frente aos n.ºs 7 a 29) - Período Islâmico / Período Medieval;
- Rua das Olarias, n.º 7 - Período Moderno;
- Rua das Olarias, n.º 13 - Período Moderno;
- Rua das Olarias, n.ºs 19 a 23 - CNS 22587 - Período Moderno;
- Rua dos Bombeiros Municipais - Cronologia indeterminada;
- Rua dos Machados, n.ºs 5 a 7 - Período Islâmico;
- Rua dos Mouros, n.º 5 - Cronologia indeterminada
- Rua dos Mouros, n.ºs 36 a 40 - Cronologia indeterminada
- Rua dos Pelames (muralha) - CNS 35301 - Período Medieval / Período Moderno
- Rua dos Pelames - Período Moderno
- Rua Dr. Augusto Carlos Palma - Período Moderno
- Rua Dr. Miguel Bombarda, n.ºs 2 a 8 - Cronologia indeterminada
- Rua Dr. Miguel Bombarda, n.ºs 10 a 14 - CNS 22600 - Cronologia indeterminada;
- Rua Dr. Miguel Bombarda, n.ºs 12 a 22 - Período Islâmico / Período Medieval / Período Moderno;
- Rua Dr. Miguel Bombarda, n.º 33 - Período Medieval / Período Moderno;
- Rua Dr. Miguel Bombarda, n.ºs 36 e 38 - Cronologia indeterminada;
- Rua Dr. Miguel Bombarda, n.ºs 47 a 49 - Cronologia indeterminada;
- Rua Dr. Miguel Bombarda, n.ºs 61 a 65 - CNS 32767 - Período Medieval / Período Moderno;
- Rua Dr. Parreira, n.ºs 9 a 15 - Período Moderno;
- Rua Dr. Parreira, n.º 21/ Rua José Pires Padinha, n.º 50 - Período Moderno;
- Rua Gonçalo Velho, n.º 25, 27 e 29 - Idade do Ferro/ Período Islâmico / Período Medieval / Período Moderno;
- Rua Gonçalo Velho - CNS 32794 - Período Islâmico;
- Solar dos Corte-Real - CNS 14212 - Idade do Ferro / Período Islâmico / Período Medieval / Período Moderno;
- Terreiro do Parguinho, n.ºs 2 a 4 - Idade do Ferro/ Período Islâmico/ Período Medieval/ Período Moderno;
- Travessa dos Escuteiros, n.º 8D - CNS 22585 - Período Moderno;
- Travessa dos Pelames (Barbacã) - Idade do Ferro/ Período Islâmico;
- Travessa dos Pelames, n.ºs 6 a 8 - Idade do Ferro;
- Travessa Zacarias Guerreiro, n.ºs 10 a 14 - Período Moderno/ Período Contemporâneo.

LUZ DE TAVIRA E SANTO ESTEVÃO

- Arroio - CNS 7587 - Período Romano;
- Estação Arqueológica da Luz/Cidade Romana de Balsa - CNS 60 - Período Romano;
- Horta do Ramos - CNS 7586 - Período Romano;
- Paúl - CNS 945 - Período Romano;
- Pinheiro - CNS 7639 - Período Paleolítico Inferior e Médio;
- Sítio da Torre - CNS 17816 - Período Romano/ Período Islâmico.

CONCEIÇÃO E CABANAS DE TAVIRA

- Calçadinha - CNS 29588 - Período Romano;
- Curralinho/ Malhada do Peres 1 - CNS 18205 – Cronologia indeterminada;
- Forte de S. João de Cabanas - CNS 22183 - Período Moderno;
- Malhada de Peres 14 - CNS 18743 - Período medieval;
- Malhada de Peres 15 - CNS 18842 - Cronologia Indeterminada;
- Ponte do Almargem - CNS 7636 - Período Romano;

- Várzea de Carriços/ Malhada do Peres 12 - CNS 18606 - Cronologia indeterminada.

SANTA LUZIA

- Almargem - Período Romano;
- Pedras d'El Rei - CNS 7585 - Período Romano.

SANTA CATARINA DA FONTE DO BISPO

- Alcariais de Santa Catarina - CNS 18420 - Período Islâmico;
- Calçada e Via Romana da Ribeira do Lagar - Período Romano;
- Ponte de Bengado - CNS 11979 - Período Romano.

CACHOPO

- Anta das Pedras Altas - CNS 18250 - Neo-Calcolítico;
- Anta da Masmorra - CNS 3045 - Neo-Calcolítico.

OUTROS LOCAIS COM INTERESSE ARQUEOLÓGICO

SÍTIOS SUBAQUÁTICOS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO NÃO CLASSIFICADOS

NAUFRÁGIOS:

- "La Nymphe" (1771) - CNS 29400;
- "Marie Joseph" (1737) - CNS 29392;
- Barra do Gilão (1648) - CNS 30584.

Achados isolados:

- Ilha de Tavira - Ânfora - CNS 25331 - Período pré-romano;
- Quinta da Torre de Aires - CNS 27948;
- Tavira 1 - Ânforas - CNS 22726 - Achados sucessivos de ânforas por redes de arrasto, em profundidade;
- Tavira 2 - Ânforas - CNS 22395 - Achados sucessivos de ânforas por redes de arrasto, em profundidade;
- Tavira 3 - Ânforas - CNS 31471 - Achados sucessivos de ânforas por redes de arrasto, em profundidade.

Outras ocorrências:

- Cabanas de Tavira - Poço - CNS 24322;
- Tavira - Salinas - CNS 23616.

MONTES E OUTRAS ESTRUTURAS[13]

Montes:

- Malhada de Santa Maria, Santa Catarina da Fonte do Bispo;
- Casas Baixas, Cachopo;
- Alcarias de Baixo, Cachopo.

Outras estruturas:

- Construções Primitivas em materiais vegetais;
- Construções Primitivas mistas, em pedra e materiais vegetais;

13 Plano Diretor Municipal de Tavira, 1997, Anexo EA3 – Estudos de Urbanismo/ EA3.3 – Património Cultural – Mundo Rural; Peças desenhadas, nº 29.1 e 29.2 – Património Cultural

- Construções Primitivas em pedra;
- Moinhos de Maré e de Água;
- Moinhos de Vento;
- Noras;
- Picotas;
- Tanques[14];
- Levadas[15];
- Poços[16];
- Eiras[17];
- Azinhagas[18].

PATRIMÓNIO

CULTURAL IMATERIAL

CONCEITO, ÂMBITO E LEGISLAÇÃO

Entende-se por Património Cultural Imaterial (PCI), práticas, representações, conhecimentos e técnicas, juntamente com os objetos, instrumentos, artefactos e lugares que possam estar associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte do seu património cultural. Este património, que se transmite de geração em geração é continuamente recriado pelas comunidades.

O Decreto-Lei 139/2009, de 15 de junho, estabelece o regime jurídico de salvaguarda do PCI. Enquadra a participação das comunidades bem como das autarquias locais, cujo papel é de suma importância "na promoção e apoio para o conhecimento, defesa e valorização das manifestações do PCI mais representativas das respetivas comunidades". Trata-se de um desenvolvimento do disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que constituiu as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, em harmonia com o direito internacional, nomeadamente com a Convenção para a Salvaguarda do PCI, adotada na 32.ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris em 17 de outubro de 2003, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, de 24 de janeiro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 28/2008, de 26 de março.

Posteriormente, institui-se o procedimento de inventariação do PCI pela Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril, onde são igualmente definidas as condições a observar em matéria do processo de identificação, estudo e documentação do PCI, entre as quais o âmbito dos métodos e técnicas de pesquisa a aplicar, bem como as qualificações académicas que devem ser dotados os profissionais responsáveis por esse processo.

Entende-se por "salvaguarda", as medidas que visam garantir a viabilidade do património, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a proteção, a promoção, valorização e transmissão- essencialmente por via da educação formal e não-formal (Figuras 28, 29 e 30).

14 Inventário de património edificado, trabalho realizado por Marco Sousa Santos (Historiador de Arte) no âmbito do estágio desenvolvido entre novembro de 2013 e novembro de 2014, nas freguesias da Luz de Tavira, Santa Catarina da Fonte do Bispo.
15 Ibidem
16 Ibidem
17 Ibidem
18 Ibidem

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 28 | Fabrico artesanal de queijo de cabra e "azeitonas de sal" – prato feito com variedade local de azeitona, denominada "maçanilha algarvia" ou "maçanilha de Tavira".

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 29 | "Ir à maré" e vinha (uva de mesa e para fabrico de vinho).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 30 | Ovelha churra algarvia – espécie autóctone e semear batata (agricultura familiar).

CULTURAL IMATERIAL

DIETA MEDITERRÂNICA – PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE

A Dieta Mediterrânica é um conjunto de práticas, usos e conhecimentos, transmitidas de geração em geração e que proporcionam um sentimento de pertença e de continuidade para as comunidades envolvidas.

Os pilares da Dieta Mediterrânica são os seguintes:

- Modo de vida (e não apenas um regime alimentar);
- Sustentabilidade (ao nível de modos de produção, distribuição e consumo);
- Partilhada com outros países do Mediterrânico (identidade histórica).

Neste sentido, a Dieta Mediterrânica integra transformações da paisagem, rituais e festividades, práticas, tecnologias, que se traduzem nas diversas formas de convívios à mesa e de viver em comunidade.

Em março de 2012 foi apresentada na sede da UNESCO em Paris, a Candidatura da Dieta Mediterrânica a PCI da Humanidade. Subscreveram esta candidatura transnacional, sete Estados com culturas mediterrânicas milenares: Portugal (Tavira), Chipre (Agros), Croácia (Hvar e Brac), Grécia (Koroni), Espanha (Soria), Itália (Cilento) e Marrocos (Chefchaouen).

A "Dieta Mediterrânica" integra a Lista Representativa de PCI da Humanidade, aprovada em Baku (Azerbaijão) a 4 de dezembro de 2013 no decorrer da 8ª Conferência Intergovernamental da UNESCO para Salvaguarda do PCI.

Tavira é a partir desse momento comunidade representativa de Portugal com implicações jurídicas e operativas.

A escolha de Tavira foi e é fundamentada pela diversidade e pelo grau de preservação dos patrimónios e diversidade das paisagens culturais associadas, bem como dos testemunhos da presença de civilizações da Antiguidade.

A partir de final de 2013 desenvolveu-se uma intensa atividade relacionada com o Plano de Salvaguarda aprovado pela UNESCO. Entre as atividades mais relevantes refira-se a participação de Tavira nas reuniões internacionais de coordenação dos sete Estados, nas reuniões do Grupo de Trabalho Nacional e de âmbito regional, no Grupo de Trabalho da Universidade do Algarve, em dezenas de conferências e seminários, na conceção e realização de exposições fixas e itinerantes, na organização desde 2013 da "Feira da Dieta Mediterrânica".

Fundamental para o desenvolvimento desde trabalho será a criação do Centro de Estudos da Dieta Mediterrânica e de um museu vivo, relacionado com todas as dimensões do elemento.

No plano do reconhecimento e inventário considera-se:

- A "Dieta Mediterrânica" como um dos eixos estratégicos do desenvolvimento do município dada a relevância da inscrição na Lista Representativa do PCI da Humanidade;
- O regime jurídico de salvaguarda de PCI que compreende medidas de salvaguarda e procedimento de inventariação;
- O trabalho do Museu Municipal de Tavira na investigação regular ainda anterior à candidatura UNESCO, potenciado na conceção e produção de exposições e catálogos editados, e também, no registo etnográfico e de envolvimento das comunidades que deverá ser aproveitado no âmbito do atual paradigma do PCI;
- O património cultural imaterial e as várias manifestações da "Dieta Mediterrânica", são indissociáveis do património material (móvel, imóvel e natural/paisagístico);
- A pesquisa arquivística e histórica;
- A relevância da proteção e valorização das paisagens culturais da dieta mediterrânica, nomeadamente pela preservação e reativação das atividades relacionadas com as produções endógenas, do pomar de sequeiro algarvio, das culturas da vinha e da oliveira, da atividade salineira e do ambiente natural e paisagístico da Ria Formosa e do Parque Natural.

Nos aspetos do inventário as manifestações de PCI da Dieta Mediterrânica, enquadradas pela legislação existente, recaem nos seguintes domínios e categorias:

- **Domínios:** Tradições e expressões orais; Expressões artísticas e manifestações de caráter performativo; Práticas sociais, rituais e eventos festivos; Conceções, conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo; Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais;
- **Categorias:** Organização social; Norma e regulação social; Arquitetura e construção; Habitação e espaço doméstico; Cozinha, alimentação e estimulantes; Corpo, vestuário e adornos; Higiene e conforto; Medicina e saúde; Gestão de recursos energéticos; Gestão de recursos hídricos; Gestão de biótopos; Coleta e caça; Pesca e aquicultura; Criação e utilização de animais; Agricultura e silvicultura; Atividades transformadoras; Atividades extrativas; Transporte, comércio e comunicação; Festividades cíclicas; Rituais coletivos; Ritos de passagem; Atividades lúdicas; Espetáculo e divertimento; Manifestações artísticas e correlacionadas; Manifestações musicais e correlacionadas; Manifestações teatrais e performativas; Manifestações literárias, orais e escritas; Conceções míticas e lendárias; Conceções e práticas mágico-religiosas.

O património imaterial é indissociável do património material (móvel, imóvel e natural/paisagístico) e a Dieta Mediterrânica é um dos instrumentos de proteção e valorização paisagística, dos bens móveis e imóveis, e dos produtos, pelo que deverão ser articulados.

O inventário da Dieta Mediterrânica em elaboração pressupõe:

- Contacto com a população (inclui-se as juntas de freguesia, associações de cariz recreativo, defesa do património, entre outras); a informação sobre os processos surge a partir de um processo participado - com os detentores/transmissores, com os representantes eleitos democraticamente, com os especialistas académicos, entre outros;

- Trabalho de terreno com grupo restrito de pessoas/informadores com os quais se explora as várias dimensões da Dieta Mediterrânica, enquanto modo de vida.

PATRIMÓNIO

NATURAL

De acordo com a Convenção para a Proteção do Património Natural e Cultural, UNESCO, 1972, serão considerados como património natural ou paisagístico[19]:

- "Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico";
- "As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação";
- "Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excecional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural."

De referir, que este conjunto de valores naturais está estudado no volume I, Capítulo|Biofísica e Paisagismo. Dada a complexidade e a vasta informação associada ao património natural, já caracterizados no capítulo mencionado, optou-se por enumerar apenas os já abordados e realizar uma breve caracterização dos demais.

NATURAL

BIOFÍSICO

No que concerne ao património natural biofísico do concelho de Tavira, assume relevância a Rede Natura 2000 (RN2000), que compreende as áreas classificadas como Zona Especial de Conservação (ZEC) e as áreas classificadas como Zona de Proteção Especial (ZPE), definidas em resultado da transposição, para o Ordenamento Jurídico Português, das Diretiva do Conselho Europeu n.º 79/409/CEE (Diretiva Aves) e Diretiva nº 92/43/CEE (Diretiva Habitats).

No caso concreto do concelho de Tavira, este é abrangido por dois Sítios de Interesse Comunitário (SIC), nomeadamente o **Sítio Ria Formosa/Castro Marim** e o **Sítio do Caldeirão,** ou seja10,8% do território concelhio é abrangido por RN2000.

Em relação ao Arvoredo de Interesse Público, o concelho de Tavira possui um exemplar arbóreo sendo uma das árvores mais antigas de Portugal, contemporâneo de Cristo - 2000 anos. Tavira, nos tempos mais antigos, foi importante porto de mar, por aqui passaram Gregos e Romanos que, provavelmente, terão trazido esta espécie vegetal (Ficha da Árvore de Interesse Público, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF)).

[19] Decreto n.º 49/79, de 6 de junho

Pelo Decreto-Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro, o ICNF classifica árvores que merecem a designação de "Interesse Público", quando, pelo seu porte, desenho, idade, raridade, interesse histórico ou paisagístico se distinguem das outras da sua espécie.

Esta classificação atribui ao elemento arbóreo um estatuto similar ao do património construído classificado, constituindo um património de elevadíssimo valor ecológico, paisagístico, cultural e histórico, beneficiando de uma área de proteção de 50 metros de raio, a contar da sua base[20].

Neste âmbito, as áreas classificadas e o exemplar arbóreo classificado como Árvore de Interesse Público são os seguintes (Figuras 31 e 32):

Áreas classificadas:

- Sítio Ria Formosa/Castro Marim;
- Sítio do Caldeirão;
- Zona de Proteção Especial da Ria Formosa;
- Zona de Proteção Especial do Caldeirão;
- Parque Natural da Ria Formosa;
- Sítio RAMSAR Ria Formosa.

Árvore de interesse público:

- Olea europaea L. var. europaea (Aldeamento Turístico de Pedras D' El Rei, Santa Luzia)

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 31 | Olea europaea, Pedras D' El Rei, Santa Luzia.

[20] Nº 8 do artigo 3 do Decreto-Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro.

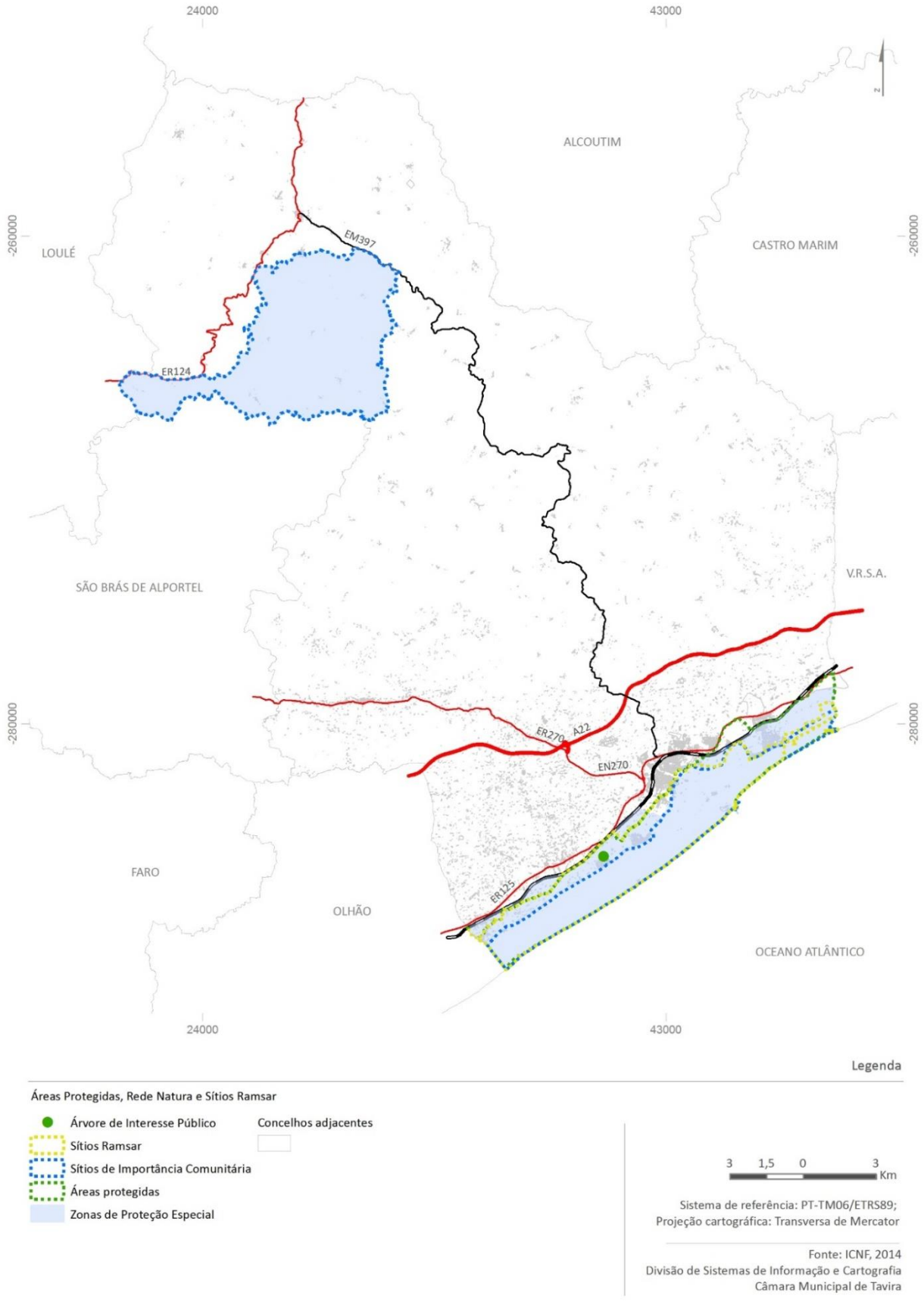


FIGURA 32 | Áreas Protegidas, Rede Natura e Sítios RAMSAR no concelho de Tavira, 2014.

GEOLÓGICO

O património natural geológico e geomorfológico tem vindo a ser progressivamente valorizado como documento explicativo da evolução da paisagem ou da génese dos recursos que modernamente utilizamos.

Por outro lado, a cronologia geológica onde se inserem tais contextos remete-nos para períodos por vezes muito anteriores à história da humanidade, o que acentua o valor cultural e pedagógico dos depósitos geológicos *in situ*.

Se em certas circunstâncias, a raridade, localização ou abundância de determinados bens patrimoniais geológicos pode dar origem à sua classificação como geomonumentos ou mesmo à criação de geoparques temáticos, cada vez mais procurados por um público crescente; a identificação, o registo e a salvaguarda possível de alguns testemunhos destes depósitos adquire um valor excecional que as futuras gerações, mais ainda que as presentes saberão apreciar, reconhecendo os esforços que agora se fizerem para a preservação destes elementos.

Neste sentido, entendeu-se oportuno incluir neste estudo, de acordo com o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) um zonamento específico para alguns depósitos e áreas de interesse geológico, tendo sido identificadas um conjunto de cinco ocorrências (Figura 33).

- Corte geológico de Marco: na ER 270 (S. Brás de Alportel-Tavira) encontra-se um corte geológico na barreira sul da estrada, a nascente da povoação de Marco, onde se observa em excelentes condições a passagem dos últimos níveis Vulcano-sedimentares do Triásico-Jurássico Inferior aos dolomitos do Jurássico Inferior. Em direção a Tavira os pelitos vermelhos e os dolomitos vão surgindo na barreira intermitentemente devido a ação de falhas (LNEG, 2014);

- Pêgo do Inferno: este local está devidamente assinalado na ER 2070 e EM 397. É constituído por um conjunto de três cascatas talhadas em tufos calcários do Quaternário, originando interessantes estruturas originadas pela precipitação do carbonato de cálcio observáveis na base da escada no leito da ribeira da Assêca (LNEG, 2014);

- Afloramentos de Palheirinhos e de São Domingos: ambos na EM 397 mostram diferentes aspetos dos níveis carbónicos que constituem a serra Algarvia, formados essencialmente por xistos e grauvaques intensamente dobrados e falhados. No primeiro corte, ao km 32 daquela estrada, ocorre um conjunto de dobras e falha notável, disfrutando-se também para poente de um belo panorama da serra Algarvia. No afloramento de São Domingos, situado um pouco a norte da ribeira de Séqua, observam-se arenitos e conglomerados pertencentes à formação dos Arenitos de Silves (Triásico) sobrepondo-se aos xistos e grauvaques do Carbónico com superfícies de estratificação com marcas de ondulação (LNEG, 2014);

- Vale da ribeira de Séqua: tomando o troço da EM 397 que sai da ER 125 no vale desta ribeira, pode-se observar um corte geológico, na margem esquerda do vale, relativamente bem conservado e constituído por níveis da parte terminal do Jurássico Superior. As fácies aqui presentes, constituídas por argilitos e arenitos, são mais detríticas que o habitual conferindo um valor geológico significativo ao corte derivado da singularidade deste ambiente de deposição no contexto carbonatado do Jurássico Superior (LNEG, 2014);

- Arraial do Barril: valor deste sítio é resultado da forma sustentável como o ambiente está a ser explorado, não introduzindo impactes negativos generalizados mas somente pontuais. A ocupação da ilha de Tavira neste local é um bom exemplo de exploração turística com uma afetação ambiental mínima.

No acesso à ilha de Tavira nesta área, tanto através da ponte pedonal como da linha de comboio, pode observar-se inicialmente o meio lagunar e depois os sapais, os canais de maré e as dunas, bem como a vegetação e fauna. As dunas frontais, já na praia, apresentam escarpas de erosão, alguns cortes eólicos e pequenos galgamentos oceânicos bem conservados (LNEG, 2014).

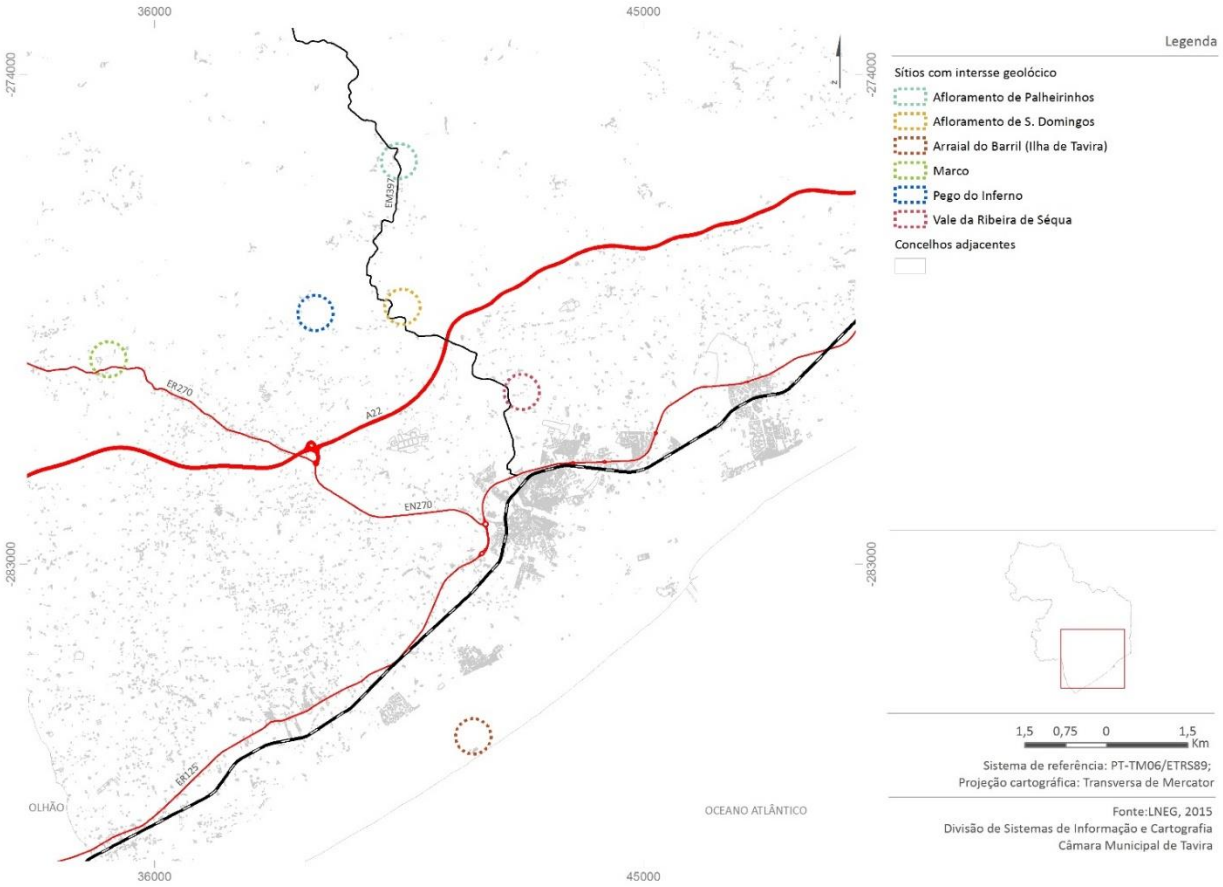


FIGURA 33 | Sítios com interesse geológico no concelho de Tavira.

As possibilidades de valorização patrimonial, cultural e turística destes elementos são também muito grandes. Para além, do Pêgo do Inferno, os outros locais identificados, podem permitir – com simples sinalética explicativa e alguma divulgação e apoio pontual – a criação de percursos temáticos, orientados para público escolar e geral, numa estratégia de diversificação da atração turística.

SWOT

EVOLUÇÃO DO PDM EM VIGOR

Maior número de edifícios classificados como monumento de interesse público.

- Reabilitação da zona central da cidade de Tavira:
  - Reabilitação do parque edificado com fins culturais, de iniciativa privada;
  - Requalificação de espaços públicos, valorização das áreas pedonais, reorganização do trânsito, reordenamento e requalificação do mobiliário urbano;
  - Reabilitação de edifícios para implementação de equipamentos estruturantes, de iniciativa pública:
    - Equipamentos Culturais - Museu Municipal/ Palácio da Galeria e Núcleo Islâmico e outros, Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, Arquivo Histórico Municipal, Mercado da Ribeira, Centro Ciência Viva, Ermidas de Santa Ana e São Sebastião, Igreja de Nossa Senhora das Ondas e São Roque (em conclusão) e Casa André Pilarte (parcial);
    - Empreendimento Turístico e Equipamento Social - Pousada do Convento de Nossa Senhora da Graça, Pousada da Juventude;
    - Equipamentos Educativos e Administrativos – Edifício Irene Rolo.
- Sensibilização crescente da população para a conservação e a reabilitação urbana, bem como para o património cultural: arqueológico, arquitetónico, artístico.
- Classificação da Dieta Mediterrânica como património cultural imaterial da humanidade pela UNESCO tendo Tavira como comunidade representativa de Portugal.
- Ocorrência de áreas classificadas (PNRF e Rede Natura 2000), com plano de ordenamento e de gestão eficazes.

DIAGNÓSTICO

Pontos fortes

- Atratividade do património histórico-cultural e natural, material e imaterial.
- Identidade, autenticidade e atmosfera cultural.
- Cartografia georeferenciada do património.
- Elevada qualidade artística e diversidade do património construído e riqueza do património imaterial.
- Imagem valorizada de Tavira no exterior.
- Importância monumental e arqueológica, com reconhecimento da presença de civilizações da Antiguidade no território.
- Estratégia cultural objetivada, persistente e consolidada com reabilitação de património construído para fins culturais e programação regular dos espaços.
- Classificação PCI da Humanidade da UNESCO – Dieta Mediterrânica, Tavira como comunidade representativa de Portugal.
- Oferta cultural com preocupações educativas e de qualidade, valorizando a cultura portuguesa e a região.
- Adesão e consciencialização crescente dos valores culturais por parte da comunidade.
- Investigação do património material e imaterial com acesso das edições pela comunidade.
- Recursos naturais biofísicos e geológicos de reconhecido valor conservacionista.

Pontos fracos

- Lacunas no planeamento da manutenção/conservação regular dos equipamentos e monumentos.
- Abertura sazonal das igrejas da cidade.
- Comunicação generalista e não especializada na área cultural e patrimonial.
- Insuficiência de recursos humanos especializados para abertura de espaços.
- Insuficiente reconhecimento e estudo do património rural e marítimo.
- Necessidade de uma gestão integrada do património cultural.
- Recursos Humanos e meios insuficientes para o trabalho de conservação e divulgação do património.
- Necessidade de fiscalização mais adequada em áreas patrimoniais e monumentais.
- A degradação do património paisagístico milenar pela introdução recente de atividades de produção agrícola intensiva, com descaracterização e "plastificação" de valiosas componentes do território.
- Deficiente conhecimento e aproveitamento turístico do património natural por parte do Município.
- Ações de vandalismo.

Oportunidades

- Melhoria contínua e progressiva da oferta cultural e pa-

Ameaças

- Degradação de património monumental.

trimonial com afirmação nacional e internacional.
- Prestígio de Tavira potencia a internacionalização e o turismo cultural.
- Aumento crescente do turismo cultural.
- Sensibilização alargada e reconhecimento dos valores da cultura ajuda à constituição de uma base de economia local produtiva mais forte e atrativa.
- Progressos na investigação sobre a história e o património da região.
- Sensibilização para o património.
- Emprego cultural estruturante e complementar.
- Novas tecnologias aplicadas ao património.
- Participação dos cidadãos.
- Valorização de territórios rurais, de baixa densidade, através da Dieta Mediterrânica.
- Diversidade dos patrimónios: monumental, arquitetónico, artístico, gastronómico, paisagístico, …
- Promoção de atividades científico-turísticas.
- Reprodução de modas conjunturais descaracterizadoras do património.
- Abandono das zonas rurais e perda da memória social.
- Presença recente de atividades produtivas lesivas do património paisagístico e arqueológico, suscetíveis de atingir a atração turística e impossibilitar circuitos de natureza.
- Massificação turística poderá prejudicar a sustentabilidade dos territórios e a qualidade ambiental.
- Utilização indevida (diversidade de funções, falta de segurança e de vigilância).
- Intervenções menos criteriosas e qualificadas.
- Pressão urbanística, agrícola e florestal.
- Uso ilegal de detetores de metais.
- Articulação da investigação entre património material, imaterial e as comunidades.
- Despovoamento dos territórios interiores que dificulta a implementação de medidas de salvaguarda de património imaterial.
- Situação de degradação do Pêgo do Inferno.

TURISMO

"Sempre que viajamos, passamos a fazer parte de um movimento global que tem o poder de conduzir a uma mudança positiva para o nosso planeta e todas as pessoas."

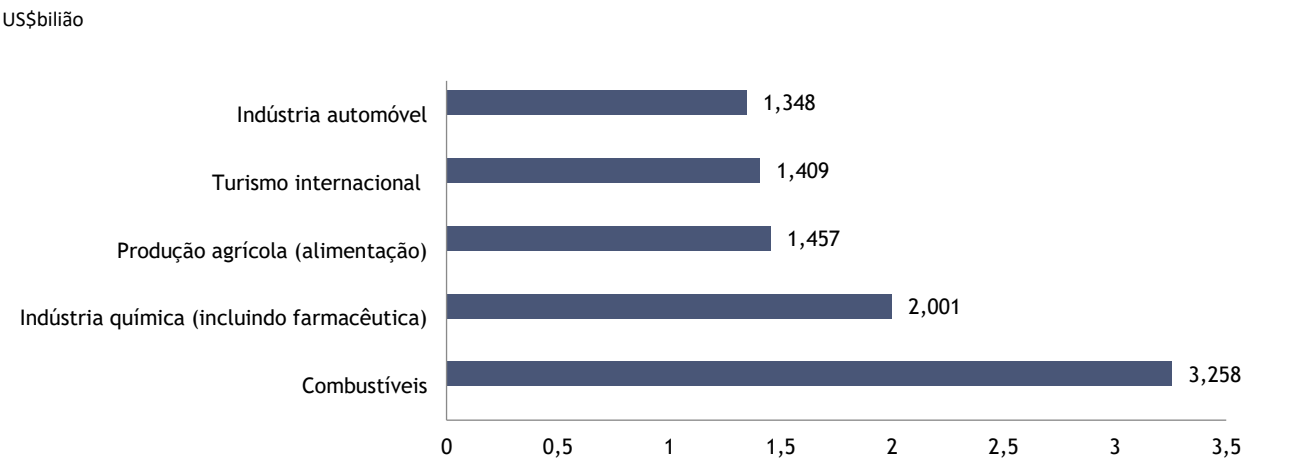
UNWTO Secretary-General Taleb Rifai

TURISMO

CONTEXTO MUNDIAL

Conforme Silva *et al* (2013: 41) referem, o turismo é hoje uma das principais indústrias a nível mundial e assume, como um dos seus objetivos, a criação de valor para milhões de consumidores turísticos em contextos geográficos e culturais muito diversos. Os mesmos investigadores acrescentam que o turismo tem potenciado a criação de empregos, de retornos de investimentos, de receitas fiscais e do próprio desenvolvimento de países e regiões.

Atualmente de acordo com o Relatório Anual de 2014 da Organização Mundial de Turismo (OMT), a indústria do turismo em termos de ganhos de exportação é o quarto maior setor, com ganhos no montante 1,409 (US$ biliões), conforme gráfico 1. De acordo com a mesma fonte o turismo internacional representa 30% das exportações de serviços e 6% do total das exportações.



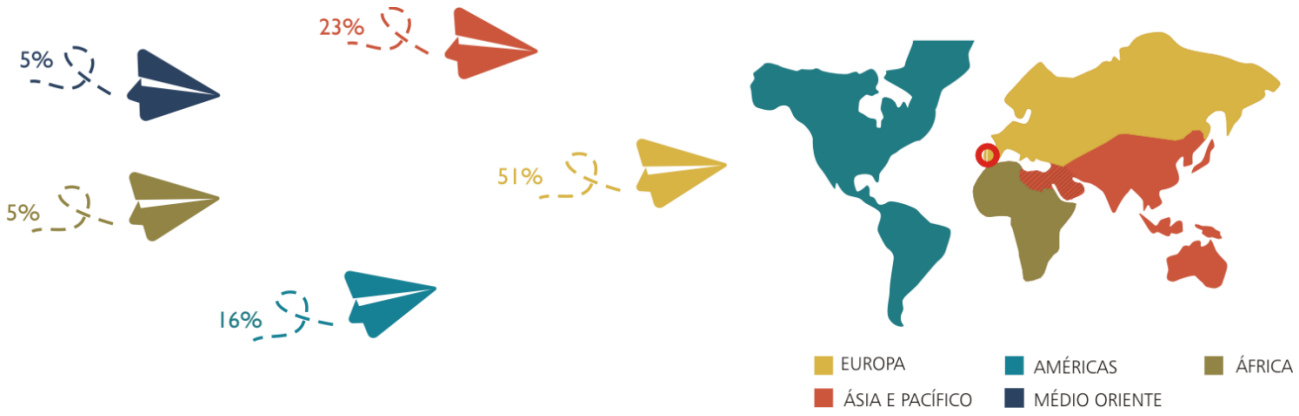
Fonte: OMT, 2015

GRÁFICO 1 | Ganhos das exportações por categoria em 2013.

Dados da OMT (2015) relativos ao panorama do turismo internacional, referem também que a nível mundial o turismo representa 9% do Produto Interno Bruto (PIB) (efeito direto e indireto), que 1 em cada 11 empregos estão ligados ao turismo e que esta atividade representa 6% das exportações mundiais. O número de turistas internacionais, de 1950 para 2014, passou de 25 milhões para 1.133 milhões, o que espelha bem a evolução turística.

Dados recentes, divulgados também por este Organismo, revelam que em 2014 o crescimento das chegadas internacionais no mundo foi de 4,3%, ficando acima das previsões que a Organização tinha feito para o período 2010-2020 (3,8%). O maior crescimento registou-se nas Américas (8%), seguindo-se a Ásia e Pacífico (5%). A Europa e África apenas cresceram 3% e 2%, respetivamente.

Não obstante o maior crescimento não se ter verificado na Europa, a realidade é que este continente continuou a ser o principal destino em termos de chegadas turísticas internacionais em 2014, representando mais de 50% do total, seguindo-se a Ásia e o Pacífico com 23% e Américas 16% (Figura 34).



Fonte: OMT, 2015

FIGURA 34 | Chegadas turísticas internacionais por continente, em 2014.

De forma generalizada todos os destinos têm vindo a aumentar o número de chegadas internacionais nos últimos anos (Quadro 1).

QUADRO 1 | Chegadas internacionais por continente de 2010 a 2014.

Milhões

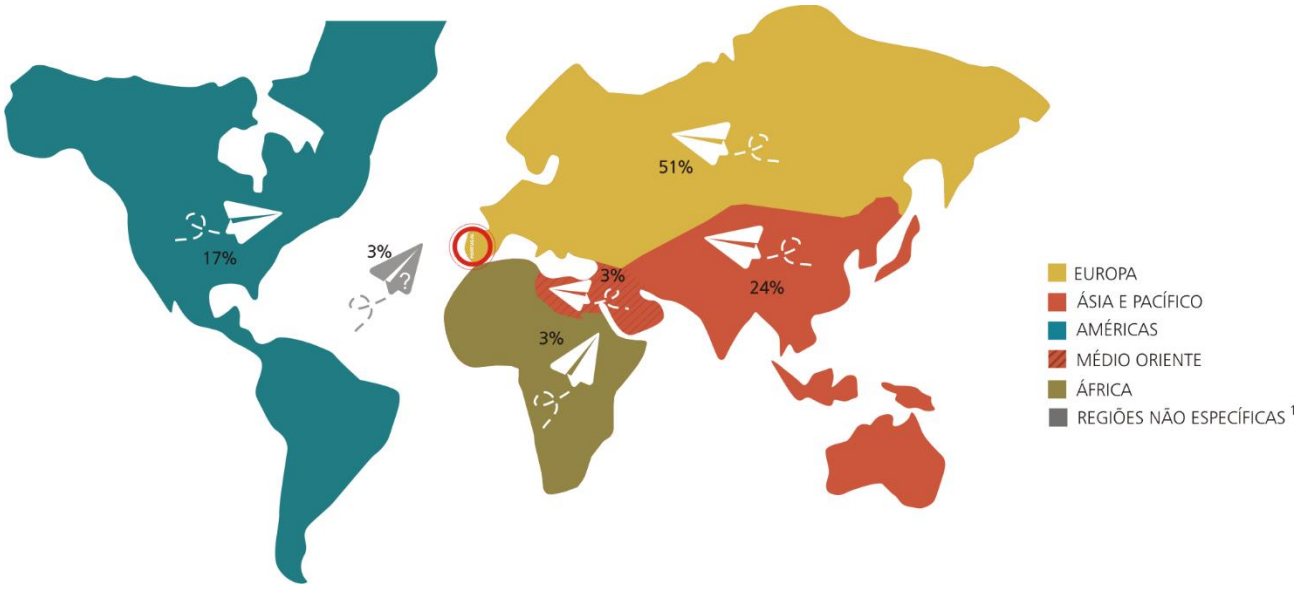
CHEGADAS INTERNACIONAIS						
DESTINOS	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014***	**2014***
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	Quota (%)
ÁSIA E PACÍFICO	204 889	218 511	233 534	249 780	263.305	23,24
AMÉRICAS	150 578	155 964	162 721	167 520	180 965	15,98
ÁFRICA	49 938	49 646	52 948	54 370	55 683	4,92
MÉDIO ORIENTE	58 172	54 629	51 684	48 442	51 041	4,51
EUROPA	484 842	516 020	534 376	566 445	581 769	51,36
TOTAL	**948 419**	**994 770**	**1 035 263**	**1 086 557**	**1 132 763**	**100,00**

* Dado previsional

Fonte: OMT, 2015

Relativamente aos mercados emissores de turismo internacional, de acordo com a publicação sobre o Panorama do Turismo Internacional da OMT (2015), a maioria das viagens internacionais têm lugar no próprio continente dos viajantes. A mesma publicação refere que é nas economias avançadas da Europa, Américas, bem como Ásia e Pacífico que se localizam os principais mercados emissores, ainda que, algumas economias emergentes com o aumento dos rendimentos disponíveis também tenham vindo a crescer.

De acordo com dados da OMT, representados na figura 35, a Europa continua a ser o principal continente emissor, gerando mais de metade das chegadas internacionais (51%), seguindo-se a Ásia e Pacifico (24%), as Américas (17%), Médio Oriente (3%) e África (3%).

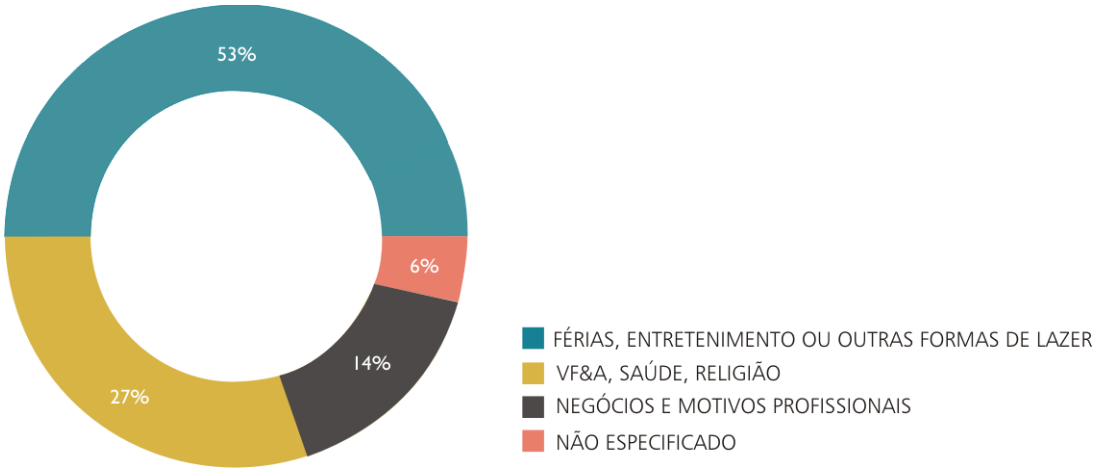


Fonte: OMT, dados provisórios 2015

[1] Países que não podem ser atribuídos a uma região específica de origem. Como a informação é proveniente de dados do turismo recetor, isso ocorre quando o país de origem ou quando tais categorias como "outros países" são usados para agrupar os países em conjunto que não são especificamente separados.

FIGURA 35 | Origem dos turistas internacionais por continente, em 2014.

Em relação ao fenómeno turístico é fulcral analisarmos as motivações que levam os turistas a deslocar-se para um determinado destino. De acordo com a OMT, as viagens de férias, entretenimento ou outras formas de lazer representavam mais de metade do total de chegadas turistas internacionais (53%) em 2014. Cerca de 14% dos turistas internacionais indicaram que viajaram por negócios ou motivos profissionais, enquanto 27% referiram as visitas a familiares e amigos (VF&A), religiosas, de saúde, etc. como principal motivação. Os restantes 6% não especificaram as razões das visitas (Gráfico 2).



Fonte: OMT, dados provisórios 2015

GRÁFICO 2 | Motivo da viagem em 2014.

Sendo que é referido pela OMT que a maioria das viagens internacionais se realizam no próprio continente, é essencial compreender a realidade mais próxima, neste caso da União Europeia-28.

CONTEXTO EUROPEU

De acordo com a União Europeia, o setor do turismo, "no sentido mais estrito (fornecedores tradicionais de viagens e de serviços turísticos), é composto por 1,8 milhões de empresas, essencialmente de Pequena e Média Dimensão (PME). Este setor contribui para o PIB e para o emprego com, respetivamente, 5 % e 5,2 % da população ativa (o que corresponde a cerca de 9,7 milhões de pessoas). Se for tida em conta a sua estreita associação com outros setores económicos, a percentagem indicada torna-se ainda maior atingindo os 10 % do PIB e 12 % do emprego total. Trata-se, com efeito, do terceiro ramo de atividades socioeconómicas da União." [21]

Dados do Eurostat de 2013, referem que os residentes (15 anos e mais) da UE-28 fizeram mais de 1,1 mil milhões de viagens de turismo em 2013, para fins profissionais ou pessoais. As viagens curtas (de uma a três noites) representaram mais de metade (57,5 %) do número total de viagens efetuadas e três quartos (75,3 %) de todas as viagens efetuadas foram para destinos domésticos, sendo as restantes para o estrangeiro.

Em alguns Estados-Membros da UE, mais de metade do número total de deslocações turísticas realizadas em 2013 foi para destinos no estrangeiro. Foi esse o caso do Luxemburgo, da Bélgica, de Malta, da Eslovénia, bem como da Suíça, os quais não representam os principais mercados emissores para Portugal.

Em termos de mercados emissores deverá ser evidenciado que os que mais contribuem para as viagens são o alemão, seguindo-se o francês, o inglês, o espanhol, o italiano e o holandês.

A maioria das viagens feitas por estes mercados emissores de acordo com os dados presentes no quadro 2, são internas (no âmbito da EU-28) e com duração de 1 a 3 noites. Destes seis mercados, o holandês é aquele que apresenta maior percentagem de viagens ao exterior e de longa duração, 30.7%. Por outro lado, o mercado espanhol é o que mais realiza viagens domésticas de curta duração (66.3%).

QUADRO 2 | Número de viagens de férias dos residentes, em 2013.

	VIAGENS N.º			REPARTIÇÃO DO TOTAL DAS VIAGENS POR DESTINO E DURAÇÃO (%)			
	Total de Viagens	Curta duração (1-3 noites)	Longa duração (+4 noites)	Curta duração-interna (domésticas)	Longa duração-interna (domésticas)	Curta duração-exterior	Longa duração-exterior
EU_28 (1) (2)	**1 106 744**	**636 831**	**469 911**	**50,8**	**24,5**	**6,8**	**17,9**
Bélgica (2)	13 330	4 969	8 361	13,0	6,9	24,3	55,8
Bulgária	3 966	2 179	1 787	49,9	36,1	5	8,9
República Checa	31 280	19 679	11 601	58,3	23,3	4,6	13,8
Dinamarca (3)	29 164	20 947	8 217	62,5	10,9	9,3	17,3
Alemanha	248 582	132 711	115 871	45,1	19,7	8,3	26,9
Estónia	2 899	2 105	795	53,4	6,4	19,2	21,0
Irlanda	11 669	6 585	5 083	40,6	9,7	15,9	33,8
Grécia (4)	7 087	2 926	4 161	39,6	52,2	1,6	6,5
Espanha	132 351	91 134	41 217	66,3	26,2	2,6	5,0
França (4)	225 025	120 875	104 149	50,8	38,3	2,9	8,0
Croácia	9 151	5 175	3 976	42,1	25,9	14,4	17,5
Itália	52 687	25 135	27 551	41,5	37,0	6,2	15,3
Chipre (4)	2 545	1 379	1 166	43,3	10,5	50,8	35,3
Letónia	4 402	3 361	1 041	64,0	7,7	12,4	15,9

21 Fonte: http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.6.13.html

Lituânia	4 353	2 680	1 673	47,5	12,0	14,1	26,5
Luxemburgo	1 680	741	938	3,0	0,3	41,1	55,6
Hungria	16 050	10 561	5 489	53,3	20,9	12,5	13,3
Malta	526	256	270	32,0	4,1	16,8	47,2
Holanda	43 247	22 646	20 601	42,8	17,0	9,6	30,7
Áustria	22 401	12 365	10 037	36,3	16,0	18,9	28,8
Polónia	-	-	-	-	-	-	-
Portugal	14 940	9 817	5 123	63,5	27,6	2,2	6,7
Roménia	17 682	10 490	7 192	58,7	35,9	0,7	4,8
Eslovénia	4 637	2 990	1 647	35,8	7,9	28,7	27,7
Eslováquia	6 894	3 856	3 038	50,0	19,1	5,9	25,0
Finlândia	39 083	29 573	9 510	63,7	14,3	11,9	10,1
Suécia	-	-	-	-	-	-	-
Reino Unido (4)	161 113	91 696	69417	50,6	18,0	6,4	25,1
Suíça (2)	18 752	8 609	10142	23,1	12,4	22,9	41,7

(1) Estimativa feita com o propósito desta publicação, compilação usando a soma/média dos últimos dados disponíveis para os Estados Membros da UE.
(2) Percentagem da população (com idade 15+) que fazem parte das viagens de turismo com fins pessoais/lazer: 2012
(3) Número de viagens de longa e de curta duração: 2012
(4) 2012

Fonte: Eurostat, 2012

Em 2013, os residentes na UE-28 passaram mais de 2,3 mil milhões de noites no estrangeiro em viagens de turismo. Os residentes na Alemanha foram os que mais noites passaram em viagens fora da Alemanha em 2013 (746 milhões de noites), enquanto os residentes do Reino Unido passaram 546 milhões de noites no estrangeiro (dados 2012), sendo que estes dois Estados Membros representaram mais de metade (54,7 %) do número total de dormidas no estrangeiro por residentes na UE-28 (Quadro 3).

De realçar que no Top 6 estão cinco dos principais mercados que, como se poderá verificar no subcapítulo Turismo|Tavira, escolhem Tavira como destino: o alemão, o britânico, o francês, o holandês e o espanhol (Quadro 3 e Gráfico 3).

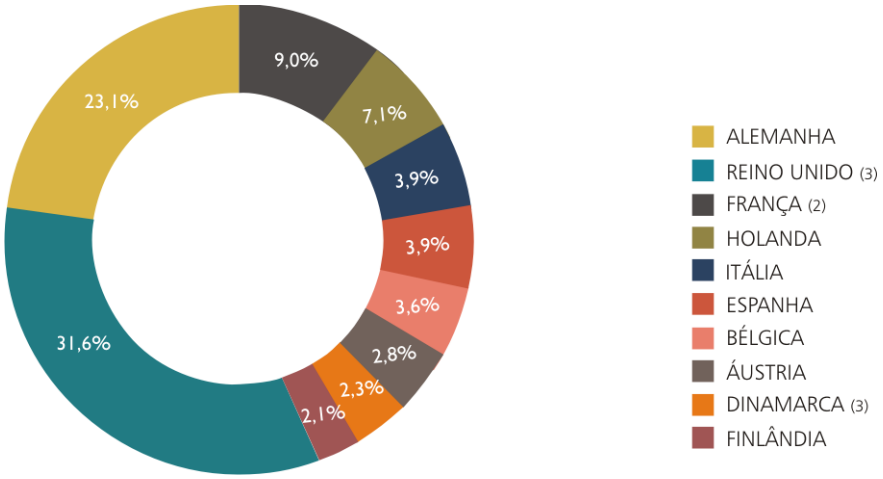
QUADRO 3 | Principais 10 Estados-Membros emissores de turismo (noites no exterior), de 2013 (milhões de dormidas).

(N.º)

	NOITES NO EXTERIOR
EU_28(1)	**2 361,5**
Top10 (2)	**2 111,9**
1 Alemanha	745,6
2 Reino Unido (3)	546,5
3 França (2)	211,7
4 Holanda	168
5 Itália	93,2
6 Espanha	91,3
7 Bélgica	85,5
8 Áustria	65,9
9 Dinamarca (3)	54,6
10 Finlândia	49,6

(1) Estimativa feita com o propósito desta publicação, com base nos dados disponíveis
(2) Soma da informação disponível
(3) 2012

Fonte: Eurostat, 2015



Fonte: Eurostat, 2015

[2] Soma da informação disponível
[3] 2012

GRÁFICO 3 | Quota dos principais 10 Estados Membros emissores de turismo (noites no exterior) de 2013.

Em termos de procura, de acordo com dados de Eurostat (2015), em 2013, a Espanha foi o destino turístico mais comum da UE para não residentes (pessoas vindas do estrangeiro), com 252 milhões de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, ou 21,2 % do total da UE-28. Em toda a UE, os três destinos mais populares para não residentes foram a Espanha, a Itália (185 milhões de dormidas) e a França (131 milhões de dormidas), que, em conjunto, representaram quase metade (47,7 %) do número total de dormidas de não residentes na UE-28. Portugal encontra-se na 9.ª posição, com 32,1 milhões de dormidas que correspondem a 2,7% do total de dormidas (Quadro 4 e Gráfico 4).

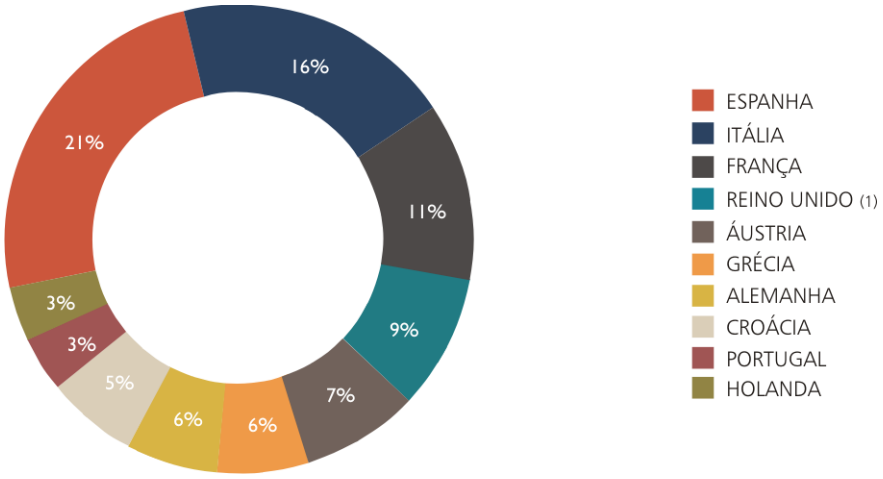
QUADRO 4 | Principais 10 destinos turísticos/dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, em 2013.

(N.º)

	NOITES POR PAÍS
EU_28	**1 192,2**
Top10	**1 018,3**
1 Espanha	252,4
2 Itália	184,8
3 França	131,3
4 Reino Unido (1)	105,5
5 Áustria	78,4
6 Grécia	71,5
7 Alemanha	71,2
8 Croácia	59,4
9 Portugal	32,1
10 Holanda	31,8

(1) 2012

Fonte: Eurostat, 2015



Fonte: Eurostat, 2015

GRÁFICO 4 | Quota dos principais 10 destinos turísticos/dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, em 2013.

Sendo que Portugal é um dos principais destinos, em termos de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, importa aprofundar o conhecimento da realidade turística nacional e verificar se a tendência é semelhante.

TURISMO

PORTUGAL

Dados recentes vêm mais uma vez comprovar a importância do setor do turismo em Portugal. De acordo com um estudo do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) de 2015, o qual analisou o impacto económico do setor em 184 países com base em dados de 2014, refere que o seu contributo para o PIB foi de 6,0% em Portugal, valor bem superior ao da Europa (3,4%) e do mundo (3,1%).

De acordo com o mesmo estudo, no emprego direto, o contributo do turismo é de 7,4% sobre o total, acima dos 3,6% que se registam em média nos países europeus e em termos globais. Já nas exportações, medidas através dos gastos dos visitantes (incluindo as despesas com transportes), o contributo é de 19,7% face ao total do comércio internacional. Uma percentagem superior à que se verifica na Europa (5,6%) e no mundo (5,7%).

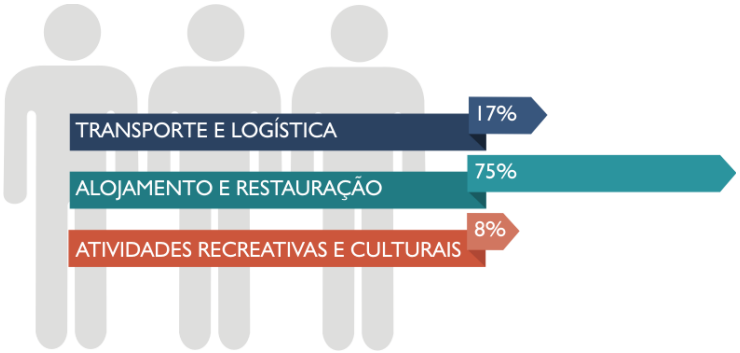
Em termos empresariais, de acordo com o recente estudo sobre o setor do turismo publicado pelo Banco de Portugal (2014), em 2013, o segmento de "alojamento e restauração" detinha 71% das empresas e 75% de pessoas ao serviço, enquanto outro setor envolvido no turismo, "transportes e logística", absorviam 45% do volume de negócios (Gráficos 5, 6 e 7).

Fonte: Banco de Portugal, 2014

GRÁFICO 5 | Número de empresas por segmento de atividade turística, em 2013.

Fonte: Banco de Portugal, 2014

GRÁFICO 6 | Volume de negócios por segmento de atividade turística, em 2013.

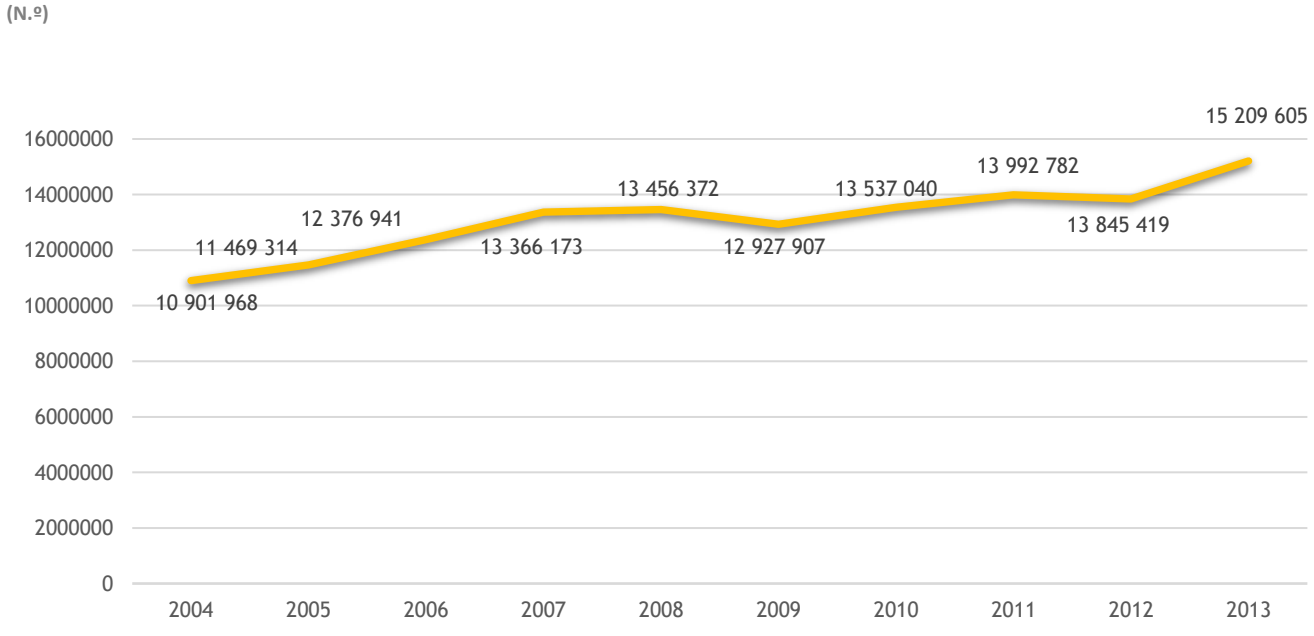


Fonte: Banco de Portugal, 2014

GRÁFICO 7 | Número de pessoas ao serviço por segmento de atividade turística, em 2013.

Não menos importante que analisar a oferta turística nacional, é analisar a procura, sendo que para o efeito serão utilizados os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

No que se refere ao número de hóspedes, destaca-se no gráfico 8 as quebras registadas nos anos de 2009 e 2012 e o crescimento significativo verificado no último ano em análise, tendo sido ultrapassados os 15 milhões de turistas.



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 8 | Número total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

Em relação às principais nacionalidades, apenas serão analisados os dados dos mercados com maior relevância para Portugal, de acordo com o país de residência.

Os hóspedes residentes em Portugal foram os que se registaram em maior número em 2013, seguindo-se os residentes no Reino Unido, Espanha, Alemanha, França e por fim nos Países Baixos (Quadro 5).

QUADRO 5 | Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

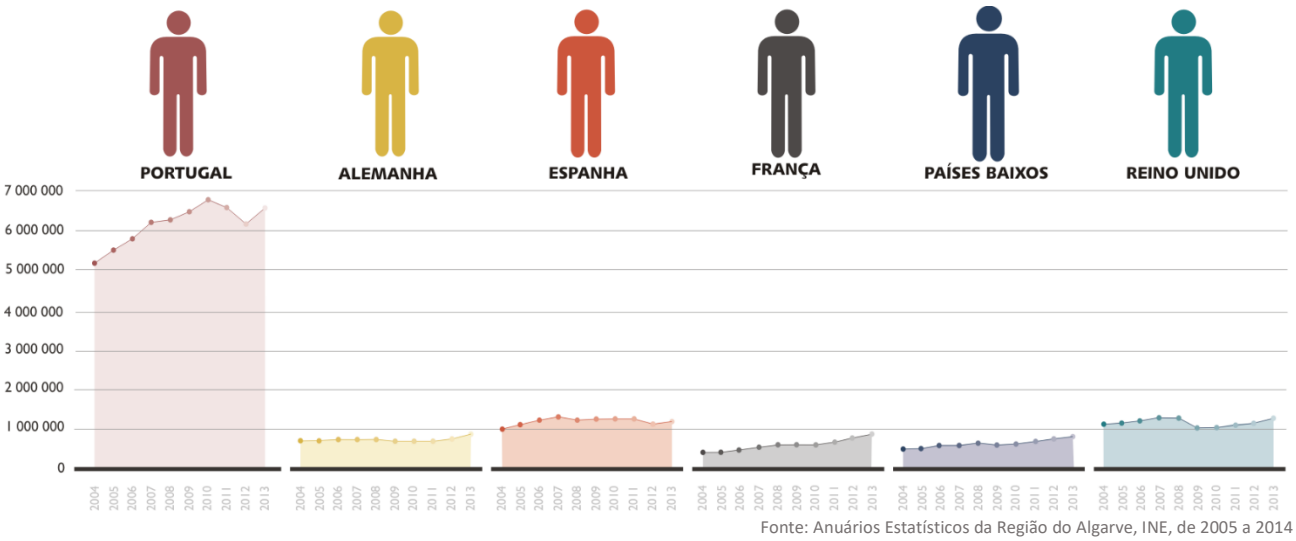
(N.º)

	PORTUGAL	ALEMANHA	ESPANHA	FRANÇA	PAÍSES BAIXOS	REINO UNIDO
2004	5 152 960	718 201	1 017 816	427 235	285 966	1 230 486
2005	5 513 558	734 043	1 132 870	416 136	297 382	1 298 314
2006	5 866 407	772 239	1 291 450	455 340	327 328	1 322 926
2007	6 318 600	777 985	1 392 809	511 787	335 881	1 421 996
2008	6 346 647	777 644	1 300 985	571 832	367 248	1 413 588
2009	6 449 236	721 519	1 348 152	563 415	335 017	1 095 252
2010	6 705 460	728 784	1 375 842	574 828	351 635	1 111 197
2011	6 580 537	740 110	1 377 726	658 701	388 253	1 243 898
2012	6 160 735	809 085	1 215 794	740 275	408 071	1 293 181
2013	6 581 899	951 021	1 305 549	870 774	457 342	1 422 054

Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

No caso dos residentes em Portugal, estes apenas registaram quebras nos anos de 2011 e 2012, tendo o último ano (2013) sido de recuperação, alcançando valores superiores a 2011. Em relação aos outros mercados deve ser realçado que os residentes no Reino Unido, Países Baixos e França apenas registaram uma quebra acentuada no ano de 2009 tendo os anos seguintes sido de crescimento contínuo. Um aspeto bastante relevante e positivo foi o crescimento dos hóspedes residentes em França que de 2004 para 2013 passaram para mais do dobro (Gráfico 9).

(N.º)



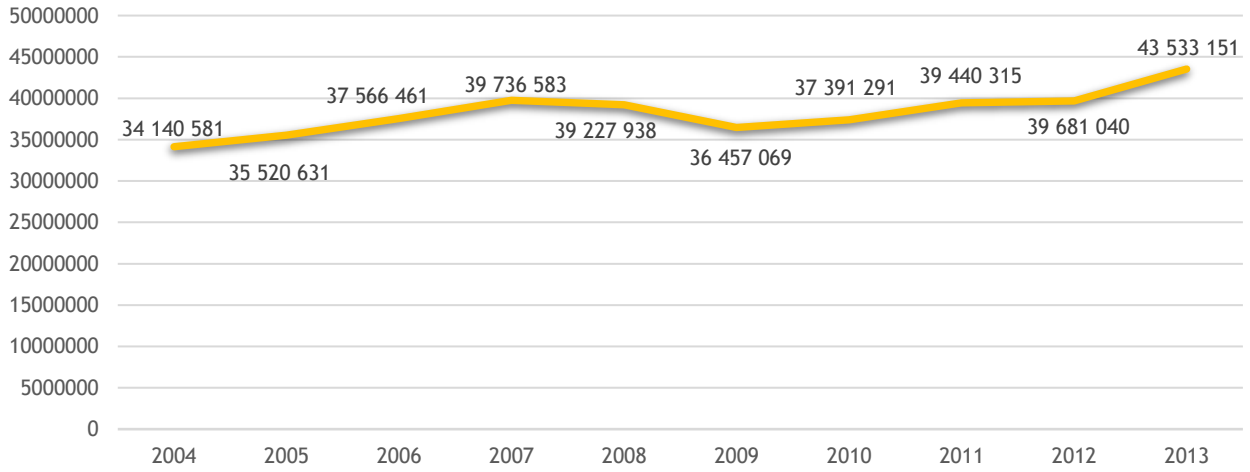
Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 9 | Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

Um importante mercado para Portugal, os residentes em Espanha, registou quebras nos anos de 2008 e 2012, tendo no ano de 2013 aumentado perto de 90 000 hóspedes em relação ao ano anterior. Todos os mercados cresceram em termos de hóspedes no último ano.

Em relação às dormidas totais em Portugal, o crescimento ao longo do período em análise (2004 a 2013), apenas foi quebrado nos anos de 2008 e 2009. O ano de 2013 registou o maior número de dormidas superando os 43 milhões (Gráfico 10).

(N.º)



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 10 | Número total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

Em termos de nacionalidades, apenas são avaliados os mercados que apresentam valores mais significativos, sendo que de modo global em termos internacionais, os turistas residentes no Reino Unido são os que mais dormidas registaram, seguindo-se os oriundos da Alemanha, França e Países Baixos (Quadro 6).

Ao nível destes mercados realça-se o facto de no último ano (2013) se terem registado mais de 2 milhões de dormidas em todos os mercados referidos anteriormente, facto que apenas se registou inicialmente (2004) em dois dos mercados, alemão e inglês. Relativamente ao principal mercado internacional, Reino Unido, depois de dois anos (2009 e 2010) em que se verificaram quebras acentuadas nas dormidas, passando dos 7 milhões para os 5 milhões, o número de dormidas em 2011 voltou a crescer, atingindo no último ano os 7 milhões de dormidas. No caso do mercado oriundo da Alemanha, registou entre 2006 e 2010 um decréscimo nas dormidas, tendo a partir de 2011 tido um crescimento, que culminou no último ano com valores superiores a 4 milhões.

Em relação ao mercado nacional alargado (residentes oriundos de Portugal e Espanha), verificou-se que no caso português apenas se registou um decréscimo nos anos de 2011 e 2012, tendo também neste caso, o ano de 2013 registado uma significativa recuperação, ainda que não tenha atingido o valor máximo registado no período em análise e que foi atingido em 2010. Em relação aos turistas oriundos de Espanha, no período em análise, apenas se registaram decréscimos nas dormidas nos anos de 2008 e 2012, tal como ocorreu no número de hóspedes. O ano com maior número de dormidas foi o de 2011 atingindo valores próximos dos 3,5 milhões.

QUADRO 6 | Número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

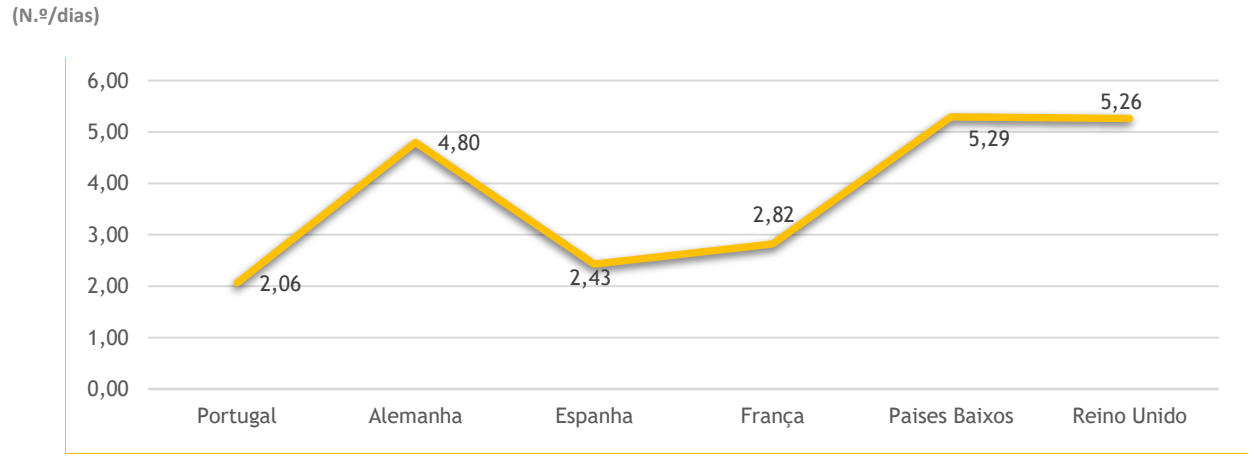
(N.º)

	PORTUGAL	ALEMANHA	ESPANHA	FRANÇA	PAÍSES BAIXOS	REINO UNIDO
2004	11 138 588	3 771 828	2 392 962	1 093 163	1 495 960	7 080 418
2005	11 647 747	3 898 469	2 726 015	1 111 643	1 679 343	7 378 185
2006	12 350 001	3 862 780	3 194 856	1 241 117	1 795 330	7 257 561
2007	12 968 053	3 851 143	3 380 916	1 442 344	1 825 862	7 705 144
2008	13 023 693	3 657 516	3 069 468	1 590 488	1 974 157	7 302 078
2009	13 242 692	3 341 911	3 203 770	1 595 447	1 789 147	5 669 681
2010	13 783 084	3 279 012	3 277 782	1 619 416	1 843 369	5 494 953

2011	13 436 555	3 392 161	3 445 112	1 931 067	1 992 895	6 258 563
2012	12 424 460	3 684 847	3 076 625	2 224 668	2 137 313	6 421 542
2013	13 150 991	4 274 060	3 215 634	2 690 657	2 198 808	7 101 302

Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

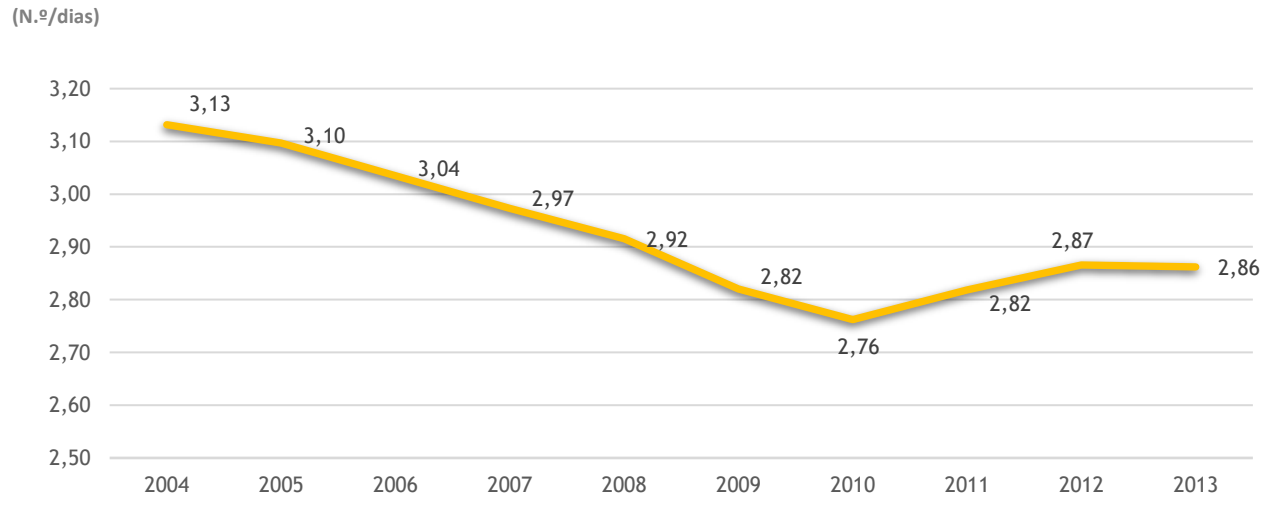
Em relação à estada média, pode-se concluir que ainda que os residentes em Portugal tenham registado o maior número de hóspedes e dormidas, tais valores não se concretizam em termos de permanência média, pois a estada média é bastante curta (2 noites). O mercado espanhol também apresentou um valor de estada média semelhante. No que se refere ao mercado francês, o valor médio da estada média está próximo das 3 noites. Os residentes na Alemanha, Países Baixos e Reino Unido são os mercados que têm uma estada média mais longa, a rondar as 5 noites (Gráfico 11).



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014, dados tratados

GRÁFICO 11 | Média da estada média por principais países de residência, de 2004 a 2013.

Em termos totais depois de um sucessivo decréscimo desde 2004 até 2010, os anos seguintes foram de crescimento, atingindo o valor máximo de 2,87 noites em 2012. Em termos generalistas nos últimos anos, ainda que o número de hóspedes e as dormidas tenham sido superiores em relação aos primeiros anos, o crescimento destes dois indicadores não foram proporcionais, o que originou que a estada média tenha sido inferior aos primeiros anos (Gráfico 12).



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014, dados tratados

GRÁFICO 12 | Estada média anual, de 2004 a 2013.

Em termos de procura é também primordial conhecer-se o perfil de quem nos visita para melhor adequarmos a oferta às necessidades e expetativas de quem nos visita.

No verão de 2013 a Controlinveste e a Intercampus, com o apoio do Turismo de Portugal implementaram um inquérito nos Aeroportos[22] que permitiu definir o perfil dos turistas na época alta. Assim, de acordo com o estudo (2014), foi possível retirar alguns indicadores:

- 67% tinham curso superior;
- em termos de idade: 27% (+55 anos), 26% (25-34 anos), 20% (45-55 anos)
- os turistas foram impulsionados a escolher Portugal por recomendação de familiares e amigos (30%) e internet (25%);
- o clima /paisagem (47%) e sugestões de familiares e amigos (35%) foram os critérios de escolha mais indicados na tomada de decisão final;
- 56% dos inquiridos eram *repeaters*;
- 76% viajaram acompanhados com outros adultos;
- 60% ficaram hospedados em hotéis/aparthotel/pousada;
- 80% ficaram sempre hospedados na mesma localidade;
- identificaram como pontos fortes de Portugal: paisagem, praias, gastronomia e vinhos, simpatia da população local;
- 86% ficaram muito satisfeitos com as férias;
- 43% consideraram que as férias ficaram acima das expetativas;
- 89% provavelmente/de certeza irá regressar.

Este estudo foi apenas de encontro à caracterização de turistas estrangeiros no verão, não tendo o mercado nacional sido analisado. Contudo o INE publicou no âmbito das estatísticas do turismo (2014), um estudo sobre as deslocações dos residentes em Portugal em que se podem retirar as seguintes informações:

- 37,9% da população residente em Portugal em 2013 realizaram férias;
- dos 62,1% que não realizaram qualquer deslocação turística, 51,8% invocaram razões económicas para não viajar;
- a maioria das viagens foi em Portugal (91,7%);
- o motivo "Visita a familiares ou amigos" foi o mais expressivo entre os motivos para viajar, concentrando 46,9% do total de deslocações. As deslocações de "Lazer, recreio ou férias" corresponderam a 41,5% das viagens turísticas e as viagens "Profissionais ou de negócios" reuniram 7,3% do total de viagens;
- o meio de alojamento preferido nas deslocações dos residentes em 2013 foi o "alojamento fornecido gratuitamente por familiares e amigos", representando 52,3% do total de dormidas;
- neste estudo foi também analisado o meio de transporte utilizado, sendo que o automóvel privado foi o preferencial nas deslocações em Portugal (87,8%);
- em contrapartida nas viagens para o estrangeiro o meio de transporte mais utilizado foi o avião (65,1%), seguindo-se o automóvel privado (22,8%).

TURISMO

ALGARVE

O Algarve localiza-se no extremo ocidental da Europa, a sul de Portugal, tem 4 996,8Km^2 de área e uma população residente de acordo com os Censos 2011 de cerca de 451 006 habitantes (hab.), distribuídos por 16 concelhos.

A posição geográfica do Algarve confere-lhe umas particularidades bioclimáticas especiais. Apesar de situado junto ao Oceano Atlântico dispõe de um clima temperado de características mediterrânicas, com mais de 3 000 horas de sol por ano e uma fraca precipitação média anual.[23]

O setor de atividade mais importante é o terciário (comércio e serviços), resultado da principal atividade económica – o turismo. Este subsetor de atividade assume tal importância no Algarve que representa, direta e indiretamente, cerca

[22] Lisboa, Porto, Faro e Funchal
[23] Fonte: http://www.visitalgarve.pt/visitalgarve/vPT/DescubraARegiao/99/Demografia+e+Geografia/

de 60% do total de emprego e 66% do PIB regional. De salientar que o Algarve recebe anualmente cerca de 5 milhões de turistas[24].

Durante muitos anos, o produto "sol e mar" era unicamente a imagem do Algarve, contudo sendo esta região bastante diversificada em termos de oferta, outros produtos foram surgindo, nomeadamente o golfe e o turismo residencial, os quais, de acordo com o Plano de Marketing Estratégico para o Turismo do Algarve (PMETA) se encontram consolidados.

Produtos como a gastronomia e vinhos, os circuitos turísticos e o turismo de saúde de acordo com o PMETA são considerados complementares, estando o primeiro muito associado à Dieta Mediterrânica - Património Cultural Imaterial da Humanidade e cuja comunidade representativa de Portugal é Tavira.

Existem ainda outros produtos em desenvolvimento, como o turismo de negócios, de natureza e náutica, estando estes dois associados a características endógenas da região[25].

ALGARVE

AEROPORTO INTERNACIONAL DE FARO

Segundo dados da OMT (2015) o transporte aéreo é o meio mais utilizado a nível mundial, tendo em 2014 54% dos turistas chegado ao destino de avião. Com a abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas e bens entre alguns países da União Europeia (UE) e outros não membros da UE,[26] as entradas em Portugal apenas são oficialmente contabilizadas a nível de Aeroportos e de Portos. A nível do Algarve, o Aeroporto Internacional de Faro é a principal porta de entrada de turistas estrangeiros e que poderá ter repercussões a nível de Tavira. A entrada de turistas no Porto de Portimão que recebe cruzeiros frequentemente o peso é residual, pois normalmente os turistas só permanecem um dia, não se verificando qualquer influência em Tavira. Desde a sua abertura, em 1965, o Aeroporto tem sido essencial para o desenvolvimento turístico da região. Os principais mercados de origem (Alemanha, Reino Unido, Países Baixos, França) encontram-se no máximo a cerca de 3h30 de Faro, o que se torna uma mais-valia. Deste modo é importante verificarmos a evolução nestes últimos dez anos (2004 a 2013) (Quadro 7).

QUADRO 7 | Passageiros comerciais desembarcados no Aeroporto Internacional de Faro por origem, de 2004 a 2013.
(N.º)

PASSAGEIROS*	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Reino Unido	1 315 729	1 378 681	1 470 536	1 598 836	1 592 571	1 485 360	1 438 971	1 578 384	1 547 468	1 616 905
Alemanha	301 916	294 154	276 964	269 112	264 734	265 858	297 723	258 307	278 646	341 491
Holanda	173 890	178 229	204 810	205 691	216 500	188 224	213 119	243 694	258 666	274 043
Irlanda	148 737	175 630	210 793	238 942	236 433	223 700	222 759	219 852	233 651	260 863
Portugal	102 952	95 107	96 154	94 110	90 488	95 394	135 091	150 067	160 737	160 152
Espanha e Ilhas Canárias	43 065	40 142	46 064	76 205	60 961	57 588	66 576	70 276	61 950	39 847
Bélgica	41 095	39 664	60 048	63 897	65 642	63 099	62 103	64 278	67 289	64 315
França	20 265	22 225	18 801	24 018	27 875	20 612	54 906	63 161	72 992	70 980
Noruega	21 305	12 724	13 803	20 426	20 726	12 565	23 014	20 977	21 133	25 527
Finlândia	14 190	12 021	11 708	9 775	10 902	14 964	11 983	10 661	3 355	2 281
Outros **	73 537	69 016	80 661	76 121	82 531	65 914	107 028	95 716	100 168	106 850

[24] Fonte:http://www.visitalgarve.pt/visitalgarve/vPT/DescubraARegiao/99/Demografia+e+Geografia/
[25] O atual documento estratégico do Turismo de Portugal "Turismo 2020 – cinco princípios para uma ambição", abandona a questão dos produtos estratégicos para efeitos de estruturação. A promoção e comercialização passam a ser feitos com base nas motivações e experiências.
[26] Tratado de Schegen

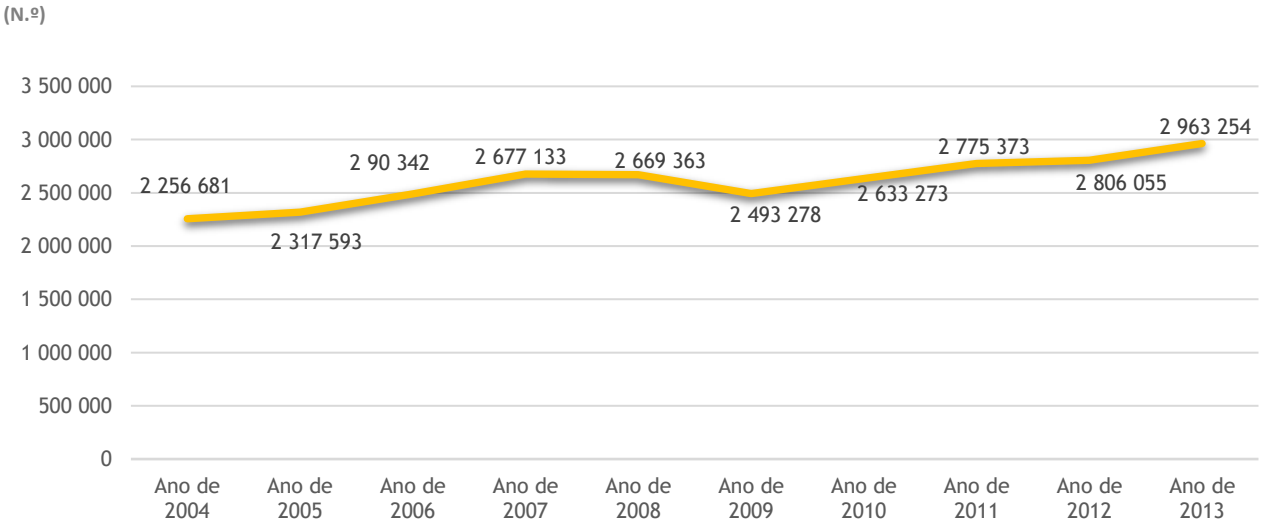
Total	2 256 681	2 317 593	2 490 342	2 677 133	2 669 363	2 493 278	2 633 273	2 775 373	2 806 055	2 963 254

* Não inclui passageiros em trânsito

** Passageiros oriundos de países com pouca expressão em termos de chegadas, foram agrupados no item outros

Fonte: ANA, 2013

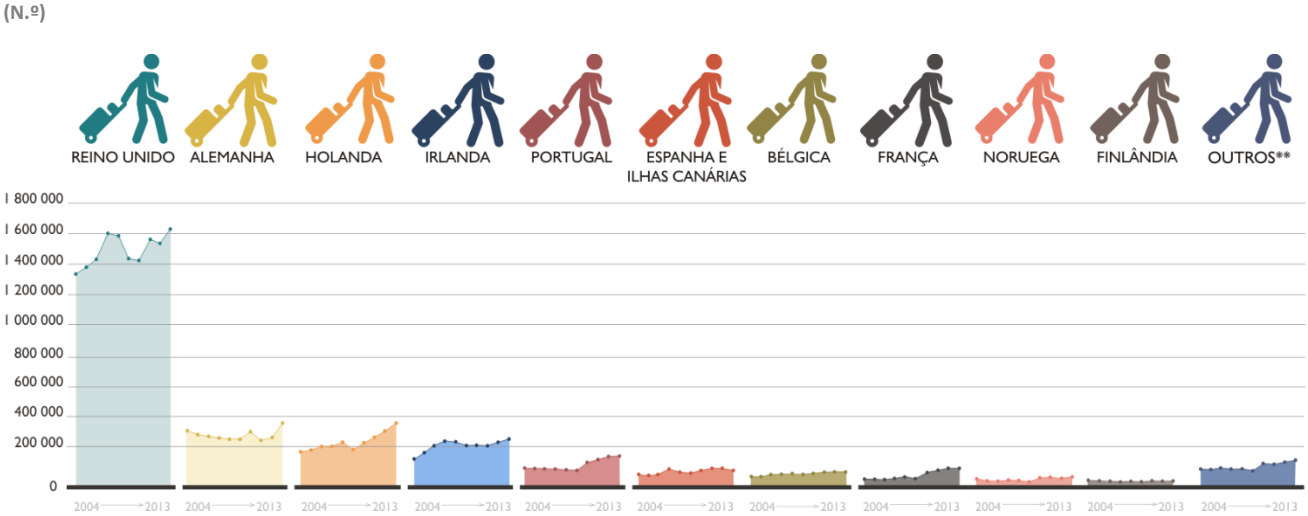
Em termos de total de chegadas de passageiros de 2004 a 2013, apenas se verificou um ligeiro decréscimo nos anos de 2008 e 2009, nos anos seguintes voltou-se a registar crescimento nas chegadas tendo no último ano em análise (2013) atingido quase os 3 milhões de passageiros (Gráfico 13).



Fonte: ANA, 2013

GRÁFICO 13 | Evolução do total de passageiros comerciais desembarcados no Aeroporto Internacional de Faro, de 2004 a 2013.

Em relação à origem dos passageiros a maioria são oriundos do Reino Unido, representando em todos os anos mais de 50% do total de passageiros. Os restantes passageiros, que registam mais chegadas tendo por base os últimos três anos, têm como origem a Alemanha, seguindo-se Holanda, Irlanda e Portugal. Os passageiros oriundos de Espanha e Ilhas Canárias foram perdendo importância nos últimos dois anos, tendo passado de cerca de 62 mil passageiros em 2012 para cerca de 40 mil em 2013. Por outro lado, a chegada de passageiros oriundos de França desde 2010 que têm vindo a aumentar, sendo que em 2013 alcança a 5.ª maior origem externa de chegada de passageiros (Gráfico 14).

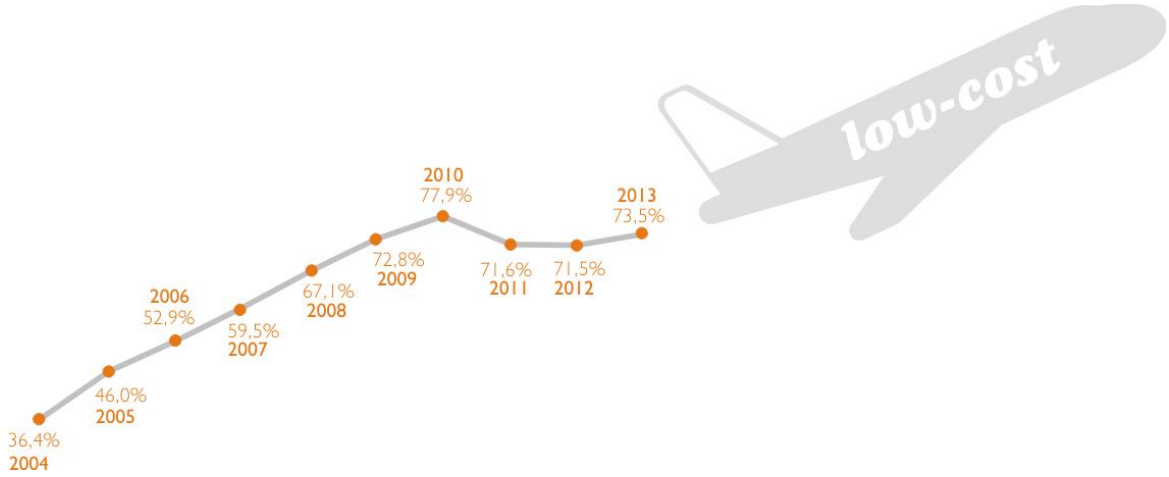


** Passageiros oriundos de países com pouca expressão em termos de chegadas, foram agrupados no item outros

Fonte: ANA, 2013

GRÁFICO 14 | Total de passageiros comerciais desembarcados no Aeroporto Internacional de Faro por origem, de 2004 a 2013.

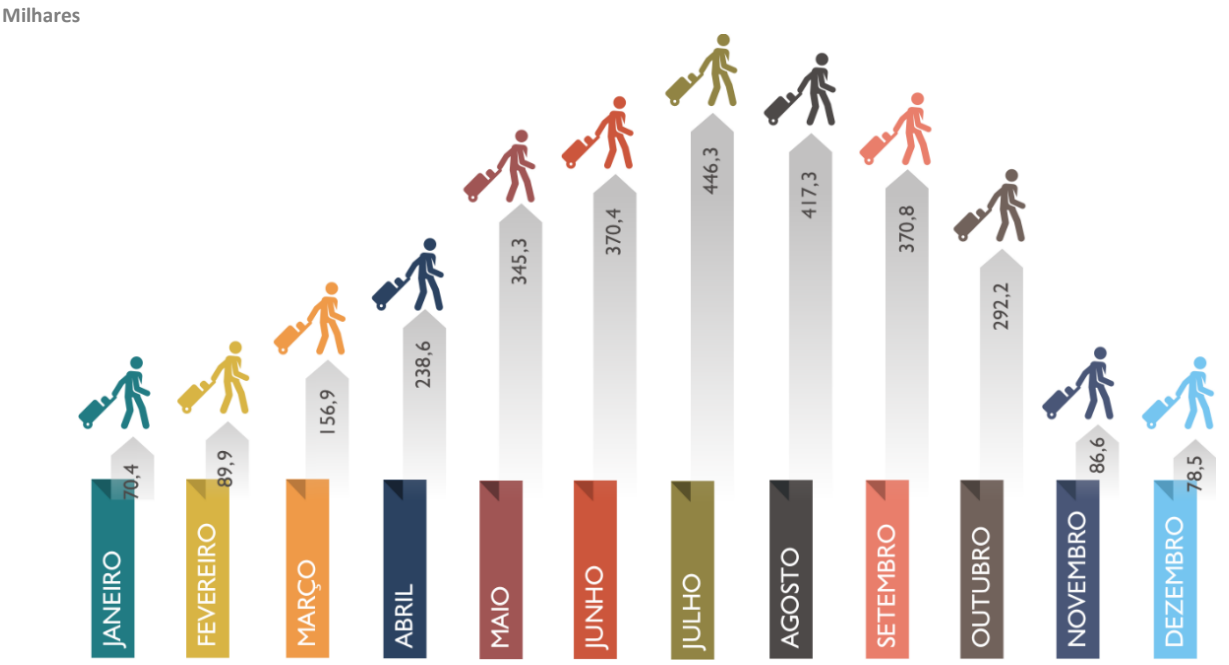
Dos dados disponibilizados pela ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. (ANA), destaca-se a importância que as companhias *low-cost* têm no transporte de passageiros, representando desde 2006 mais de 50% do transporte de passageiros que chegam a Faro. O maior peso verificou-se em 2010, no qual as companhias de *low-cost* foram responsáveis pelo transporte de perto de 78% dos passageiros, nos anos seguintes registaram-se ligeiros decréscimos, mas o peso foi sempre superior a 70% (Gráfico 15).



Fonte: ANA, Aeroportos de Portugal, 2013

GRÁFICO 15 | Peso das companhias *low-cost*, em termos de transporte de passageiros.

Relativamente aos dados do Aeroporto de Faro realce ainda para o facto de se verificar uma sazonalidade acentuada, sendo que os dois primeiros e dois últimos meses do ano apresentam valores de desembarque inferiores a 100 mil passageiros. O pico de passageiros ocorre nos meses de verão (Gráfico 16).



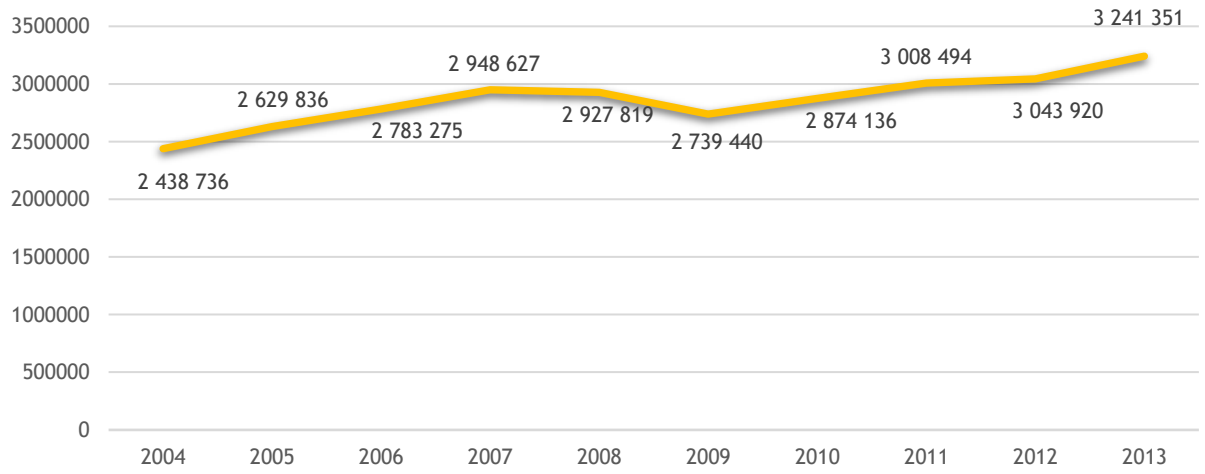
Fonte: ANA/Turismo de Portugal, 2013

GRÁFICO 16 | Total de passageiros comerciais desembarcados no Aeroporto Internacional de Faro por mês/milhares, em 2013.

CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA TURÍSTICA

Tal como se verificou no capítulo de Portugal, neste ponto iremos analisar a evolução do número total de hóspedes, dormidas e estada média ao longo dos anos, bem como a sua evolução em termos de principais países de residência. Neste subcapítulo importa também verificar a taxa de ocupação.

No período em análise (2004 a 2013) o número de hóspedes, após um período de crescimento durante os primeiros quatro anos sofreu um decréscimo em 2008 e 2009, ainda que de forma pouco acentuada. Os restantes quatro anos (2010 a 2013) foram de recuperação tendo em 2011 atingido mais de 3 milhões de hóspedes e em 2013, 3,2 milhões (Gráfico 17).



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 17 | Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

Em termos de hóspedes por país de residência apenas são apresentados os dados dos mercados que apresentaram valores mais significativos. Os residentes em Portugal foram os que mais vieram de férias para o Algarve, tendo registado um crescimento contínuo até 2010. Os anos seguintes, período em que em termos económicos foram de recessão económica em Portugal, foram de decréscimo até 2012. Em 2013, registou-se um ligeiro aumento no número de hóspedes (Quadro 8).

QUADRO 8 | Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

(N.º)

	PORTUGAL	ALEMANHA	ESPANHA	FRANÇA	PAÍSES BAIXOS	REINO UNIDO
2004	844 940	236 930	138 210	29 282	130 982	703 307
2005	896 000	250 881	173 090	37 908	146 842	781 406
2006	937 276	236 884	216 066	42 909	159 344	813 174
2007	972 790	232 961	240 130	49 070	166 172	876 817
2008	1 005 046	223 648	214 826	61 002	183 960	813 909
2009	1 031 530	212 545	229 596	64 695	164 958	660 938
2010	1 070 741	226 272	248 901	68 394	171 445	672 601
2011	1 053 925	215 807	276 349	68 194	186 901	763 408
2012	958 171	241 921	219 790	79 305	197 882	835 063
2013	972 540	276 366	233 707	92 793	220 882	906 740

Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

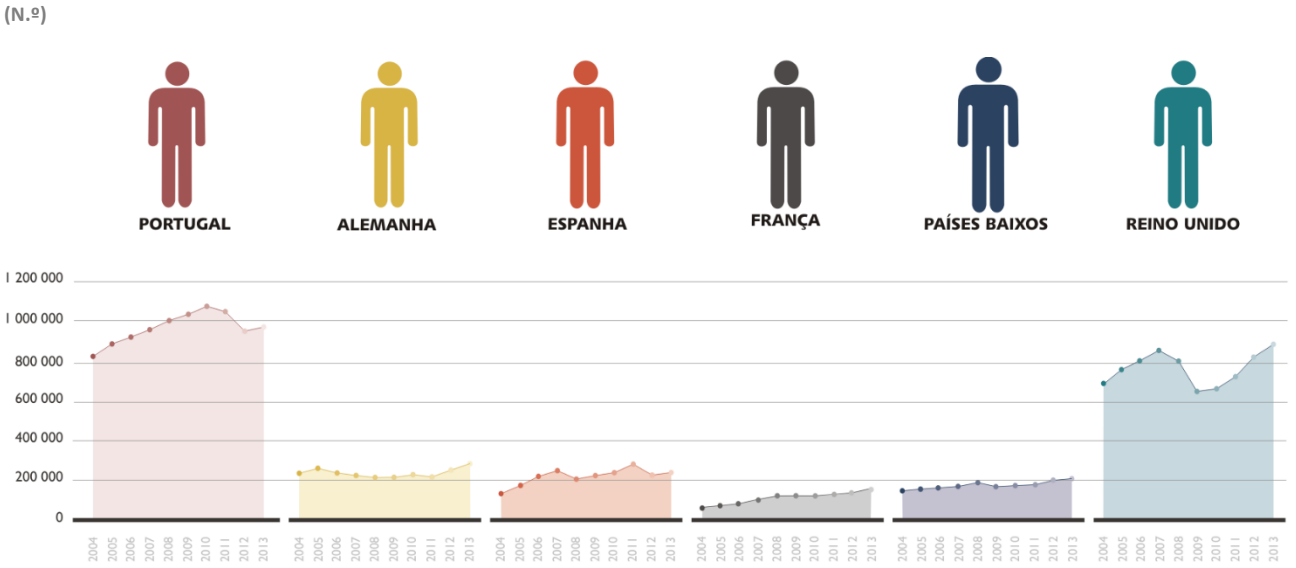
O segundo mercado com mais hóspedes, de acordo com os dados do INE, foi o do Reino Unido. Estes turistas ao longo dos dez anos em análise sofreram algumas oscilações. Assim, depois de um forte crescimento entre 2004 e 2007, os anos seguintes foram de grande quebra, tendo o ano de 2009, sido o que registou pior valor. Após a quebra de 150 mil hóspedes registada de 2008 para 2009, o número de hóspedes foi crescendo gradualmente, tendo no último ano ultrapassado os 900 mil hóspedes (Gráfico 18).

O mercado alemão no período em análise sofreu algumas oscilações, tendo os últimos dois anos sido de crescimento, e o último ano apresentado o valor mais elevado deste mercado (276 366 hóspedes).

O mercado espanhol sofreu algumas oscilações ao longo do período em análise. À semelhança do Reino Unido, os quatro primeiros anos foram de crescimento. O ano 2008 registou uma ligeira quebra, a qual começou a dar sinais de recuperação no ano seguinte. Esta recuperação terminou em 2011, tendo-se passado de cerca de 276 mil hóspedes para 219 mil. Em 2013 e à semelhança dos mercados até agora analisados houve registo de um crescimento em relação ao ano anterior.

Em relação aos turistas oriundos dos Países Baixos verificou-se um crescimento no número de hóspedes até 2008, no ano seguinte registou-se uma quebra que foi colmatada nos anos seguintes, tendo em 2013 ultrapassado os 200 mil hóspedes. Facto que no período em análise nunca tinha ocorrido.

Os turistas oriundos de França passam de 29 282 hóspedes em 2004 para 92 793 hóspedes em 2013, o que representa mais de 200% de crescimento.

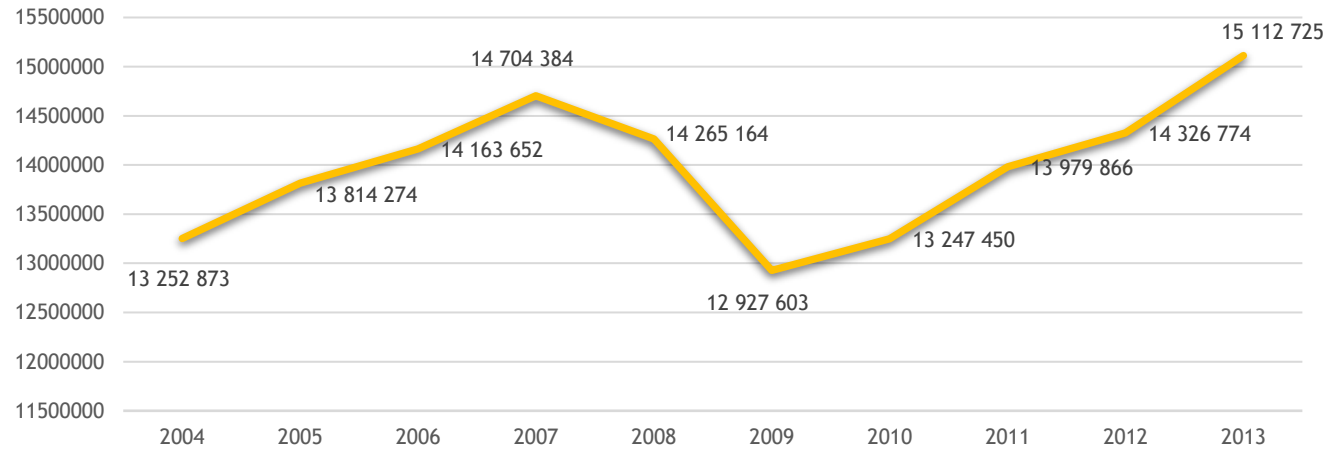


Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 18 | Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

As dormidas dão-nos uma perspetiva mais clara da dinâmica do turismo, sendo, pois, essencial a caracterização destas. Em termos de total de dormidas no Algarve o comportamento foi igual ao do total de hóspedes. Assim, depois do crescimento verificado entre 2004 e 2007 verificou-se um decréscimo nos dois anos seguintes, tendo o ano de 2009 registado o valor mais baixo no período em análise. Os anos seguintes foram de crescimento, tendo o ano de 2013 sido o que registou maior número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve atingindo mais de 15 milhões (Gráfico 19).

(N.º)



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 19 | Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

No que se refere às dormidas segundo o país de residência verifica-se uma inversão de posições entre Portugal e o Reino Unido, enquanto que em termos de hóspedes e como vimos anteriormente, o mercado com maior registo foi o Português, seguindo-se o do Reino Unido, nas dormidas a situação é inversa. De acordo com os valores apresentados pelo INE referentes às dormidas dos turistas oriundos do Reino Unido nos estabelecimentos hoteleiros no Algarve, o ano de 2007 foi o que apresentou o valor mais elevado, atingindo quase 5,4 milhões de dormidas. Os três anos seguintes foram de decréscimo no número de dormidas, tendo em 2011 recuperado ligeiramente e no último ano (2013) atingido quase os 5 milhões de dormidas.

De acordo com os dados do INE, os turistas oriundos de Portugal registaram crescimento até 2010, tendo nos anos seguintes diminuído. O mercado alemão tal como se verificou com o mercado do Reino Unido oscilou ao longo dos anos, tendo no último ano subido para valores semelhantes a 2006 e 2007 que rondavam 1,5 milhões de dormidas.

Os residentes nos Países Baixos também registaram algumas oscilações ainda que menos significativas que as registadas pelos turistas oriundos do Reino Unido e Alemanha.

Os residentes em Espanha registaram bastantes variações ao longo dos anos em análise, depois de nos anos iniciais se ter verificado um crescimento no número de dormidas, em 2008 registou-se uma ligeira quebra que foi recuperada nos três anos seguintes e voltado a decrescer nos últimos dois anos, mas para valores bastante próximos dos melhores anos no período em análise que superaram as 700 mil dormidas.

Em relação aos turistas oriundos de França, têm vindo a apresentar registos bastante interessantes quer ao nível dos hóspedes, quer das chegadas no Aeroporto, quer das dormidas. Assim, no que se refere às dormidas de 2004 para 2013 registou-se um aumento de mais 250%, tendo-se passado de 2004 para 2013, de 121 110 para 462 326 dormidas (Quadro 9 e Gráfico 20).

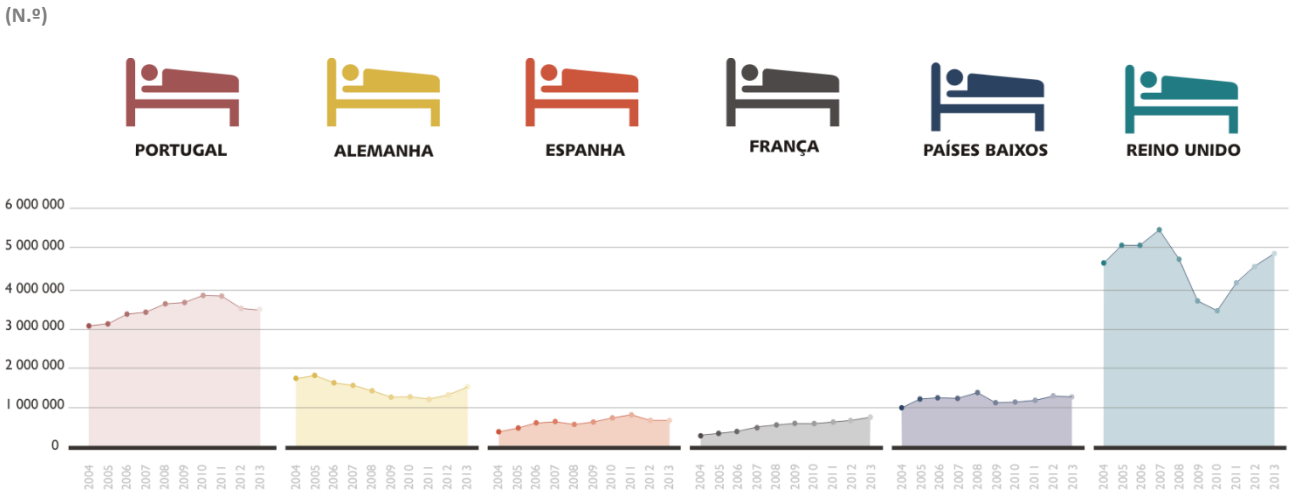
QUADRO 9 | Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

(N.º)

	PORTUGAL	ALEMANHA	ESPANHA	FRANÇA	PAÍSES BAIXOS	REINO UNIDO
2004	3 122 247	1 741 952	415 769	121 110	1 009 587	4 696 490
2005	3 163 340	1 785 843	508 679	177 199	1 165 311	5 051 855
2006	3 330 660	1 590 323	659 183	201 562	1 235 171	5 047 026
2007	3 348 339	1 526 198	712 107	261 828	1 255 480	5 398 998
2008	3 537 058	1 424 655	635 724	290 552	1 375 557	4 748 598
2009	3 647 189	1 300 597	697 662	322 097	1 233 260	3 824 516
2010	3 831 885	1 339 171	760 474	342 974	1 253 638	3 700 951

2011	3 772 268	1 301 042	875 532	346 600	1 335 743	4 238 450
2012	3 518 709	1 367 843	730 121	383 488	1 431 887	4 537 976
2013	3 512 872	1 559 729	723 752	462 326	1 414 183	4 929 624

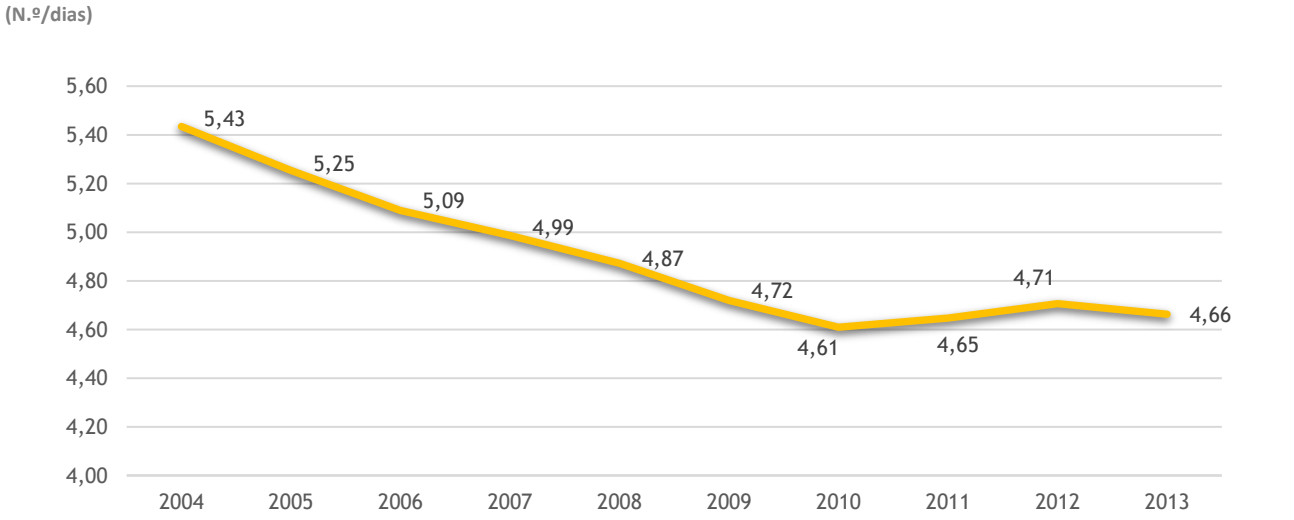
Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 20 | Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

Um outro fator importante de analisar-se é referente à evolução estada média, assim, ao longo dos anos em análise foi decrescendo até 2010, nos dois anos seguintes recuperou ligeiramente, voltando a decrescer em 2013 (Gráfico 21).



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014, dados tratados

GRÁFICO 21 | Estada média total no Algarve, por ano, de 2004 a 2013.

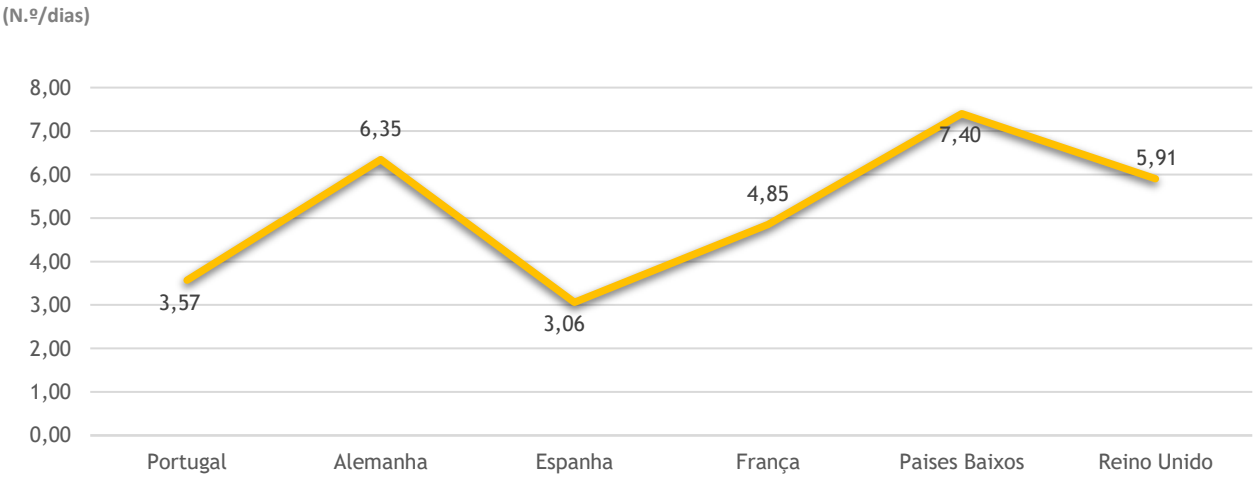
Em termos de origem dos turistas, verifica-se que o mercado interno alargado[27] foram os que tiveram uma estada média mais baixa, com cerca de 3 noites, tendo oscilado ao longo dos anos mas com valores pouco significativos.

Os mercados do Reino Unido e da Alemanha têm valores médios absolutos de cerca de 6 noites. Ao longo dos anos a estada média têm vindo a diminuir em ambos os mercados, assim, os residentes na Alemanha passaram de 7,34 noites em 2004 para 5,64 noites em 2013. No caso do Reino Unido passou de 6,68 noites em 2004 para 5,44 noites em 2013.

[27] Mercado interno alargado, inclui Portugal e Espanha.

Os turistas residentes nos Países Baixos são os que têm uma média de estada média mais elevada atingindo as 7,40 noites. Ao longo dos anos em análise, apenas no último ano, a estada média baixou para 6 noites, nos restantes anos registou-se uma média de 7 noites, atingindo em 2004, 2005 e 2006 quase 8 noites.

Os turistas oriundos de França que tiveram um crescimento constante em termos de hóspedes e dormidas permaneceram em média 4,85 noites, 5 noites em valor absoluto. Apenas no ano de 2004, o valor de estada média foi mais próximo das 4 noites (Gráfico 22, Quadro 10 e Gráfico 23).



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014, dados tratados

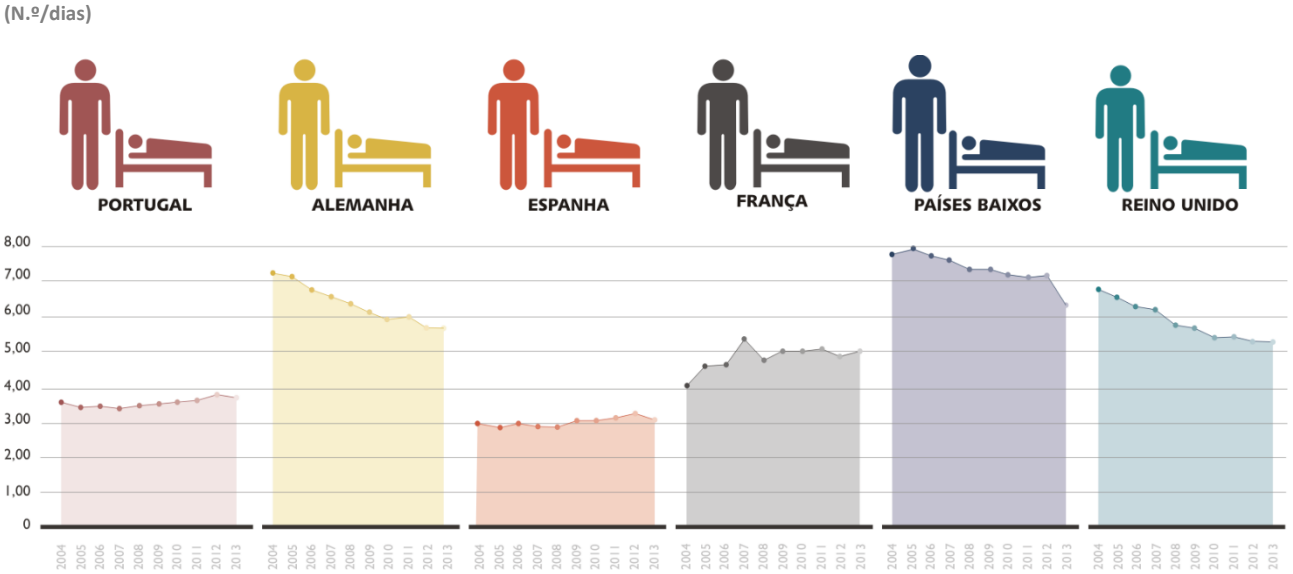
GRÁFICO 22 | Estada média por país de residência, de 2004 a 2013.

QUADRO 10 | Estada média no Algarve, por país de residência, de 2004 a 2013.

(N.º/dias)

	PORTUGAL	ALEMANHA	ESPANHA	FRANÇA	PAÍSES BAIXOS	REINO UNIDO
2004	3,70	7,35	3,01	4,14	7,71	6,68
2005	3,53	7,12	2,94	4,67	7,94	6,47
2006	3,55	6,71	3,05	4,70	7,74	6,21
2007	3,44	6,55	2,97	5,34	7,56	6,16
2008	3,52	6,37	2,96	4,76	7,48	5,83
2009	3,54	6,12	3,04	4,98	7,48	5,79
2010	3,58	5,92	3,06	5,01	7,31	5,50
2011	3,58	6,03	3,17	5,08	7,15	5,55
2012	3,67	5,65	3,32	4,84	7,24	5,43
2013	3,61	5,64	3,10	4,98	6,40	5,44

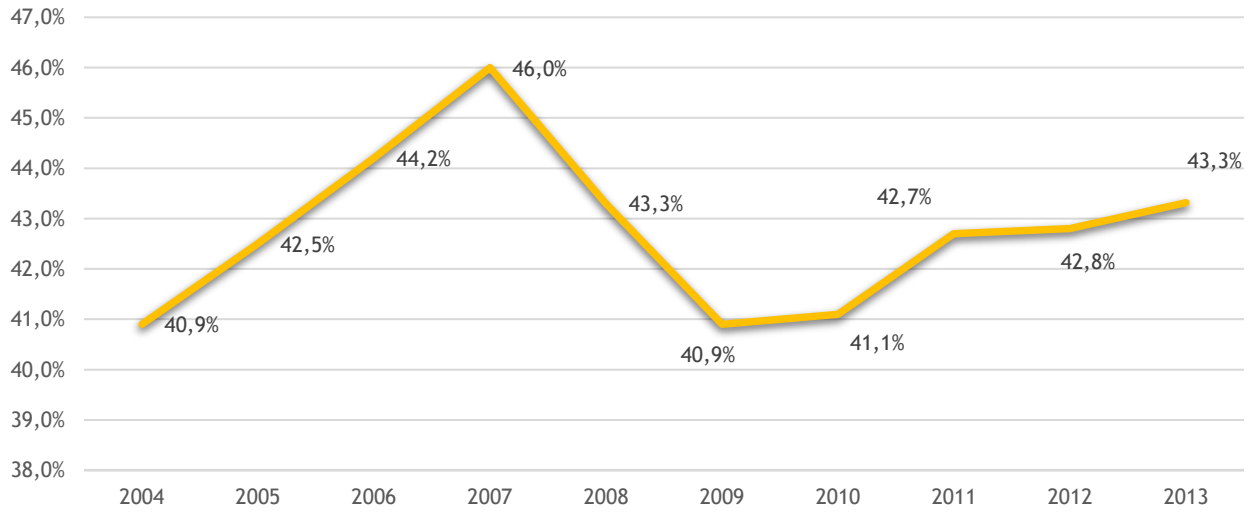
Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014, dados tratados



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014, dados tratados

GRÁFICO 23 | Estada média no Algarve, por país de residência, de 2004 a 2013.

Em termos de taxa de ocupação cama, a região do Algarve apresentou valores superiores a 40%, tendo tido um crescimento acentuado de 2004 até 2007, e nos dois anos seguintes um decréscimo acentuado, tendo em 2009, atingido o mesmo valor de 2004. Os anos seguintes foram de crescimento ligeiro (Gráfico 24).



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 24 | Taxa de ocupação cama, nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, de 2004 a 2013.

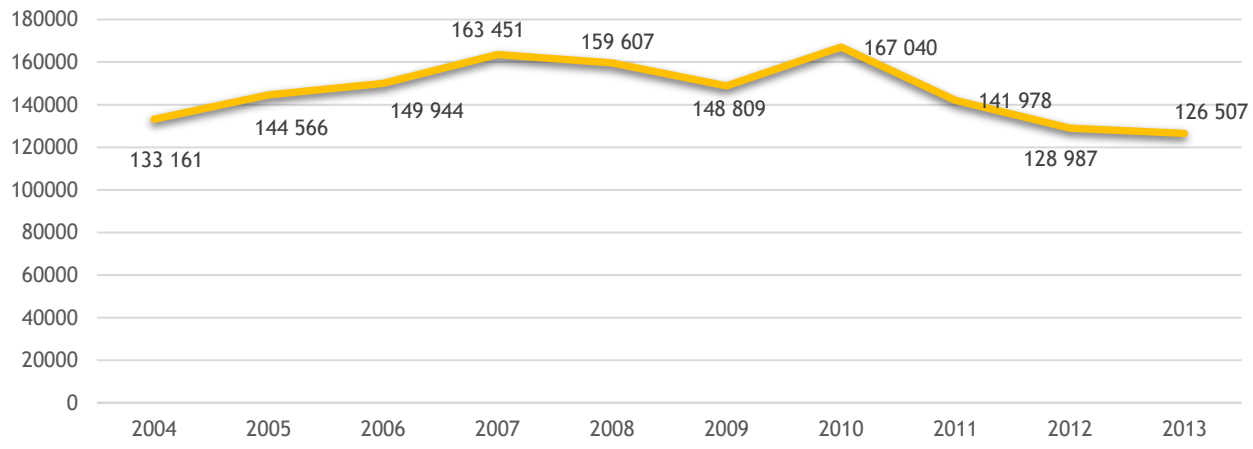
TURISMO

TAVIRA

CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA TURÍSTICA

Depois de termos tido com base nos dados disponibilizados pelo INE uma perspetiva macro da procura turística, a nível nacional e regional, é determinante conhecermos a realidade do concelho de Tavira. Dos dados apresentados, verifica-se que o número de hóspedes em Tavira cresceu até 2007, tendo os anos seguintes sido de quebra, que apenas foi interrompida por um pontual crescimento no ano de 2010. Os últimos dois anos foram os que apresentaram valores mais baixos, isto é, inferiores aos 133 161 hóspedes registados no ano de 2004 (Gráfico 25).

(N.º)



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 25 | Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2013.

Em termos de país de residência, a maioria dos turistas que se hospeda em Tavira, tendo por base os últimos dois anos em análise, é oriunda de Portugal, seguindo-se os oriundos de Espanha, Reino Unido, Países Baixos, França e Alemanha. Em 2013, estes turistas representaram quase 87% do total dos hóspedes (126 507).

No caso dos hóspedes oriundos de Portugal depois de terem atingido o maior número em 2009 e 2010, registaram uma quebra acentuada, tendo nos últimos dois anos apresentado os valores mais baixos no período em análise.

Os residentes em Espanha, após terem registado um crescimento contínuo no número de hóspedes até 2007, registaram uma diminuição significativa nos últimos anos, tendo também atingido, tal como se registou nos residentes em Portugal, nos últimos dois anos, os valores mais baixos.

No que se refere aos residentes no Reino Unido, registaram ao longo do período em análise bastantes oscilações. À semelhança dos residentes em Espanha, até 2007 cresceram em termos de hóspedes, nos dois anos seguintes registaram uma quebra significativa, tendo em 2009 apresentado o valor mais baixo, 14 212 hóspedes, voltando a crescer no ano seguinte cerca de 75,5%.

Em relação aos turistas oriundos da Alemanha e Países Baixos, ao longo dos anos em análise não tiveram um comportamento linear, contudo as oscilações também foram pouco significativas, ao contrário do ocorrido no caso dos hóspedes oriundos dos países analisados anteriormente. Relativamente a estes dois mercados é de realçar que foram os únicos que cresceram no último ano, ainda que os valores sejam pouco significativos em relação ao ano anterior. Os hóspedes oriundos da França cresceram até 2012, sendo que o maior crescimento se verificou de 2010 para 2011, passando de 3 483 para 6 304 hóspedes. No último ano, tal como em outros mercados registou uma ligeira quebra (-93 hóspedes) (Quadro 11 e Gráfico 26).

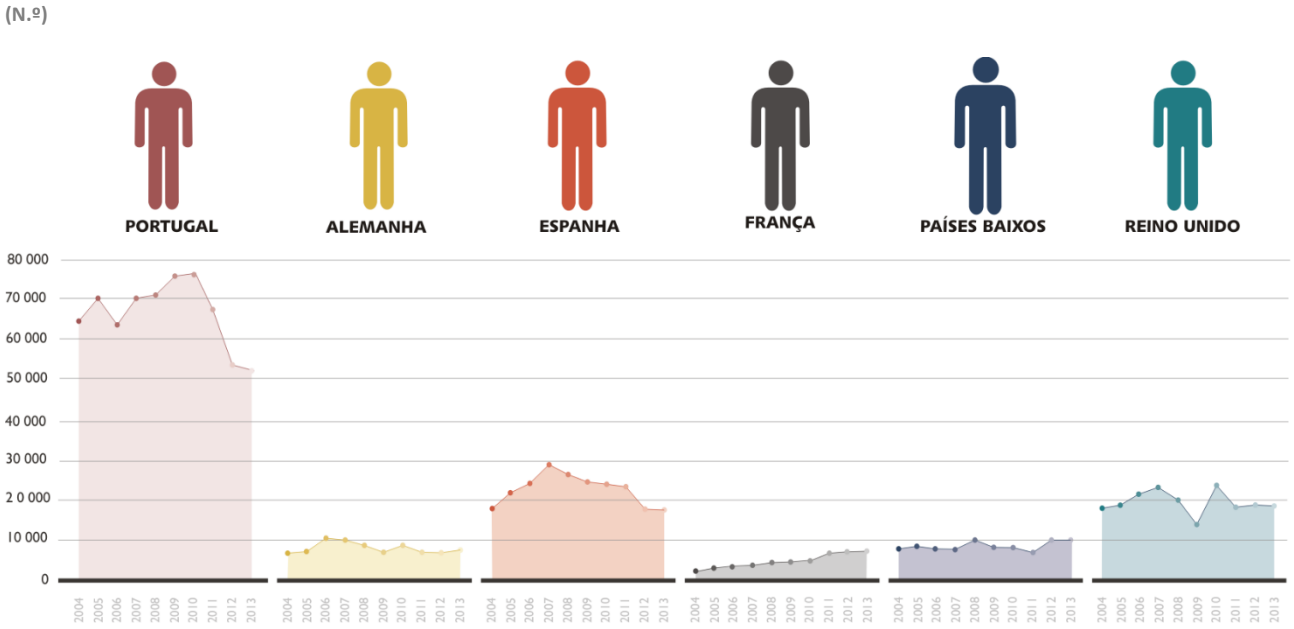
QUADRO 11 | Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

(N.º)

	PORTUGAL	ALEMANHA	ESPANHA	FRANÇA	PAÍSES BAIXOS	REINO UNIDO
2004	65 946	7 872	17 755	1 549	6 450	17 803
2005	70 699	8 257	23 022	2 234	7 590	19 247
2006	64 153	11 250	25 392	2 253	6 689	22 900
2007	70 373	10 177	29 563	2 548	7 043	25 556
2008	71 869	8 488	27 071	3 133	10 667	20 629
2009	76 653	6 343	24 607	3 157	8 119	14 212
2010	76 450	8 690	24 141	3 483	8 098	24 947

2011	66 064	6 030	22 727	6 304	6 708	17 048
2012	54 220	5 463	17 590	6 176	10 625	19 042
2013	52 197	6 083	17 168	6 083	10 650	17 725

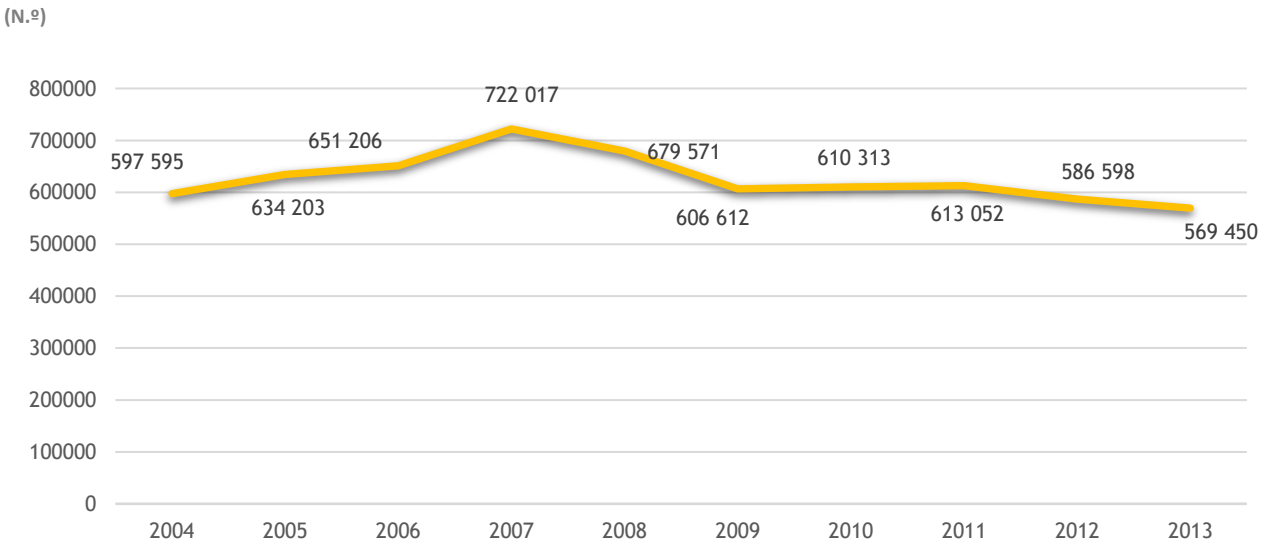
Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 26 | Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

Em relação às dormidas verificou-se que, à semelhança do número de hóspedes, registou-se nos anos de 2008 e 2009, uma quebra no número total de dormidas. Relativamente aos últimos anos ainda que se tenha registado um ligeiro aumento no número de dormidas em 2010 e 2011, os últimos dois anos registaram um pequeno decréscimo, tendo-se atingido nos últimos dois anos os valores mais baixos do período em análise (Gráfico 27).



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 27 | Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2013.

Os turistas oriundos de Portugal são os que globalmente registam mais dormidas, contudo desde 2009 até final do período em análise o total de dormidas foi reduzindo, tendo os últimos dois anos atingido os valores mais baixos. No

que se refere aos hóspedes oriundos do Reino Unido, o mesmo atingiu o máximo de dormidas em 2007 (130 mil), tendo posteriormente sofrido um decréscimo nos dois anos seguintes. Entre 2011 e 2013 as dormidas voltaram a crescer, contudo os valores nunca atingiram as 100 mil dormidas, que foram obtidas nos cinco primeiros anos de análise.

Relativamente aos turistas oriundos de Espanha, desde 2007 a tendência foi de diminuição do número de dormidas, excetuando no ano de 2011 que registou um pequeno crescimento. As dormidas dos turistas oriundos da Alemanha tiveram um comportamento oscilante, sendo de destacar pela positiva os valores atingidos em 2007 (68 637), e 2010 que quebrou a tendência de decréscimo que se verificava desde 2008. Outro aspeto a realçar é o facto de no último ano, os turistas oriundos da Alemanha e do Reino Unido terem sido os únicos a crescer em termos de dormidas.

Em relação às dormidas dos turistas oriundos dos Países Baixos, as mesmas variaram ao longo do período em análise, devendo ser destacado que nos últimos dois anos atingiram valores superiores a 70 000 dormidas que apenas tinham sido atingidas em 2008. Os turistas oriundos de França tal como aconteceu em relação ao número de hóspedes, teve o grande crescimento a partir de 2011, passando em 2010 de 15 780 dormidas para 42 058 em 2011. Nos dois últimos anos as dormidas diminuíram, mas o decréscimo foi pouco significativo (Quadro 12 e Gráfico 28).

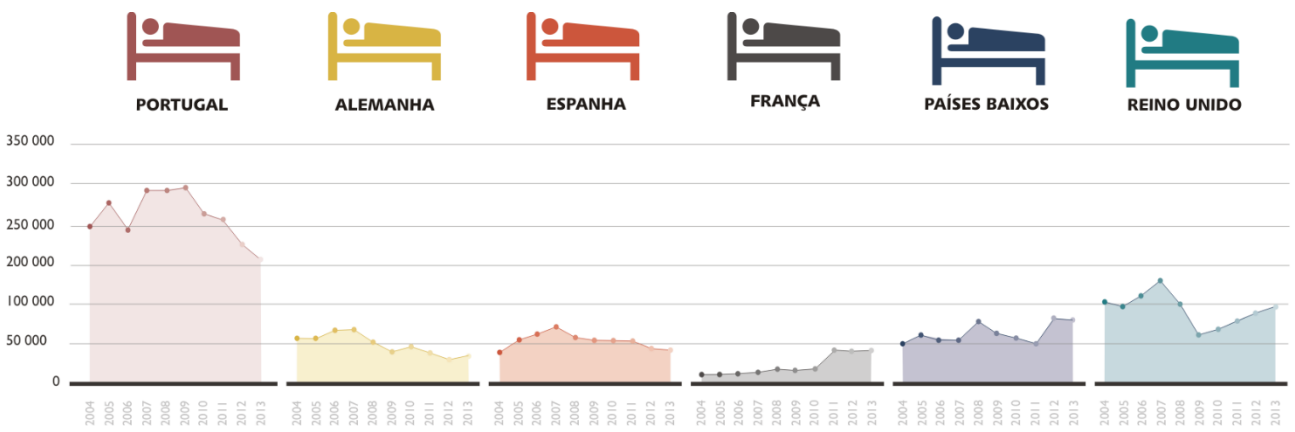
QUADRO 12 | Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

(N.º)

	PORTUGAL	ALEMANHA	ESPANHA	FRANÇA	PAÍSES BAIXOS	REINO UNIDO
2004	252 444	56 249	42 714	6 954	53 614	103 672
2005	277 069	56 401	55 874	10 185	66 301	101 729
2006	248 534	66 539	63 712	10 801	57 859	116 376
2007	289 354	68 637	74 126	13 076	58 698	130 219
2008	289 364	52 760	63 223	15 627	78 579	100 979
2009	295 381	40 091	58 887	13 937	60 716	69 636
2010	272 270	46 630	57 261	15 780	55 146	77 035
2011	261 253	35 910	57 780	42 058	48 211	89 601
2012	225 231	28 793	47 623	39 372	78 798	95 472
2013	206 981	31 091	42 837	41 607	75 847	99 425

Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

(N.º)

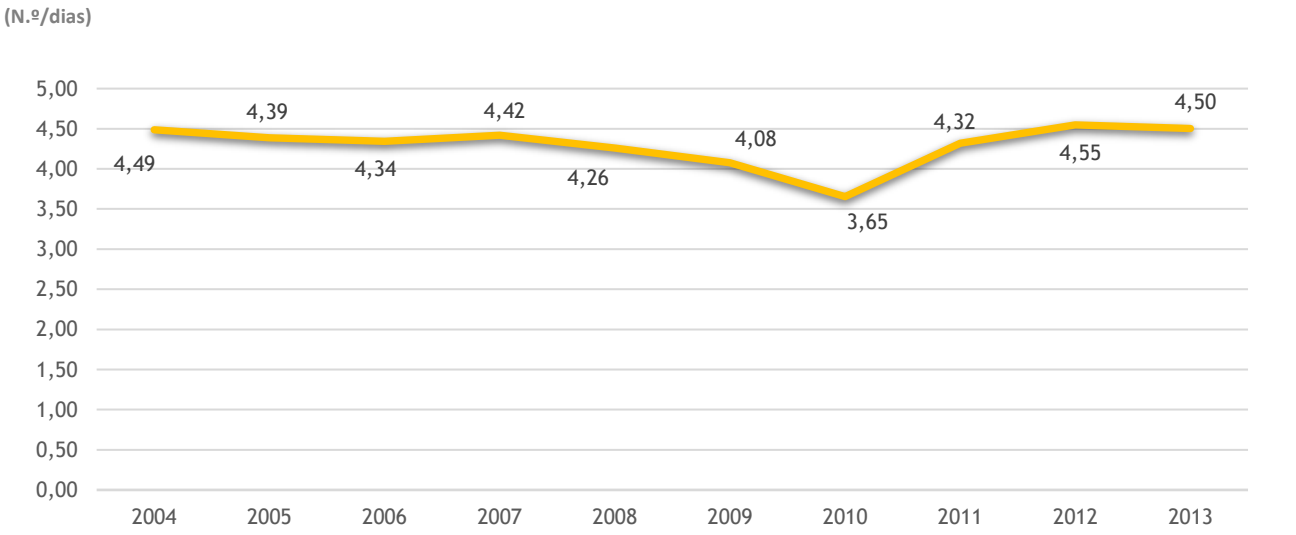


Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 28 | Total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

A estada média em Tavira até 2010 teve um comportamento decrescente, tendo atingido o valor mínimo (3,65 noites) nesse ano. Os anos seguintes foram de recuperação, tendo nos últimos dois anos atingido os valores de estada média mais elevada, que rondam as 4,5 noites. Assim, ainda que se tenha registado uma diminuição no total de hóspedes e

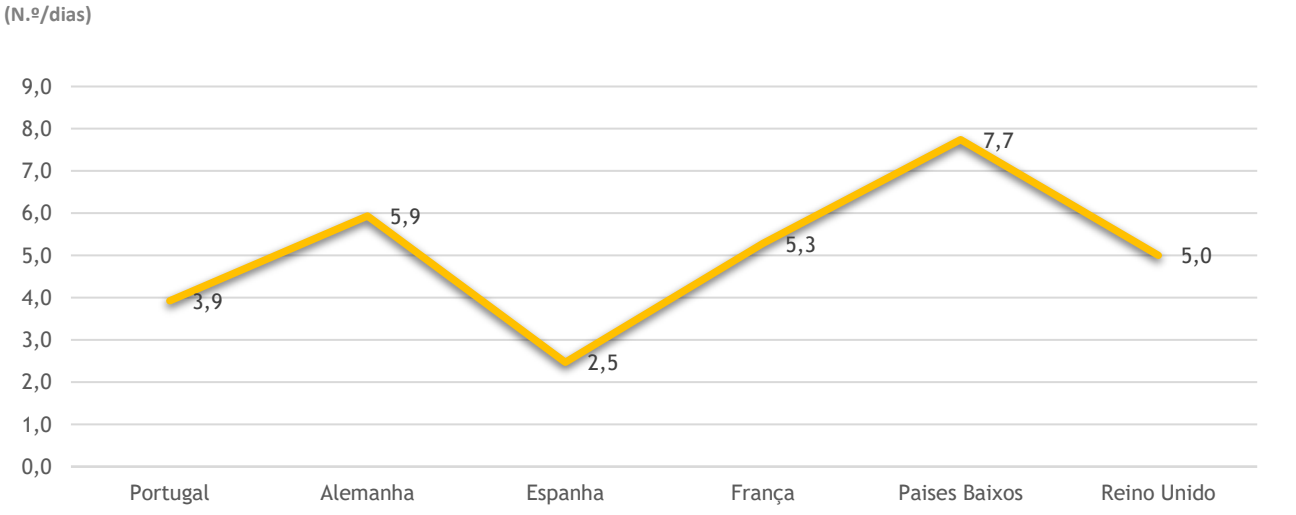
dormidas, o decréscimo foi mais significativo nos hóspedes que nas dormidas, pois a estada média aumentou (Gráfico 29).



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 29 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2013.

Em termos de estada média por principais mercados de origem, os turistas oriundos dos Países Baixos foram os que tiveram a estada média mais elevada, 7,7 noites, valor ligeiramente superior à região do Algarve. Em sentido contrário e tal como se verificou na região do Algarve os turistas do mercado interno alargado, Portugal e Espanha, talvez devido à proximidade e eventual facilidade de deslocação, são os que apresentaram valores médios mais baixos, 3,9 e 2,5 noites respetivamente. No caso de Portugal a estada média de Tavira foi ligeiramente superior à do Algarve. Também os valores apresentados por estes dois mercados ao longo dos anos, não sofreram oscilações significativas. Os restantes mercados que têm vindo a ser analisados têm uma estada média que varia entre as 6 noites, no caso dos oriundos da Alemanha, e as 5 noites, no caso dos turistas oriundos do Reino Unido e França. No caso dos turistas da Alemanha e do Reino Unido a estada média em Tavira foi ligeiramente inferior aos valores apresentados no Algarve (Gráfico 30).



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 30 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

O comportamento ao longo dos anos nos diferentes mercados não foi linear, tendo-se registado muitas oscilações em praticamente todos os mercados. Apenas no caso dos turistas oriundos de França se verificou que a estada média aumentou significativamente de 2004 para 2013, tendo passado de 4,5 noites para 6,8 noites. Em sentido inverso os

turistas oriundos da Alemanha que registavam em 2004 uma estada média de 7,15 noites baixaram em 2013 para 5,11 noites e os turistas oriundos dos Países Baixos registaram a redução de 1 noite de 2004 para 2013. Um dos principais mercados, o do Reino Unido, excetuando o ano de 2010 que registou uma estada média bastante baixa (3,09 noites), os restantes anos rondaram as 5 noites, tendo nos anos extremos em análise, 2004 e 2013, atingidos valores próximos das 6 noites (Quadro 13 e Gráfico 31).

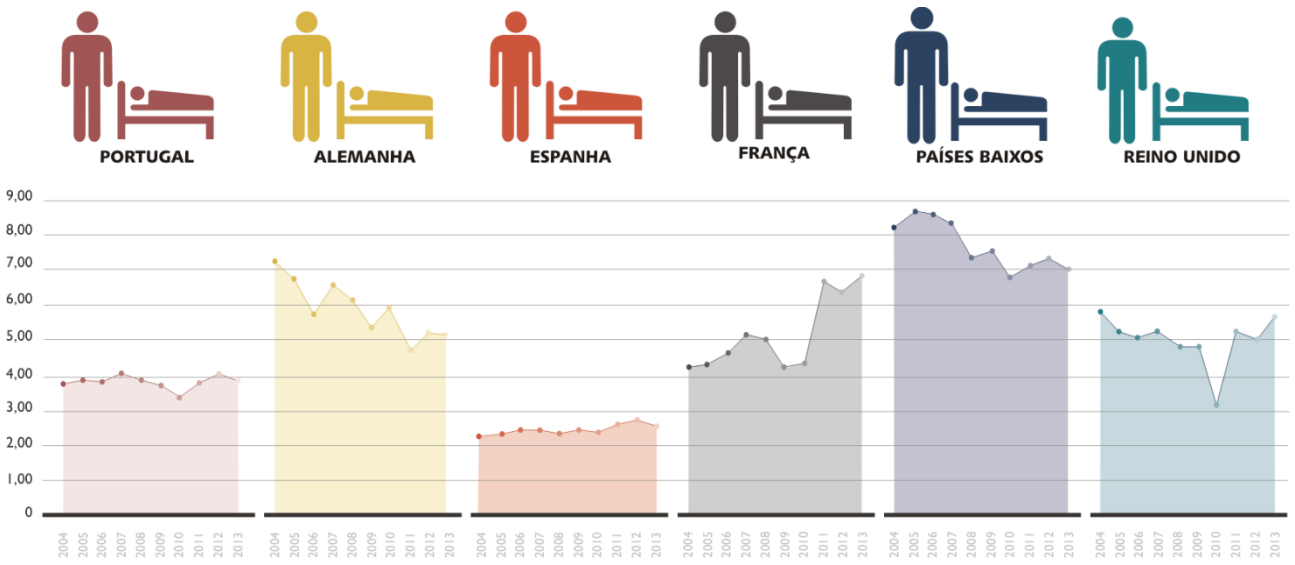
QUADRO 13 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

(N.º/dias)

	PORTUGAL	ALEMANHA	ESPANHA	FRANÇA	PAÍSES BAIXOS	REINO UNIDO
2004	3,83	7,15	2,41	4,5	8,31	5,82
2005	3,92	6,83	2,43	4,6	8,74	5,29
2006	3,87	5,91	2,51	4,8	8,65	5,08
2007	4,11	6,74	2,51	5,1	8,33	5,10
2008	4,03	6,22	2,34	5,0	7,37	4,90
2009	3,85	5,37	2,39	4,4	7,48	4,90
2010	3,56	5,96	2,37	4,5	6,81	3,09
2011	3,95	4,77	2,54	6,7	7,19	5,26
2012	4,15	5,27	2,71	6,4	7,42	5,01
2013	3,97	5,11	2,50	6,8	7,12	5,61

Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014, dados tratados

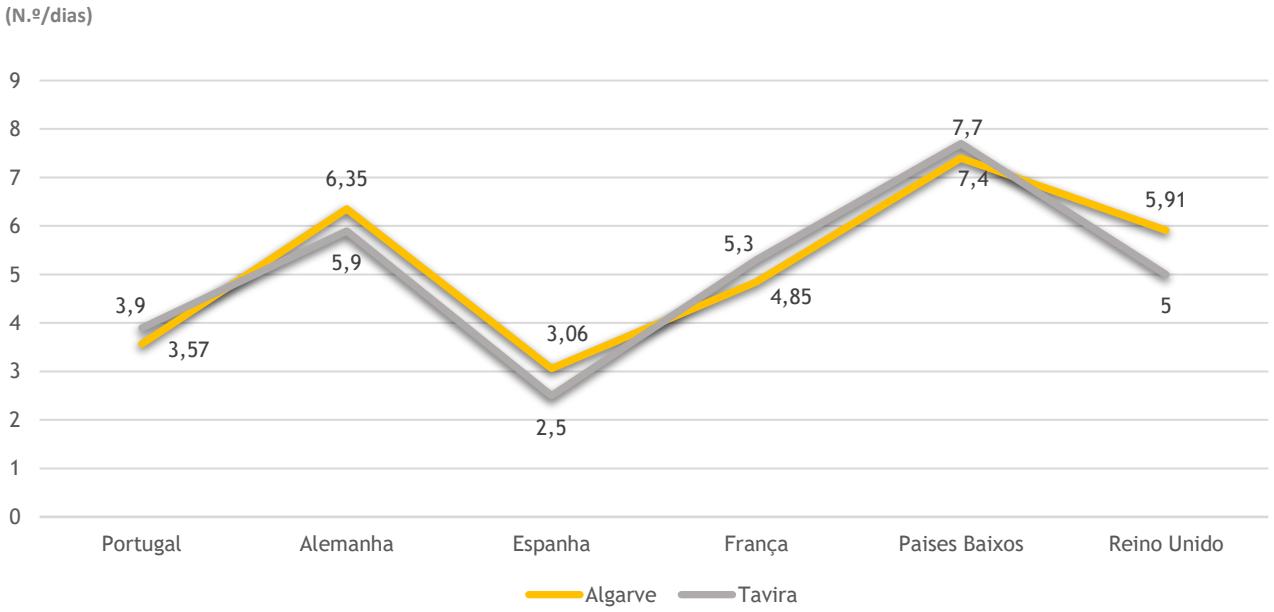
(N.º/dias)



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014, dados tratados

GRÁFICO 31 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

Em relação à estada média nos estabelecimentos hoteleiros no Algarve e Tavira pode-se observar que existe uma grande similitude segundo o país de residência e a duração da mesma, contudo, pode-se evidenciar um outro detalhe, como por exemplo os turistas nacionais, dos Países Baixos e França têm um período de permanência superior à da região, por outro lado, os turistas da Alemanha, Espanha e Reino Unido têm um período de permanência inferior (Gráfico 32).



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

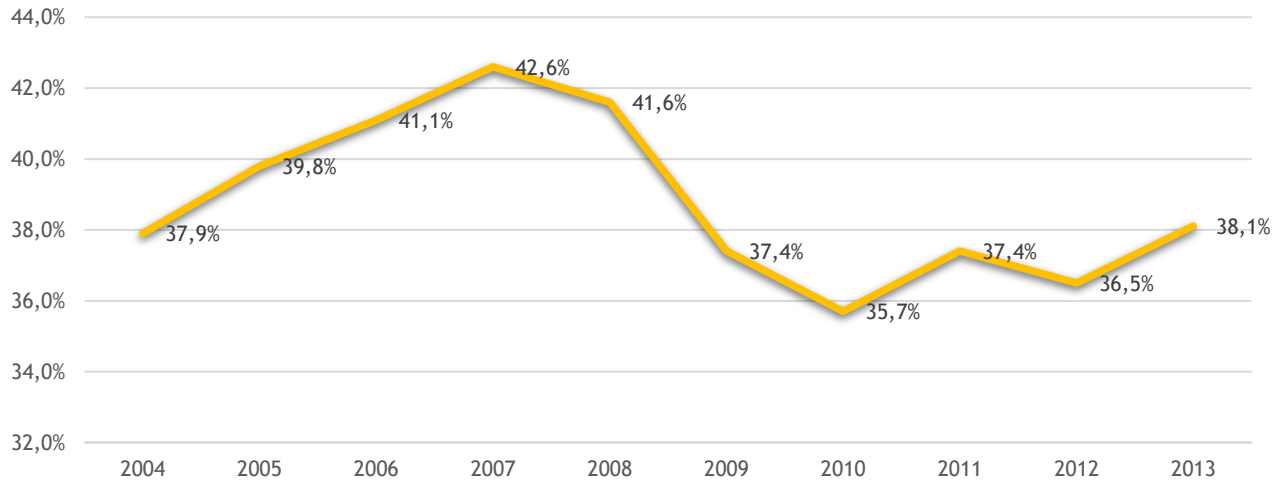
GRÁFICO 32 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros no Algarve e em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

As taxas de ocupação em Tavira ao longo do período que tem vindo a ser analisado (2004 a 2013), seguiu a mesma tendência da região do Algarve, excetuando no ano de 2012, ainda que com valores diferentes. Depois de um crescimento progressivo de 2004 até 2007, teve um forte decréscimo de 2008 para 2009, passando dos 41,6% para os 37,4%. Até 2013, a taxa não voltou a atingir os 40%, ainda que no último ano tenha crescido ligeiramente (Gráfico 33).

Sendo o Algarve, um destino com forte dependência no produto "sol e mar", é possível confirmar-se (Quadro 14) que também em Tavira as taxas de ocupação mais elevadas se registaram entre os meses de junho e setembro, sendo sempre superiores a 50%.

Um facto que ressalta nestes dados é o crescimento significativo que se verificou nos meses de maio e outubro, no último ano, atingindo valores próximos dos 40%, sendo sem dúvida relevante e essencial para o combate à sazonalidade.

Destaca-se ainda o facto do primeiro mês e os últimos dois meses do ano serem os que apresentam valores mais baixos, sendo a taxa de ocupação média/mês inferior a 20%, contudo, comparando 2010 com 2013, registou-se um ligeiro crescimento.



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014, dados tratados do INE

GRÁFICO 33 | Taxa de ocupação cama, nos estabelecimentos hoteleiros do concelho de Tavira, de 2004 a 2013.

QUADRO 14 | Taxa de ocupação/cama, por mês, nos estabelecimentos hoteleiros do concelho de Tavira, de 2010 a 2013.

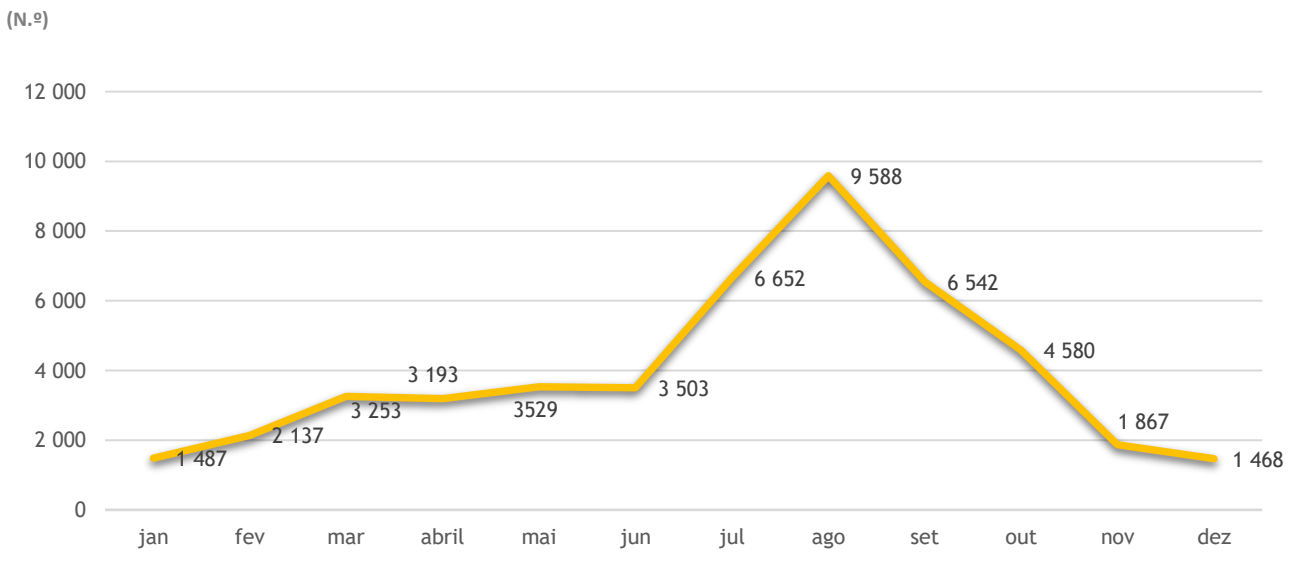
Taxa - %

	2010	2011	2012	2013
JANEIRO	12,7	12,3	12,2	13,4
FEVEREIRO	20,6	18,9	17,7	20,2
MARÇO	27,2	25,4	27,2	26,9
ABRIL	27,7	35,1	31,6	29,1
MAIO	30,9	30,3	29,1	38,2
JUNHO	44,4	49,5	46,9	53,0
JULHO	63,4	66,9	61,1	58,8
AGOSTO	77,1	75,1	74,2	74,1
SETEMBRO	52,8	53,9	55,3	57,6
OUTUBRO	32,7	40,8	33,0	39,9
NOVEMBRO	14,6	12,7	14,0	15,3
DEZEMBRO	11,8	12,7	11,8	12,5

Fonte: INE, 2010 a 2013

Os Postos de Informação Turística são os primeiros espaços onde, muitas vezes, os potenciais turistas se deslocam quando chegam ao destino, sendo interessante conhecer-se também, neste caso, quem nos visita e as épocas em que existe maior procura, bem como verificar se as informações recolhidas por estes vão de encontro às disponibilizadas pelo INE. Deste modo, verifica-se que existem alguns aspetos em comum, entre os dados disponíveis pela Região de Turismo do Algarve (RTA), no Posto de Turismo de Tavira e os dados do INE, nomeadamente no que se refere às principais nacionalidades.

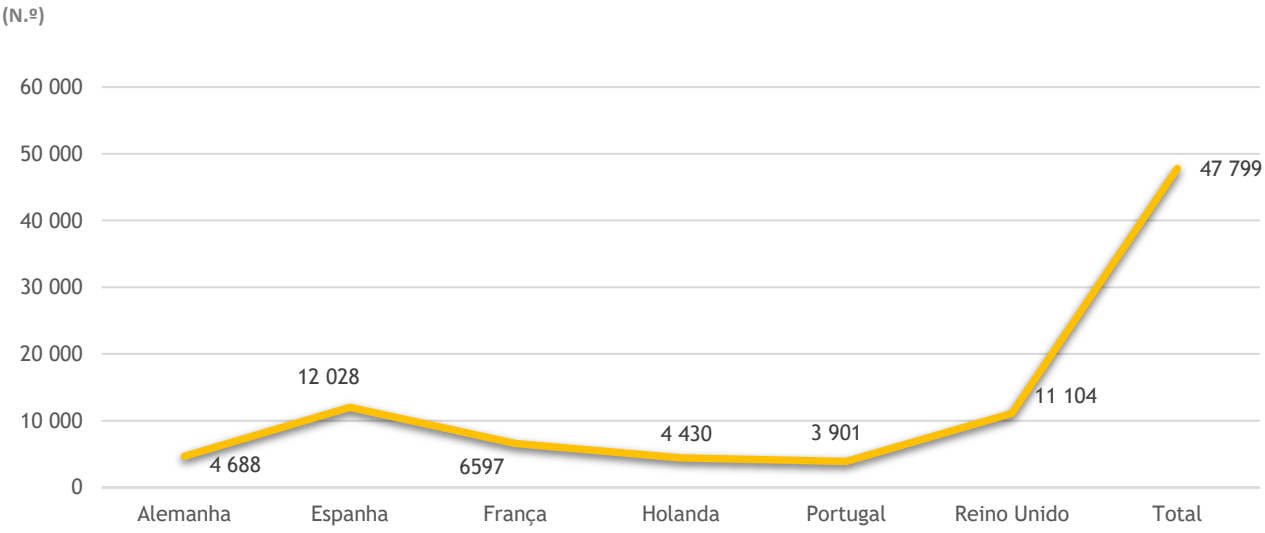
Os valores apresentados pelo Posto de Turismo de Tavira permite-nos verificar que a maior concentração de turistas se verifica nos meses de verão (55%), que os dois primeiros e os dois últimos meses do ano são os que registam menos atendimentos, tal como acontece nos movimentos do Aeroporto Internacional de Faro (Gráfico 34).



Fonte: RTA, 3013

GRÁFICO 34 | Evolução dos atendimentos presenciais no Posto de Turismo de Tavira, por mês em 2013.

De realçar ainda que, no que se refere ao peso dos atendimentos, estas 6 nacionalidades representaram 89,43% do total de atendimentos (47 799) em 2013 (Gráfico 35).



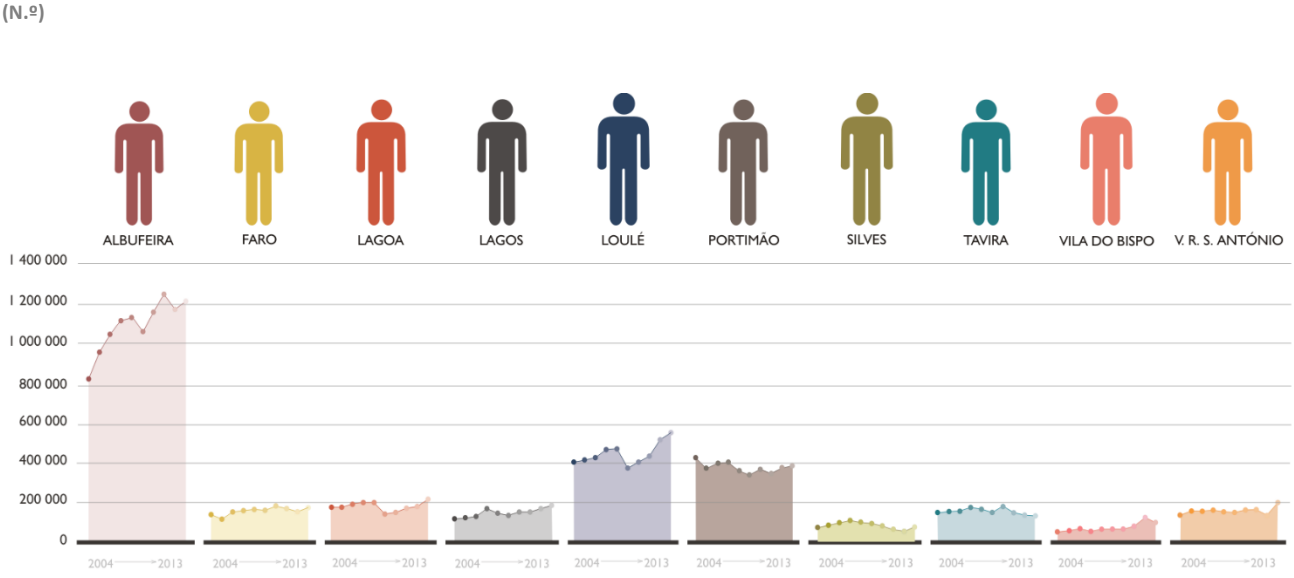
Fonte: RTA, 2013

GRÁFICO 35| Evolução dos atendimentos presenciais no Posto de Turismo de Tavira, por principais nacionalidades, em 2013.

TAVIRA

O POSICIONAMENTO DE TAVIRA NA REGIÃO

Um aspeto que deve ser constatado na análise refere-se ao posicionamento de Tavira em termos de hóspedes e dormidas face aos outros concelhos da região. Tavira, tendo em consideração os valores dos outros concelhos no que se refere ao número de hóspedes nos últimos 3 anos, é o oitavo concelho com mais hóspedes. Albufeira, Loulé e Portimão são os concelhos que mais hóspedes receberam nos estabelecimentos hoteleiros (Gráfico 36).

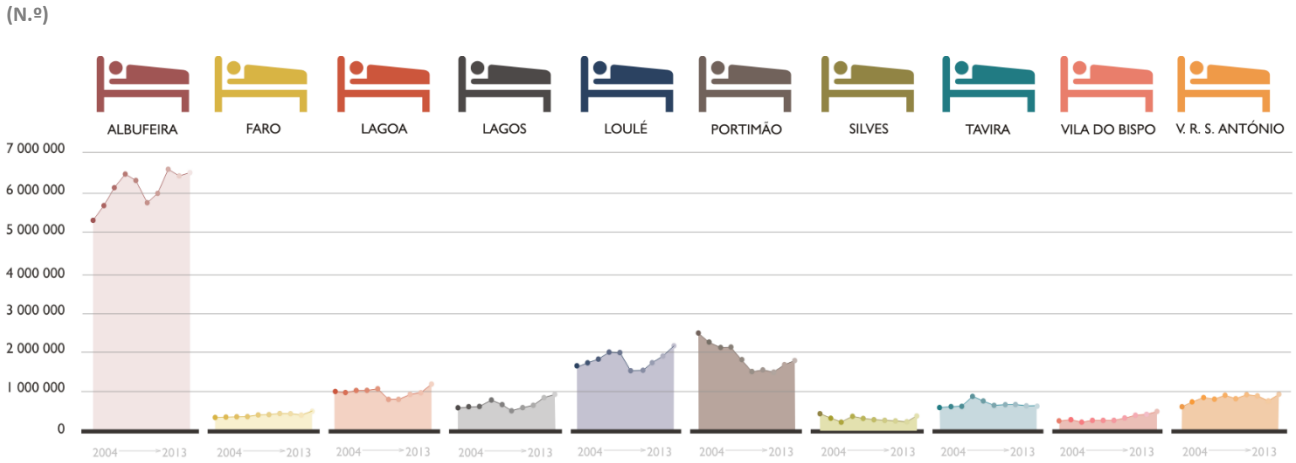


Nota: Devido ao reduzido número de hóspedes, e de forma a obter uma melhor leitura, não constam do gráfico os concelhos de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, Olhão e S. Brás de Alportel

Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 36 | Número total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros dos concelhos do Algarve, de 2004 a 2013.

Em termos de dormidas, Tavira nos últimos três anos está na sétima posição comparando com os restantes concelhos do Algarve. Tal como no caso dos hóspedes as dormidas concentram-se maioritariamente nos concelhos de Albufeira, Portimão e Loulé (Gráfico 37).



Nota: Devido ao reduzido número de hóspedes, e de forma a obter uma melhor leitura, não constam do gráfico os concelhos de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, Olhão e S. Brás de Alportel

Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 37 | Número total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, por concelho, de 2004 a 2013.

Na definição de uma estratégia de turismo é importante conhecer-se a procura e as suas características e tendências, mas é também primordial, conhecer o que o destino já tem para oferecer.

TAVIRA

CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

O turismo deve desenvolver-se com base na qualidade dos serviços e competitividade da oferta, bem como no bom uso e valorização dos recursos existentes, visando a criação de conteúdos autênticos e experiências genuínas, ao nível do ambiente, urbanismo, formação de recursos humanos e na dinâmica e modernização empresarial privada e das entidades públicas. Para a definição de oferta turística concorre o conjunto de elementos, bens e serviços que sejam adquiridos ou utilizados pelos visitantes, tal como aqueles que foram criados com o intuito de satisfazer as suas necessidades.

Assim, pode-se dizer que a oferta turística abrange tudo aquilo que um destino turístico tem para oferecer aos seus turistas, visitantes e excursionistas. Esta é representada pela diversidade de atrações, bens e serviços que determinam a preferência e motivação do público que o procura e impele a deslocar-se tendo em vista a satisfação das necessidades das viagens efetuadas e ocupação de tempos livres.

CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

Recursos turísticos

A importância do turismo na economia tem sido crescente, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento económico e social a nível local, regional e nacional. O concelho de Tavira tem elevado potencial turístico a ser desenvolvido, derivado dos seus recursos endógenos, ou seja, a oferta de produtos turísticos de um determinado espaço decorre muito dos recursos turísticos de que o mesmo dispõe. Como elementos mais relevantes e potencial mais elevado de atração turística, podem-se identificar, no concelho de Tavira, recursos naturais, culturais e recreativos.

Recursos turísticos

Naturais

Clima

Tavira apresenta um clima sub-húmido seco, caracterizado por ser ameno/quente, com 5 meses secos (de maio a setembro) e uma temperatura média anual que ronda os 17°C. Os meses mais quentes são junho, julho, agosto e setembro e os meses mais frios são janeiro e fevereiro.

A precipitação média anual está concentrada maioritariamente nos meses de outubro a fevereiro e durante o verão praticamente não chove. Os dias solarengos são uma constante, mesmo durante o inverno, Tavira tem cerca de 300 dias de sol e possui um clima ameno ao longo de todo o ano, com pouca oscilação diária, proporcionando assim condições favoráveis a atividades ao ar livre, recurso bastante atrativo para o turismo.

Recursos turísticos
Naturais

Praias

O concelho de Tavira possui uma linha de costa com mais de 18 km de extensão, oferecendo praias de areia fina e branca e onde a temperatura média da água do mar ronda os 22° C.

A Ilha de Tavira possui uma extensão de aproximadamente 11 km e nela se inserem as praias da Ilha de Tavira, Terra Estreita, Barril e Praia Naturista. Para além destas praias salienta-se ainda, para nascente da Ilha de Tavira, a Ilha de Cabanas, uma estreita mas extensa língua de areia, antes da última barra da ria para nascente, situando-se a praia em frente à vila de Cabanas. Elencam-se de seguida as praias do concelho (Figura 36).

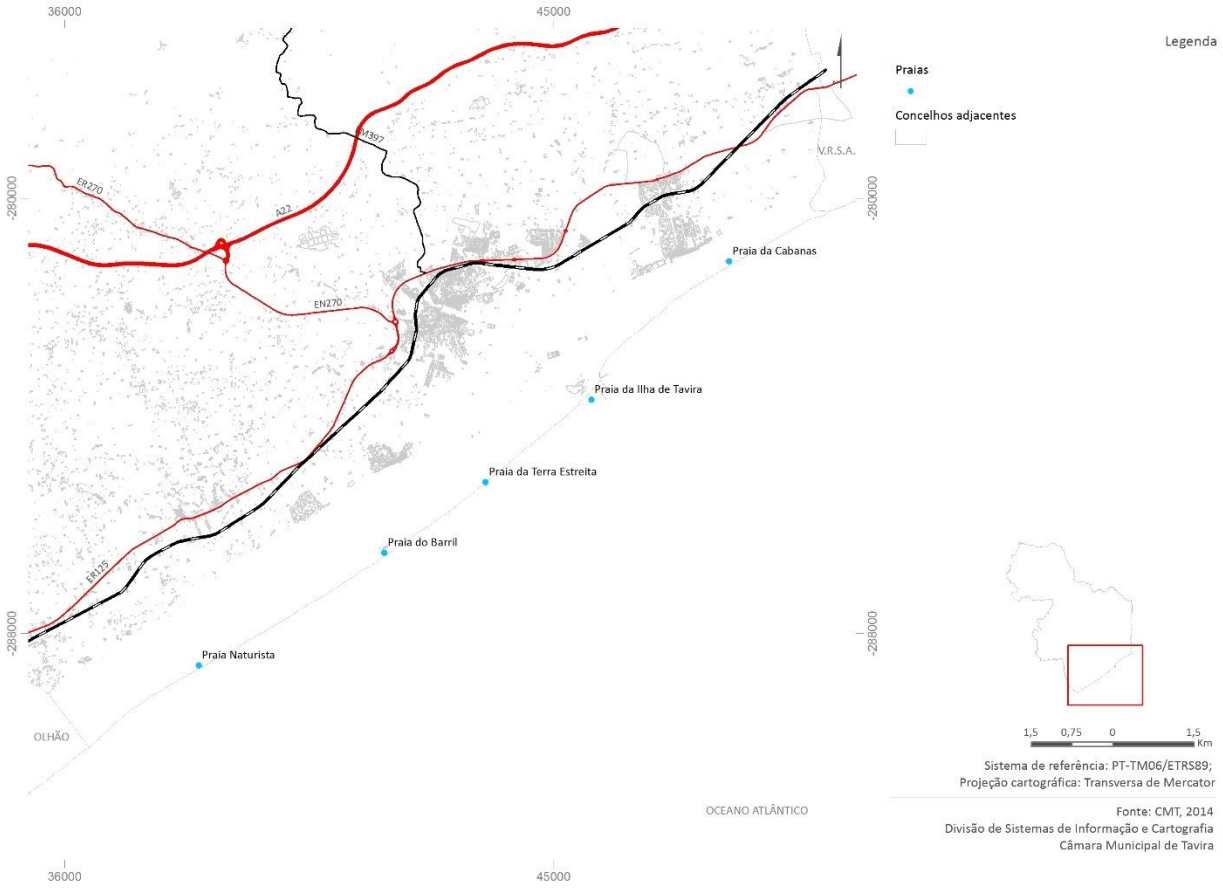


FIGURA 36 | Localização das praias, no concelho de Tavira.

PRAIA DA ILHA DE TAVIRA

A praia designada como Ilha de Tavira tem características específicas e distintas das outras praias do concelho, nomeadamente, no que respeita à quantidade de apoios de praia, atividades bares e restaurantes, bem como na intensidade solar e na quantidade de iodo da água circundante, evidenciando um microclima atrativo aos banhistas. O acesso é feito de barco a partir do cais das Quatro Águas e/ou de Tavira, no centro da cidade. Na Ilha de Tavira existem várias casas de veraneio, um parque de campismo e diversos equipamentos de apoio (restaurantes e instalações sanitárias). Também na ilha é possível usufruir de um parque de merendas instalado numa pequena mata de pinheiro manso. Esta praia possui vigilância durante a época balnear e dispõe de balneários públicos e um posto de socorros. As casas de veraneio, parque de campismo, restaurantes, instalações sanitárias públicas e posto de socorros são servidos pela rede de abastecimento e de saneamento (Figura 37).

Fonte: Arquivo CMT – A|NAFA

FIGURA 37 | Praia da Ilha de Tavira

PRAIA DA TERRA ESTREITA

A praia situa-se para nascente do Barril, numa zona em que a Ilha de Tavira se estreita, resultando numa língua de areia com não mais de 50 metros de largura. O areal é vasto e mais deserto que nas praias vizinhas, proporcionando tranquilidade e isolamento. Nesta praia podem admirar-se as flores vistosas do narciso-das-areias e gozar os banhos cálidos de mar. A praia possui equipamentos de apoio aos utentes (bar, instalações sanitárias), vigilância durante a época balnear e um conjunto de outros serviços extra que proporcionam um agradável momento a quem se desloca ao local. O acesso é feito de barco a partir da marginal da Vila de Santa Luzia.

PRAIA DO BARRIL

É a única praia do concelho com acesso pedonal (1800 metros de percurso), o qual poderá ser realizado também através de um comboio turístico, após passagem de uma pequena ponte. O percurso pedonal é sinalizado com seis estações de observação, permitindo contemplar a riqueza ambiental própria da Ria Formosa. O equipamento turístico da praia foi adaptado a partir de uma antiga armação de pesca do atum e no local ainda se pode ver o casario original e alguns objetos da faina, bem como um conjunto de grandes âncoras que se encontram dispostas no espaço envolvente da praia, ajardinado com plantas das dunas. Esta praia possui equipamentos de apoio aos utentes (restaurantes, bares, instalações sanitárias), bem como vigilância durante a época balnear. A praia do Barril está dotada de um sistema autónomo de tratamento de águas residuais e tem abastecimento público de água potável (Figura 38).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 38 | Praia do Barril.

PRAIA NATURISTA

A zona oficial naturista é integrada no cordão da Ilha de Tavira e fica situada a 1500 metros da última concessão de toldos da praia do Barril, no sentido oeste desta. Esta praia não dispõe de equipamentos de apoio.

PRAIA DAS CABANAS

Com uma extensão de 7 km, é na zona central desta praia que se localizam os equipamentos de apoio à atividade balnear. A praia situa-se em frente à vila de Cabanas e possui equipamentos de apoio aos utentes (bares e instalações sanitárias) e vigilância durante a época balnear. Esta é também uma praia indicada para a prática de *windsurf* e vela. O apoio de praia está dotado de abastecimento público de água potável e rede de saneamento. O acesso é feito de barco, a partir da marginal de Cabanas.

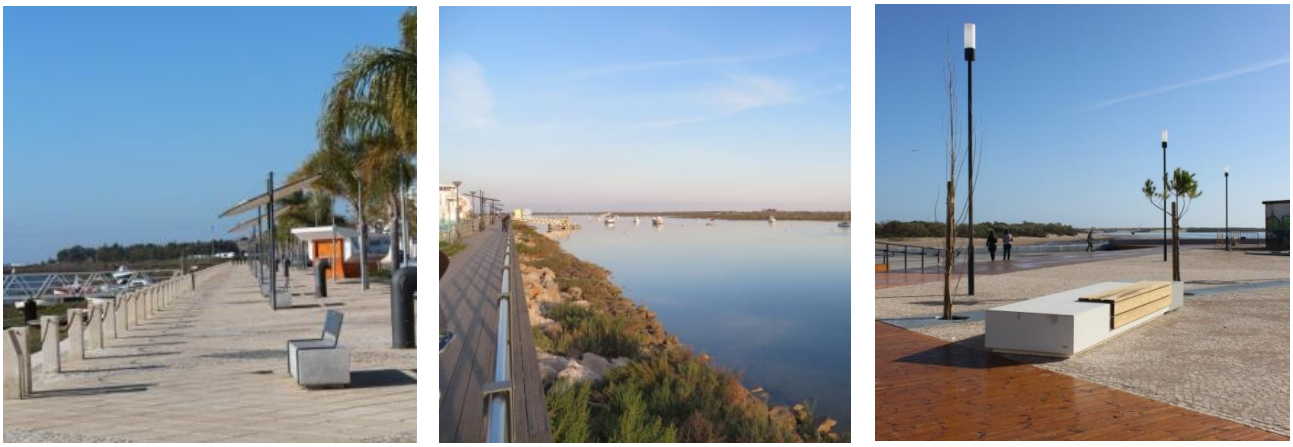
De entre as praias mencionadas, à exceção da praia naturista, todas possuem área concessionada, com vigilância na época balnear e bandeira azul, sendo que a praia do Barril também possui outros galardões tais como denominação de praia acessível.

Recursos turísticos
Naturais

Zonas ribeirinhas

As zonas ribeirinhas desempenham funções muito importantes como sejam: polos de atração, de desenvolvimento (económico e turístico) e valorização ambiental. Neste sentido, nos últimos anos, quer por iniciativa municipal, quer no âmbito do Polis Litoral da Ria Formosa, têm sido alvo de intervenções de requalificação que conferem atualmente uma importância estratégica para o concelho (Figura 39). Destas, e pela sua importância, destacam-se as seguintes:

- As zonas ribeirinhas do Rio Séqua/Gilão;
- A marginal de Cabanas de Tavira;
- A marginal de Santa Luzia até Pedras D'El Rei;
- A zona das Quatro Águas;
- A marginal de Torre de Aires.



Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 39 | Marginal de Santa Luzia, marginal de Cabanas e zona das Quatro Águas.

Recursos turísticos
Naturais

Serra do Caldeirão e Parque Natural da Ria Formosa

A Serra do Caldeirão é a maior cordilheira algarvia, estendendo-se desde a Ribeira de Odelouca até aos planaltos do nordeste algarvio. Do ponto de vista paisagístico, o ponto mais alto localiza-se em Alcaria do Cume (535 metros), na freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo. Trata-se de uma paisagem com elevações arredondadas e relevo acidentado, constituída por solos de xisto e por cursos de água temporários, maioritariamente ribeiras. No que respeita à vegetação predominante identificam-se os canaviais, o freixo, a esteva, a amendoeira, a alfarrobeira, a oliveira, o sobreiro, a azinheira, o pinheiro e o eucalipto. As espécies mais notáveis de fauna presente são: a águia-de-bonelli, o veado, o javali, o coelho e a lebre.

O Parque Natural da Ria Formosa caracteriza-se pela presença de um cordão dunar arenoso litoral (praias e dunas) que protege uma zona lagunar. Este sistema lagunar de grandes dimensões – estende-se desde o Ancão até à Manta Rota – inclui uma grande variedade de habitats: ilhas-barreira, sapais, bancos de areia e de vasa, dunas, salinas, lagoas de água doce e salobra, cursos de água, áreas agrícolas e matas, situação que desde logo indicia uma evidente diversidade florística e faunística.

Todo este contexto natural é apreciado pelos visitantes que passam e apreciam a paisagem circundante que se espraia dos montes típicos até ao litoral, tornando-se atrativo para os autocaravanistas, empresas de animação turística e possíveis investidores imobiliários.

Recursos turísticos
Naturais

Outros bens naturais com interesse turístico

Localizado a cerca de 8 km de Tavira, na zona da Assêca, o Pêgo do Inferno é uma zona de grande riqueza ambiental e paisagística. Em 2012 as estruturas de apoio foram destruídas pelo grande incêndio, perspetivando-se a sua breve recuperação para o normal usufruto desta excelente área de lazer, em zona rural, com uma cascata, cujas águas caem de 5 metros de altura formando uma lagoa muito profunda, que atrai visitantes para banhos (Figura 40).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 40 | Pêgo do Inferno.

O Perímetro Florestal da Conceição de Tavira constitui um espaço natural localizado no sopé da serra, mais concretamente na freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira. O perímetro estende-se numa área de 456 ha, ao longo da vertente sul da Ribeira da Gafa, que teve a sua arborização inicial em 1920, com acácias e eucaliptos. Tinha como função inicial a exploração da lenha para os fornos de cal e os taninos para a indústria de curtumes. A paisagem é tão atrativa como diversificada, tanto ao nível da fauna como da flora. O coberto florestal é hoje constituído por acácias, eucaliptos, pinheiros mansos, sobreiros, azinheiras, ciprestes, alfarrobeiras, estevas, rosmaninhos e tojos. A fauna apresenta uma oferta rica, não só em aves, onde é frequente a observação de pássaros, entre os quais do pato-real, da pega azul, da poupa, da perdiz vermelha e da rola, como também em mamíferos (javalis, dos gamos (pequena manada em semi-cativeiro), dos coelhos e das lebres) e anfíbios e répteis, como são o caso das cobras rasteiras que coexistem neste habitat (Figura 41).

Para além do referido e a auxiliar os visitantes possui ainda quatro percursos pedonais, um parque de merendas, um parque infantil, balneários e um observatório de aves aquáticas, sendo um espaço perfeito para estar em contacto direto com a natureza e com aquilo que ela tem de melhor para oferecer.

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 41 | Gamos no Perímetro Florestal da Conceição de Tavira.

A salinicultura representa em Tavira outro importante recurso natural. Neste concelho o sal não é só produzido industrialmente, mas existem algumas salinas onde é extraído de forma artesanal, sendo a produção de maior realce a da "flor de sal", que é exportada para todo o mundo. A produção de sal marinho e “flor de sal” trata-se de um recurso próprio da região, o qual foi revitalizado nos últimos anos, apresentando atualmente uma importância económica crescente, pelo seu elevado valor nutricional e elevada qualidade.

Culturais

Património arquitetónico, arqueológico, cultural e imaterial

O património arquitetónico, arqueológico, cultural e imaterial no seu conjunto transforma Tavira num concelho com elevado potencial turístico e constitui o seu aspeto mais diferenciador no contexto regional. A conjugação entre o património histórico e a arquitetura contemporânea são visíveis em alguns espaços da cidade, coexistindo em perfeita harmonia. Cidade de igrejas, conventos, ermidas e capelas, cheia de recantos e encantos, Tavira permite uma viagem pelo tempo na tranquilidade de um clima ameno, permitindo a quem a visita ter experiências e sensações únicas. Alguns destes espaços de elevada riqueza patrimonial, nomeadamente por todo o centro histórico, são por si só, pontos estratégicos para a atividade turística.

Recentemente, o património milenar e o estilo de vida preservado, foram determinantes à inscrição da Dieta Mediterrânica na lista do património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO. Por estes aspetos e pela sua importância estratégica, o património é caracterizado autonomamente no Capítulo|Património deste documento. O património religioso constitui uma das maiores atratividades patrimoniais de Tavira, salientando-se as principais estruturas em termos turísticos (Figura 42):

- **Mosteiros/Conventos**: Antigo Mosteiro da Nossa Senhora da Piedade ou das Bernardas, Antigo Convento de São Francisco, Antigo Convento da Nossa Senhora da Graça, Igreja do Antigo Convento dos Eremitas de São Paulo, Igreja do Antigo Convento de Santo António dos Capuchos, Igreja do Convento de Nossa Senhora do Carmo;

- **Igrejas:** Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, Igreja Matriz de Santiago, Igreja de São José do Hospital, Igreja da Misericórdia, Igreja de Nossa Senhora das Ondas, Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Igreja Matriz de Santo Estêvão, Igreja Matriz de Santo Estêvão (Cachopo), Igreja de Nossa Senhora da Luz, Igreja Matriz de Santa Luzia, Igreja Matriz de Santa Catarina, Igreja de Nossa Senhora da Conceição;

- **Ermidas/Capelas:** Ermida de São Sebastião, Ermida de São Brás, Ermida de Santa Ana, Ermida de São Roque, Ermida de Nossa Senhora do Livramento, Ermida de Nossa Senhora do Consolação, Ermida de Nossa Senhora da Saúde (São Marcos), Ermida de São Pedro, Ermida do Senhor do Calvário (Alto de São Pedro), Ermida de Santa Margarida, Ermida da Capelinha, Capela de Nossa Senhora da Piedade, Ermida de Nossa Senhora do Livramento (Livramento – Luz de Tavira), Capela de Nossa Senhora do Mar.

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 42 | Ermida de São Sebastião, Ermida de Santa Ana e Igreja da Misericórdia.

Pelo seu valor e interesse a nível do turismo salientam-se as seguintes estruturas e sítios arqueológicos: Estação Arqueológica da Luz (Balsa) - propriedade privada; Estrutura Arqueológica Islâmica - Núcleo Islâmico; Estrutura Arqueológica Fenícia na entrada do Palácio da Galeria; Escavações arqueológicas do Futuro Núcleo Fenício – Antigo Solar dos Corte-Real; São Domingos da Assêca; Núcleo Arqueológico do Bairro Almóada da Pousada do Antigo Convento da Nossa Senhora da Graça; Anta das Pedras Altas – Monumento funerário CNS 18250 do período Neo-Calcolítico (Monte da Mealha); Anta da Masmorra – Monumento funerário do período Neo-Calcolítico (Monte das Alcarias de Pedro Guerreiro).

Por sua vez, como exemplares de arquitetura militar com interesse turístico entende-se ser de destacar os seguintes: Muralha do Castelo – Tavira; Torre Albarrã- no extremo sul da Muralha do Castelo; Torre Barbacã – na Bela Fria; Fortaleza de Santo António de Tavira ou do Rato; Torrão do Lastro no sítio das Quatro Águas; Fortaleza de São João de Tavira, em Cabanas; Torre D'Aires na Luz de Tavira (propriedade privada).

De salientar o Mercado da Ribeira e o Coreto, como estruturas características da arquitetura do ferro, muito centrais na cidade de Tavira e muito admiradas pelos turistas.

Recursos turísticos
Culturais

Museus e Centros interpretativos

Para preservar e dar a conhecer um pouco mais do passado de Tavira e das tradições milenares, são fundamentais os Museus e Centros Interpretativos existentes, que primam pela riqueza e diversidade cultural. O Museu Municipal de Tavira (MMT) é um museu de território polinucleado e multitemático, estruturado nas seguintes unidades: Palácio da Galeria (núcleo central do MMT), Núcleo Museológico Islâmico, Núcleo Museológico de Cachopo, Núcleo Arqueo lógico do Bairro Almóada, Ermida de São Sebastião, Ermida de Santa Ana e Centro Interpretativo do Abastecimento de Água a Tavira. O MMT tem como principais missões, investigar, inventariar, preservar, expor e divulgar a riqueza patrimonial, material e imaterial, resultante da presença histórica de várias civilizações e da diversidade geocultural e produtiva do território.

Para além dos Museus e Centros Interpretativos existe um conjunto de equipamentos culturais, elencados e caracterizados no Capítulo|Equipamentos, que, em termos gerais, constituem um recurso que contribui para a valorização e enriquecimento da oferta, constituindo espaços relevantes para a atividade turística, como sejam a Casa André Pilarte, Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo – espaço expositivo de arte sacra, o Núcleo Museológico da Armação de Pesca do Atum e o Núcleo Expositivo da Cooperativa de Santa Catarina da Fonte do Bispo.

Salientam-se ainda os seguintes edifícios e espaços importantes para o turismo: Cineteatro António Pinheiro; Anfiteatro ao ar-livre na Praça da República; Parque de Feiras e Exposições; Centro Ciência Viva de Tavira; Clube de Tavira; Biblioteca Municipal Álvaro de Campos; Casa das Artes de Tavira; Casa de *Fado com História;* Torre de Tavira – Câmara Obscura; Arquivo Municipal.

Alguns elementos patrimoniais e arquitetónicos relevantes em Tavira que se podem considerar caracterizadores da paisagem são os seguintes: telhados de "tesoura" ou de "tesouro", portas de reixa, pedras de armas, elementos heráldicos, relevos; lápides sepulcrais (Jardim da Ordem de São Francisco); janelas, portas e portais Manuelinos, Góticas, Barrocas e Clássicas/ Estilo Chão. Pela sua originalidade estes elementos tornam-se atrativos para os visitantes e, simultaneamente, incentivam a continuação do uso de técnicas ancestrais e materiais típicos da região.

Em termos gerais, estes recursos contribuem para a criação de circuitos turísticos, culturais e religiosos, potenciados por operadores que, em especial nas épocas médias/baixas trazem até Tavira inúmeros excursionistas. Contudo, o tipo de percurso e a sua operacionalização (máximo 3 horas), minimiza as possibilidades de criação de valor acrescentado.

Recursos turísticos
Culturais

Eventos culturais regulares

Em termos atrativos encontra-se uma diversidade de eventos culturais os quais se encontram distribuídos ao longo de todo o ano. O Município tem uma programação vasta que não é exclusiva de um espaço em concreto, e que, no Verão, é fortemente reforçada com propostas quase diárias em

diversas áreas artísticas. Neste contexto, elencam-se de seguida os principais eventos culturais que ocorrem anualmente em Tavira, uns de iniciativa exclusivamente municipal e outros que resultam de programas realizados em parceria com diversas associações culturais do concelho e outras ainda com o objetivo de estimular e valorizar a criatividade da comunidade:

- Festival de Charolas;
- Comemoração do Carnaval (bailes e desfile infantil);
- Festivais de Gastronomia Serrana e do Mar;
- Comemoração da Semana Santa em Tavira (concertos, procissões, via sacra)
- Programa "Viva a Primavera" (Música nas Igrejas; Festival de Teatro Amador da Conceição de Tavira; Sextas da Primavera; Dia da Espiga; Festival Sérgio Mestre entre outros);
- Comemorações do 25 de Abril (concertos, teatro, feira de artesanato);
- Comemoração dos Santos Populares (arraiais e bailes populares) (Figura 43);
- Comemoração do Dia da Cidade;
- Programa "Verão em Tavira" (Cenas na Rua - Festival Internacional de Teatro e Artes na Rua de Tavira; Animação na Praça da República com espetáculos de música durante toda a semana; Fado no Coreto; Mostras de Cinema, Europeu e Não Europeu; Feira do Livro, Feira de artesanato e Feira de antiguidades; Jazz no Palácio; Concertos no Parque do Palácio da Galeria; Festival 3 sons 3 noites);
- Feira da Dieta Mediterrânica (seminários, concertos, mostra de produtos, exposições, teatro, dança,…);
- Dia Internacional da Música;
- Comemoração do São Martinho em parceria com os agrupamentos escolares;
- Concerto de Natal;
- Passagem de Ano (espetáculo piromusical e música ao vivo).

Estes eventos têm contribuído para evidenciar Tavira e, por conseguinte, complementar a oferta, contribuir para a captação e fidelização de visitantes/ turistas. Além dos eventos acima mencionados existem diversas Associações que durante todo o ano, por todo o concelho, enriquecem a oferta com uma enorme variedade de projetos artísticos.

Fonte: Arquivo CMT, 2014.

FIGURA 43 | Comemoração dos Santos Populares.

Património etnográfico

O património etnográfico frequentemente entendido como o conjunto de objetos, atividades, usos, costumes e tradições que caracterizam o modo de viver de uma comunidade, na sua relação entre si e com o ambiente em que se insere, foca-se, na presente abordagem, no artesanato e no folclore.

O artesanato e tudo o que concorre para a sua produção - atividades, utensílios e tradições que perduraram durante séculos, algumas das quais desapareceram e outras encontram-se em vias disso.

Os produtos artesanais, assim criados, têm a vantagem de ser, por um lado, objetos únicos, por outro lado, objetos que refletem a cultura da região onde são criados. Essa riqueza está patente na variedade e qualidade das obras produzidas pelos artesãos, na diversidade das técnicas e dos materiais utilizados e na autenticidade com que integram os modos de vida e de sentir da população local. Assim, no concelho de Tavira, no que respeita aos produtos locais/artesanais, existem três associações dedicadas à dinamização destes saberes e sabores, através de feiras periódicas e exposição/ comercialização nas suas sedes. De entre as várias artes, podem destacar-se a tecelagem (trabalho em linho, desenvolvido em Cachopo), destilarias (fabrico tradicional de aguardente (Cachopo, Santo Estêvão e em Santa Catarina da Fonte do Bispo), albardaria (Cachopo), telhas, tijolos de burro, ladrilhos (Santa Catarina da Fonte do Bispo), empreita, cestaria, trapologia, rendas e trabalhos em pele. Estas atividades são, atualmente, promovidas pelas seguintes associações do concelho: Associação de Artes e Sabores de Tavira (ASTA); Associação Almadrava - Rede Cultural e Social de Santa Luzia; Albacora – Associação de Artesanato.

A globalização não homogeneíza a cultura, pelo contrário, ressalta as diferenças. O turismo deve aproveitar a diversidade cultural que é peculiar de cada território para atrair um maior número de turistas, que maioritariamente são pessoas que procuram o diferente, o inusitado.

O folclore constitui o conjunto de tradições e manifestações populares constituído por lendas, mitos, provérbios, danças e costumes que são passados de geração em geração. No concelho de Tavira, existem quatro grupos de rancho folclórico: Rancho de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Rancho Folclórico de Santo Estêvão, Rancho da Luz de Tavira e Rancho Folclórico de Tavira, os quais realizam atuações nacionais e internacionais. Através das suas danças, trajes e demais acessórios/utensílios de trabalho que caracterizam o traje, estes grupos reproduzem os usos e costumes do seu povo, permitindo-lhes representar o algarve e mais propriamente, o concelho de Tavira com autenticidade, o que confere ao folclore um forte potencial turístico.

Gastronomia e doçaria tradicional

O turista dos nossos dias é curioso, explorador, aventureiro, amante de emoções fortes. Sabe o que quer, onde vai, gosta de pormenores e gosta de apreciar eventos ligados à cozinha étnica e popular, constituindo-se por isso a gastronomia como fator de atratividade e um verdadeiro produto turístico. Tavira tem vindo a ganhar notoriedade resultante da qualidade da oferta turística gastronómica. O município de Tavira tem realizado algumas iniciativas gastronómicas de forma a promover a Dieta Mediterrânica e com isso captar e complementar a estada de visitantes. Realiza-se anualmente o Festival de Gastronomia Serrana e o Festival de Gastronomia do Mar, assim, entre meados de março e abril os restaurantes da serra e do barrocal e em maio os restaurantes do litoral, confecionam menus tradicionais com ingredientes da época, com o conhecimento de gerações de quem domina a arte culinária e os saberes gastronómicos tradicionais. Como produtos tipicamente associados a Tavira destacam-se alguns doces (folhado de Tavira, Dom Rodrigo, bolinhos de massapão) e a cozinha tradicional à base de atum, polvo, bivalves, carnes de porco, enchidos e fumados, caça (coelho bravo, lebre, javali, veado e aves) (Figura 44).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 44 | Bolinhos de massapão e Dom Rodrigo.

Recursos turísticos

Recreativos

Golfe

A sazonalidade da procura no mercado do golfe ocorre em contraciclo com a procura tradicional do produto "sol e praia". O incremento do número de turistas de golfe permite uma maior estabilidade das taxas de ocupação do alojamento turístico ao longo do ano, com captação de um segmento de mercado com maior poder aquisitivo que induz à criação de um conjunto de serviços no segmento alto. No concelho existem dois campos: Benamor Golfe (é o único campo de golfe situado 100% no concelho de Tavira) e Quinta da Ria/Quinta de Cima. Com 18 buracos cada um destes campos situa-se em ambiente calmo, com vista para o barrocal e para a Ria Formosa, respetivamente, e oferecem serviços de restauração (Figuras 45 e 46).

FIGURA 45 | Localização do Campo de Golfe de Benamor e Campo de Golfe da Quinta de Cima.

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 46 | Campo de Golfe de Benamor e Campo de Golfe da Quinta de Cima.

Doca de Recreio

O turismo associado às atividades náuticas tem verificado um rápido crescimento neste setor, percebendo-se facilmente a importância deste tipo de infraestruturas, as quais constituem oportunidades de negócio. Um dos maiores trunfos do turismo náutico é contribuir para combater a sazonalidade, com todos os benefícios económicos e sociais daí decorrentes. Tavira dispõe de apenas uma pequena doca de recreio, situada nas Quatro Águas, onde aportam embarcações de pequena capacidade (até 12 metros) tanto a nível de transporte de passageiros como de mercadorias. A doca tem atualmente 100 postos de amarração, estando o acesso limitado às restrições impostas pela Barra de Tavira e aos fundos com cerca de 1,5 metros (Figuras 47 e 48).

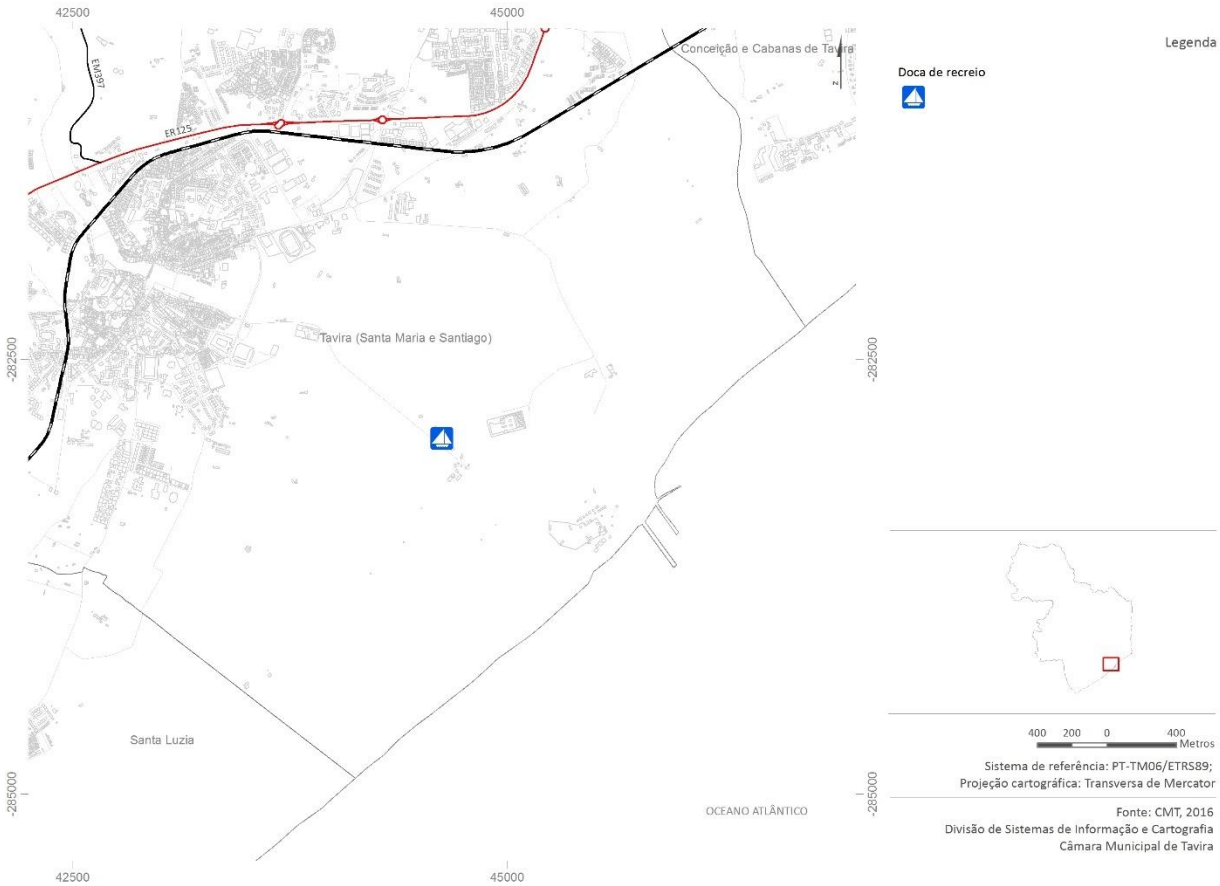


FIGURA 47 | Localização da Doca de Recreio nas Quatro Águas.

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 48 | Doca de Recreio nas Quatro Águas.

Recursos turísticos
Recreativos

Percursos pedestres e cicláveis

O Algarve possui uma rede de percursos pedestres e cicláveis extensível a toda a região, percorrendo todos os concelhos. A Via Algarviana (GR13), como a maior rota pedestre e ciclável existente, à data, no território nacional, é o elemento central dessa rede. É de salientar que o Algarve é a única região do país com duas rotas transregionais: a Via Algarviana e a Ecovia do Litoral, as quais passam por Tavira: uma pelo interior e outra pelo litoral (Figura 49).

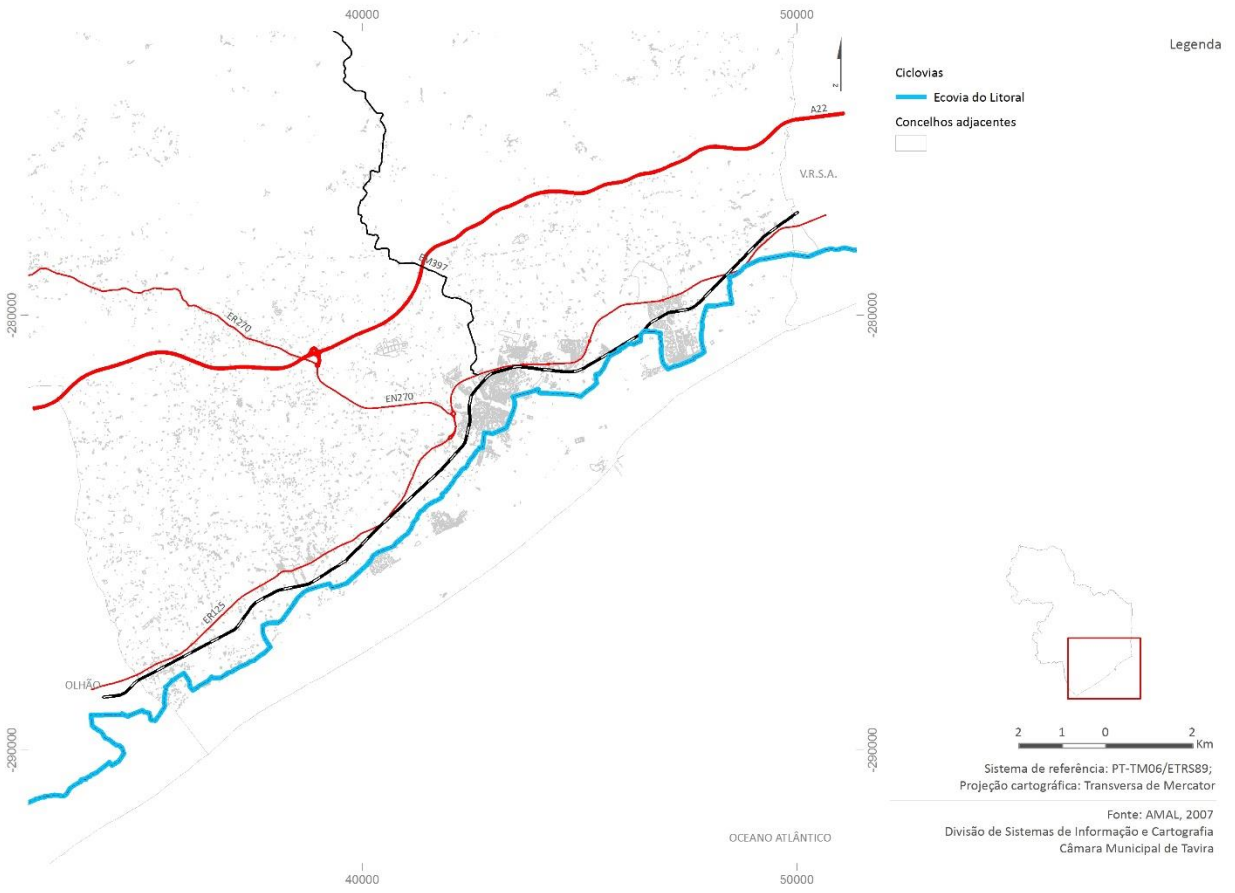


FIGURA 49 | Localização da ciclovia.

O concelho de Tavira é atravessado pela Ecovia do Algarve, uma via ciclável que liga o Cabo de S. Vicente a Vila Real de Santo António, com uma extensão de 214 km, passando por 12 municípios. O troço da Ecovia do Algarve que atravessa Tavira tem uma extensão de 23 km, ligando o Livramento (freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão) a Cabanas de Tavira (freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira). Pelas suas características e atendendo à sua vocação e traçado no concelho de Tavira, esta infraestrutura potencia, sobretudo, a utilização da bicicleta para fins de recreio e lazer.

O concelho de Tavira apresenta uma rede bastante diversificada de percursos pedestres, dotados de uma enorme diversidade paisagística, que permitem conhecer os valores naturais e culturais e, em função da sua localização e características, alguns dos percursos existentes estão também preparados para serem percorridos de bicicleta (Quadro 15 e Figura 50).

QUADRO 15 | Rede de Percursos Pedestres e Ciclovias.

PERCURSO			EXTENSÃO (KM)	PROMOTOR	TIPOLOGIA	SINALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO	HOMOLGAÇÃO*
SERRA E BARROCAL	Percursos Pedestres de Cachopo	GR 23 - Percurso de Grande Rota (Troço Casas Baixas - Feiteira)	17	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		GR 23 - Percurso de Grande Rota (Troço Feiteira - Mealha)	16	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		GR 23 - Percurso de Grande Rota (Troço Mealha - Casas Baixas)	12	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		PR 1 (TAV) - Percurso D. Quixote (Casas Baixas)	17	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		PR 2 (TAV) - Percurso Fonte da Zorra (Casas Baixas)	5	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		PR 3 (TAV) - Percurso dos Montes Serranos (Casas Baixas)	9	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim

LITORAL	Percursos Pedestres de Santa Catarina	PR 4 (TAV) - Percurso Cerros de Sobro (Feiteira)	16	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		PR 5 (TAV) - Percurso da Reserva (Feiteira)	5,2	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		PR 6 (TAV) - Percurso do Malhanito (Feiteira)	9	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		PR 7 (TAV) - Percurso do Vale das Hortas (Mealha)	13,5	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		PR 8 (TAV) - Percurso da Masmorra (Mealha)	5,5	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		PR 9 (TAV) - Percurso das Antas das Pedras Altas (Mealha)	8,5	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		Percurso "Anta da Masmorra" (audioguiado)	3,8	Associação Almargem	Desp/Amb	Não	Não
		PR10 (TAV) - Percurso Moinho e Hortas	9,7	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		PR11 (TAV) - Percurso Telheiros do Barro	13,2	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		PR12 (TAV) - Percurso Curral da Pedra	6,9	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		PR13 (TAV) - Percurso Morenos	13,3	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		PR14 (TAV) - Percurso Fonte de Águas de Tábuas	10,2	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
		PR15 (TAV) - Percurso Serra de Alcaria do Cume	11,1	Associação In Loco	Desp/Amb	Sim	Sim
	GR13 - Via Algarviana		Setor 4: 14,88 Setor 5: 29,1	Associação Almargem	Desp/Amb	Sim	Sim
	Trilhos no Parque de Lazer do Perímetro Florestal da Conceição de Tavira		Trilho 1:1,1 Trilho 2:1,3 Trilho 3:1,3 Trilho 4:2,4	Município de Tavira	Desp/Amb	Não	Não
	Percursos na praia	Trilho da Praia do Barril	3	Município de Tavira	Desp/Amb	Sim	Não
		Trilho da Ilha de Tavira	1,6	Município de Tavira	Desp/Amb	Sim	Não
	Percursos na cidade	Vila a dentro	1,3	Município de Tavira	Tur/Cult	Não	Não
		Aquém da ponte	1,8	Município de Tavira	Tur/Cult	Não	Não
		Além da ponte	1,8	Município de Tavira	Tur/Cult	Não	Não
		Ecovia do Litoral	23	AMAL/Município de Tavira	Desp/Amb	Sim	-

Tipologia: Desp/Amb – Desportivo/Ambiental; Tur/Cult – Turístico/Cultural

*Homologação pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal

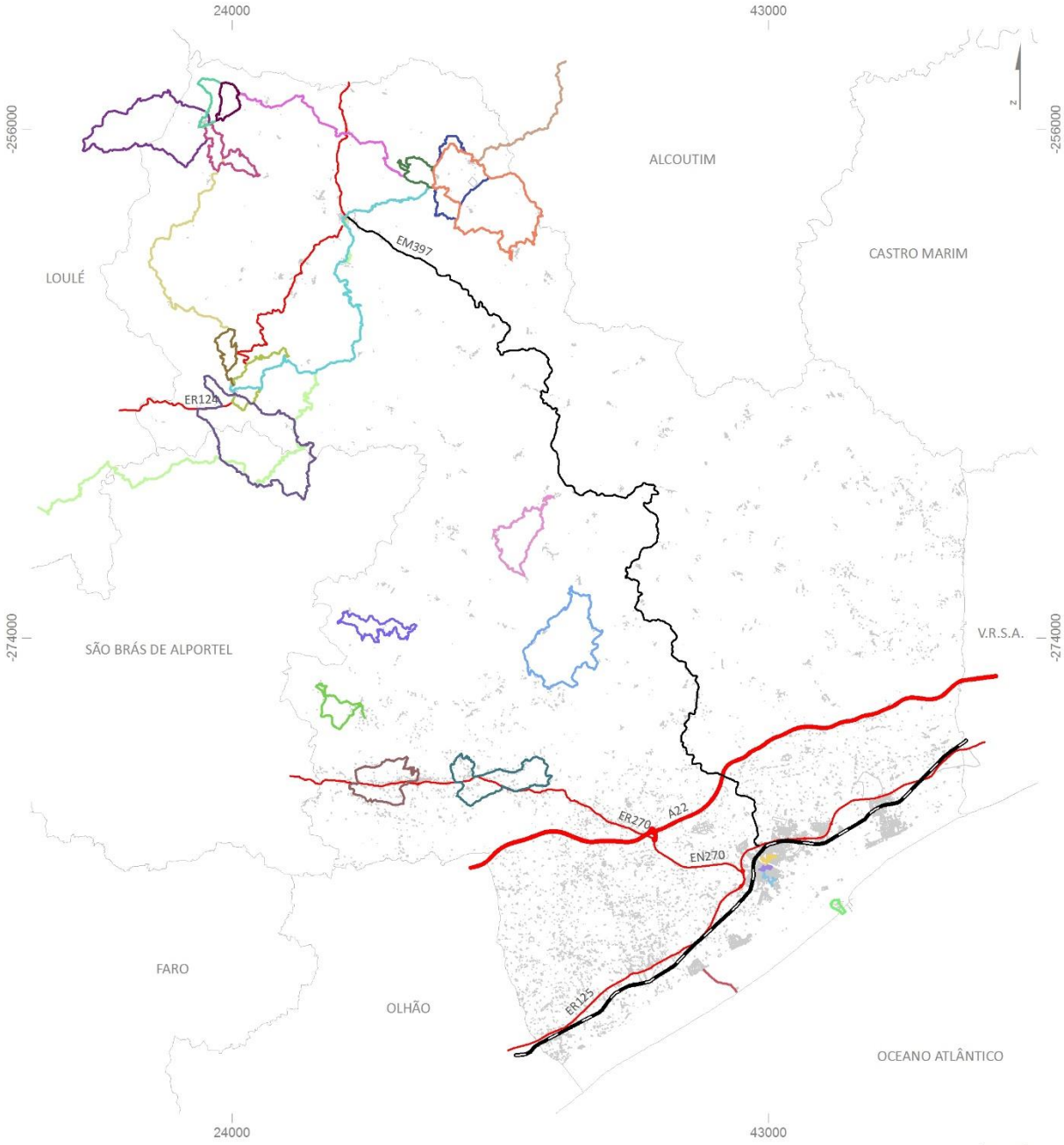


FIGURA 50 | Rede de percursos pedestres e ciclovias.

Os percursos pedestres e cicláveis, permitem os utilizadores aproximarem-se da natureza e consciencializarem-se da sua envolvência imediata, contribuindo desta forma para a promoção da conservação e estabilidade dos sistemas naturais e rurais, mas também para a sua valorização, numa ótica de usufruto sustentável do território, apresentando claras vantagens potenciais, não só numa ótica de recreio e lazer, mas também como fonte de bem-estar físico.

Recursos turísticos
Recreativos

Parques, jardins e outros espaços de estadia e lazer

Os espaços verdes públicos são cada vez mais defendidos por sustentarem e organizarem a malha urbana. São promotores de uma rede distribuidora e de uma continuidade ecológica e cultural, essencial para a sustentabilidade ambiental de qualquer urbe. Paralelamente, estes espaços de fruição e lazer, sejam integrados na cidade, sejam fora dela, representam um forte fator de atratividade e valorização no contexto turístico, conjugando a harmonia entre o património construído e natural. No concelho estão identificados 15 espaços com condições para paragem, descanso, merenda e recreio, bem como para observação da paisagem, conforme o espaço em causa. Estes espaços estão equipados com mesas e bancos, entre outros materiais e infraestruturas de apoio, salientando-se que as estruturas de alguns parques foram afetadas/destruídas pelos incêndios ocorridos em 2012 (Figura 51).

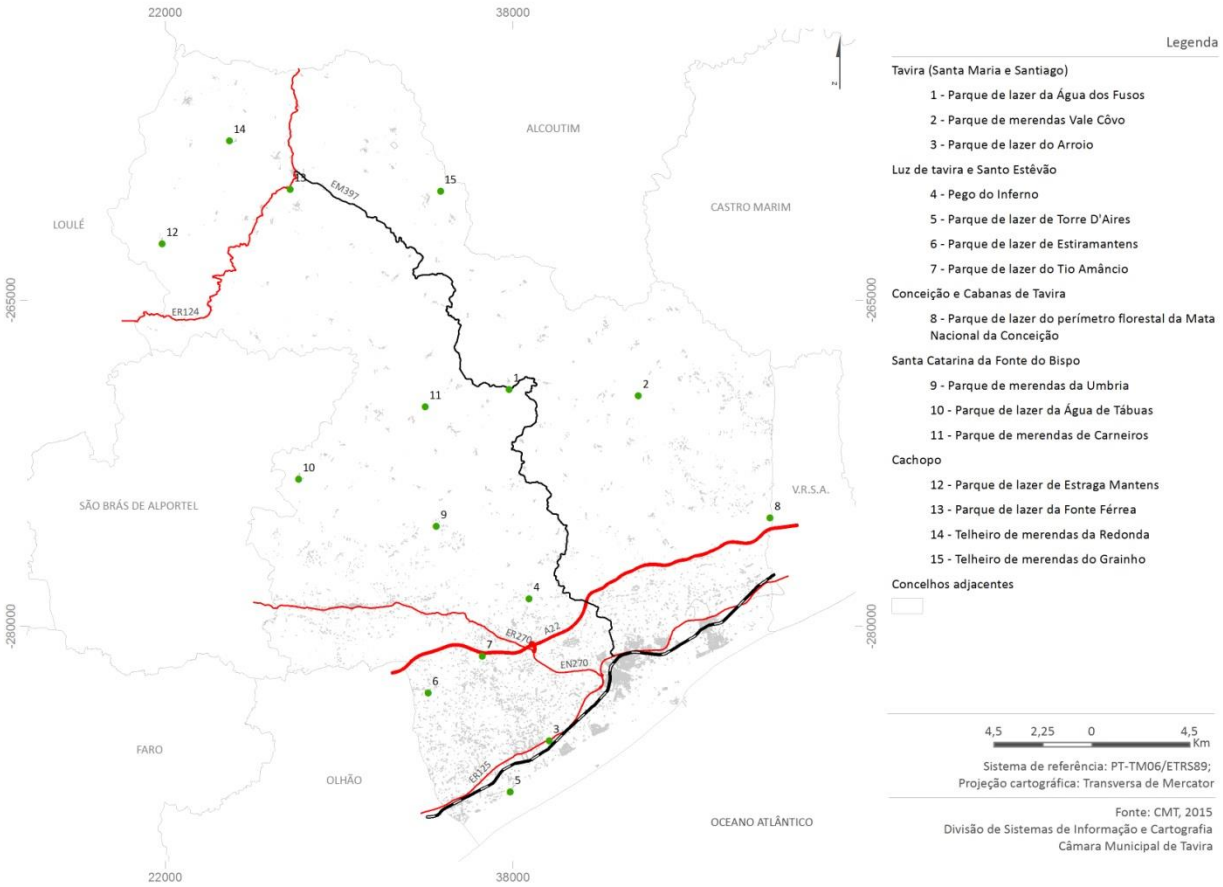


FIGURA 51 | Distribuição dos parques de lazer e de merendas, no concelho de Tavira.

Ao longo do extenso concelho, existe ainda uma diversificada variedade de locais de interesse, seja no que respeita a vistas panorâmicas seja nos próprios montes (Vale de Ebros, Estorninhos, Faz Fato, Alcaria do Cume, Bemparece, Monte Agudo, Torre D'Aires) existentes e seus elementos característicos (Moinho em Cachopo).

Por outro lado, existe o seguinte conjunto de jardins e outros espaços de estadia e lazer, que merecem destaque: Jardim do Coreto; Jardim do Castelo; Jardim do Convento de São Francisco; Jardim da Alagoa; Parque da Água; Centro

Ciência Viva de Tavira; Escola Fixa de Trânsito; pátio interior da Biblioteca Municipal Álvaro de Campos; Mercado da Ribeira; ponte antiga sobre o Rio Gilão; Parque de Feiras e Exposições; Quinta Pedagógica Cachopo – Centro Paroquial de Cachopo (Figura 52).

Fonte: Arquivo CMT

FIGURA 52 | Jardim do Coreto

Recursos turísticos
Recreativos

Atividades desportivas

Enquadrados na categoria dos bens recreativos podem referir-se alguns equipamentos desportivos que pelas funções que desempenham e qualidade que representam são uma mais-valia em termos turísticos. No volume II, Capítulo|Equipamentos é efetuada uma caracterização dos equipamentos desportivos, no entanto, dada a evidente importância de alguns para a atividade turística, entendeu-se conveniente destacar os seguintes:

- Complexo Desportivo Municipal:
    - Pavilhão Dr. Eduardo Mansinho;
    - Piscinas;
    - Campos de ténis;
    - Campo de futebol com relvado sintético;
    - Área de manutenção.

- Estádio do Ginásio Clube de Tavira:
    - Pista de ciclismo;
    - Campo de futebol com relvado sintético.

- Pavilhão Municipal da Luz de Tavira
- Rampa náutica e cais

Ao longo do ano é promovido no concelho um conjunto de iniciativas desportivas, as quais têm algum impacte e afluência em termos turísticos, salientando-se, pela sua importância as seguintes: Corrida Mar Azul; Torneio de Futevolei;

Open Internacional IKKA Portugal; Algarve Bike Challenger; Volta ao Algarve; Circuito Restaurante Alpendre; Marcha Internacional do Dia da Mulher; Festival de Pista; Corrida São Silvestre na Vila Santa Luzia; BTT Urbano Noturno; Feira de Caça, Pesca e do Mundo Rural; Corrida Arco Iris; Gala do Desporto; torneios de patinagem; torneios de natação; cicloturismo entre outros.

O turismo cinegético constitui outra importante atividade recreativa de cariz desportivo, em espaço rural, a qual apresenta, no concelho de Tavira, um importante potencial no que respeita à promoção do desenvolvimento rural, criando oportunidades de emprego e movimentando pessoas, atraindo-as a lugares mais despovoados. Atualmente, existem no concelho duas zonas de caça turísticas, a de Marrocos e a de Cachocaça, as quais no seu conjunto abrangem 1 196 565 ha.

Recursos turísticos
Recreativos

Animação turística

A animação turística é uma vertente importante da oferta e do produto turístico, constituído pelo conjunto de atividades organizadas que proporcionam experiências únicas geradoras de um elevado grau de satisfação no turista. Animar é essencialmente comunicar, participar, preservar, ensinar, permitindo que todos, adaptando as suas capacidades possam ter um papel ativo em todo o processo.

A competitividade de um destino evolui com a capacidade de iniciativa dos agentes privados. A estruturação da oferta depende muito mais do arrojo e saber de quem investe do que do investimento público, sendo que a este compete abrir o setor às mudanças e desafios, conferindo-lhe a liberdade de atuação e inovação necessária ao desenvolvimento de uma oferta turística atrativa.

Beneficiando de condições climatéricas favoráveis que associadas ao elevado número de dias de sol fazem de Tavira um concelho particularmente favorável para a prática de um conjunto de atividades ao ar livre ao longo de todo o ano. Opera em Tavira um conjunto de empresas de animação turística que oferecem aos visitantes um leque diversificado de possibilidades de prática de atividades, nomeadamente desportivas, como sejam golfe, *kitesurf*, bicicleta, observação de aves, passeio de canoagem, mergulho, entre outros (Quadro 16).

QUADRO 16 | Empresas de animação turística, no concelho de Tavira.

NOME DA EMPRESA	SETOR DE ATIVIDADE	LOCALIZAÇÃO POR FREGUESIA
Benamor – Actividades Turísticas, S.A.	Golfe	Conceição e Cabanas de Tavira
Branquinho da Silva, Bike Events, Lda.	Ar Livre/ Natureza e Aventura	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Centro Náutico Ilha de Tavira	Ar Livre/ Natureza e Aventura	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Crossadventure Unip,Lda	Ar Livre/ Natureza e Aventura/ Marítimo Turística	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Jetsul Lda	Ar Livre/ Natureza e Aventura	-
Joaquim Pedro Martins de Almeida	Ar Livre/ Natureza e Aventura	-
José de Mendonça Bagarrão	Marítimo-Turística	Conceição e Cabanas de Tavira
José Manuel Nascimento Domingos		-
Marevento – Actividades Recreativas e Turísticas, Lda	Marítimo-Turística	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Maria Otília Martins Cardeira	Ar Livre/ Natureza e Aventura	Cachopo
Nascimento & Saleiro Lda	Passeios Turísticos – culturais de Tuk Tuk ao ar Livre/ Natureza/ Aventura/ Cultural	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Onda Revolta - Actividades Marítimo Turísticas Lda	Marítimo-Turística	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Pedras Del Rei – Gestão e Turismo, S.A	Ar Livre/ Natureza e Aventura, Cultural/ Marítimo Turística	Pedras Del Rei – Santa Luzia
Pedro Manuel Martins Correia	Marítimo-Turística	Conceição e Cabanas de Tavira

Eolis	Marítimo-Turística	Conceição e Cabanas de Tavira
Séquatours, Lda	Ar Livre/ Natureza e Aventura, Cultural/ Marítimo Turística	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Silnido – Transportes Fluviais, Lda	Marítimo-Turística	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Steven Paul Newton	Marítimo-Turística	-
Marnereu	Marítimo-Turística	Conceição e Cabanas de Tavira
Sutyaquas – Comércio náutico, Unipessoal, Lda	Marítimo-Turística	-
Vectio, Animação Turística, Lda	Ar Livre/ Natureza e Aventura, Cultural	-
Vitor Manuel Caetano Palma	Ar Livre/ Natureza e Aventura, Cultural/ Marítimo Turística	-
Algarcross, Unipessoal, Lda	Ar Livre/ Natureza e Aventura, Cultural/ Marítimo Turística	Sítio do Prego - Santo Estevão e Luz de Tavira
Delgaturis Atividades Turísticas, S. A	Passeios turísticos de comboio urbano	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Cabanas Park	Ar Livre/ Natureza e Aventura, Cultural/ Marítimo Turística	Cabanas Park Resort – Conceição e Cabanas de Tavira
Udiving	Ar Livre/ Natureza e Aventura	Hotel Vila Galé Albacora - Tavira (Santa Maria e Santiago)
Em Sintonia, Lda		-
Formosamar, Lda*	Marítimo-Turística	-
Megasport, Lda*	Passeios turísticos de bicicleta ao ar Livre/ Natureza e Aventura	Pedras D'El Rei – Freguesia de Santa Luzia
Segs & the City, Lda	Passeios Turísticos de Segway	-

*Empresas que operam em Tavira e que não têm sede comercial no concelho.

Fonte: Base de dados do Gabinete de Turismo, 2015

As empresas acima mencionadas distribuem-se por áreas bastante diversificadas, como sejam:

- ***Kitesurf* e *windsurf*-** As praias de Tavira permitem a prática dessa modalidade, mais concretamente na Ilha de Cabanas.
- **Pesca desportiva -** Para a prática da pesca turística, existem algumas empresas marítimo-turísticas que desenvolvem atividades ao largo de Tavira.
- **Observação de aves/ *birdwatching* -** O Parque Natural da Ria Formosa é uma importante zona de passagem para as migrações entre o norte da Europa e África. Esta área protegida é um local privilegiado para a observação de aves, albergando mais de 20 000 aves aquáticas durante o período invernal. Por outro lado, existe também a área da Mata Nacional do Perímetro Florestal da Conceição, que está identificada como uma zona protegida onde pode ser feita a observação de várias aves.
- **Passeios pedestres/ bicicleta/ barco/ comboio turístico/ tuk tuk** - É, também, possível a realização de passeios temáticos individuais ou em grupo com guias especializados inscritos no Registo Nacional de Agentes de Animação Turística, a pé, de bicicleta, barco, comboio turístico e tuk tuk, em percursos com elevado valor cultural e paisagístico.
- **Atividades marítimas/ canoagem/ mergulho** - Em Tavira, existem algumas empresas que desenvolvem atividades marítimo-turísticas tanto a nível de passeios pelo Parque Natural da Ria Formosa de barco, de canoa, caiaque, como no mundo submarino. Existem, ainda, outras entidades que desenvolvem atividades ao largo da costa, nomeadamente o Clube Náutico de Tavira no que respeita a campeonatos nacionais e internacionais de regatas de vela.

Algumas das empresas mencionadas estão registadas com sede no concelho, contudo operam totalmente ou parcialmente em outras localidades, assim como há outras entidades que estão registadas com sede noutros concelhos e que operam em Tavira, através de parcerias/ contratos com outras entidades, como é o caso da empresa Mega Sport, Lda. e da Formosamar, Lda. Para além das entidades e atividades mencionadas, existem ainda outras entidades sem fins lucrativos que promovem atividades de lazer e animação turística, como é o caso do Centro Ciência Viva, Fado com História e associações culturais e recreativas.

Ativos Estratégicos

Com base na Estratégia de Turismo 2027 (ET27) aprovada pela RCM n.º 134/2017, de 27 de setembro, podemos afirmar Tavira como um destino turístico que possui os principais ativos estratégicos: ativo transversal - pessoas, ativos diferenciadores (Clima e Luz, História e Cultura, Mar, Natureza e Água), ativos qualificadores (gastronomia e Vinhos, Eventos artístico- culturais e desportivos) e ativos emergentes (Bem-estar e "Living"). Neste sentido, podemos identificar o seguinte:

Ativo transversal:

- **Pessoas:** Receber bem os visitantes e turistas em Tavira está inerente à forma de estar da população, faz parte da cultura local, da identidade da população, a qual se traduz na disponibilidade em ajudar o próximo e mostrar o que existe em Tavira (oferta). Neste sentido, as pessoas são um ativo único e transversal, com particular importância no turismo: "uma atividade de pessoas para pessoas". "Conforme refere o Secretário-geral da OMT-Taleb Rifai: "The best of Portugal are the Portuguese", fevereiro de 2017.

Ativos diferenciadores:

- **Clima e Luz:** o concelho apresenta uma posição geográfica no contexto regional que lhe confere particularidades bioclimáticas especiais. Situado junto ao Oceano Atlântico dispõe de um clima temperado de características mediterrânicas, com mais de 3 000 horas de sol por ano e uma fraca precipitação média anual;
- **História e Cultura:** Mais de 2000 anos de História, desde os fenícios até aos tempos atuais, Tavira é detentora de um património cultural e religioso muito rico (21 igrejas dentro da cidade e mais alguns templos nas diversas freguesias). Este ativo tem, também, vindo a ser desenvolvido, através da abertura de vários núcleos museológicos, espaços arqueológicos, iniciativas temáticas, atribuição da distinção de Tavira como Comunidade Representativa da Dieta Mediterrânica, desde 2012. Por outro lado, oferta de uma programação cultural diversificada e de qualidade ao longo de todo o ano e em especial na época alta;
- **Mar:** Tavira está localizada junto ao oceano Atlântico, com uma frente de mar com aproximadamente 18 km de extensão, o que constitui uma fonte de recursos que apoia nos ativos qualificadores (gastronomia e práticas desportivas: regatas de vela, *Kitesurf*, entre outras modalidades);
- **Natureza:** Tavira está localizada em pleno Parque Natural da Ria Formosa, com um rico património natural de fauna e flora, o que lhe confere características ímpares. Este ativo tem vindo a desenvolver-se com as empresas de animação turística e com a crescente consciencialização para as atividades ao ar livre.
- **Água:** Tavira é atravessada pelo rio Gilão, criando um enquadramento turístico que convida ao passeio. Para além do rio, no litoral, e enquanto elemento diferenciador, existe o Pego do Inferno e algumas ribeiras distribuídas ao longo do concelho.

Ativos qualificadores:

- **Gastronomia e vinhos:** Tavira tem capacidade para aproveitar as condições e os recursos naturais e culturais em matéria de Gastronomia (Tavira enquanto Comunidade Representativa da Dieta Mediterrânica) e Vinhos (Vinhos D.O.C.: Terras da Luz e Al Ria). Ao longo dos anos, estes ativos têm vindo a identificar-se como estratégicos para o concelho, continuando a haver necessidade de criar e promover iniciativas neste âmbito;

- **Eventos artístico-culturais, desportivos e de negócios:**

    - Uma oferta diversificada e de qualidade ao nível de eventos artísticos- culturais, musicais durante o ano inteiro e que alcançam diferentes públicos, e alguns encontros e iniciativas regulares em diversas modalidades desportivas;

- A atividade desportiva relacionada com a prática de golfe no concelho de Tavira tem alguma expressão no contexto do sotavento algarvio, pois possui dois dos campos de golfe mais antigos desta parte do Algarve. É uma prática que ajuda a consolidar a projeção do concelho, enquanto destino de Golfe, não só pela realização de torneios anuais de elevada projeção internacional, como pelo tipo de público que atrai;

- Eventos de negócios: este ativo ainda está por desenvolver.

Ativos emergentes:

- **Bem-estar:** Tavira proporciona uma qualidade de vida saudável, a qual se justifica com o facto de ser considerada uma *Slow City,* onde é relativamente fácil o acesso a serviços de bem-estar e relaxamento. Neste sentido, podemos destacar o aparecimento de alguns centros holísticos, centros com terapias alternativas, ginásios, espaços de Yoga, bem como espaços públicos verdes ao ar-livre dedicados ao lazer e à atividade desportiva. No que se refere a este ativo, verifica-se um forte potencial de crescimento, existindo a possibilidade de abertura de mais centros dedicados ao bem-estar e à saúde.

- ***Living*:** Tavira é cada vez mais procurada para viver pela qualidade de vida que proporciona, pelo clima, gastronomia, segurança, proximidade territorial e relação qualidade- preço. É notória a crescente procura de investidores e cidadãos de outros países que escolhem Tavira para passar longos períodos de férias e até mesmo viver, contribuindo para um ambiente multicultural e empreendedor, impulsionando a economia local.

Produtos turísticos

Alojamento

Constituindo um fator dinamizador da procura turística, a oferta de serviços de alojamento constitui só por si, um recurso turístico, razão pela qual se apresenta de seguida a sua caracterização no concelho de Tavira.

A oferta de alojamento é distribuída segundo as seguintes tipologias de estabelecimentos de diversas categorias: Hotéis, Hotéis Apartamentos, TER – Agro-Turismo, Casas de Campo, Turismo de Habitação. Em 2017, o concelho de Tavira dispunha de 33 empreendimentos turísticos com uma dotação de 3 612 camas e 277 utentes (Quadro 17).

QUADRO 17 | Oferta de empreendimentos turísticos, no concelho de Tavira.

EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	TIPOLOGIA	N.º DE CAMAS
Pousada Convento de Tavira	Pousadas de Portugal	72
Hotel Don Rodrigues	Hotel 1*	34
Hotel Vila Galé Tavira	Hotel 4*	536
Hotel Vila Galé Albacora	Hotel 4*	322
Ozadi Tavira Hotel	Hotel 4*	149
Maria Nova Lounge Hotel	Hotel 4*	274
Golden Duna	Hotel – Apartamento 2*	390
Pedras da Rainha	Aldeamento Turístico 3*	1124
Pedras D' El Rei	Apartamentos Turísticos 3*	146

Monte da Eira	Apartamentos Turísticos 3*	56
Cabanas Park Resort	Apartamentos Turísticos 4*	196
Quinta do Marco	Hotel Rural 4*	48
Casa da Paz do Barrocal	Casa de Campo	19
Casa Camaleon (1)	Casa de Campo	6
Casa Branca	Casa de Campo	20
Herdade da Corte – Monte da Beleza	Casa de Campo	10
Herdade da Corte - Monte do Lavrador	Casa de Campo	14
Quinta do Açude	Casa de Campo	8
Quinta dos Perdigões	Casa de Campo	12
Quinta da Colina – Quinta Felisia	Casa de Campo	4
Quinta da Colina – Casa Nova	Casa de Campo	4
Fazenda Nova Country House	Casa de Campo	20
Pensão Agrícola (2)	Casa de Campo	6
Tavira Monte	Casa de Campo	20
Monte Oliva	Agro-Turismo	14
Monte do Álamo	Agro-Turismo	10
Quinta dos Perfumes	Agro-Turismo	12
Forte de São João da Barra	Turismo de Habitação	20
O Castelo	Turismo de Habitação	48
Tavira House	Turismo de Habitação	18
Parque de Campismo e Caravanismo Ria Formosa	Parque de Campismo e Caravanismo	41 utentes
Parque de Campismo PSP	Parque de Campismo	18 utentes
Parque de Campismo da Ilha de Tavira	Parque de Campismo	218
Totais	**33 Empreendimentos**	**3612 Camas 277 utentes**

Fonte: Turismo de Portugal, 2017

(1) Empreendimentos Turísticos em vias de Registo no RNET;
(2) Empreendimentos Turísticos cujos processos de licenciamento estão em curso.

Os dados apresentados no quadro 17 referentes ao número de camas, de acordo com as tipologias existentes no concelho, mostram a existência de maior número de empreendimentos turísticos em espaço rural, nomeadamente de Casas de campo comparativamente com outras tipologias. No entanto, esta tipologia de empreendimentos turísticos não é representativa ao nível de número de camas, como é o caso dos empreendimentos localizados no litoral, onde está concentrada a maior parte da oferta de alojamento do concelho, nomeadamente os empreendimentos turísticos de 4*, que representam a maior fatia de número de camas, nesta faixa do concelho.

Salienta-se a inexistência de empreendimentos turísticos com categoria 5*. Contudo, dado o aumento da oferta de alojamentos locais, bem como da qualidade da oferta cultural poderá justificar-se a implementação de mais empreendimentos turísticos, nomeadamente com categoria superior para proporcionar a oferta de serviço de alojamento turístico de qualidade e abranger segmentos de mercado mais exigentes. À semelhança do que aconteceu em locais onde foram implementados empreendimentos turísticos de 5*, houve um acréscimo de serviços de qualidade superior que surgiram na área envolvente.

Neste sentido, e no que respeita à qualificação da oferta reforça-se a importância de algumas infraestruturas de apoio, a nível de transportes, eventos/cultura, saúde e bem-estar que satisfaçam as necessidades da época média/ baixa e que, neste sentido, colaborem para contrariar a sazonalidade.

No que respeita à oferta de alojamento turístico prevista, nomeadamente compromissos válidos e decorrentes de legítimas expetativas, salienta-se que esta informação se encontra desenvolvida no Capítulo *Formas Urbanas e Dinâmicas do Território* constante do Vol. II deste diagnóstico, no qual se destaca a seguinte oferta estimada:

- Ao nível de Instrumentos de Gestão Territorial, encontram-se em vigor dois Planos de Pormenor (PP) para Núcleo de Desenvolvimento Turístico (NDT): PP do NDT da Boavista (dotação de 200 camas) e PP do NDT da Quinta da Atalaia (dotação de 300 camas). Estes planos foram efetuados e aprovados na vigência do PROT Algarve de 1991, encontrando-se os mesmos em vigor desde 2007;

- O PROT Algarve revisto, em vigor desde 2007, disponibilizou para o concelho de Tavira, 650 camas turísticas em Estabelecimentos Hoteleiros Isolados, não sendo possível, presentemente, aferir quantas estão comprometidas. Ao nível de NDT este plano regional atribuiu ao concelho de Tavira 2 610 camas distribuídas pelas três Unidades Territoriais que o integram, não tendo, até à data, sido concluído nenhum processo neste âmbito;

- Integrado na área de intervenção do PP de Pêro Gil, decorreu pelo Município o processo C22/2015, referente a um Apart-hotel de 4*, com 6 000 m² de área de construção e cerca de 110 quartos;

- Integrado no loteamento Urbicruz está previsto um espaço com 7 676 m² destinado para um Hotel 4*, com 3 pisos;

- Encontra-se a decorrer um conjunto de processos para empreendimentos turísticos, maioritariamente em espaço rural, os quais pela sua dimensão não se constituem como relevantes para este diagnóstico.

Considerando que a concretização destes projetos acima mencionados compete aos particulares, não sendo possível ao Município prever a sua execução, apresentando-se, por isso como previsões, não tendo qualquer caráter vinculativo.

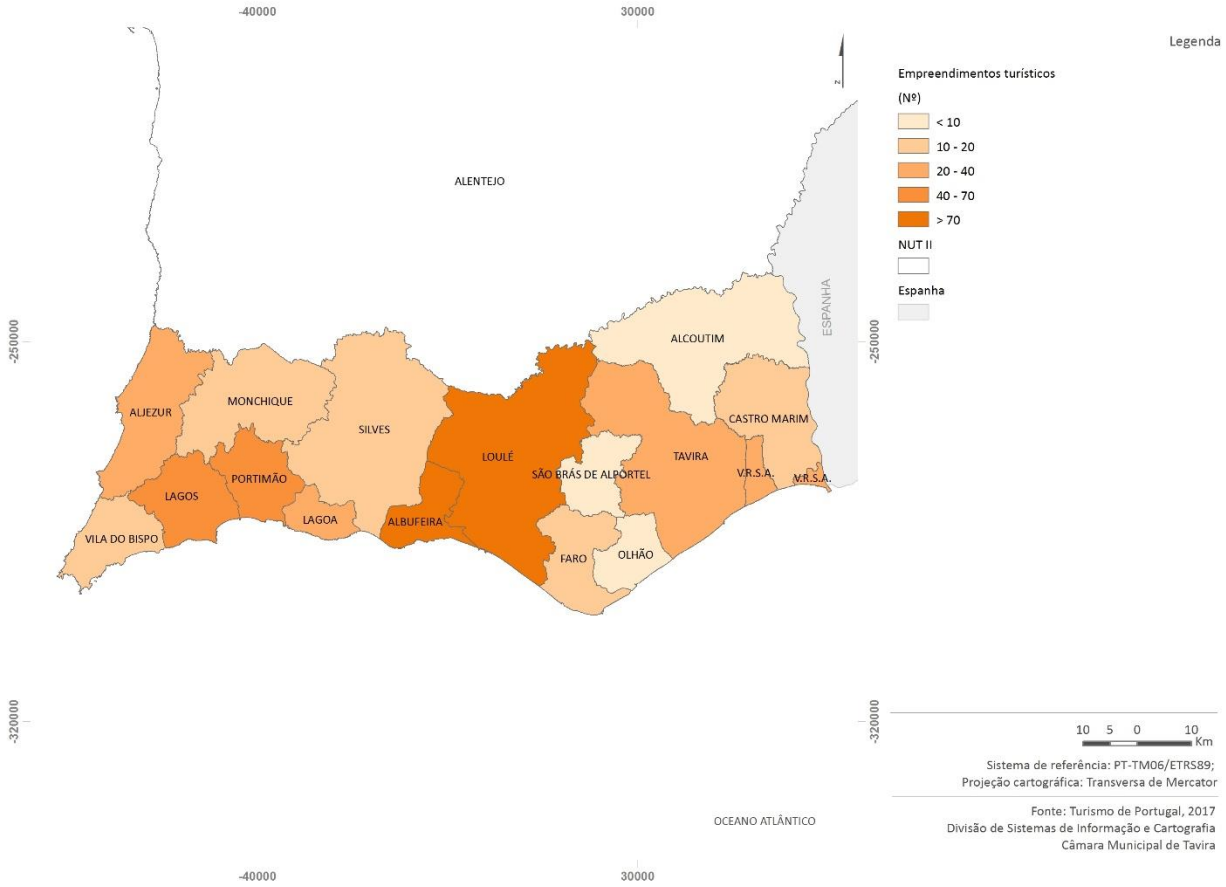


FIGURA 53| Distribuição de empreendimentos turísticos, no Algarve.

De acordo com o Turismo de Portugal, I.P. cujos dados se apresentam no mapa de distribuição dos empreendimentos turísticos (Figura 53), num contexto de 16 concelhos, constata-se que Tavira é o sexto concelho com maior número de empreendimentos turísticos, conforme a seguinte ordem por concelho: Albufeira (145), Loulé (76), Lagos (49), Portimão (48), Lagoa (35) e Tavira (33), respetivamente.

Por outro lado, salienta-se que os concelhos com menor número de empreendimentos turísticos são Alcoutim (3), São Brás de Alportel (3) e Olhão (7), respetivamente.

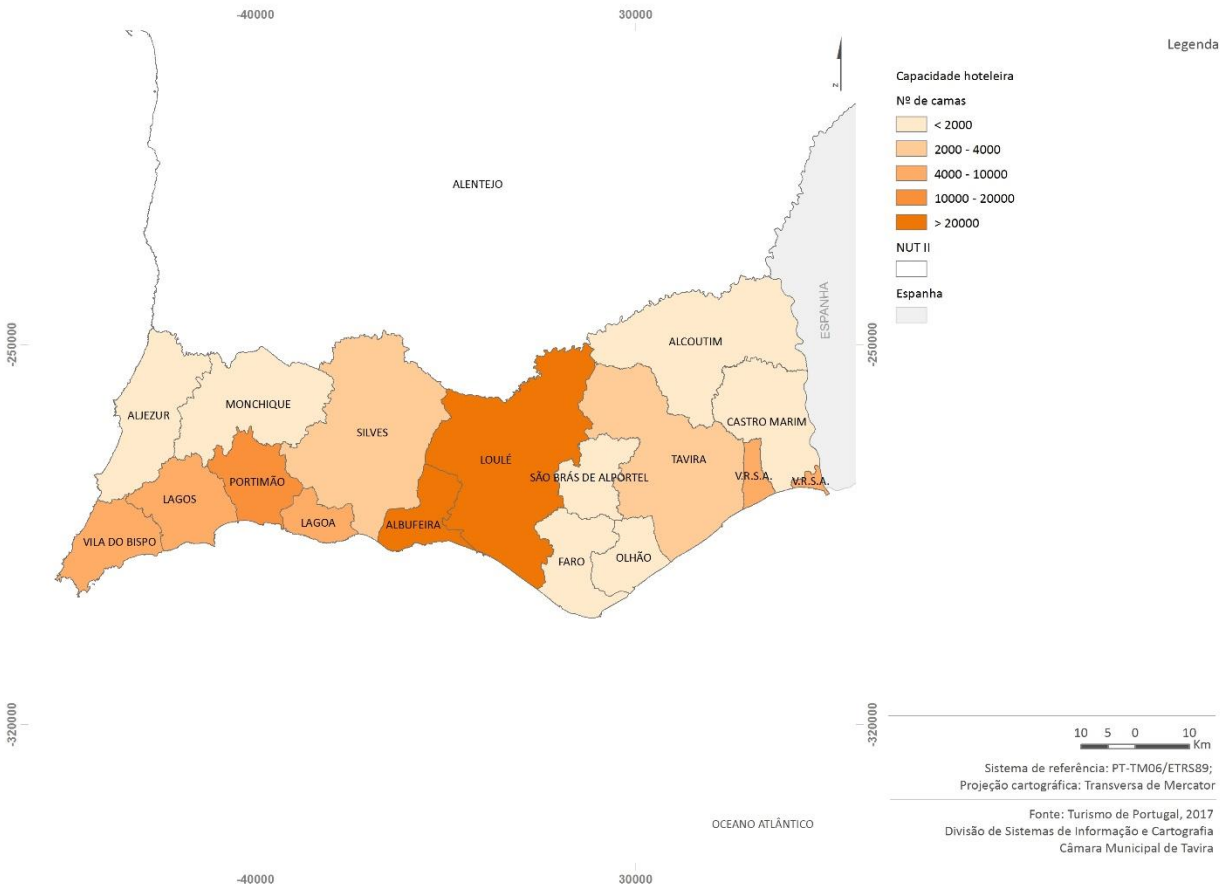


FIGURA 54 | Distribuição da capacidade de alojamento nos empreendimentos turísticos, no Algarve.

No que respeita à capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos na região do Algarve, verifica-se através da figura 54 que os concelhos de Albufeira (39 722 camas), Loulé (20 264 camas) e Portimão (13 804 camas) são os que têm maior representatividade, seguidos de Lagos (8 819 camas), Lagoa (8 138 camas) e Vila Real de Santo António (7 063 camas).

No contexto regional, Tavira, com 3 612 camas, encontra-se numa situação intermédia com 3 % de camas disponíveis em empreendimentos turísticos.

É de salientar, que sete dos 16 concelhos possuem uma capacidade inferior a 2000 camas, representando conjuntamente 4% da capacidade de alojamento turístico, de entre os quais se destacam dois concelhos do litoral: Faro e Olhão, com 1 617 e 1 240 camas, respetivamente.

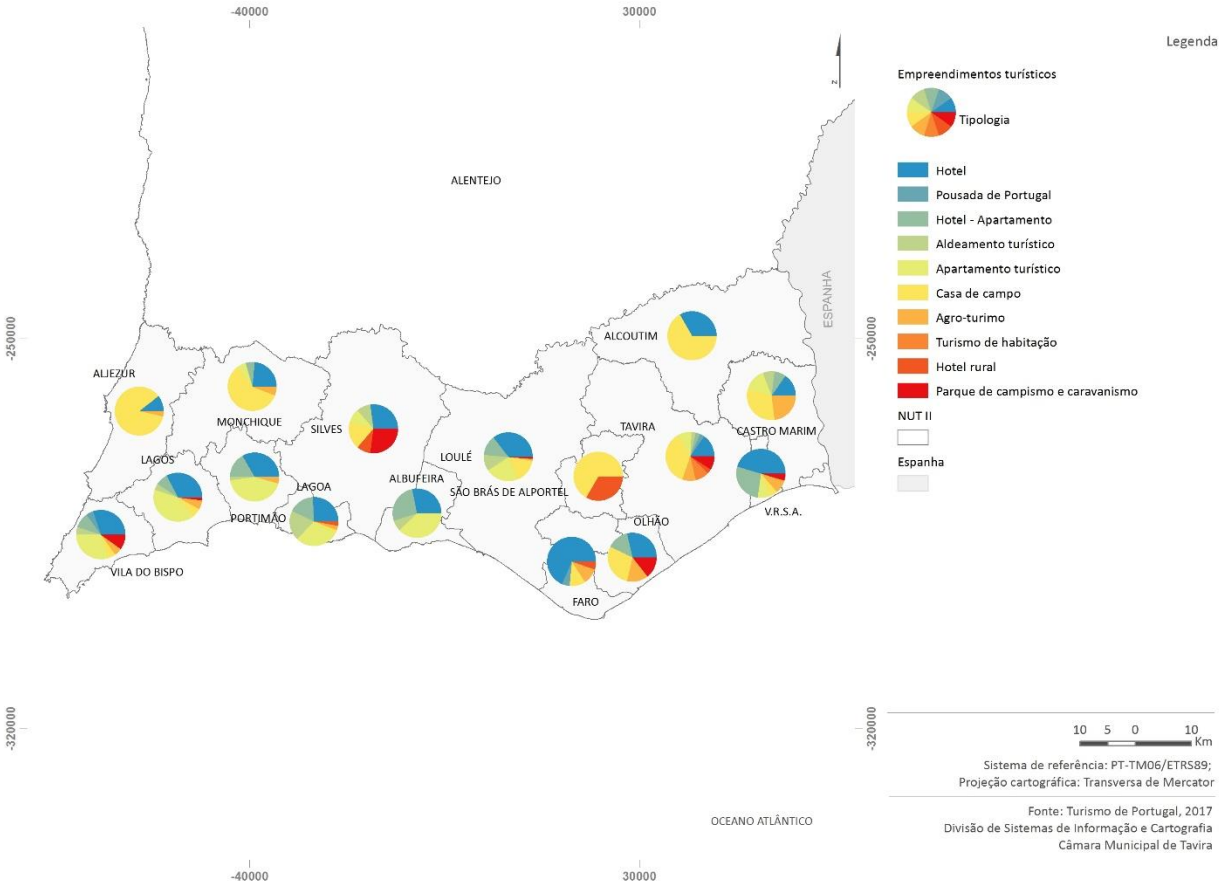


FIGURA 55| Distribuição dos empreendimentos turísticos por tipologia, no Algarve.

No que respeita à dispersão pelo território de diferentes tipologias dos empreendimentos turísticos, verifica-se através da figura 55 que os concelhos do Barlavento possuem maior percentagem de Apartamentos Turísticos, Aldeamentos Turísticos e Hotéis, comparativamente com o Sotavento, sendo Faro e Vila Real de Santo António exceções, no contexto regional.

Tavira é o único concelho que possui Turismo de Habitação (3 ET), o que revela uma oferta de alojamento turístico com características históricas e onde os edifícios e elementos arquitetónicos notáveis se preservam.

Note-se também que São Brás de Alportel apenas possui Turismo em Espaço Rural (Casas de Campo e um Hotel Rural), cenário que também é notório na maior parte dos concelhos do interior, bem como em Tavira, apesar de ser um concelho com uma faixa litoral extensa, o que o distingue em termos de oferta turística diversificada, tanto a nível qualitativo como quantitativo.

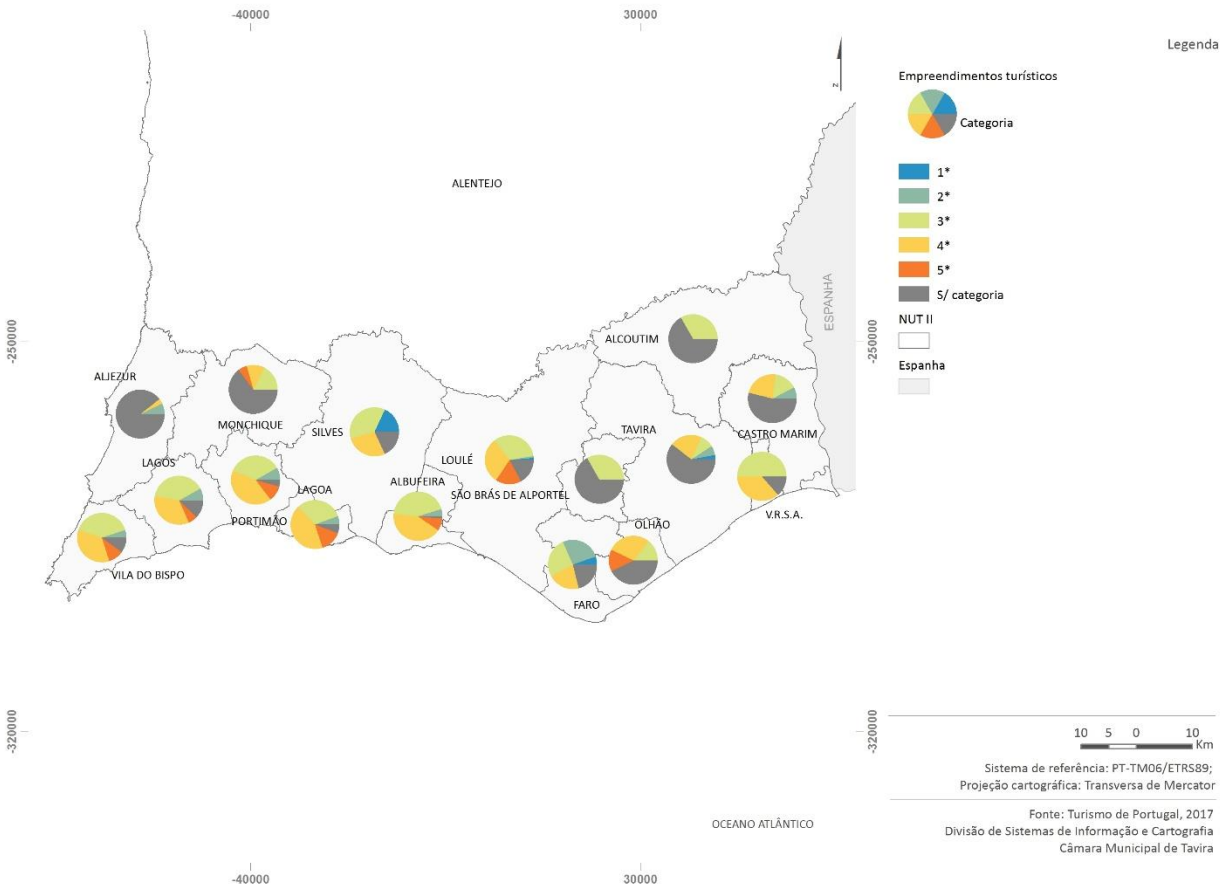


FIGURA 56 | Distribuição dos empreendimentos turísticos por categoria, no Algarve.

Outra componente importante para o presente diagnóstico respeita às categorias dos empreendimentos turísticos, conforme figura 56, constata-se que os concelhos do Barlavento possuem vários empreendimentos turísticos 5*, sendo no Sotavento apenas em Olhão onde existe um Hotel 5*, dadas as características distintivas da parte mais oriental do Algarve.

Um dos aspetos a ser notado, em Tavira, é a percentagem de empreendimentos turísticos sem classificação (Turismo de Habitação, as Casas de Campo e Agro-Turismo) com 61% face à maioria dos concelhos algarvios. Em geral, os concelhos do Sotavento e interior do Barlavento possuem entre 54% (Castro Marim) e 89% (Aljezur) de empreendimentos turísticos sem classificação, o que se torna significativo dada a importância turística da região.

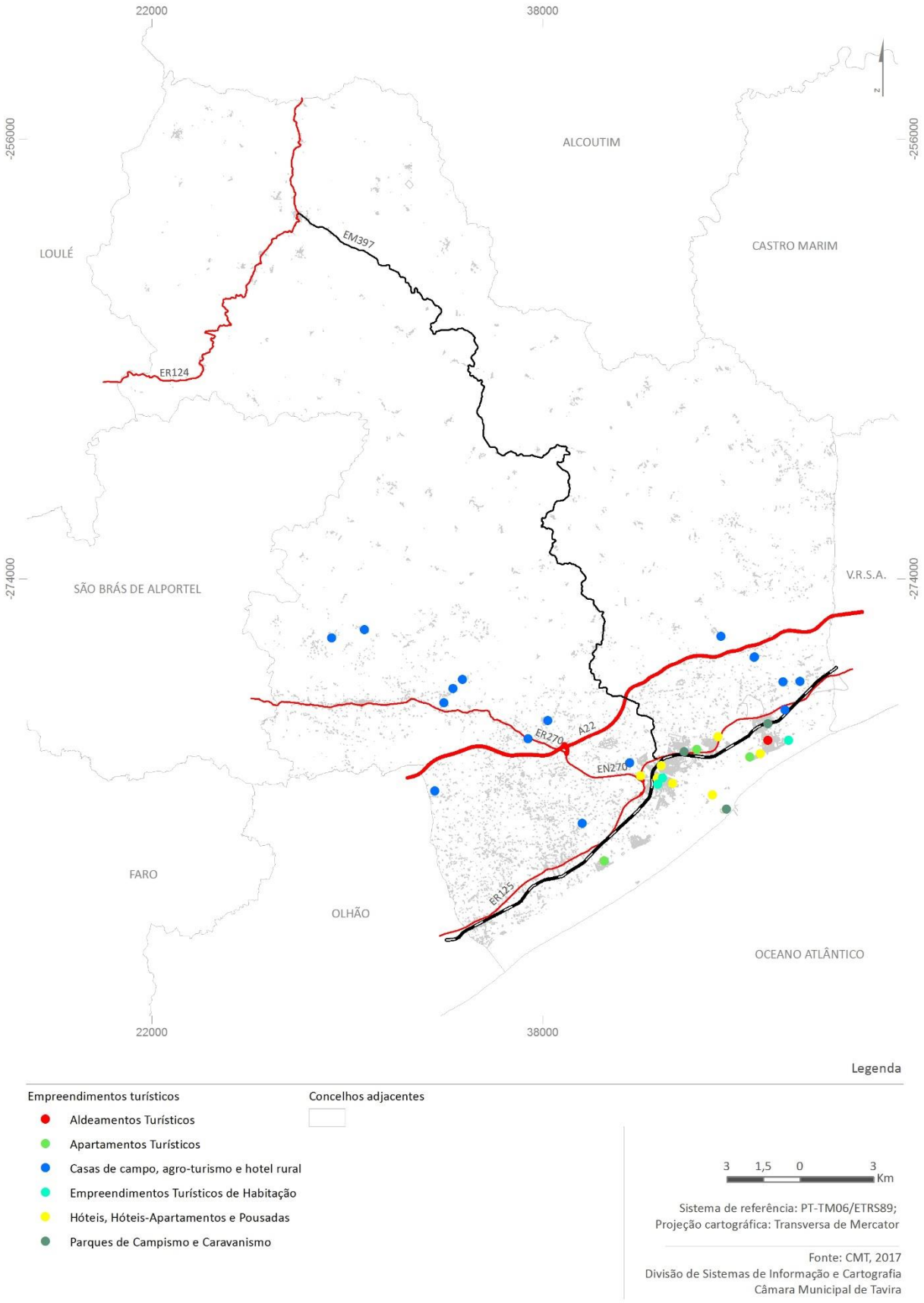


FIGURA 57 | Distribuição dos empreendimentos turísticos, no concelho de Tavira.

No concelho de Tavira, alguns dos empreendimentos turísticos existentes (Figura 57), possuem, além da componente de alojamento, outros serviços complementares (*facilities* e *amenities*), tais como SPA, estacionamentos, campos de ténis, zonas ajardinadas, bicicletas, barco para aluguer, salas de conferências, entre outros.

Na última década verificaram-se grandes alterações no que se refere ao alojamento turístico, não só através do aparecimento de diversas Casas de Campo, como fruto das alterações produzidas pelo Decreto-lei 39/2008, de 7 de março, através da reconversão de alguns estabelecimentos (pensões, hospedarias) para Alojamento Local. Em 2017, estavam registadas no concelho de Tavira 4 528 camas de Alojamento Local, distribuídas por 23 estabelecimentos de hospedagem, 1 192 apartamentos e 394 moradias (Quadro 18).

QUADRO 18 | Oferta de alojamento local, no concelho de Tavira.

ANO DE REGISTO	N.º ALOJAMENTOS REGISTADOS	CATEGORIA	N.º ALOJAMENTOS POR CATEGORIA	N.º CAMAS
2008	8	Apartamento	8	11
2009	22	Apartamento	22	35
2010	44	Estabelecimento de hospedagem	2	16
		Apartamento	38	81
		Moradia	4	22
2011	59	Estabelecimento de hospedagem	1	38
		Apartamento	48	109
		Moradia	10	28
2012	177	Estabelecimento de hospedagem	1	23
		Apartamento	133	253
		Moradia	43	139
2013	120	Estabelecimento de hospedagem	2	15
		Apartamento	92	146
		Moradia	26	46
2014	72	Estabelecimento de hospedagem	3	22
		Apartamento	48	91
		Moradia	21	59
2015	379	Estabelecimento de hospedagem	1	9
		Apartamento	267	690
		Moradia	111	445
2016	334	Estabelecimento de hospedagem	6	53
		Apartamento	254	710
		Moradia	74	347
2017	394	Estabelecimento de hospedagem	7	28
		Apartamento	282	725
		Moradia	105	387
Total	1609	Estabelecimento de hospedagem	23	204
		Apartamento	1192	2851
		Moradia	394	1473
Total			**1609**	**4528 camas**

Fonte: Turismo de Portugal, 2017

Salienta-se que os dados apresentados para o alojamento local estão em constante alteração, estando disponíveis os dados atualizados na página do Turismo de Portugal, I.P.

A apresentação de dados relativos ao Alojamento Local demonstra a sua crescente importância para o setor turístico, representando, em 2017, número superior ao alojamento classificado.

No que respeita às salas para eventos, dada a sua importância foi efetuado o levantamento da oferta existente no concelho, verificando-se que, em 2017, Tavira possuía 14 salas de conferências com uma capacidade total de 1 520 lugares sentados (Quadro 19).

QUADRO 19 | Espaços para conferências, em empreendimentos turísticos, no concelho de Tavira.

NOME DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	QUANTIDADE DE SALAS N.º	CAPACIDADE N.º
Pousada do Convento da Graça	2	170
Hotel Vila Galé Tavira	6	750
Hotel Vila Galé Albacora	1	170
Maria Nova Lounge Hotel	2	120
Hotel Rural Quinta do Marco	1	30
Apartamentos Turísticos Pedras D'El Rei	1	80
Parque de Campismo da PSP	1	200
Total	14 Salas de conferências	1520 Lugares sentados

Fonte: Arquivo CMT, 2017

Produtos turísticos

Restauração

A gastronomia é dos principais produtos turísticos de Tavira. Conforme mencionado no gráfico 38 verifica-se existir um elevado número de estabelecimentos de restauração e bebidas, dispersos pelas seis freguesias de Tavira (119 restaurantes e casas de pasto, 34 bares, 45 snack-bares, 42 pastelarias, casas de chá e gelatarias, 14 *take-away*, 1 discoteca, 4 apoios de praia, 22 tabernas e cervejarias e 64 cafés e cafetarias), totalizando 345 estabelecimentos. O maior número de estabelecimentos concentra-se na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) que dispõe de 203 estabelecimentos, sendo seguida pela freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, que acolhe 63 estabelecimentos. Por outro lado, é de referir que são as freguesias de Cachopo e de Santa Catarina da Fonte do Bispo que registam menor número de estabelecimentos de restauração e bebidas.

Fonte: Arquivo CMT, 2015

GRÁFICO 38 | Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, por tipologia e por freguesia, em Tavira.

Derivado à sazonalidade verifica-se a elevada rotatividade nas gerências dos estabelecimentos de restauração e bebidas, bem como o encerramento temporário de muitos, na época baixa, entre novembro e fevereiro.

Assim, verifica-se que este produto turístico tem potencial para ser dinamizado e desenvolvido, usando estratégias de promoção conjunta, de qualidade nos serviços e de sustentabilidade.

NOTAS E PERSPETIVAS FUTURAS

No seguimento da análise dos dados nos pontos anteriores, bem como da leitura de alguns documentos, retiram-se as seguintes notas conclusivas:

- A indústria do turismo em termos de ganhos é o 4.º maior setor a nível mundial;
- A tendência desta indústria (previsões para 2030) é de crescimento, sendo que em economias emergentes como as da Europa mediterrânica, é de 4,4%/ano;
- De acordo com a OMT a Europa continuará a ser o continente com maior quota de mercado (41%);
- Portugal apresenta-se como o 9.º destino turístico Europeu em termos de dormidas em estabelecimentos de alojamento, tendo uma quota de 2,7%;
- O Turismo em Portugal contribui para 6,0% do PIB;
- Os principais mercados emissores de turistas para Tavira são:
    - Portugal;
    - Espanha;
    - Reino Unido;
    - Alemanha;
    - França;
    - Países Baixos.
- Os mesmos mercados, ainda que possam ter uma ordem de importância diferente, são os mesmos a nível nacional e regional;
- O mercado francês tem registado um forte crescimento;
- Existe uma grande dependência do mercado português e inglês;
- Diversos estudos realçam a importância da internet (sites, blogues, redes sociais) na promoção e na tomada de decisão sobre o destino de férias eleito;
- O PMETA, em termos de procura faz referência ao crescimento das viagens de determinados segmentos, devendo a oferta turística ter isso em consideração:
    - Séniores, devido ao envelhecimento da população;
    - Famílias com mascotes (cães, gatos e outros);
    - Mulheres a viajarem em grupo;
    - Viagens individuais.
- De acordo com o PMETA, após ponderados alguns fatores, nomeadamente o comportamento da concorrência, do destino, a caracterização demográfica e económica, bem como a análise da concorrência e da procura e os limites orçamentais em termos promocionais, define os mercados da seguinte forma:
    - Mercados prioritários (destes, 5 já são mercados com relevância para Tavira):
        - Alemanha;
        - Espanha;
        - Holanda;
        - Irlanda;
        - Portugal;
        - Reino Unido.
    - Mercados de aposta:
        - Bélgica;
        - Dinamarca;
        - França;
        - Suécia;

- Suíça.

- Mercados a monitorizar, devido ao facto de serem economia emergentes, com propensão para viajar e apetência por destinos com características semelhantes ao Algarve:
  - Áustria;
  - Canadá;
  - Finlândia;
  - Noruega;
  - Polónia;
  - Rússia.

Ainda que de momento se preveja crescimento no setor do turismo, não é fácil efetuarmos uma previsão exata da evolução turística, pois o turismo é uma atividade bastante exposta a fatores externos de natureza económica, social e política.

No entanto existem organismos que com base na experiência e dados recolhidos publicam algumas previsões que nos servem de referência.

Assim, de acordo com as previsões feitas pela OMT, publicadas no Panorama OMT do Turismo Internacional - 2015, até 2030 as chegadas internacionais continuarão a crescer, ainda que a taxa de crescimento vá diminuindo paulatinamente.

Em termos absolutos as chegadas de turistas internacionais aumentarão uns 43 milhões por ano, sendo que a OMT prevê que em 2020 o número de chegadas internacionais supere 1 400 milhões e em 2030 os 1 800 milhões.

De acordo com as mesmas previsões, as chegadas internacionais a destinos de economias emergentes da Ásia, América Latina, Europa Central e Oriental, Europa Meridional e Mediterrânica, Médio Oriente e África dobrarão o seu ritmo de crescimento (+4,4%/ano), em relação aos destinos de economias avançadas (2,2%/ano).

Em 2030, prevê-se ainda que 57% das chegadas internacionais registem-se em destinos de economias emergentes, contra os 43% em economias avançadas.

Para o mesmo período, este organismo prevê que a Ásia e Pacífico passem a deter 30% da quota de mercado, o Médio Oriente 8% e África 7%. A Europa continuará a ser o continente com maior quota de mercado (41%), ainda que um valor bem inferior aos 51% de 2010. Também para as Américas se prevê que se verifique uma diminuição da quota de mercado, passando de 16% em 2010 para 14%.

Em suma, o turismo é uma indústria que tem tido um crescimento relativamente constante e cujas projeções apontam no mesmo sentido, sendo de facto uma das atividades de maior relevo em muitos países e cujo seu efeito multiplicador é bastante acentuado. Tavira, estando inserida numa região turística por excelência não pode deixar de ter em atenção estas previsões e acompanhar as mesmas.

Não menos relevante na elaboração do PDM é termos em consideração o PMETA, cujo horizonte temporal é 2015 a 2018. Este documento que efetua uma análise detalhada da procura e oferta turística, bem como da concorrência, culmina com a definição de um conjunto de planos de ação, subjacentes em sete eixos[28]. Importa também ter em consideração do lado da procura, os mercados onde a Região prevê investir, e do lado da oferta, os produtos turísticos a desenvolver. Não faz sentido Tavira fazer promoção de forma isolada, devendo acompanhar a estratégia da região e obter sinergias do investimento que a região faz.

De acordo com o Turismo 2020, o Algarve apresenta-se como um território consolidado, sendo que é importante requalificar, melhorar a oferta, reconvertendo e modernizando os produtos e desta forma reforçar a sua sustentabilidade e competitividade. Outro aspeto que se realça no documento é que é fundamental adequar as políticas públicas orientando-as para a procura.

De acordo com a redação aprovada em RCM n.º 134/2017, de 27 de setembro, a Estratégia de Turismo 2027 define os cinco eixos e linhas estratégicas de atuação, nomeadamente no que respeita ao impulso que o turismo dá à economia,

28 Articulação entre agentes e setor, desenvolvimento de uma cultura regional em prol do turismo, marketing *intelligence*, acessibilidade aérea, qualificação dos serviços e recursos humanos, promoção e enriquecimento da oferta.

na difusão de conhecimentos e capacitação profissional dos envolventes na atividade, na criação de redes de mobilidade facilitando as deslocações e promoção de um ”turismo para todos“, na projeção de Portugal tanto a nível interno como externo e valorização do território e das comunidades, relativamente ao seguinte:

- Conservar, valorizar e usufruir do património histórico-cultural e identitário;
- Valorizar e preservar a autenticidade do concelho e a vivência da comunidade local;
- Afirmar o turismo na economia do mar, nomeadamente nas atividades desportivas e costeiras;
- Potenciar economicamente o património natural, nomeadamente no Parque Natural da Ria Formosa e rural e assegurar a sua conservação;
- Promover a regeneração urbana da cidade e zonas ribeirinhas e o desenvolvimento turístico sustentável geral do concelho;
- Continuar a estruturar e promover a oferta de forma a ir ao encontro da procura turística.

Assim, é fundamental o acompanhamento e monitorização dos Planos Estratégicos elaborados a nível nacional e regional, bem como manter uma estreita colaboração na promoção turística com as entidades regionais.

SWOT

EVOLUÇÃO DO PDM EM VIGOR

- Maior número de edifícios classificados como monumento de interesse público.
- O número de estabelecimentos do final da década de 80/início de 90 cresceu significativamente.
- Ainda que no PDM em vigor não houvesse referências à procura turística, a realidade é que com o aumento muito significativo da procura, também esta foi acompanhada pela diversificação da oferta.
- As potencialidades referidas no documento (recursos turísticos) transformaram-se em oferta turística, quer em termos do surgimento de infraestruturas e serviços turísticos (campos de golfe, empresas de animação turística, empreendimentos turísticos e alojamentos locais e respetivas *facilities*), quer na reabilitação e requalificação do património construído e natural.

DIAGNÓSTICO

Pontos fortes

- Localização geográfica.
- Clima atrativo.
- Qualidade das praias (Bandeira Azul).
- Qualidade da gastronomia (Dieta Mediterrânica – inscrita na lista representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco, sendo Tavira a comunidade representativa).
- Existência de um aeroporto internacional a cerca de 30 minutos de Tavira.
- Proximidade de Espanha, estando a 30 minutos da fronteira e 2 horas de Sevilha.
- Perceção da segurança ao nível da região.
- Diversidade paisagística (zonas húmidas, praias, mar, zonas agrícolas, serra e floresta).
- Tipicidade.
- Alojamento turístico para nichos de mercado.
- Oferta cultural e patrimonial diversificada.
- Riqueza de fauna e flora do PNRF, SIC, RN2000 e Sítio RAMSAR.
- Extensa rede de percursos pedestres identificados e homologados, seja de natureza local ou regional.

Pontos fracos

- Sazonalidade da procura e oferta.
- Excessiva especialização e dependência no produto "sol e mar".
- Carência de infraestruturas para satisfazer a procura de serviços náuticos.
- Mobilidade na região (Rede viária e ferroviária).
- Acessibilidade dos espaços públicos e dos equipamentos turísticos (incluindo praias) para pessoas com mobilidade reduzida.
- Carência de eventos de impacto nacional e internacional.
- Qualificação dos recursos humanos.
- Escassa promoção de oferta turística relacionada com os produtos turísticos complementares e em fase de desenvolvimento.
- Destino Algarve percecionado como caro em alguns mercados/produtos.
- Excesso de dependência de alguns mercados.
- Património religioso encerrado ao público.
- Insuficiente promoção e divulgação do concelho/região no nicho de mercado "turismo de natureza".
- Falta de segurança em alguns troços da Ciclovia, nomeadamente nos locais urbanos, em que não existem faixas destinadas exclusivamente a velocípedes.
- *Deficit* de oferta de alojamentos turísticos em categorias mais elevadas.
- A não permissão no PDM atual de parques de campismo e caravanismo fora das áreas urbanas.
- Falta de dinamização cultural na época média/baixa.
- Falta de animação noturna.

Oportunidades

- Perceção de baixa segurança em alguns destinos concorrentes.
- Procura de experiências novas e diferentes.
- Maior valorização de elementos naturais e consciência ambiental (*think green*).
- Grande percentagem do território da região abrangido por áreas protegidas.
- Aumento das atividades relacionadas com turismo de nichos.
- Reconhecimento político da importância do setor do turismo.
- Possibilidade de articulação com outros setores de atividade.
- Maior sofisticação e experiência dos turis-

Ameaças

- Forte competitividade de destinos emergentes.
- Incerteza a nível da conjuntura económica europeia.
- O Algarve considerado em *phasing out* na distribuição de fundos comunitários.
- Aumento da carga fiscal sobre as empresas.
- Forte incremento, sobretudo, dos produtos "sol e mar", golfe, em destinos concorrentes.
- Oscilações do preço do petróleo.
- Vulnerabilidade do setor turístico a fatores externos.
- Relevância do preço na tomada de decisão.
- Descaracterização da paisagem por atividades económicas.
- Despovoamento do interior/perda de identidade.
- Indisponibilidade de suporte financeiro necessário à

tas/mais informados.

- Diversidade de recursos endógenos com possibilidade de valorização.
- Fracionamento do período de férias que permite uma procura melhor distribuída ao longo do ano.
- Crescimento de companhias aéreas de baixo custo, que possibilita férias curtas e descoberta de novos destinos.
- Aumento da idade média do turista europeu.
- Criação de espaços de animação noturna.
- Transformação do território num destino turístico para um público interessado e disposto a pagar uma oferta mais qualificada em termos ambientais.
- Descoberta do território como destino de turismo de aventura por nichos (Pedestrianismo e *Cycling*).

manutenção e gestão das infraestruturas associadas aos percursos e ciclovia.

- Cooperação inexistente ou limitada dos operadores e agentes de animação de turismo de natureza.

MOBILIDADE E TRANSPORTES

O sistema de mobilidade e transportes desempenha um papel determinante na organização territorial do Município, verificando-se que, em torno deste, geram dinâmicas de aglomeração, económicas, sociais e culturais. A construção de uma rede de infraestruturas de transporte contribui para melhorar ligações e acessibilidades, o que é determinante para a maior abertura e dinamismo funcional do território.

MOBILIDADE E TRANSPORTES

SISTEMA RODOVIÁRIO

No que concerne aos acessos rodoviários o concelho de Tavira é servido pela rede rodoviária nacional e regional (que integra os itinerários principais – Itinerário Principal (IP), Estrada Nacional (EN) e Estrada Regional (ER) (Figura 54).

IP1/A22 – é a principal via rodoviária que atravessa o concelho de Tavira, assegurando a ligação entre o barlavento e o sotavento algarvio até à fronteira em Castro Marim. Trata-se de uma via com perfil de autoestrada, sendo fundamental nas ligações inter-concelhias e suprarregionais do concelho de Tavira, assegurando as ligações entre todas as principais localidades do litoral Algarvio, bem como as ligações para Norte, ao Alentejo e Lisboa, e para Nascente, ao Sul de Espanha e, a partir da rede espanhola, à Europa.

Para além da via do Infante (IP1/A22), que constitui a principal via de âmbito nacional que serve Tavira, o concelho é ainda servido pelas seguintes vias inseridas no Plano Rodoviário Nacional (PRN), as quais asseguram, fundamentalmente, ligações de âmbito regional (rede complementar e estradas regionais):

ER125 – classificada como estrada regional e que complementa o papel da IP1/A22 a nível regional, assegura a ligação aos principais aglomerados que se desenvolvem ao longo do litoral algarvio. Esta estrada é uma das vias com maior sinistralidade a nível nacional, o que levou à decisão governamental de lançar uma concessão para a conceção/construção/exploração da sua requalificação em 2008 (até ao momento ainda não executada);

EN/ER270 – esta via assegura a ligação do IP1/A22, para sudeste do nó de Tavira e que se encontra classificada no PRN como estrada nacional e, para noroeste, como estrada regional, permitindo nesta direção as ligações de Tavira a São Brás de Alportel e Loulé;

ER124 – via classificada como estrada regional e que se desenvolve paralelamente à costa, na zona de serra. Esta via atravessa o concelho de Tavira no seu extremo norte (freguesia de Cachopo), assegurando a ligação entre os vários aglomerados do interior serrano algarvio. Para nordeste, esta via liga a Alcoutim e à IC27 (via rápida de penetração no Algarve, vindo de Beja). A sudoeste a ER124 atravessa o norte do concelho de Loulé, em direção a São Bartolomeu de Messines e Silves, onde se articula com o IP1/A2 e com o IC1. Nesta direção a ER124 articula também com a EN2, assegurando a partir desta via a ligação a São Brás de Alportel, para Sul, e a Almodôvar e Castro Verde, para Norte, designadamente à capital de distrito (Faro). Constitui uma via estruturante para o desenvolvimento da zona norte do concelho.

Tavira é facilmente acessível a nível regional, verificando-se que qualquer ponto da região do Algarve consegue aceder a Tavira em menos de 2 horas. Faro, a capital de distrito e cidade mais importante do Algarve, dista de Tavira cerca de 40 km pela A22, o que corresponde a um tempo de viagem inferior a 30 minutos. O mesmo percurso pela ER125 é mais curto (cerca de 30 Km), no entanto as velocidades médias possíveis tornam o trajeto mais demorado (cerca de 40 minutos).

MOBILIDADE E TRANSPORTES

SISTEMA FERROVIÁRIO

Destaca-se o atravessamento do concelho pela linha do Algarve (Figura 54), eixo que atualmente só assegura serviços diretos (sem transbordo/mudança de comboio) de âmbito regional entre Faro e Vila Real de Santo António. Com o recurso a transbordo na estação de Faro é possível fazer a correspondência para os serviços nacionais de longo curso, do tipo Alfa Pendular e Intercidades.

MOBILIDADE E TRANSPORTES

AEROPORTO

O aeroporto internacional de Faro é uma importante infraestrutura que fica a cerca de 30 minutos de Tavira, vindo pela A22 (Figura 54).

MOBILIDADE E TRANSPORTES

REDE FLUVIAL

A rede fluvial do Algarve está limitada a dois portos: o porto de Faro e o porto de Portimão. O porto de Faro situa-se na vizinhança da cidade de Faro no interior da Ria Formosa. O acesso marítimo ao porto faz-se através da barra regularizada de Faro-Olhão. Por seu turno, o porto de Portimão situa-se na margem direita do estuário do rio Arade a montante da marina. Este é o principal porto de escala dos cruzeiros turísticos na região do Algarve (Figura 58).

O setor mais dinâmico e que tem tido um crescimento notável é, sem dúvida, o do recreio náutico, com a construção de marinas, portos de recreio, docas ou simples fundeadouros um pouco por todo lado. Esta atividade tem estado associada ao imobiliário que tem gerado as mais-valias necessárias para fazer face à sempre dispendiosa infraestrutura marítima dos empreendimentos. São disso exemplo as marinas de Vilamoura, Portimão, Lagos e mais recentemente a de Albufeira. Outros casos existem de portos de recreio sem componente imobiliária diretamente associada, como por exemplo o porto de Olhão, recentemente construído, cuja taxa de ocupação é significativa, dada a grande procura deste tipo de infraestruturas para amarração do significativo número de embarcações existentes na ria Formosa e que se encontram fundeadas de forma desordenada junto aos principais canais de navegação.

A rede fluvial tem um caráter importante no concelho de Tavira, uma vez que o acesso às praias se efetua através de embarcações, excetuando a praia do Barril.

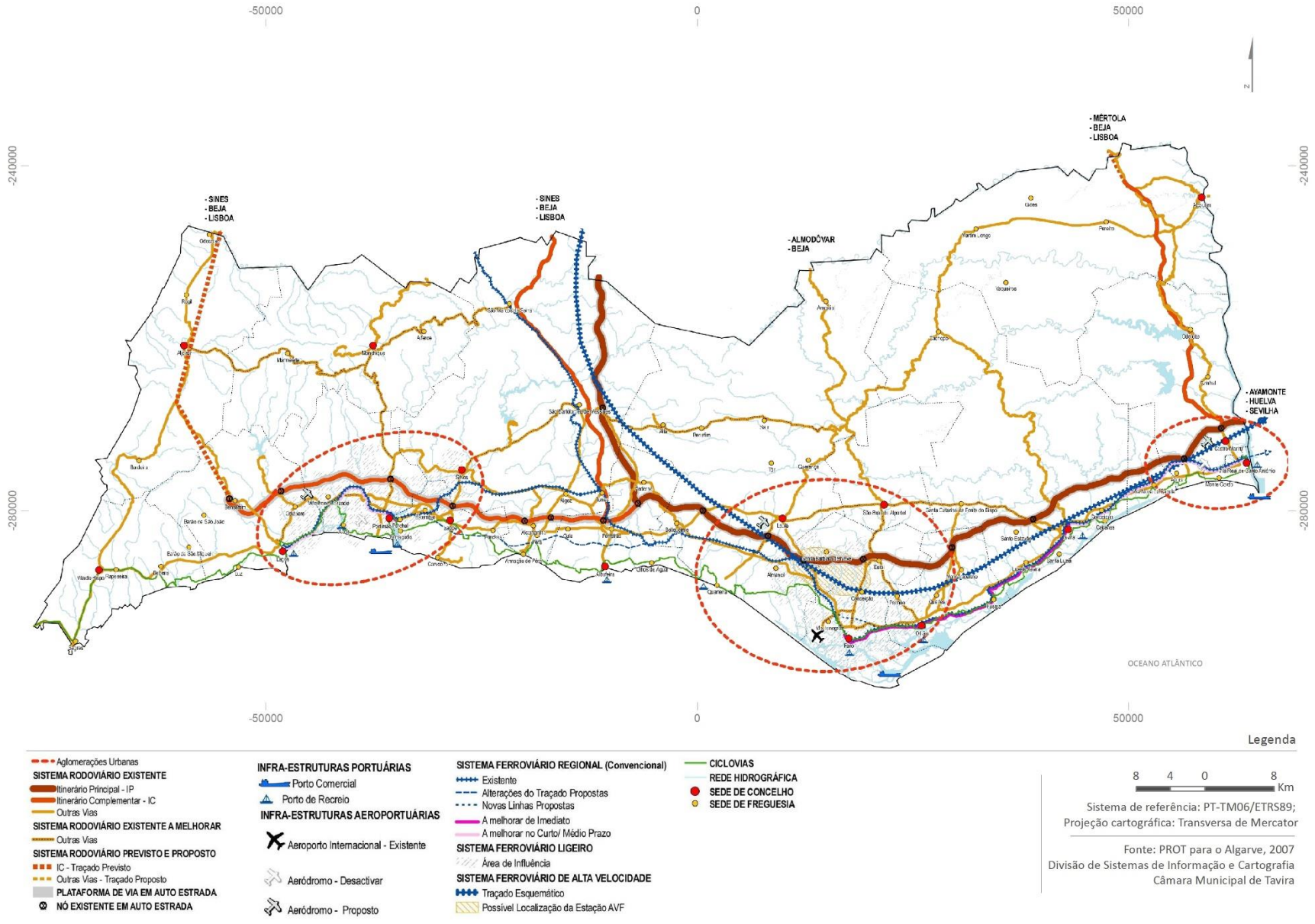


FIGURA 58 | Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve - Transportes e Acessibilidades.

ANÁLISE LOCAL DE TRANSPORTES E ACES-SIBILIDADES

SISTEMA RODOVIÁRIO

As vias rodoviárias do concelho distinguem-se entre:

- Rede Nacional
  - Rede Nacional Fundamental
  - Rede Nacional Complementar
- Rede Regional
- Rede Municipal

Na carta da rede rodoviária, identificam-se as principais vias existentes no concelho, destacando-se as vias de âmbito nacional e regional classificadas no PRN (Figura 55).

Rede Nacional Fundamental:

O IP1/A22 como via de grande capacidade, com perfil de autoestrada, que assegura as principais ligações de âmbito suprarregional; percorre o concelho, com direção este-oeste, atravessando as freguesias da Luz de Tavira e Santo Estêvão, de Tavira (Santa Maria e Santiago) e de Conceição e Cabanas de Tavira, numa extensão de cerca de 19,18km. Esta via está integrada na concessão Algarve.

Rede Nacional Complementar:

EN270, esta via assegura a ligação de Tavira (entroncamento da ER125) e o IP1/A22, integrada na subconcessão Algarve Litoral.

Estradas Regionais:

A ER125, classificada como estrada regional e que complementa o papel do IP1/A22 a nível regional, ao assegurar a ligação entre os principais aglomerados do litoral algarvio. É a principal ligação das freguesias da Luz de Tavira e Santo Estêvão e de Conceição e Cabanas de Tavira à sede do município, integrada na subconcessão Algarve Litoral;

ER270, estrada regional que atravessa as freguesias de Santa Catarina da Fonte do Bispo e de Luz de Tavira e Santo Estêvão. Principal via de ligação entre Tavira e a freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, sob jurisdição da IP;

A ER124, atravessa a freguesia de Cachopo e permite a ligação deste aglomerado com os concelhos limítrofes (Alcoutim, São Brás de Alportel e Loulé), sob jurisdição municipal.

Para além das vias de âmbito nacional e regional classificadas no PRN, a rede rodoviária do concelho de Tavira é constituída por um conjunto de estradas municipais que embora possuam um nível de serviço inferior às de âmbito nacional e regional, desempenham uma função essencial na acessibilidade intra-concelhia, assegurando a ligação dos aglomerados de menor dimensão à sede de concelho. Existe uma correlação entre a sua classificação e o seu papel na hierarquia viária municipal.

Rede Municipal:

A EM397, esta via liga a cidade de Tavira à freguesia de Cachopo, na zona norte do concelho, articulando a ER124 com a ER125 e constituindo, deste modo, um dos poucos eixos transversais de ligação entre o interior e o litoral do Algarve, complementando o papel do IC27/EN122, a nascente, e da EN2, a poente;

A EM514 que liga Santo Estêvão à sede do concelho (Tavira); para oeste permite a ligação a alguns aglomerados, por ex. Butoque e Estiramanténs, prolongando-se em direção à zona norte do concelho de Olhão; a EM516 que liga Moncarapacho, no concelho de Olhão, a Tavira, passando pelos aglomerados de Amaro Gonçalves e Luz de Tavira, até à ER125; a EM508 que se prolonga para nordeste da cidade de Tavira servindo um conjunto de pequenos lugares, dos quais se destacam, pela sua maior dimensão, Fonte Salgada, Estorninhos e Faz Fato; e a EM515 que assegura a ligação de Santa Luzia a Tavira. A EM514-1 e a EM514-2/514-3 destacam-se por promoverem o fecho de malhas entre as vias

longitudinais, ligando o litoral ao barrocal. Na zona norte do concelho destacam-se a EM505 e a EM 504, as quais asseguram as ligações aos concelhos vizinhos de Alcoutim e Loulé e servem, respetivamente, os lugares de Amoreira e Mealha.

- **Outras vias**

A cidade de Tavira, a sul da ER125, é servida por um conjunto de vias possibilitando uma circulação interna, que atravessa o interior do perímetro urbano desde a ER125, da rotunda da Nora Velha, Rua Almirante Cândido dos Reis, Avenida D. Manuel I/Ponte dos Descobrimentos, Rua Arquiteto Eduardo Souto Moura, Rua da Atalaia/Rua da Atalaia Pequena, Rua Dr. Fausto Cansado, Rua Luís de Camões, Rua Maria da Piedade Vaz Baganha e Rua de Santo Estêvão, ligando novamente à ER125;

Os caminhos municipais, os quais asseguram fundamentalmente ligações de âmbito local, ligando pequenos aglomerados à rede viária de nível superior. Dos vários caminhos assinalados, destaca-se o caminho do Porto Carvalhoso que liga a ER270, perto de Santa Catarina, à EM397, junto à Alcaria do Cume. Para oriente da EM397, na zona de Alcaria do Cume, prolonga-se os CM1123 e o CM1122 (estrada de Tafe);

Outras vias não classificadas, as quais correspondem, fundamentalmente, a caminhos vicinais que asseguram o acesso das povoações às áreas rurais e florestais, apresentando, na generalidade dos casos, ausência de pavimentação.

No seu total a rede viária municipal do concelho de Tavira apresenta uma extensão na ordem dos 920 km, 66% dos quais correspondem a vias não classificadas. As vias municipais classificadas, corresponde a cerca de 310 km, ou seja 34%, do total da rede viária do concelho (Quadro 20 e Figura 59).

QUADRO 20 | Extensão da rede viária classificada existente.

CLASSIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EXISTENTE			KM
Rede Nacional Fundamental	Itinerário Principal		19,175
Rede Nacional Complementar	Estrada Nacional		3,59
Estradas Regionais	Estrada Regional		54,13
Rede Municipal	Estrada Municipal		128,07
	Caminho Municipal		105,06
	Outras vias não classificadas	Cidade	96,35
		Exterior	513,51
TOTAL			919,885

Fonte: CMT, 2015

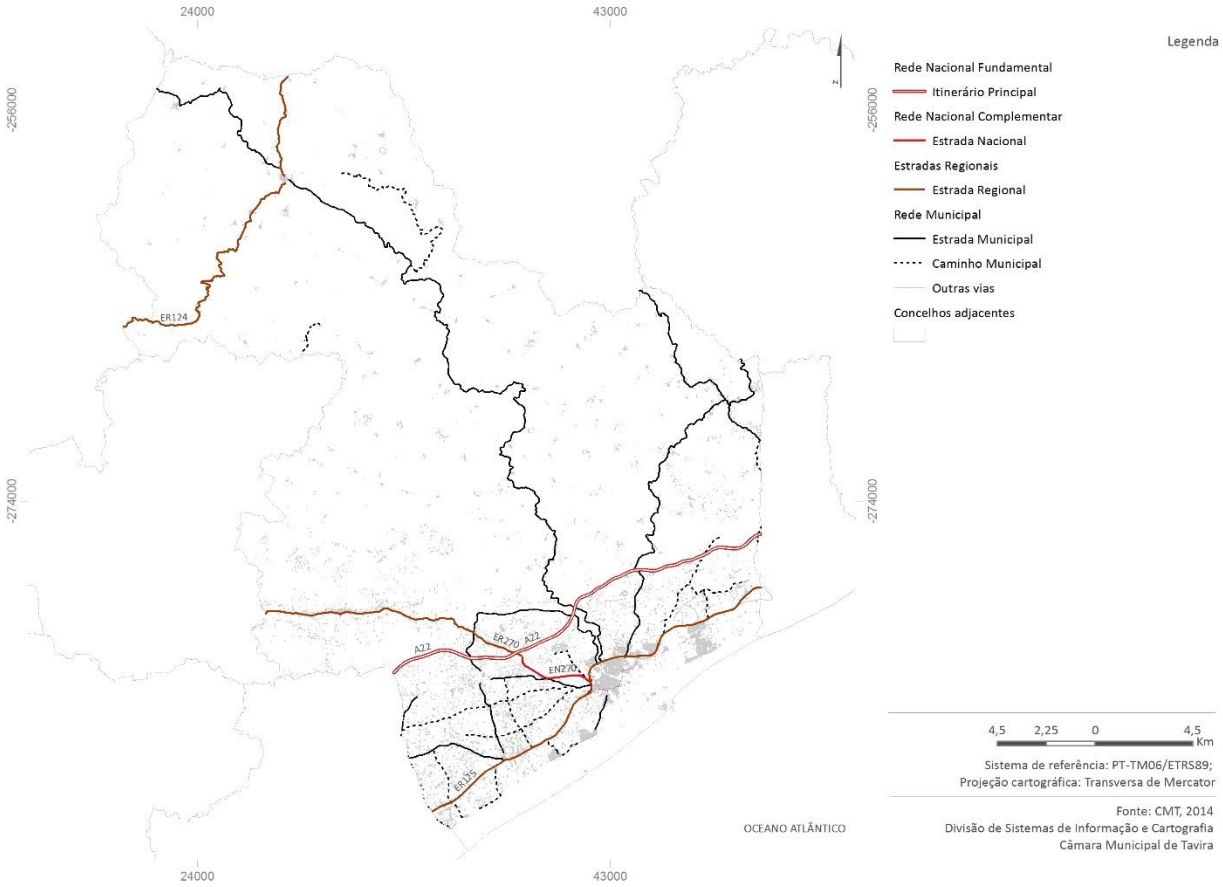


FIGURA 59 | Principal rede viária no concelho de Tavira.

A distribuição territorial das vias existentes no concelho, evidência as disparidades geográficas e de povoamento existentes entre o litoral e o interior. Na figura 60, onde se ilustra a densidade da rede viária por área e população residente na freguesia, é possível verificar que as freguesias mais interiores de Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo são as que apresentam menores densidades de km de via por km² de área, por outro lado, e apesar da dimensão em área a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) apresenta elevada densidade de vias, explicável pelo facto de esta integrar a cidade.

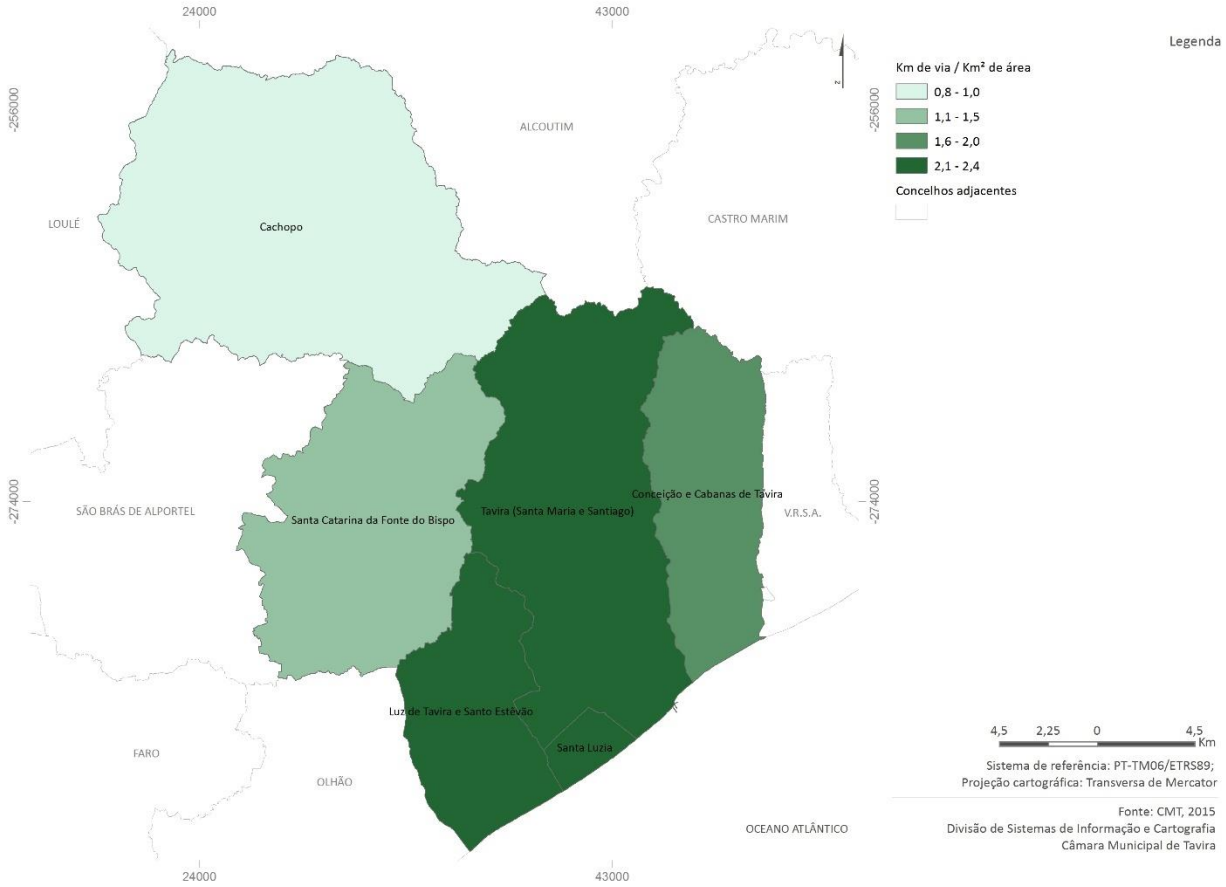


FIGURA 60 | Densidade de vias por freguesia (área).

Todavia, quando se analisa o indicador de km de via em relação à população, a situação inverte-se, correspondendo as maiores densidades à freguesia de Cachopo, com valor de 22,2 km de via/100 habitantes, seguindo-se a freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira e Santa Catarina da Fonte do Bispo, com valores entre 3,3 e 7,1 km de via por cada 100 hab. Com as menores densidades temos a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) e Santa Luzia (Figura 61).

Observa-se, pois, uma menor densidade de vias por freguesia no litoral, facto explicável não pelo menor número de km de via, mas sim pela elevada concentração de população.

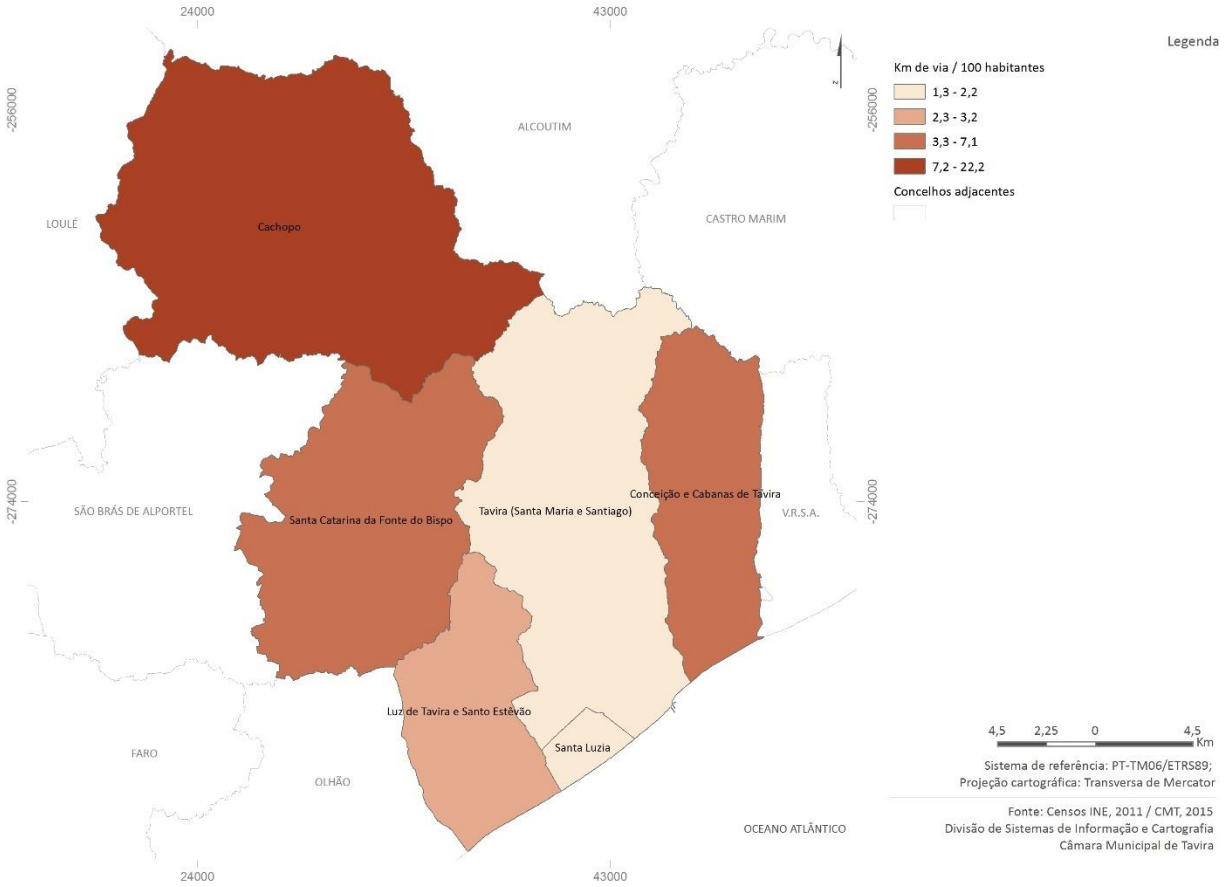


FIGURA 61 | Densidade de vias por freguesia/população residente.

ANÁLISE LOCAL DE TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES

SISTEMA FERROVIÁRIO

O concelho de Tavira é servido pela linha do Algarve, cujo percurso atravessa várias cidades e povoações entre Lagos e Vila Real de Santo António, nomeadamente Portimão, Albufeira, Faro e Olhão.

A linha do Algarve tem uma extensão total de 139,9 km e divide-se em dois troços principais: Lagos - Tunes (45,321 km), Tunes – Vila Real de Santo António (94,579 km).

Quanto à eletrificação, atualmente, apenas o subtroço de Tunes/Faro se encontra eletrificado, faltando o troço Tunes/Lagos e o subtroço Faro/V.R.S. António. A eletrificação da totalidade da linha do Algarve está inscrita no "Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+)", a realizar até 2020. A eletrificação prevista será precedida de melhoramentos à via existente.

No concelho de Tavira, a linha do Algarve tem via única e apresenta um desenvolvimento com uma extensão de cerca de 19,4 km. Este troço ferroviário inclui 6 locais de paragem: 1 estação em Tavira (cidade) e 5 apeadeiros, em Livramento, Luz de Tavira, Porta Nova e Conceição (todos com serviço de passageiros) e ainda um apeadeiro em Santa Rita (sem serviço) de acordo com a ex - REFER, atual Infraestruturas de Portugal, S.A. (Figura 58).

Têm vindo a ser realizadas algumas intervenções pontuais de manutenção e conservação da linha e infraestrutura ferroviária, destacando-se como intervenções de maior relevo o programa de supressão de Passagens de Nível (PN). As intervenções de supressão de PN preconizam a melhoria das condições de segurança rodoviária.

No troço ferroviário com desenvolvimento no concelho existem 11 PN, das quais, 9 são PN-automatizadas com meias-barreiras, 1 PN - pedonal e 1 PN - particular de acordo com a (Figura 62).

Nos últimos 5 anos foram encerradas 5 PN no concelho, sendo que no âmbito do protocolo estabelecido entre a ex - REFER e o Município, previam-se três ações adicionais, relativas às PN:

1 – Construção da Passagem Superior (PS) para a supressão da PN ao km 364+873 (CM1343, em direção à Torre D'Aires, Luz de Tavira);

2 – Beneficiação de caminhos/estradas para a supressão da PN ao km = 365+976 (Estrada das Antas, Luz de Tavira);

3 – Construção de PS para a supressão da PN ao km 370+183 (caminho de S. Pedro, na divisão entre a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) e de Santa Luzia).

Ao nível do troço ferroviário da linha do Algarve encontram-se, ainda previstos, no PETI3+, outros investimentos além da eletrificação, nomeadamente, a ligação ferroviária ao aeroporto de Faro.

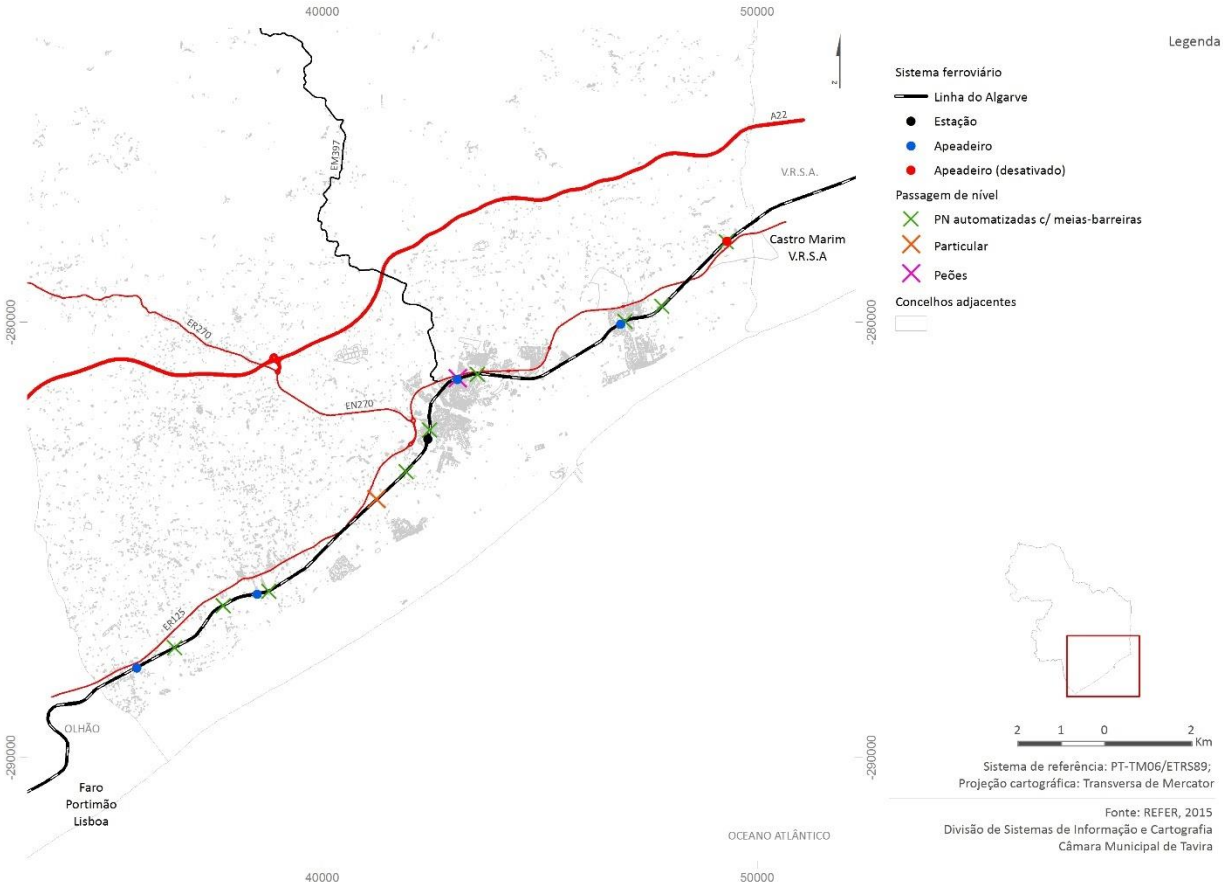


FIGURA 62 | Sistema ferroviário no concelho de Tavira.

ANÁLISE LOCAL DE TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES

SISTEMA FLUVIAL

A rede fluvial tem um caráter importante no concelho, uma vez que o acesso para as praias se efetua através de embarcações (Ilha de Tavira, Terra Estreita e praia de Cabanas).

Existem no concelho diversos cais de embarque (Figura 63):

- Cais da praia de Cabanas;
- Ponte-cais de Cabanas;
- Ponte-cais Cabanas marítimo-turístico;

- Cais do Centro Coordenador de Transportes;
- Cais de Tavira;
- Ponte-cais das Quatro Águas;
- Ponte-cais da Ilha de Tavira;
- Ponte-cais do Hotel Albacora / Arraial Ferreira Neto;
- Cais da praia da Terra Estreita;
- Ponte-cais de Santa Luzia;
- Cais das Pedras D'El Rei;
- Ponte-cais da Torre D'Aires.

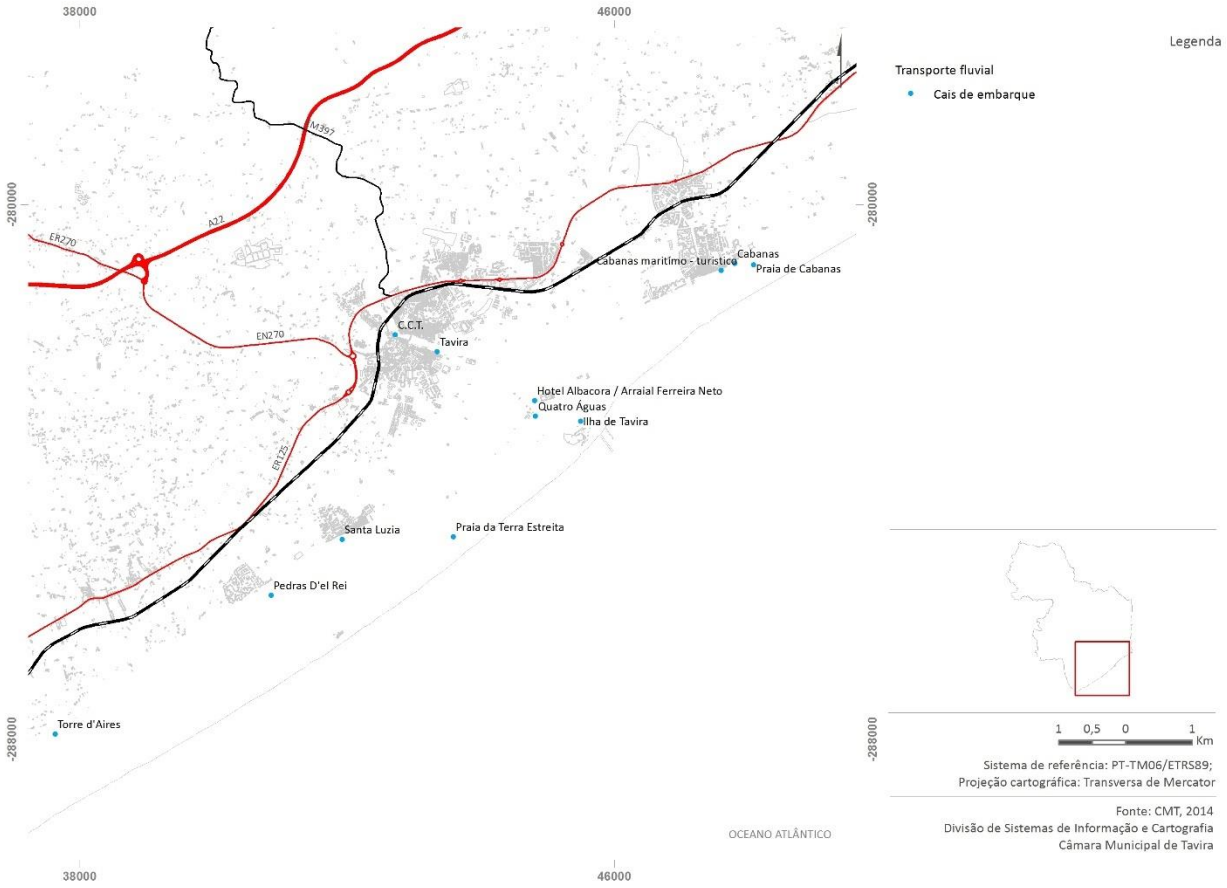


FIGURA 63 | Localização dos cais de embarque de transporte fluvial.

Relativamente a infraestruturas de apoio à náutica de recreio, destaca-se a doca de recreio de Tavira, localizada em Quatro Águas, a qual tem capacidade para cerca de 100 embarcações. Para além desta, é intenção do Município desenvolver um conjunto de infraestruturas para embarcações de recreio nas margens do Rio Gilão, requalificando e ampliando infraestruturas existentes.

É de referir, ainda que no sentido de dar resposta à procura existente de infraestruturas de apoio à náutica de recreio, há muito que se equaciona a construção de uma marina em Tavira, infraestrutura que teria como vantagem proporcionar melhores condições às embarcações que hoje utilizam a ria como porto de abrigo e até monitorizar melhor os impactes ambientais gerados por esta procura não controlada sobre o ecossistema.

ANÁLISE LOCAL DE TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES

CICLOVIAS

O concelho de Tavira é atravessado pela Ecovia do Algarve, uma via ciclável que ligará o Cabo de São Vicente a Vila Real de Santo António, com uma extensão de 214 km, passando por 12 concelhos. O troço da Ecovia do Algarve que atravessa Tavira tem uma extensão de 23 km, ligando o Livramento (na freguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão) à freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira (Figura 64). Assume, neste concelho, diferentes características, designadamente: via reservada a veículos exclusivamente não motorizados; percurso em via de utilização mista sem separação física entre veículos motorizados e não motorizados, sendo o trajeto da ecovia indicado por sinalização própria; percursos em caminhos com volume de tráfego muito reduzido. Acresce que, pelas suas características e atendendo ao seu traçado, esta infraestrutura potencia, sobretudo, a utilização da bicicleta para fins de recreio e lazer, não estabelecendo ligações entre polos geradores e atractores de deslocações capazes de fomentar a utilização da bicicleta nestes percursos (casa-escola; casa-trabalho).

Desta forma, é desejável a criação de uma rede ciclável municipal, articulada com a Ecovia do Algarve, que fomente a utilização da bicicleta nas deslocações urbanas e interurbanas de curta distância, propondo-se que esta rede seja objeto de estudo técnico, contemplado nas vias a criar ou a requalificar.

Considera-se ainda, que o troço da ecovia atualmente existente na Rua Almirante Cândido dos Reis, por oferecer reduzidas condições de segurança aos ciclistas, deverá ser objeto de intervenção no sentido de aumentar a segurança dos seus utilizadores, bem como o próprio conforto na sua utilização.

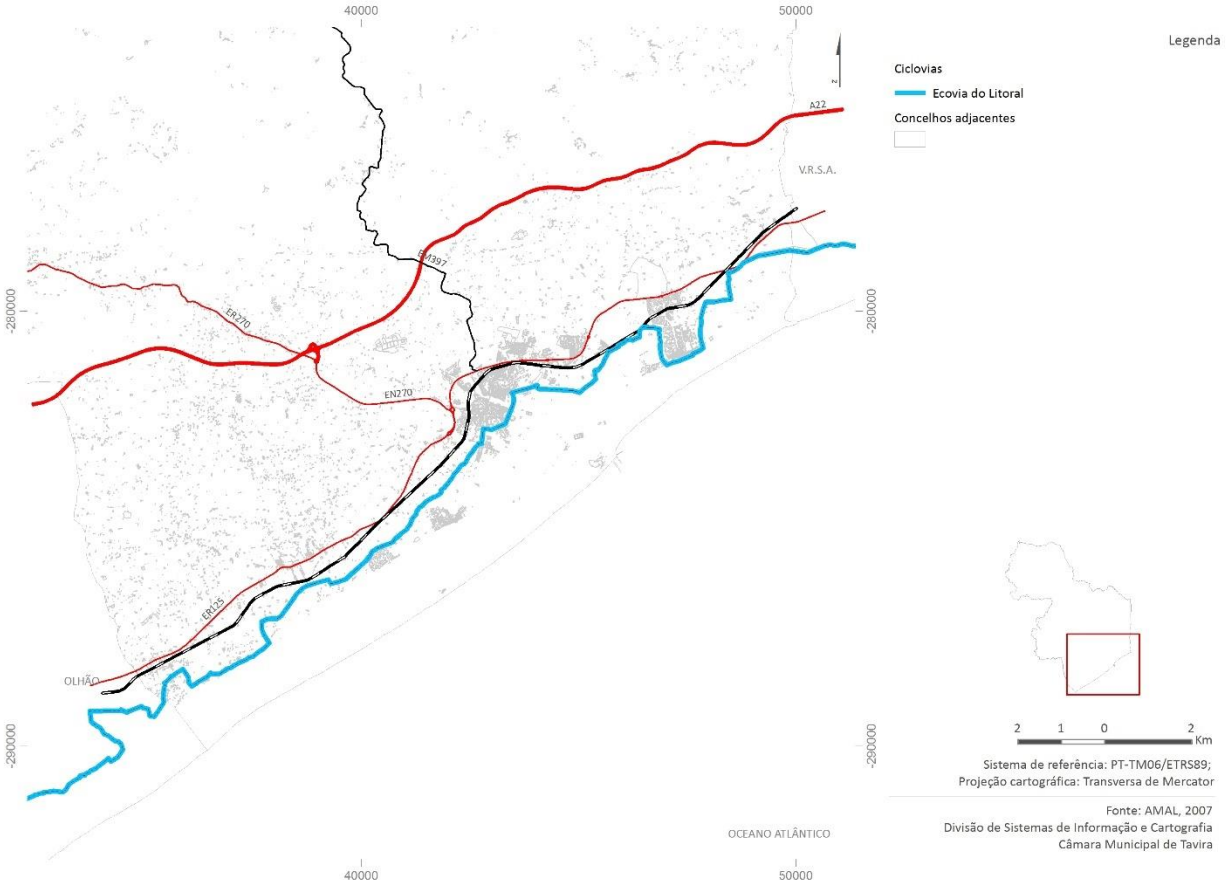


FIGURA 64 | Ciclovia no concelho de Tavira.

ESTACIONAMENTO

O estudo do estacionamento deve contemplar uma perspetiva global do seu enquadramento com as problemáticas associadas a interfaces intermodais, à gestão da circulação e à geração/atração de tráfegos (peões e veículos). De qualquer modo, a sua abordagem necessariamente sumária, cujo desenvolvimento só pode fazer-se no âmbito de estudos específicos de tráfego, permite identificar eventuais problemas que precisem de aprofundamento ou justifiquem intervenção dentro ou fora do âmbito do PDM.

A maior parte dos lugares delimitados existentes são de estacionamento gratuito e ao longo da via. As grandes bolsas de estacionamento/ parques de estacionamento apenas em Tavira têm relevância. Em ambos os casos anteriores existem lugares delimitados para operações de carga e descarga, deficientes, reservados a entidades/serviços, táxis ou outros.

Segundo o regulamento de trânsito do concelho de Tavira as operações de cargas e descargas apenas podem ser realizadas nos locais assinalados para o efeito, e, no período compreendido entre as 9:00 e as 19:00 horas, nos dias úteis, e entre as 9:00 e as 14:00 horas dos sábados. Excetuam-se os veículos pesados de mercadorias (com mais de 6,40 metros de comprimento), os quais podem carregar ou descarregar a qualquer hora mas apenas em local específico.

Nas ruas pedonais só são permitidas operações de carga e descarga entre as 7:00 e as 9:00 horas da manhã.

Em todos os aglomerados urbanos do concelho de Tavira, o estacionamento só é permitido na forma e nos locais expressamente destinados para esse efeito, devidamente sinalizados, ou nas ruas com largura suficiente para permitir o normal escoamento do trânsito, na faixa de rodagem, paralelamente, e o mais perto possível do seu bordo do lado direito, salvo se, por meio de sinalização especial, se mostre determinado o contrário (regulamento de trânsito).

De forma sucinta os lugares de estacionamento no concelho de Tavira (excetuando lugares de cargas e descargas, deficientes, táxis e entidades oficiais/ serviços) representam 14 333 lugares, dos quais 423 são tarifados na zona central da cidade, 1 539 são em parques de estacionamento públicos e 513 em parques de estacionamento privado (Quadro 21).

O estacionamento é um importante instrumento de gestão da mobilidade, uma vez que é uma variável que permite influenciar as escolhas modais de pessoas, desde que sejam introduzidas restrições à sua utilização, as quais podem ser de natureza diversa, destacando-se entre estas, a limitação da quantidade de estacionamento, do tempo de permanência ou a introdução de uma tarifa horária.

QUADRO 21| Número de lugares de estacionamento.

(N.º)

Núcleo Urbano	LUGARES DE ESTACIONAMENTO							
	Longo da via	Tarifado	Cargas e descargas	Entidades oficiais/ Serviços	Deficientes	Táxis	Parque público	Parque privado
Tavira	7.472	423	155	95	82	25	1.410/6[1]/15[2]	
Santa Luzia	912		12	1	7			513
Conceição e Cabanas de Tavira	2.760		22	3	17		35	
Luz de Tavira e Santo Estêvão	512		15	10	3		94	
Santa Catarina F. do Bispo	138		1	2				
Cachopo	64							
Total	11.858	423	205		109	25	1.539/6[1]/15[2]	513

Nota: [1]Operações de carga e descarga em lugares de estacionamento público; [2]Lugares reservados a deficientes.

Fonte: CMT, 2015

Por outro lado, o estacionamento é uma questão eminentemente urbana e, portanto, apenas relevante nos núcleos populacionais com alguma dimensão.

As áreas urbanas do concelho de Tavira classificam-se em três níveis: no primeiro está a cidade de Tavira (nível I); no nível II encontram-se as áreas urbanas de Conceição e Cabanas de Tavira, Santa Luzia, Luz de Tavira e Santo Estêvão, Santa Catarina da Fonte do Bispo e Cachopo. O nível III corresponde a aglomerados de pequena dimensão, pelo que não foram considerados relevantes, para efeitos deste estudo. Assim, e após uma análise mais cuidada da atração de cada um dos núcleos vamos debruçar-nos sobre três em especial, a cidade de Tavira, a vila de Santa Luzia, a aldeia de Conceição e a vila de Cabanas de Tavira. Dada a sua localização junto ao litoral, são áreas de grande dinamismo, seja pela dimensão dos seus aglomerados urbanos ou pela forte capacidade de atração turística e, como tal, mais geradoras de tráfego e, subsequentemente, de pressão sobre o estacionamento.

ESTACIONAMENTO

NÚCLEO URBANO DA CIDADE DE TAVIRA

A oferta de estacionamento na cidade de Tavira centra-se nos parques de estacionamento periféricos e nas zonas de estacionamento tarifado na área central da cidade, enquanto soluções indutoras da redução da circulação automóvel no interior da malha urbana, incentivadoras da circulação pedonal e promotoras do ordenamento do trânsito.

É ainda de referir que existe no centro da cidade de Tavira, na zona mais antiga, onde as ruas são estreitas e o estacionamento escasso, a prática de estacionamento reservado a residentes. Este tipo de estacionamento permite a salvaguarda de estacionamento para os habitantes, locais que, na sua maioria não possuem estacionamento privado.

O número de lugares de estacionamento na cidade (excetuando lugares de cargas e descargas, deficientes, táxis e entidades oficiais/ serviços) é de 9 305 lugares (Figura 65).

Nalguns pontos da cidade ocorrem esporadicamente alguns conflitos de estacionamento associados a cargas e descargas. Embora não se tivesse procedido a um levantamento da situação, uma auscultação aleatória, em zonas de maior concentração de comércio, permite concluir a ocorrência de alguma problemática.

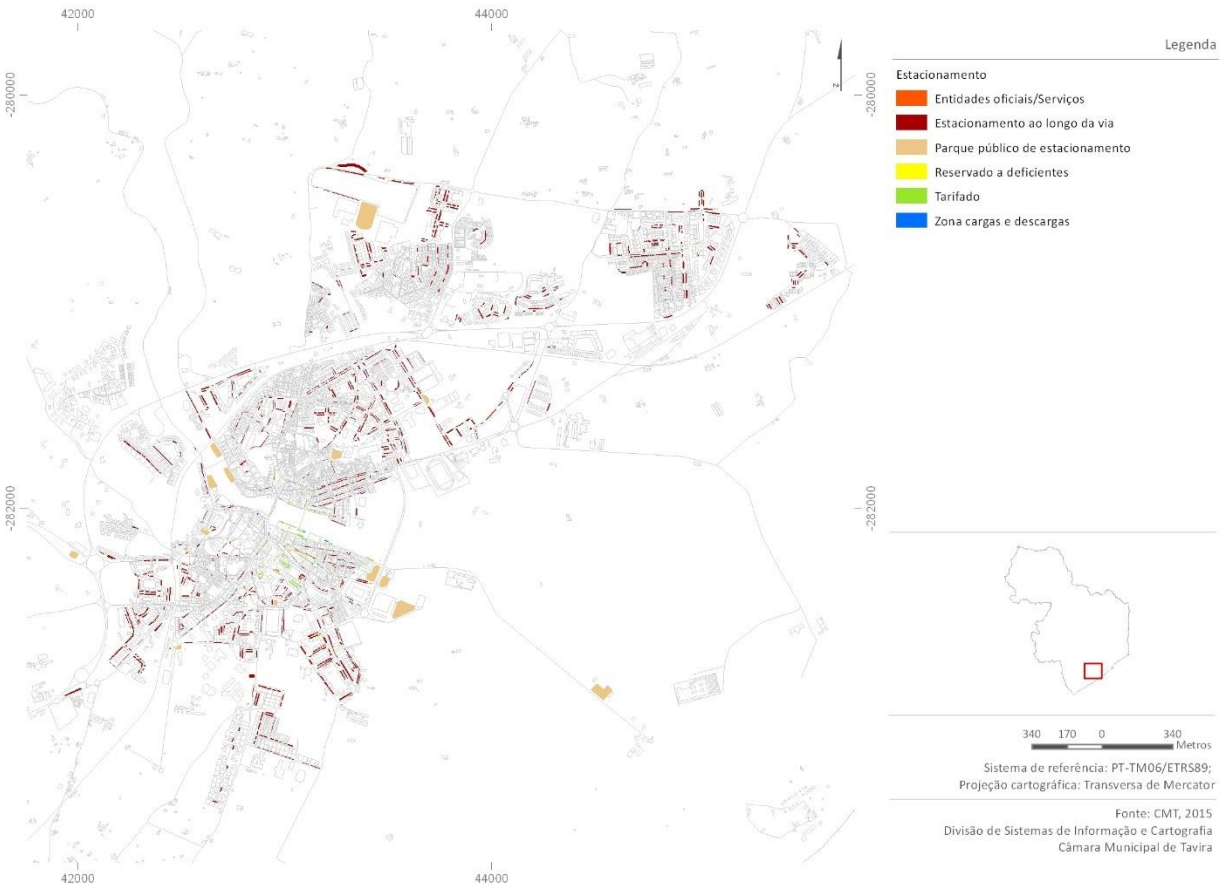


FIGURA 65 | Estacionamento na cidade de Tavira.

ESTACIONAMENTO

ESTACIONAMENTO EM ZONA TARIFADA

A zona de estacionamento tarifado que se localiza na área central da cidade de Tavira é constituída por 423 lugares (Figura 66).

A tarifação em certos períodos do dia, do estacionamento existente nas zonas centrais das cidades, constitui um importante instrumento de gestão do parqueamento e, indiretamente, da gestão da circulação automóvel nas áreas centrais urbanas, visando desincentivar a utilização do transporte individual nessas zonas, durante os períodos de maior movimento do dia e simultaneamente balancear a utilização do estacionamento. A grande rotatividade de estacionamento visa ainda facilitar o acesso ao comércio e serviços, localizados essencialmente nestas zonas.

Segundo o regulamento de trânsito os locais destinados a estacionamento tarifado são agrupados por zonas que se distinguem entre si pela duração máxima permitida (curta, média e longa duração) ou pela tarifa. O período de estacionamento tarifado divide-se em duas fases: nos dias úteis entre as 9:00 e as 19:00 horas e aos sábados entre as 9:00 e as 14:00 horas.

Por forma a incentivar a ocupação residencial no centro da cidade, a autarquia atribui aos residentes o cartão que possibilita a isenção do pagamento de estacionamento na rua de residência.

FIGURA 66 | Estacionamento tarifado na cidade de Tavira.

ESTACIONAMENTO

PARQUES PÚBLICOS DE ESTACIONAMENTO

Foram criados alguns parques de estacionamento na área envolvente ao centro da cidade, por forma a garantir uma boa acessibilidade e evitar a intrusão e circulação na zona histórica. O objetivo primordial dos parques é retirar os veículos da zona central, fomentando a circulação pedonal, uma vez que se trata de uma área com vias estreitas, fortemente turística e histórica.

A oferta de estacionamento em parques públicos é constituída por 1 431 lugares, dos quais 15 são reservados a deficientes e 6 destinados a operações de cargas e descargas (Figura 67).

No que respeita ao modo de utilização, os parques são de utilização gratuita, não existindo limitações quanto à duração do estacionamento, excetuando-se as restrições inerentes ao estacionamento considerado abusivo, tal como referenciado no regulamento de trânsito do concelho de Tavira e no Código da Estrada.

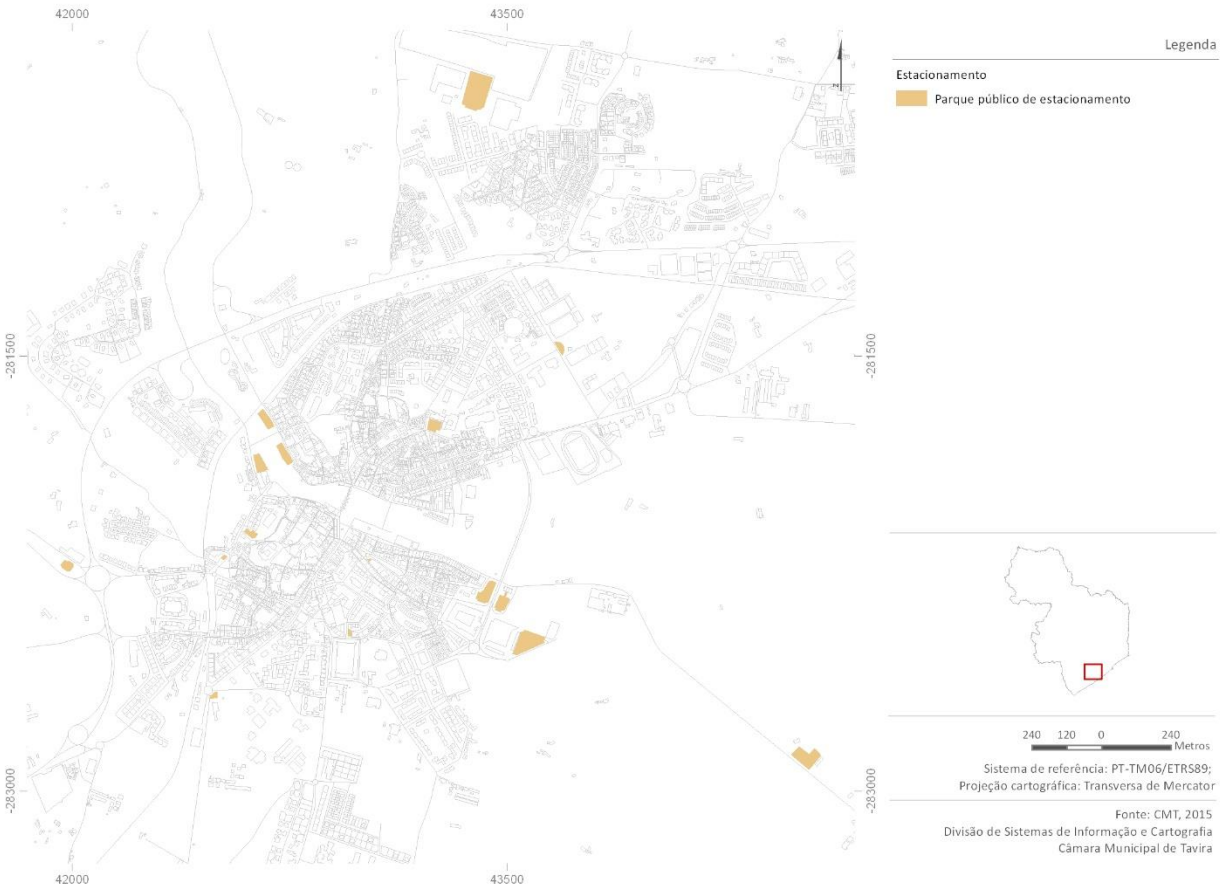


FIGURA 67 | Parques de estacionamento.

ESTACIONAMENTO

NÚCLEO URBANO DE SANTA LUZIA

É um núcleo urbano de grande influência sazonal, que pela sua localização tem grande atração turística, pois é servido por dois acessos às praias, daí se verificar grande afluência de tráfego, especialmente na época de verão, em que se verifica grande carência de estacionamento, especialmente na zona central de Santa Luzia.

O número de lugares de estacionamento ao longo da via são de 931, dos quais 12 destinam-se a operações de cargas e descargas e 7 são reservados a deficientes. Apenas existe um parque de estacionamento privado (pago), em Pedras D'El Rei com 513 lugares que serve o acesso à praia do Barril conforme a (Figura 68).

FIGURA 68 | Estacionamento em Santa Luzia e Pedras D'El Rei.

ESTACIONAMENTO

NÚCLEO URBANO DE CONCEIÇÃO E CABANAS DE TAVIRA

Trata-se igualmente de uma área que sofre grande influência sazonal, especialmente pela sua localização junto à praia, verificando-se, especialmente na época de verão, um défice de estacionamento.

Esta área é servida por 2 799 lugares de estacionamento ao longo da via, dos quais 22 destinam-se a operações de cargas e descargas e 17 reservados a deficientes. Existem ainda 35 lugares em parques públicos de estacionamento conforme a figura 69.

FIGURA 69 | Estacionamento em Conceição e Cabanas de Tavira.

ESTACIONAMENTO

POLÍTICA DE ESTACIONAMENTO

No que respeita ao estabelecimento de uma política de estacionamento, deve ter-se em atenção alguns aspetos fundamentais do sistema integrado circulação/estacionamento.

A circulação de veículos implica o seu estacionamento. O estacionamento gera redução de capacidade do sistema viário e cria situações de conflito com a circulação: ocupação de espaço das vias, entrada/saída nos lugares de estacionamento marginais à via (maior para o estacionamento perpendicular que para o oblíquo ou longitudinal), entrada e saída de garagens e parques.

A busca de estacionamento constitui uma perda significativa do tempo de transporte e resulta num aumento artificial da circulação, em especial quando o espaço de estacionamento é escasso. Uma oferta muito deficitária de estacionamento e sem alternativas credíveis em termos de acesso a transportes públicos, resulta no aumento de fluxos de tráfego e das situações de estacionamento ilegal.

A localização de estacionamento em zonas centrais promove a utilização de transporte individual nas deslocações para o centro e contribui para aumentar o congestionamento dessas zonas. A concentração da oferta de estacionamento (parques) em zonas periféricas promove a circulação pedonal ou utilização do transporte público nas deslocações para o centro e contribui para a reduzida circulação e a ocupação nessas zonas. A carência de estacionamento nos núcleos urbanos para a população residente e o aumento acentuado do volume de tráfego em algumas épocas do ano, gera algumas zonas de conflito, nos núcleos urbanos mais turísticos (cidade de Tavira, Santa Luzia, Conceição e Cabanas de Tavira), nomeadamente nas localizações:

- Na zona central da cidade;

- Nos acessos à Ponte D. Manuel I e às Quatro Águas, em Tavira;

- Nas zonas marginais de Santa Luzia e Conceição e Cabanas de Tavira (situação que tem vindo a ser minimizada pelo estacionamento em áreas de loteamento já comprometidas e não executadas).

MOBILIDADE E TRANSPORTES

SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA

Observando o quadro 22, visualiza-se um decréscimo do número de acidentes, no concelho de Tavira, embora não muito significativo, tal como nos concelhos mais próximos, que vão de encontro à tendência da região do Algarve, pois segundo a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), a sinistralidade rodoviária no nosso país tem decrescido de forma significativa nos últimos anos e o Algarve no período em análise demonstra a mesma tendência.

No concelho de Tavira, constatamos que do ano 2012 para 2013, houve uma diminuição de vítimas resultantes dos sinistros registados com feridos leves (reduziu de 107 para 94), porque a nível de vítimas mortais e feridos graves houve um ligeiro aumento, respetivamente de 1 para 2 vítimas mortais e de 6 para 9 feridos graves.

QUADRO 22 | Evolução de sinistros.

		ACIDENTES COM VÍTIMAS									
ANO	MUNICÍPIO	Acidentes c/ vítimas		Vítimas mortais		Feridos graves		Feridos leves		Total de vítimas	
			%		%		%		%		%
2012	Algarve	1710	100	50	100	157	100	1966	100	2173	100
	Tavira	96	5,6	1	2	6	3,8	107	5,4	114	5,2
	Alcoutim	13	0,8	0	0	5	3,2	12	0,6	17	0,8
	Castro Marim	32	1,9	3	6	4	2,5	35	1,8	42	1,9
	Faro	271	15,8	10	20	21	13,4	292	14,9	323	14,9
	Olhão	154	9	1	2	9	5,7	184	9,4	194	8,9
	S. Brás de Alportel	30	1,8	0	0	4	2,5	32	1,6	36	1,7
	Vila R. S. António	55	3,2	4	8	6	3,8	59	3	69	3,2
2013	Algarve	1664	100	25	100	143	100	1894	100	2062	100
	Tavira	88	5,3	2	8	9	6,3	94	5	105	5,1
	Alcoutim	11	0,7	0	0	2	1,4	12	0,6	14	0,7
	Castro Marim	38	2,3	0	0	1	0,7	49	2,6	50	2,4
	Faro	261	15,7	2	8	18	12,6	293	15,5	313	15,2
	Olhão	155	9,3	1	4	11	7,7	166	8,8	178	8,6
	S. Brás de Alportel	26	1,6	0	0	0	0	30	1,6	30	1,5
	Vila R. S. António	46	2,8	0	0	3	2,1	53	2,8	56	2,7

Fonte: ANSR, de 2012 e 2013.

Também de acordo com os dados recolhidos da ANSR, a via com maior número de acidentes registados é a ER125 e algumas estradas municipais, como a EM508, EM509, EM514, EM516 e a EM398. Na cidade foram registados apenas 2 sinistros que resultaram feridos graves, na Rua Álvaro de Campos e na Rua da Atalaia. No quadro seguinte visualiza-se a localização dos acidentes registados no ano de 2012 e de 2013 (Quadro 23).

QUADRO 23 | Vias com acidentes com vítimas mortais ou feridos graves.

(N.º)

ANO	LOCALIZAÇÃO	VÍTIMAS MORTAIS	FERIDOS GRAVES	NATUREZA
2012	ER125, km123,8	0	1	Colisão lateral c/ outro veículo
	ER125, km135,4	1	0	Atropelamento de peões

	ER125, km125,75	0	1	Colisão c/ veículo/obstáculo faixa de rodagem
	ER125, km132,7	0	1	Atropelamento de peões
	EM508	0	1	Colisão lateral c/ outro veículo
	Estrada Municipal	0	1	Despiste com capotamento
	Rua Álvaro de Campos	0	1	Colisão frontal
	ER125, km125,475	0	1	Colisão lateral c/ outro veículo
	ER125, km134,3	0	3	Despiste com capotamento
	ER125, km139,4	0	2	Colisão frontal
	ER125, km139,7	1	0	Despiste simples
2013	EM508	0	1	Despiste com capotamento
	EM514	0	2	Despiste c/ dispositivo de retenção
	EM516	0	1	Colisão frontal
	EM398	1	0	Despiste c/colisão c/ veículo ou obstáculo
	Rua da Atalaia	0	1	Despiste c/ dispositivo de retenção

Fonte: ANSR

MOBILIDADE E TRANSPORTES

TENDÊNCIAS DA MOBILI-DADE DA POPULAÇÃO DO CONCELHO

RELAÇÕES FUNCIONAIS

Tendo como objetivo a apresentação das práticas de mobilidade que afetam o concelho de Tavira, será fundamental caracterizar o comportamento, em termos de mobilidade, da população ativa que estuda ou trabalha. Para tal, foram escolhidos indicadores que ajudam a compreender as tendências e dinâmicas existentes, nomeadamente a proporção de população residente que trabalha ou estuda noutro concelho, os principais meios de transporte utilizados e o tempo médio gasto nessas deslocações (Figuras 70 e 71).

A análise dos dados relativos, conforme se verifica nas figuras 66 e 67, quer aos residentes no concelho de Tavira, quer aos residentes noutros concelhos que trabalham ou estudam em Tavira, dominam as deslocações intra-concelhias (80,5% do total de residentes), registando-se que cerca de 2 600 residentes (19% do total de residentes) saem para trabalhar ou estudar noutro concelho, enquanto os que entram em Tavira cifram-se em cerca de 1 500 (pouco mais de metade dos residentes que saem).

Relativamente às deslocações intra-concelhias, verifica-se que da população que trabalha no concelho, 55% trabalha na freguesia de residência e 44% noutra freguesia do concelho. Em relação ao universo de estudantes 59% estudam na freguesia de residência e 40% deslocam-se para outra freguesia do concelho.

O desequilíbrio entre entradas e saídas no concelho é mais acentuado nas deslocações dos indivíduos estudantes (entram 181 e saem 532), embora no conjunto estas tenham um peso relativamente reduzido, ou seja, representam 17% do total de deslocações por motivo de trabalho ou estudo.

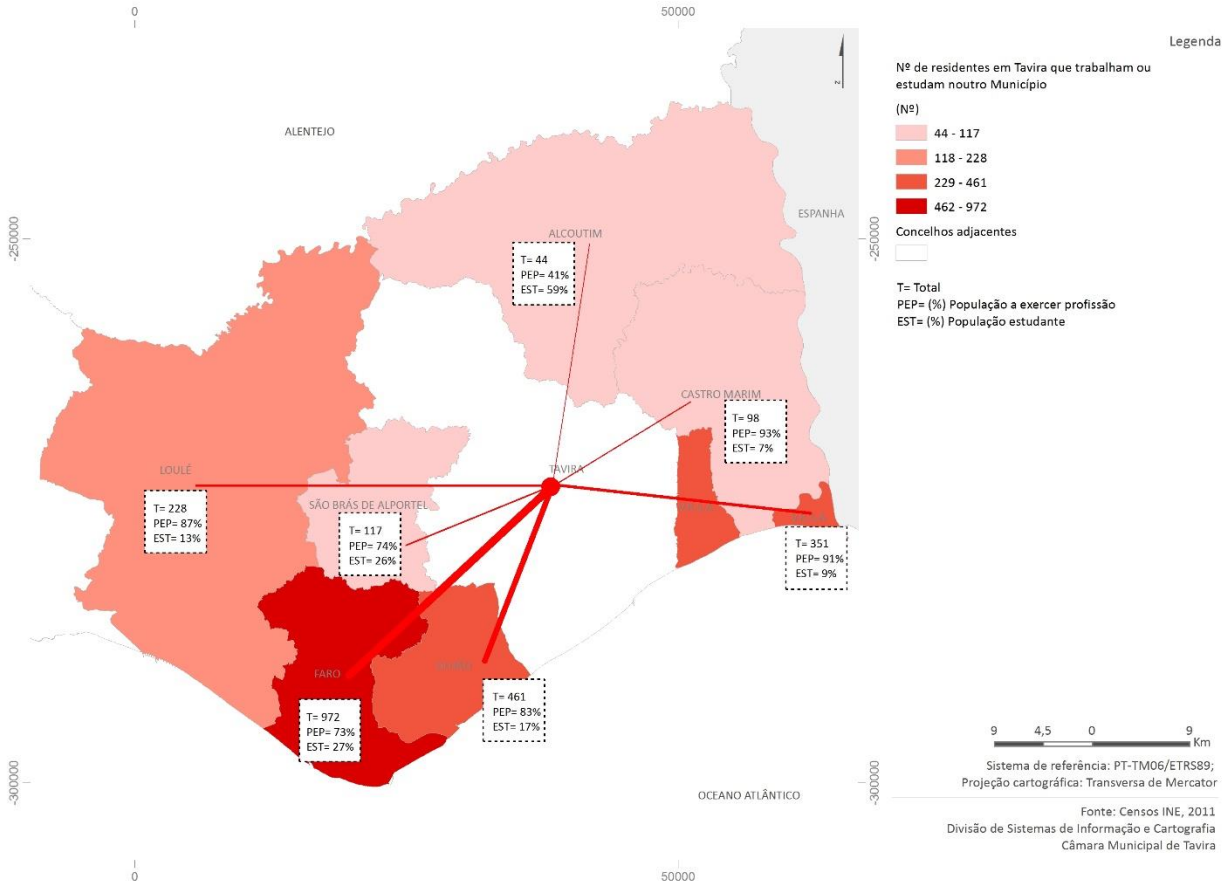


FIGURA 70 | População residente em Tavira que trabalha/estuda noutros concelhos.

Conforme se visualiza na figura 70, as deslocações dos residentes para outros concelhos, para trabalho ou estudo, destacam-se as saídas para o concelho de Faro (34% para trabalhar e 49% para estudar), seguido de Olhão e Vila Real de Santo António.

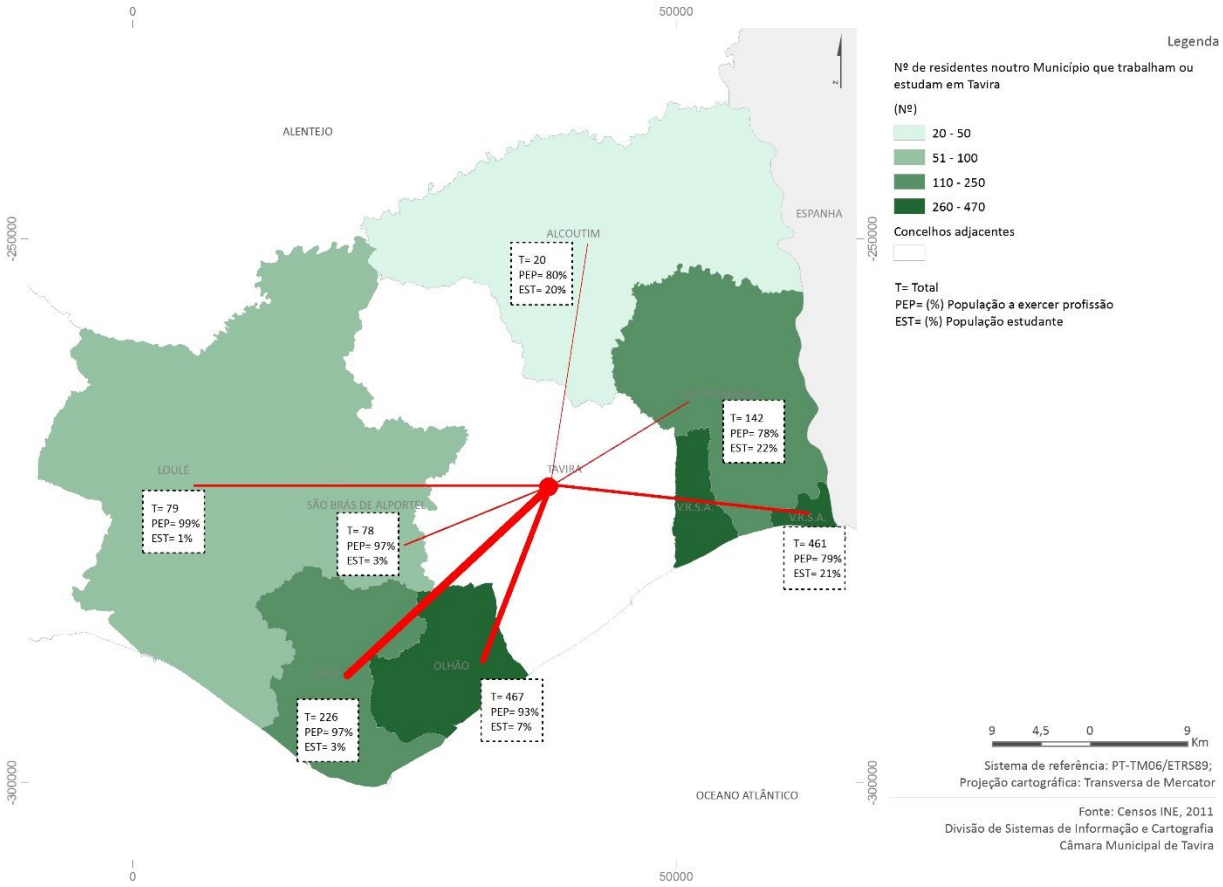


FIGURA 71 | População residente noutros concelhos que trabalham ou estudam em Tavira.

Visualiza-se na figura 71, que, as viagens mais afluentes dos indivíduos residentes nos outros municípios para trabalhar e estudar em Tavira, têm origem nos concelhos de Faro, Olhão e Vila Real de Santo António, no entanto para esta situação destacam-se as deslocações de Olhão e Vila Real de Santo António.

Comparando os dois últimos concelhos - Olhão e Vila Real de Santo António, a população estudantil que se desloca de Olhão é cerca de 30% da de Vila Real de Santo António, em relação à população que se desloca para trabalhar a diferença cifra-se em aproximadamente 10%.

Além das deslocações intra-concelhias, no global, as principais relações de interdependência de trabalho e de estudo ocorrem com os municípios mais próximos. Efetivamente, Faro, Olhão e Vila Real de Santo António representam 41% das deslocações obrigatórias com destino a Tavira e 72% das deslocações de residentes em Tavira para os mesmos concelhos.

TENDÊNCIAS DA MOBILIDADE DA POPULAÇÃO DO CONCELHO

MODOS DE DESLOCAÇÃO

Ao analisarmos o quadro 24, verificamos que, no universo de 9 334 trabalhadores residentes no município temos 7 266, correspondente a 78% que trabalha no próprio município e maioritariamente, ou seja, 60% desse universo deslocam-se de automóvel como condutores e 26% a pé. Os restantes diluem-se pela utilização do automóvel como passageiro (6%), transporte coletivo da empresa ou escola e autocarro (2,5%), motociclo e bicicleta (5%), comboio (0,4%), os restantes utilizam outros meios de transporte.

Relativamente aos 2 068 munícipes que trabalham nos outros concelhos, nomeadamente em Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel e Vila Real de Santo António, 81% utilizam o automóvel enquanto condutores.

Destaca-se a percentagem de 26% a mobilizar-se para Faro em que 78% também utilizam como principal meio de transporte o automóvel ligeiro.

Em relação ao universo estudantil, temos um total de 4 015 alunos que se mobilizam para os respetivos estabelecimentos de ensino. Destes, 51% estudam na freguesia onde residem, predominando como meio de transporte utilizado o automóvel como passageiros (44%) e as deslocações a pé (42%). Dos 37% que estudam no município, mas não na freguesia onde residem, predomina também a deslocação em automóvel ligeiro como passageiro, embora neste caso a utilização dos transportes públicos (autocarro e comboio) seja de 30% (Quadro 24).

Constata-se que 13% da população estudantil desloca-se para os outros municípios, destacando-se, tal como no universo dos trabalhadores, as deslocações para Faro.

A maioria utiliza o automóvel como condutor e como passageiro, respetivamente 30% e 32%. Neste caso a percentagem de utilização dos transportes públicos (autocarro e comboio) é idêntica à de utilização do automóvel, 34%.

QUADRO 24 | População residente que trabalha e estuda em outros concelhos.

(N.º)

Município de trabalho ou estudo	POPULAÇÃO A EXERCER PROFISSÃO											
	PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE											Utiliz. 2º meio de transp.
	Total	A pé	Ligeiro c/o condutor	Ligeiro c/o passageiro	Autocar-ro	Transp. coletivo empre-sa/escola	Com-boio	Moto-ciclo	Bici-cleta	Barco	Outro	
Tavira	9334	1872	6011	568	127	167	144	237	167	24	17	1133
Total que reside e trabalha/estuda no município de resi-dência	7266	1867	4330	442	88	93	28	219	162	24	13	932
Na freguesia onde reside	4006	1556	1932	202	15	46	1	120	112	18	4	552
Noutra freguesia do município onde reside	3260	311	2398	240	73	47	27	99	50	6	9	380
Noutro município	2068	5	1681	126	39	74	116	18	5	0	4	201
Alcoutim	18	0	13	4	0	1	0	0	0	0	0	1
Castro Marim	91	0	80	2	3	3	2	1	0	0	0	2
Faro	710	0	555	33	11	21	83	5	2	0	0	105
Loulé	199	0	162	13	2	15	5	1	0	0	1	15
Olhão	382	3	316	28	8	9	13	3	2	0	0	26
São Brás de Alportel	87	1	69	9	0	2	0	6	0	0	0	4
Vila R. de Santo António	319	0	271	24	8	9	6	0	1	0	0	28
Outros municípios	262											

(N.º)

Município de trabalho ou estudo	ESTUDANTES											
	PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE											Utiliz.2º meio de transp.
	Total	A pé	Ligeiro c/o condutor	Ligeiro c/o passageiro	Autocar-ro	Transp. coleti-vo empre-sa/escola	Com-boio	Motoci-clo	Bicicle-ta	Barco	Outro	
Tavira	4015	1002	290	1856	428	216	156	39	24	0	1	639
Total que reside e traba-lha/estuda no município de residência	3483	988	133	1684	374	180	63	36	24	0	1	527
Na freguesia onde reside	2066	868	43	926	93	100	4	19	13	0	0	298

Noutra freguesia do município onde reside	1417	120	90	758	281	80	59	17	11	0	1	229
Noutro município	532	14	157	172	54	36	93	3	0	0	0	112
Alcoutim	26	0	0	0	6	20	0	0	0	0	0	4
Castro Marim	7	0	0	6	0	1	0	0	0	0	0	1
Faro	262	4	122	50	12	2	71	1	0	0	0	63
Loulé	29	0	16	9	1	2	1	0	0	0	0	3
Olhão	79	1	1	53	8	7	7	2	0	0	0	10
São Brás de Alportel	30	0	1	17	11	1	0	0	0	0	0	6
Vila R. de Santo António	32	1	2	15	4	2	8	0	0	0	0	7
Outros municípios												

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

Da mesma forma foram apurados os munícipes residentes nos outros concelhos e que se deslocam para o nosso concelho para trabalhar ou estudar. Verificamos que a maioria, correspondente a 82% dos que trabalham utilizam como meio de transporte o automóvel ligeiro enquanto condutor, e apenas 8% utilizam os transportes públicos (comboio e autocarro).

No universo dos estudantes verifica-se que 56% utilizam os meios de transporte público, autocarro e comboio, 34% a viatura ligeira enquanto passageiro e apenas 6% como condutor (Quadro 25).

QUADRO 25 | População residente em outros concelhos que trabalha e estuda no concelho de Tavira.

(N.º)

Município de residência	POPULAÇÃO A EXERCER PROFISSÃO											
	PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE											Utiliz. 2º meio de transp.
	Total	A pé	Ligeiro c/o condutor	Ligeiro c/o passageiro	Autocarro	Transp. coletivo empresa/escola	Comboio	Motociclo	Bicicleta	Barco	Outro	
Alcoutim	16	0	14	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Castro Marim	111	0	98	6	1	2	1	3	0	0	0	7
Faro	220	2	178	16	4	7	9	2	1	1	0	25
Loulé	78	0	67	7	1	2	1	0	0	0	0	3
Olhão	432	1	351	22	10	5	24	9	10	0	0	50
São Brás de Alportel	76	0	69	4	1	0	1	1	0	0	0	4
Vila R. de Santo António	362	2	293	22	8	11	21	5	0	0	0	39
Noutros concelhos	30	1	22	2	0	2	3	0	0	0	0	2

(N.º)

Município de residência	ESTUDANTES											
	PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE											Utiliz. 2º meio de transp.
	Total	A pé	Ligeiro c/o condutor	Ligeiro c/o passageiro	Autocarro	Transp. Coletivo empresa/escola	Comboio	Motociclo	Bicicleta	Barco	Outro	
Alcoutim	4	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	2
Castro Marim	31	0	2	8	9	1	11	0	0	0	0	13
Faro	6	0	1	3	0	0	2	0	0	0	0	2
Loulé	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Olhão	35	0	1	17	4	0	12	1	0	0	0	6
São Brás de Alportel	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0

Vila R. de Santo António	99	2	7	30	17	6	37	0	0	0	0	17
Noutros concelhos	3	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

Relativamente à duração do percurso realizado entre residência e local de trabalho ou estudo, verifica-se que a tendência do município de Tavira se mantém em relação à verificada em todo o Algarve, ou seja, em Tavira 66% deste universo (trabalhadores e estudantes) efetua o seu percurso num período de tempo até 15 minutos, comparativamente com os 65% de todo o Algarve, conforme se verifica no quadro 26.

QUADRO 26 | Duração do percurso residência - local de trabalho/estudo.

(N.º)

		DURAÇÃO DO PERCURSO RESIDÊNCIA-LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO				
População que exerce profissão ou estuda	Total	Até 15 min.	16 a 30 min.	31 a 60 min.	61 a 90 min.	> 90 min.
Algarve	250182	162309	67378	17009	1745	1741
Concelho de Tavira	13349	8826	2897	1404	119	103

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

Analisando o quadro 27, verificamos que, do universo da população do concelho de Tavira que exerce uma profissão ou estuda, 80% fá-lo no município de residência e que 56% desses, efetivamente na freguesia onde reside. Observa-se que maioritariamente quem trabalha/estuda na freguesia de residência efetua o seu trajeto em menos de 15 minutos (79%), até mesmo quem se desloca para outra freguesia, que não a de residência também o faz maioritariamente (dois terços) em menos de 15 minutos, 29 % fá-lo entre 16 e 30 minutos. Da população que se desloca para outros concelhos, temos 38 % a fazê-lo entre 16 e 30 minutos e 44% entre os 31 e 60 minutos. Este facto reflete-se no aspeto de que a maioria das deslocações para trabalho e estudo são para Faro e em meio de transporte privado (automóvel como condutor ou passageiro).

QUADRO 27 | Duração do percurso residência - local de trabalho/estudo com base no destino.

(N.º)

		DURAÇÃO DO PERCURSO RESIDÊNCIA-LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO				
População que exerce profissão ou estuda	Total	Até 15 min.	16 a 30 min.	31 a 60 min.	61 a 90 min.	> 90 min.
Tavira	13349	8826	2897	1404	119	103
No município de residência	10749	8538	1911	250	32	18
Na freguesia onde reside	6072	5413	551	84	15	9
Noutra freguesia do município onde reside	4677	3125	1360	166	17	9
Noutro município	2600	288	986	1154	87	85

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

No concelho, confirma-se que maioritariamente as pessoas trabalham e estudam no concelho, e na própria freguesia, além da freguesia de Tavira com 83%, destaca-se Cachopo com 78% e Santa Catarina da Fonte do Bispo com 67%, e efetivamente o percurso ocorre em períodos até 15 minutos (Quadro 28).

A freguesia que apresenta um maior número de pessoas a trabalhar/estudar noutro município é Cachopo, com 34%, seguindo-se Santa Catarina da Fonte do Bispo, com 33% e a freguesias da Luz de Tavira e Santo Estêvão, com 25%. Em termos de período de deslocação, 49% do universo de Cachopo gasta entre 31 a 60 minutos, Santa Catarina da Fonte do Bispo e da freguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão, respetivamente, 37% e 33%, gastam entre 16 e 30 minutos, facto este que se justifica com a localização das mesmas face aos locais de destino.

QUADRO 28 | Duração do percurso residência - local de trabalho/estudo distribuído por freguesias.

(N.º)

FREGUESIA	Total	TOTAL					POPULAÇÃO A EXERCER PROFISSÃO				
		Até 15 min.	15-30 min.	31-60 min	61-90 min	>90 min	Até 15 min.	15-30 min.	31-60 min	61-90 min	>90min
CACHOPO	163	49	44	58	12	0	48	24	44	9	0
Reside e trabalha/estuda no município de residência	108	49	23	31	5	0	48	22	25	4	0
Na freguesia onde reside	84	47	18	15	4	0	46	18	15	4	0
Noutra freguesia do mesmo município	24	2	5	16	1	0	2	4	10	0	0
Noutro município	55	0	21	27	7	0	0	2	19	5	0
SANTA LUZIA	737	521	126	79	8	3	334	111	61	7	3
Reside e trabalha/estuda no município de residência	634	519	93	16	4	2	333	81	15	4	2
Na freguesia onde reside	280	250	17	8	3	2	170	16	8	3	2
Noutra freguesia do mesmo município	354	269	76	8	1	0	163	65	7	1	0
Noutro município	103	2	33	63	4	1	1	30	46	3	1
SANTA CATARINA DA FONTE DO BISPO	755	396	260	88	4	7	290	200	61	4	7
Reside e trabalha/estuda no município de residência	504	320	167	16	1	0	233	123	10	1	0
Na freguesia onde reside	306	253	48	4	1	0	187	40	1	1	0
Noutra freguesia do mesmo município	198	67	119	12	0	0	46	83	9	0	0
Noutro município	251	76	93	72	3	7	57	77	51	3	7
LUZ DE TAVIRA E SANTO ESTÊVÃO	2086	871	496	167	10	10	555	352	148	9	6
Reside e trabalha/estuda no município de residência	1560	785	325	32	1	2	498	212	28	1	1
Na freguesia onde reside	610	405	51	7	0	0	275	41	7	0	0
Noutra freguesia do mesmo município	950	380	274	25	1	2	223	171	21	1	1
Noutro município	526	86	171	135	9	8	57	140	120	8	5
TAVIRA	8421	2492	606	373	29	30	1604	508	279	18	22
Reside e trabalha/estuda no município de residência	6964	2473	378	40	10	7	1589	300	40	8	6
Na freguesia onde reside	4351	1738	144	14	3	4	1010	106	14	3	3
Noutra freguesia do mesmo município	2613	735	234	26	7	3	579	194	26	5	3
Noutro município	1457	19	228	333	19	23	15	208	239	10	16

	ESTUDANTES				
	Até 15 min.	15-30 min.	31-60 min	61-90 min	>90min
CACHOPO	1	20	14	0	0
Reside e trabalha/estuda no município de residência	1	1	6	1	0
Na freguesia onde reside	1	0	0	0	0
Noutra freguesia do mesmo município	0	1	6	1	0
Noutro município	0	19	8	2	0
SANTA LUZIA	187	15	18	1	0
Reside e trabalha/estuda no município de residência	186	12	1	0	0
Na freguesia onde reside	80	1	0	0	0
Noutra freguesia do mesmo município	106	11	1	0	0
Noutro município	1	3	17	1	0
SANTA CATARINA DA	106	60	27	0	0

FONTE DO BISPO					
Reside e trabalha/estuda no município de residência	87	44	6	0	0
Na freguesia onde reside	66	8	3	0	0
Noutra freguesia do mesmo município	21	36	3	0	0
Noutro município	19	16	21	0	0
LUZ DE TAVIRA E SANTO ESTÊVÃO	316	144	19	1	4
Reside e trabalha/estuda no município de residência	287	113	4	0	1
Na freguesia onde reside	130	10	0	0	0
Noutra freguesia do mesmo município	157	103	4	0	1
Noutro município	29	31	15	1	3
TAVIRA	888	98	94	11	8
Reside e trabalha/estuda no município de residência	884	78	0	2	1
Na freguesia onde reside	728	38	0	0	1
Noutra freguesia do mesmo município	156	40	0	2	0
Noutro município	4	20	94	9	7

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

MOBILIDADE E TRANSPORTES

SISTEMAS DE TRANSPORTE COLETIVO

A oferta de transportes coletivos que serve o concelho de Tavira é promovida pelo modo ferroviário, pelo modo rodoviário e pelo modo fluvial. No conjunto, a rede de serviços permite:

- Servir o concelho internamente, possibilitando a conexão entre os vários aglomerados populacionais do concelho;
- Estabelecer a ligação do concelho com a sua área exterior, possibilitando a ligação entre o concelho e outros locais regionais, nacionais e internacionais.

Apresenta-se seguidamente, uma caracterização da oferta promovida por cada um destes modos, tendo em consideração as ligações inter e intra concelhias que se estabelecem.

SISTEMAS DE TRANSPORTE COLETIVO

SISTEMA RODOVIÁRIO

A oferta rodoviária de transporte coletivo no concelho de Tavira proporciona ligações internas e externas.

Observa-se que a rede de transportes coletivos rodoviários tem um padrão radial, sendo o centro do sistema o terminal rodoviário de Tavira, de onde partem e efetuam paragem todas as carreiras rodoviárias que circulam no concelho e deste para outros destinos. Este terminal localiza-se no centro urbano de Tavira, bastante acessível à zona mais central da cidade.

O principal operador é a EVA-Transportes, S.A. (EVA) que detém a concessão da exploração da rede de transporte coletivo rodoviário do Algarve, e que por sua vez opera a maioria das carreiras que circulam no concelho, incluindo a concessão de transportes urbanos "sobe e desce" que será abordada posteriormente.

Existem, no entanto, outras empresas que asseguram ligações externas de serviços de transporte coletivo de passageiros, como sejam a EVA, a RENEX, a Mundial Turismo e a Rede Nacional de Expressos.

Transporte coletivo concelhio

O transporte existente ao nível concelhio é assegurado por carreiras exploradas pela EVA, como já referido, as quais asseguram uma função social importante. A EVA opera 6 carreiras neste sistema que realizam ligações entre Tavira e Cabanas de Tavira, Brejo, Pedras d'El Rei, Cachopo, Estiramanténs e Santa Catarina da Fonte do Bispo.

Estas carreiras servem os principais lugares do concelho, principalmente os de maior densidade populacional. Os principais problemas de cobertura de rede ocorrem nas zonas leste e sudoeste do concelho, com alguns lugares a não serem servidos, como é o caso da zona interior (serrana) da freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira e da freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) (Figura 72).

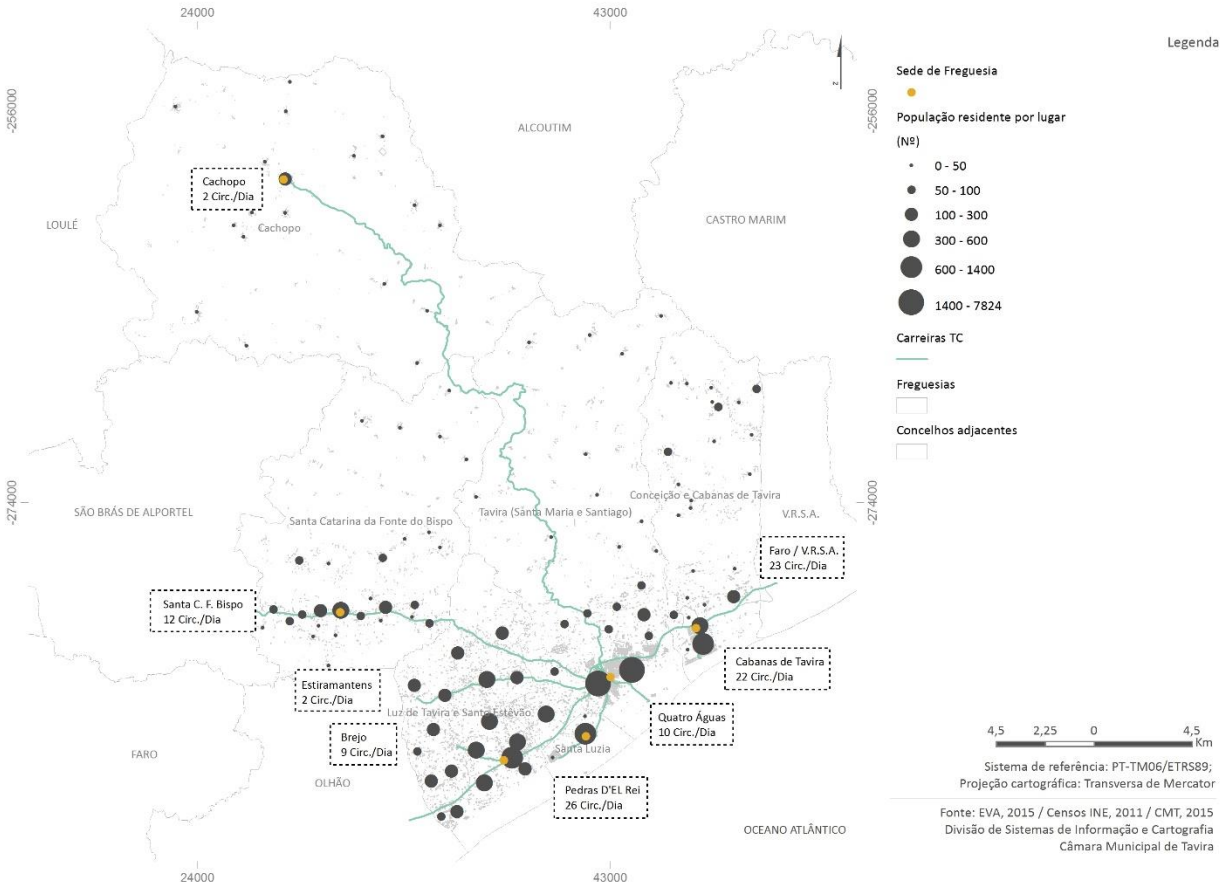


FIGURA 72 | Oferta rodoviária do transporte público no concelho de Tavira (dia útil).

As características operacionais de cada uma das carreiras encontram-se indicadas no quadro 29.

QUADRO 29 | Características da oferta de transporte coletivo rodoviário.

SERVIÇOS	FREQUÊNCIA DIA ÚTIL (2 sentidos)	PERÍODO HORÁRIO	OBSERVAÇÃO
Faro-Tavira-Vila R.S. António	23 (+2 na época escolar)	06h50-20h10	Serve a freguesia da Luz de Tavira
Tavira - Santa Luzia	26 (+2 na época escolar)	07h30-18h40	
Tavira - Cabanas de Tavira	22	07h50-19h10	
Tavira-Santa Catarina da F. do Bispo-S. Brás de Alportel	12 (+2 na época escolar)	07h15-19h35	Das 12 circulações apenas 6 incluem S. Brás de Alportel como destino e partida
Tavira - S. Estêvão-Estiramanténs	2 (+1 na época escolar)	07h25-19h05	
Tavira - Amaro Gonçalves-Brejo	9 (+3 na época escolar)	07h10-19h40	Das 9 circulações apenas 3 incluem o Brejo como destino e partida; Serve a freguesia da Luz de Tavira
Tavira - Cachopo	2	07h00-18h00	
Tavira – 4 Águas	10	09h00-19h00	De 1 de julho a 9 de setembro

Fonte: EVA, 2015

A carreira entre Faro e Vila Real de Santo António é regional e serve a localidade de Luz de Tavira com 23 circulações diárias, com reforço de mais 2 em período coincidente com a época escolar.

A carreira que apresenta uma maior oferta, 26 circulações com uma redução para 6 aos fins de semana, é entre Tavira e Pedras d'El Rei, com uma extensão de apenas 6 km e com duração de cerca de 10 minutos. Em época escolar, apresenta um reforço de 2 circulações por dia.

A carreira entre Tavira e Cabanas apresenta circulações diárias, também com redução aos fins-de-semana. A sua curta extensão permite efetuar o percurso entre 12/15 minutos.

A carreira entre Tavira e Santa Catarina da Fonte do Bispo, que também serve o Sítio do Prego, apresenta 12 circulações diárias em dia útil, não sendo realizada aos fins-de-semana. A oferta para São Brás de Alportel limita-se ao prolongamento de 2 circulações diárias. Esta carreira tem uma extensão até Santa Catarina da Fonte do Bispo de 14 km e duração de aproximadamente 20 minutos.

A carreira entre Tavira e Estiramanténs tem apenas 2 circulações diárias mais 1 em época escolar apenas até Santo Estêvão. Tem uma extensão de cerca de 10 km e duração de aproximadamente 20 minutos.

A carreira entre Tavira e Brejo, apenas efetua 6 circulações na totalidade, as restantes fazem apenas a ligação até Amaro Gonçalves/Fundo. A extensão total é aproximada a 10 km com uma duração de 20 minutos. Esta oferta em época não escolar reduz para cerca de metade.

A carreira entre Cachopo e Tavira tem apenas 2 circulações diárias, uma no início e uma no fim do dia. Tem um percurso de 40 km, aproximadamente, servindo os locais da Senhora da Saúde, Picota, Vale Murta, Portela da Corcha e Alcaria do Cume, tem uma duração entre partida e chegada superior a uma hora.

A carreira efetuada para as Quatro Águas é realizada apenas no período de verão com 10 circulações diárias.

De uma forma geral, verifica-se que a oferta de transporte coletivo rodoviário, encontra-se orientada para assegurar a acessibilidade à sede do concelho, o que se justifica pela concentração de equipamentos e serviços aí existentes. Os níveis de oferta são, de uma forma geral baixos, agravando-se a situação fora dos períodos escolares e ao fim de semana, sobretudo ao domingo.

Transporte de médio e longo curso

Considera-se como transporte de médio e longo curso, todas as carreiras que efetuam ligações entre Tavira e outras localizações exteriores ao concelho, quer sejam dentro

do perímetro regional do Algarve (carreiras regionais) quer sejam ao nível do resto do país ou internacionalmente (carreiras expresso).

As carreiras de médio e longo curso têm como ponto de paragem obrigatório o terminal rodoviário de Tavira, sendo que, as ligações que se estendem internamente à região do Algarve efetuam também paragem noutros locais do concelho, designadamente nas paragens localizadas ao longo da ER 125.

Os serviços Expresso existentes, com partida do terminal rodoviário de Tavira, garantidos pela rede de expressos da EVA, Mundial Turismo, Rede Nacional de Expressos e pela empresa RENEX asseguram ligações diretas diárias a Lisboa com possibilidade de efetuar em Olhão, Faro e Albufeira transbordos com destino a Beja, Évora, Coimbra e Porto. A rede de expressos Mundial Turismo, garante ainda carreiras diárias entre Tavira e Sevilha.

Pelo quadro 30, constata-se que diariamente são efetuadas 62 circulações entre Lisboa e Tavira (nos dois sentidos), com paragens em vários locais da região do Algarve, como Vila Real de Santo António, Olhão, Faro, Almancil, Quarteira e Albufeira.

As circulações diárias para Sevilha, com início em Lagos e paragem em Tavira, conforme já referido atravessam ainda as seguintes cidades: Portimão, Albufeira, Faro, Olhão, Vila Real de Santo António, Ayamonte e Huelva.

QUADRO 30 | Carreiras de médio e longo curso.

SERVIÇOS	FREQUÊNCIA DIA ÚTIL (2 sentidos)	PERÍODO HORÁRIO	OBSERVAÇÃO
Rede de Expressos / Mundial Turismo			
Vila R. S. António – Tavira -Lisboa	22 (1.07 a 15.09 mais 4 circulações diárias nos 2 sentidos)	01h00-23h15	Com paragem em Olhão, Faro, Almancil, Quarteira e Albufeira
Lagos - Tavira – Sevilha	5 (1.07 a 15.09 mais 4 circulações diárias nos 3 sentidos)	07h00-15h50	Com paragem em Olhão, Faro e Albufeira
EVA – Expresso de Qualidade			
Vila R. S. António – Tavira -Lisboa	14	05h00-20h30	Com paragem em Olhão e Faro
Tavira - Lisboa	12	05h45-18h15	Com paragem em Olhão e Albufeira
EVA – Expresso de Qualidade			
Vila R. S. António – Tavira - Lisboa	14	00h00-21h00	Com paragem em Olhão, Faro e Almancil

Fonte: EVA, 2015

Em termos de rede regional, existe a carreira que realiza ligações entre Tavira e outros locais do Algarve. Esta carreira é denominada "Rota Ria Formosa" e realiza o percurso entre Faro e Vila Real de Santo António, oferecendo 23 circulações diárias entre Faro e Tavira, com duração de aproximadamente 40 minutos cada, em que 19 se efetuam entre Faro e Vila Real de Santo António, com uma duração de 60 minutos, aproximadamente.

Transporte urbano

O transporte urbano, designado "sobe e desce", constituído por dois circuitos urbanos que abrangem o centro e a periferia da cidade (urbanizações), é realizado diariamente, à exceção de domingos e feriados.

Visando a melhoria da qualidade do serviço prestado, os dois circuitos cruzam-se e complementam-se, passando pelos principais núcleos de comércio, serviços e escolas, dispensando a necessidade de utilização de viaturas particulares nas deslocações diárias.

Existe, durante o período escolar, um reforço de um percurso na linha do "sobe" nos horários de mais afluência de alunos, coincidente com os horários de entrada e saída das escolas. Realça-se que o aumento na adesão ao serviço, nomeadamente por parte da população estudante, tem evoluído significativamente.

Este serviço concessionado à empresa EVA tem uma área de influência de 4,08 km^2, correspondente a 53% da área total da cidade, abrangendo 87% da população total residente na cidade (Figura 73).

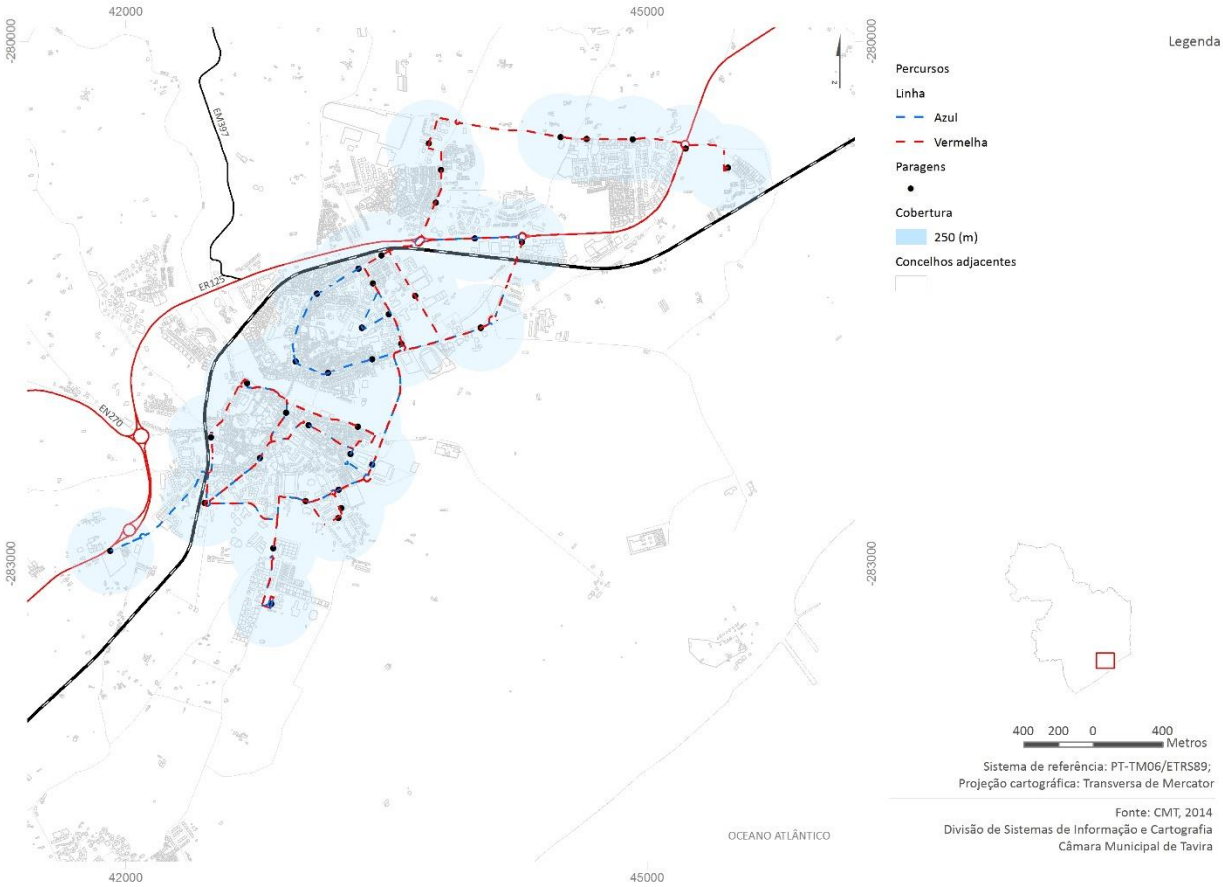


FIGURA 73 | Rede/cobertura do transporte urbano "Sobe e Desce".

SISTEMA RODOVIÁRIO

Táxis

Em matéria de transportes de aluguer de veículos de passageiros – táxi, a sua licença é da competência dos municípios, cujo objetivo é a promoção de melhoria da acessibilidade interna.

Os táxis não competem diretamente com o transporte coletivo, antes complementam-se, constituindo-se como um modo importante para algumas deslocações, nomeadamente turísticas, viagens de negócios e áreas não cobertas por outros modos de transporte público.

O contingente no concelho é de 25 viaturas, ou seja, 25 licenças emitidas para táxis. Considera-se que o nível de serviço proporcionado por este modo de transporte é adequado, pois recorrendo à análise do número de táxis por cada 1 000 habitantes, obtemos o valor de 0,9 táxis por 1 000/hab. Através de inquéritos à mobilidade dos residentes, realizados em 2012, no âmbito do Estudo de Mobilidade Interurbano "Algarve Central", apurou-se que eram realizadas no concelho 90 viagens diárias.

Transporte municipal escolar

É da competência dos municípios a organização, planeamento e controle do funcionamento dos transportes escolares, sendo para tal elaborado anualmente um plano de transportes escolares, onde com base nas estimativas de alunos a transportar para cada uma das escolas, se definem os circuitos de transportes necessários.

Neste contexto, no período correspondente a cada ano letivo, o município assegura diariamente com a sua frota municipal, o transporte dos alunos dentro da escolaridade obrigatória e residentes em zonas que não são servidas pela rede de transportes públicos, complementando a oferta já referida.

São realizados, diariamente, 15 circuitos escolares percorrendo cerca de 2 400 km e transportando perto de 300 alunos, garantindo a ida e volta para os estabelecimentos de ensino, onde se incluem pré-escolas, 1º, 2º, 3º ciclos e secundária.

Transporte municipal social

No âmbito do apoio social, são realizados circuitos de idosos conforme os percursos indicados no quadro 31, a quem vive na zona serrana do concelho onde não existe cobertura territorial a nível de transportes públicos, para a cidade de Tavira (freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago)) ou para as respetivas sedes de freguesia, nomeadamente para Santa Catarina da Fonte do Bispo, Conceição e Cabanas de Tavira e Cachopo. A população de Santa Catarina da Fonte do Bispo e de Cachopo é apoiada diretamente pelo município, as restantes são apoiadas pelos meios das respetivas freguesias.

Os munícipes que usufruem este serviço são indivíduos com 65 anos de idade ou mais, no entanto é um serviço que se considera imprescindível, considerando que vivem isolados e não têm outro modo de mobilidade. Comparando com a população total desta faixa etária (65 anos ou mais idade) que reside nestas freguesias, verifica-se que na freguesia de Cachopo 13% da população utiliza este serviço, na freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo 8% e nas freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago) e de Conceição e Cabanas de Tavira utilizam respetivamente 4% e 7%.

Este mesmo serviço também é disponibilizado na freguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão, contudo é necessário pedido prévio.

QUADRO 31 | Circuitos de idosos por freguesia.

FREGUESIA DE CACHOPO – TRANSPORTE QUINZENAL		
Locais - percurso	**Passageiros (média)**	**km (média)**
Casa Nova, Vale Odre, Peralva, Mercador Cardal, Relvais, Monte da Ribeira	8	80
Mealha, Alcaria Pedro Guerreiro, Valeira, Monte do Cravo	8	80
Castelão, Feiteira, Corte João Velho, Fonte do Corcho, Catraia, Medronheira, Almarginho	8	80
Passa Frio, Amoreira, Casas Baixas, Alcarias Baixas, Garcia	8	80
Portela, Azinhosa, Grainho	8	80
Cabeça Gorda, Várzea da Azinheira, Carne Serva, Seixo, Alcarnicosa	8	85
Monte da Estrada, Ceroles, Garrobo, Cortelha de Baixo	6	150
Carne Serva	4	140

FREGUESIA DE TAVIRA – TRANSPORTE QUINZENAL		
Locais - percurso	**Passageiros (média)**	**km (média)**
Beliche de Cima, Beliche de Baixo, Umbrias de Camacho, Campeiros	14	93
Tafe, Altura do Milhano, Água dos Fusos, Borracheira, Portela da Corcha,	15	162

Fornalha, Moinho da Caracavaia, Daroal e Soalheira		
Ribeirinha, Corte Besteiros, Casas Novas, Vale Covo	12	84
Cintados, Carriços, Curral Boeiros, Colos, Eira da Palma	20	168
Almiranta, Bernardinheiro, Alto, Campina de Santiago, Estrada do Meio	8	40
Vale Cerva, Portela dos Vales, Talaeiros, Poço Vale da Vaca, Vale da Murta, Malhada de Santa Maria, Zimbral, Palheirinhos, Vale Junco, Picota	14	68

FREGUESIA DE SANTA CATARINA DA FONTE DO BISPO – TRANSPORTE QUINZENAL		
Locais - percurso	**Passageiros (média)**	**km (média)**
Alcaria do Cume, Alcaria Fria, Funchal	15	130
Malhada de Santa Maria, Alcurvel, Corte das Noivas	8	105
Casinhas, Carvalhal, Corte das Noivas	14	100
Morenos	12	90

FREGUESIA DE CONCEIÇÃO E CABANAS DE TAVIRA – TRANSPORTE QUINZENAL		
Locais - percurso	**Passageiros (média)**	**km (média)**
Ebros, Bemparece, Vale Ebros, Cheirosa, Pereiras	8	120
Carrapateira, Nora, Corte António Martins, Champana, Malhada da Figueira	8	120
Berberia, Estorninhos, Vale Rosado	6	80
Alfarrobeira, Várzea, Faz Fato, Casas Baixas, Galharda	8	120
Malhada do Peres, Daroeira, Eirões, Eiras, Castelos	8	80

Fonte: CMT, 2015

SISTEMAS DE TRANSPORTE COLETIVO

SISTEMA FERROVIÁRIO

Em termos de transporte ferroviário, os serviços são assegurados pela CP - Comboios de Portugal, E.P. (CP), que explora as duas tipologias de serviço da Linha do Algarve, serviços de longo curso e serviços regionais.

No concelho existe, uma estação em Tavira e 4 apeadeiros com serviço de passageiros, na Conceição de Tavira, Porta Nova, Luz de Tavira e Livramento, com a seguinte oferta de serviço regional:

Faro – Tavira: tem uma oferta diária, em dia útil, de 4 circulações por sentido e paragem em todas as estações e apeadeiros deste troço;

Faro – Vila Real de Santo António: tem uma oferta diária, em dia útil, de 10 circulações por sentido e paragem em todas as estações e apeadeiros deste troço.

Para a utilização dos serviços de longo curso, alfa pendular e intercidades, torna-se obrigatório efetuar o transbordo em Faro, em que o tempo de espera pode variar entre os 5 e os 47 minutos.

O movimento de passageiros em dias úteis a entrar e sair nas estações e apeadeiros do concelho, está estimado em, aproximadamente 1 428, sendo que cerca de 700 utilizam a estação de Tavira. Este número de passageiros diz respeito à utilização em período de inverno, facto este justificável pela utilização dos estudantes apenas no período correspondente ao ano letivo.

O principal motivo para a utilização deste meio de transporte é a deslocação para a escola ou trabalho e destaca-se como principal destino a estação de Faro.

Considera-se que a estação de Tavira está bem localizada, permitindo a deslocação pedonal à maior parte dos seus utilizadores. O transporte urbano “sobe e desce”, tem horários compatíveis, no período da manhã e da tarde, coincidentes com os horários de maior afluência do comboio, servindo os passageiros residentes na periferia da cidade, sem outro meio de transporte para se deslocar até este local.

Dos apeadeiros existentes no concelho, alguns não apresentam bom estado de conservação e nem uma boa localização em termos de acessibilidade e estacionamento disponível.

SISTEMAS DE TRANSPORTE COLETIVO

SISTEMA FLUVIAL

A rede fluvial, como já referido, tem um caráter importante pelo acesso às praias do concelho de Tavira.

Neste contexto, no concelho de Tavira existem 3 praias de acesso público efetuado através de embarcações:

- A ilha de Tavira, trata-se da principal praia do concelho, com uma capacidade de 2 485 utentes, esta com ligações fluviais regulares, a partir do cais de embarque das Quatro Águas, sendo que nos meses de maior afluência com um horário mais alargado e também com carreiras fluviais a partir do cais localizado na cidade;
- A praia da Terra Estreita, com uma capacidade de 800 utentes, o acesso é só de barco, funcionando as ligações regulares nos meses de maior procura;
- A praia de Cabanas, com capacidade para 1 540 utentes. O acesso a esta praia também exige o recurso a barco, sendo promovidas ligações fluviais regulares durante o período balnear.

A concessão dos serviços de transporte fluvial é da responsabilidade da Docapesca – Portos e Lotas, S.A. (DOCAPESCA).

A Empresa Silnido – transportes fluviais, Lda. é o principal operador do concelho, assegurando o serviço entre o cais de Tavira e Quatro Águas com a Ilha de Tavira. O percurso Quatro Águas – Ilha demora entre 5 a 10 minutos e funciona entre as 8 e as 24 horas no período de época alta, no período de inverno funcionam até às 17 horas. O percurso Tavira – Ilha funciona apenas de junho a setembro com uma duração de cerca de 20 minutos e entre as 8 e as 20 horas.

A ligação Santa Luzia – praia da Terra Estreita é efetuada por duas embarcações com capacidade, cada, para cerca 70 pessoas no máximo. O percurso é efetuado em cerca de 10 minutos. Funciona no mês de maio entre as 10 e as 17 horas, em junho e setembro entre as 9 e as 18 horas e nos meses de julho e agosto entre o período das 8:30 às 20 horas, com carreiras de 15 em 15 minutos, enquanto que nos restantes meses referidos é de 30 em 30 minutos.

A ligação à praia de Cabanas é efetuada por barcos mais pequenos e apenas na época balnear.

Além destes serviços que funcionam regularmente, existem ainda serviços de táxis marítimos, que podem ser chamados por telefone para estes serviços ou percursos mais alargados e ainda passeios organizados de observação da natureza ou passeios personalizados.

MOBILIDADE E TRANSPORTES

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS

O município de Tavira tem vindo a desenvolver uma vasto conjunto de instrumentos de planeamento, destacando-se o Projeto de Mobilidade Sustentável do Município de Tavira (2008), no qual se estabelecem um conjunto de objetivos específicos com vista a promover níveis de acessibilidade e mobilidade diferenciados, contribuindo para a elevação dos padrões de qualidade de vida da população e para o aumento da coesão socioeconómica e territorial, em estreita articulação com o planeamento do território e de aumento da sustentabilidade económica, energética e ambiental do setor dos transportes.

Para a concretização destes objetivos específicos, são apontados um conjunto de objetivos operacionais e respetivas ações e medidas, tendo-se selecionado alguns que se sintetizam no quadro 32.

QUADRO 32 | Síntese de objetivos e estratégias municipais no âmbito da mobilidade e transportes.

OBJETIVOS	PROJETOS /AÇÕES
Objetivo Específico - Promover uma oferta de transporte público adaptada à dinâmica da procura e estruturada de forma a assegurar uma cobertura territorial diferenciada, de acordo com os diferentes padrões de mobilidade da procura.	
Objetivo Operacional 2.1 - Rede de transportes públicos urbanos com circuitos alargados, cobrindo as áreas de expansão urbana da cidade de Tavira.	Alargamento dos percursos e/ou criação de novas carreiras de serviços de transportes públicos urbanos, disponibilizando novos serviços à população.
Objetivo Operacional 2.3 - Articulação modal melhorada através da promoção de um novo interface, possibilitando uma coordenação mais eficiente da oferta de transportes e um aumento dos níveis de conforto dos utentes.	Construção de um novo interface rodoferroviário na cidade de Tavira, sendo de reajustar a sua localização.
Objetivo Específico - Assegurar uma mobilidade rodoviária ambientalmente mais sustentável, mais segura e mais compatível com a elevação dos níveis de qualidade de vida.	
Objetivo Operacional 3.1 - Constrangimentos à fluidez do tráfego minimizados através da construção de novas variantes urbanas.	Programa de construção de novas variantes urbanas, sendo de conjugar as melhores soluções em função dos vários planos.
Objetivo Operacional 3.3 – Melhoria das condições de segurança de peões e veículos no atravessamento de passagens de nível.	Programa de melhoria das condições de segurança nas passagens de nível do concelho.
Objetivo Específico - Criar condições para aumentar a atratividade dos modos suaves nas deslocações urbanas e de curta distância.	
Objetivo Operacional 4.1 - Mobilidade pedonal melhorada através do alargamento do perímetro pedonalizado e do redimensionamento de infraestruturas pedonais em percursos urbanos e de curta distância.	Projeto de alargamento do perímetro pedonalizado no centro da cidade de Tavira. Redimensionamento e requalificação das infraestruturas pedonais nos principais percursos utilizados pela população.
Objetivo Operacional 4.2 - Mobilidade ciclável aumentada com a criação de condições de conforto e segurança da circulação.	Projeto de desenvolvimento de uma rede viária ciclável (P2).

Fonte: Plano de Mobilidade Sustentável, 2008

SWOT

EVOLUÇÃO DO PDM EM VIGOR

- Foram requalificadas várias estradas e caminhos municipais que contribuíram para a melhoria da qualidade das acessibilidades, tais como a EM508, a ligação entre a freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo e a freguesia de Cachopo, Rua da Cruz Vermelha Portuguesa e a EM515.
- Com vista a corrigir o estrangulamento do troço da Luz de Tavira esteve prevista a execução de variante à ER125, a qual não avançou assim como não se concretizou a ligação entre Santa Luzia e a ER125.
- Não teve evolução a implementação de um eixo ferroviário Faro-Vila Real de Santo António com ligações para Huelva-Sevilha.
- Nos últimos 5 anos foram encerradas 5 passagens de nível no concelho.
- Ao nível de acessibilidade às ilhas foram criadas algumas melhorias com a criação de cais ou pontes em zonas ribeirinhas.
- Criou-se um serviço de transporte público urbano na cidade de Tavira.

DIAGNÓSTICO

Pontos fortes

- Boas ligações do concelho a nível regional, nacional e internacional através da A22.
- Densidade de vias na zona litoral.
- Predomínio das deslocações intra – concelhias e intra - freguesias, apontando para uma distribuição equilibrada entre o emprego e a residência e para a minimização das distâncias a percorrer nas deslocações pendulares, 80% mesmo local.
- A localização das estações ferroviárias, face aos aglomerados urbanos.

Pontos fracos

- Não cumprimento do serviço e funções desejáveis da ER125, especialmente na zona da Luz de Tavira.
- Fraca cobertura e mau estado de conservação da rede viária a norte do concelho.
- Deficiente cobertura da rede de transportes públicos fora da área urbana da cidade de Tavira e fora dos eixos principais, uma vez que se tratam de áreas menos povoadas, não existe oferta de transporte público regular/diário.
- Sistema ferroviário desajustado na qualidade e frequência.
- Permanência ainda de passagens de nível, especialmente nos centros urbanos.
- Ausência de uma oferta de transporte coletivo que direcionada para o acesso às praias, o que agudiza os problemas de estacionamento e de congestionamento, nos meses de verão.

Oportunidades

- Construção da variante à ER125 na zona da Luz de Tavira como dissuasor deste estrangulamento e reforço da segurança.
- Modernização do sistema ferroviário.
- Reabilitação e melhoria da rede de acessibilidades do concelho.
- Implementação de bolsas de estacionamento ordenado nos principais aglomerados urbanos.
- Apostar numa rede de transportes públicos viários mais abrangente e atrativa.
- Promoção de elaboração de planos municipais de segurança rodoviária.
- Criação de condições de intermodalidade.
- Estruturação de uma rede clicável urbana.
- Requalificação da ER125 e melhoria da imagem urbana e concelhia, com reordenamento das áreas marginais à via.

Ameaças

- Atraso na execução do Plano Rodoviário Nacional (PRN) o que aumenta os tempos de deslocação, bem como o aumento de sinistralidade.
- A introdução de portagens na A22.
- O factor da sazonalidade na estruturação/conceção de um sistema de mobilidade e transportes públicos ajustado.
- Sistema de transportes coletivos dependente da procura escolar.
- O problema da dispersão territorial na organização de um sistema de transportes públicos na zona serrana.

INFRAESTRUTURAS

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A Águas do Algarve, S.A. (AdA) é a concessionária, em regime de exclusividade, da exploração e da gestão, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA) e do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA), para captação, tratamento e fornecimento de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos efluentes, dos municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António, que foram criados pelos Decreto-Lei n.º285/2003, de 8 de novembro, e Decreto-Lei n.º 167/2000, de 5 de agosto.

A superfície total abrangida pelos Sistemas Multimunicipais é de cerca de 5 000 km^2, sendo o objetivo contido nestas concessões, aumentar as taxas de atendimento da população na área abrangida, para mais de 97% da população presente no caso do abastecimento de água e para mais de 90% no caso da recolha e tratamento de águas residuais.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

VERTENTE EM "ALTA"

Numa primeira fase do SMAAA, concluída em 2000, o objetivo era resolver, de uma forma global e integrada, o problema do abastecimento de água do Algarve (onde se registavam sérias dificuldades, sobretudo na época de maior atividade turística), assegurando uma oferta de água de boa qualidade a título permanente e em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades.

O SMAAA atual permite assegurar o fornecimento de água de boa qualidade com caráter permanente, através da efetivação de um tratamento adequado e das necessárias formas de controlo e monitorização, a toda a área do Algarve.

O SMAAA é constituído por quatro Estações de Tratamento de Água (ETA), nomeadamente a ETA de Alcantarilha, Beliche, Fontainhas e Tavira.

No que respeita às origens de água deste Sistema, e numa ótica de gestão integrada de recursos hídricos, são utilizadas origens de água superficiais e subterrâneas. As águas superficiais são provenientes das albufeiras das barragens de Odelouca, Odeleite, Beliche e Bravura, e as águas subterrâneas são captadas nos Sistemas de captação de Benaciate e Vale da Vila, localizados no Aquífero de Querença-Silves e no Sistema de captação de Almádena, localizado no aquífero de Almádena-Odiáxere.

O Sistema de Adução pertencente ao SMAAA compreende um conjunto de Condutas, Estações Elevatórias e Reservatórios Próprios, incluindo ainda, em alguns casos, Postos de Recloragem.

O SMAAA atual em exploração compreende cerca de 510 km de Condutas Adutoras, que fazem a ligação entre as Captações, Estações de Tratamento e os Reservatórios Municipais (Pontos de Entrega), com diâmetros variando entre 1 500 mm e 80 mm. Os materiais que constituem as condutas são exclusivamente em betão pré-esforçado com alma de aço até aos diâmetros de 700 mm, abaixo desse diâmetro a maioria do material é ferro fundido dúctil, com uma percentagem muito reduzida de condutas em PEAD.

Em linhas gerais, o SMAAA é caracterizado pelas infraestruturas descritas (Quadro 33).

QUADRO 33 | Caracterização do SMAAA.

(N.º)

INFRAESTRUTURAS DO SMAAA	QUANTIDADE
Estações elevatórias	**30**
Barlavento	11
Sotavento	19
Pontos de Entrega	**74**
Barlavento	30
Sotavento	44
Reservatórios Próprios	**17**
Barlavento	5
Sotavento	12
Adutor (Km)	**510**
Barlavento	247
Sotavento	263

Fonte: AdA, 2015

No que se refere às reservas de água, o SMAAA tem uma reserva de cerca de 70 000 m^3, suficiente para satisfazer cerca de 8 horas em ponta e as entidades gestoras em baixa devem ter reserva mínima para 24 horas do caudal médio diário do mês de maior consumo.

VERTENTE EM "ALTA"

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA

Sistema Primário - Captação e Adução de Água Bruta

A origem da água para o abastecimento público da região do Sotavento Algarvio é proveniente do Aproveitamento Hidráulico de Odeleite-Beliche que integra duas barragens, a de Odeleite e Beliche, cujas albufeiras estão interligadas por um túnel de cerca de 3 km de comprimento.

A captação de água para o abastecimento público é do tipo torre, localizada na margem direita da albufeira do Beliche, com três tomadas de água a cotas distintas, e que dada a interligação entre as duas albufeiras, permite captar água proveniente destas duas origens superficiais.

Esta água é depois transportada através de um adutor em pressão, com cerca de 28 km de comprimento e 2 500 mm de diâmetro interno e que permite a transferência de caudais desde a barragem de Beliche até ao reservatório de Santo Estêvão.

Este Sistema Primário inclui ainda três Estações Elevatórias (EE) de grandes caudais, denominadas EE1, EE2 e EE3-U.

A EE1, localizada no início do adutor principal, assegura a energia hidráulica necessária ao transporte dos caudais ao longo deste adutor. A EE2 foi concebida para garantir o acréscimo de energia hidráulica, se necessário, para o transporte dos caudais de ponta para o Reservatório de Santo Estêvão.

Este reservatório encontra-se localizado a 28 km a Oeste da barragem de Beliche. É uma infraestrutura a céu aberto, com capacidade total de 150 000 m^3 e disponibiliza água, quer para o abastecimento de água à ETA de Tavira, para produção de água para o abastecimento público, quer para a rega de solos agrícolas pertencentes ao Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio (AHSA). O volume de água armazenado no reservatório de Santo Estevão serve igualmente o abastecimento aos 6 blocos de rega existentes no adutor EE1-Reservatório de Santo Estêvão, geridos por este aproveitamento agrícola. A Estação Elevatória EE3-U, permite aduzir a água entre o Reservatório de Santo Estevão e a ETA de Tavira, onde será sujeita aos processos de tratamento necessários para a produção de água para o consumo humano. Paralelamente e, a montante da EE1, através de uma derivação do adutor de aspiração, é aduzida água graviticamente à ETA de Beliche (Quadro 34).

QUADRO 34 | Caracterização do Sistema Primário Sotavento

(N.º)

INFRAESTRUTURAS DE FINS MÚLTIPLOS	QUANTIDADE CONCELHO DE TAVIRA	QUANTIDADE TOTAL
Estações elevatórias	2	3
Reservatório céu aberto	1	1
Adutor (Km)	5	30

Fonte: AdA, 2015

Na (Figura 74) é possível observar a rede e infraestruturas de abastecimento e distribuição pelos vários pontos de entrega, sob gestão da AdA.

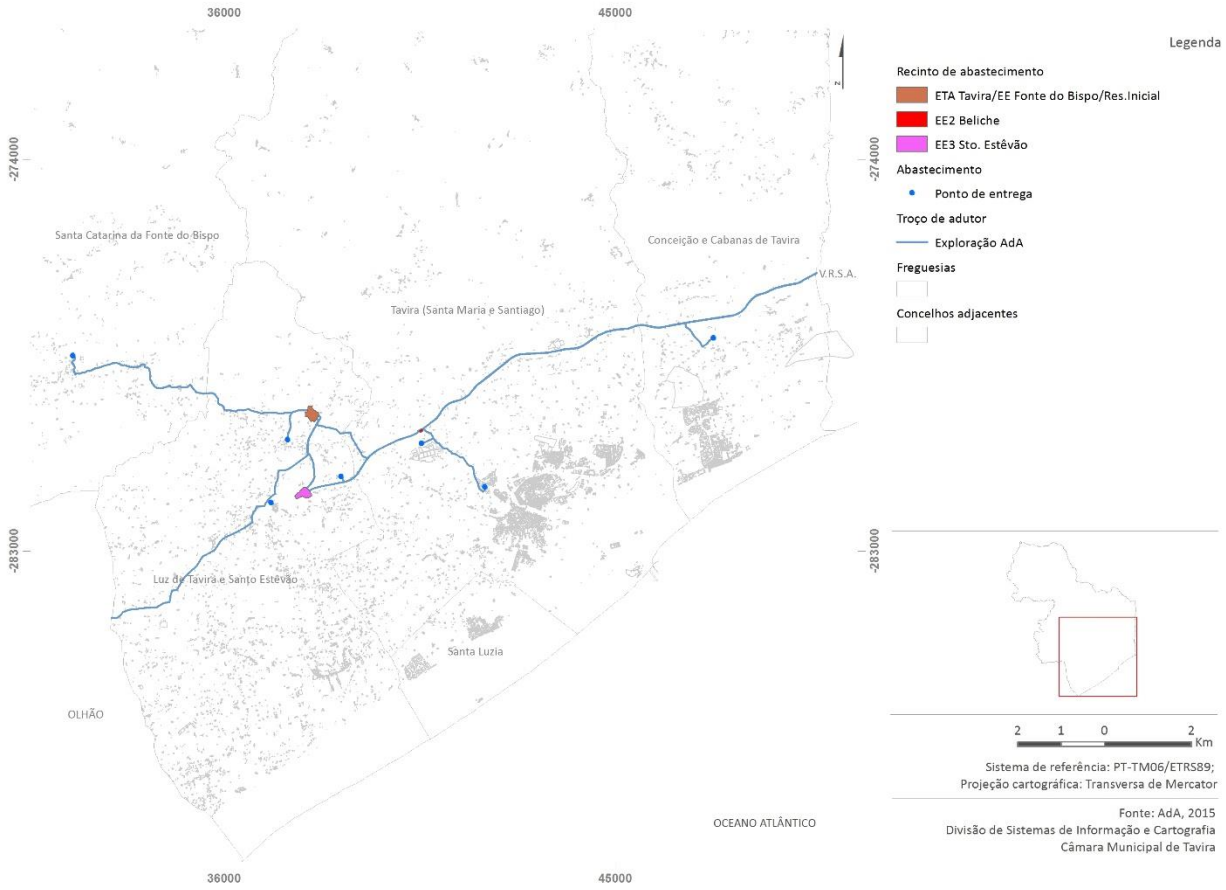


FIGURA 74 | Rede de infraestruturas e distribuição da água em vertente em "Alta".

VERTENTE EM "ALTA"

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA

Tratamento de Água

A ETA de Tavira é a responsável pelo abastecimento ao concelho de Tavira, trata água superficial proveniente das albufeiras de Odeleite e Beliche e tem uma capacidade máxima de produção de 190 000 m^3/dia, repartida por duas fases (quatro linhas de tratamento), com capacidade de 95 000 m^3 cada.

A população máxima servida por esta instalação atualmente é da ordem dos 460 000 hab., esperando-se que atinja os 530 000 hab. no ano 2024. A água tratada nesta estação destina-se também à distribuição em alta aos concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, S. Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António, todos pertencentes ao SMAAA, podendo se necessário, através da estação elevatória reversível, abastecer o Barlavento Algarvio.

Os processos de tratamento adotados permitem obter uma água de excelente qualidade. As tecnologias utilizadas são extremamente eficazes na remoção de substâncias indesejáveis na água de origem, caso ocorram (natureza biológica, microbiológica e química). Somente desta forma é garantida uma produção de água com elevada qualidade e de excelentes características organoléticas.

PERFIL ESQUEMÁTICO DO TRATAMENTO DA ETA DE TAVIRA

Linha de tratamento de água

a) Chegada de água bruta;

b) Ozonização;

c) Remineralização;

d) Coagulação;

e) Absorção;

f) Decantação lamelar (pulsator);

g) Filtração;

h) Desinfeção com cloro;

i) Ajuste final de pH;

j) Água tratada.

Linha de tratamento de lamas

a) Cisterna de águas residuais do processo e lamas;

b) Floculação - decantação e espessamento de lamas (DENSADEG);

c) Espessador de lamas;

d) Desidratação de lamas - filtros prensa.

A ETA de Tavira é utilizada anualmente em média a cerca de 60 % da sua capacidade e em ponta a cerca de 70%.

VERTENTE EM "ALTA"

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA

Adução de Água

O concelho de Tavira é abastecido através do Adutor Nascente, do SMAAA, desde a ETA de Tavira até aos Pontos de Entrega de Cruz do Areal, Zona Industrial de Tavira, Perogil e Cumeada e desde a ETA de Tavira através de Estação Elevatória até aos Pontos de Entrega de Malhão e Fonte do Bispo e ainda através do Adutor Poente -Troço Inicial desde a ETA de Tavira até ao Ponto de Entrega de Santo Estêvão, perfazendo um total de 33km de condutas instaladas no concelho de Tavira.

Genericamente, o SMAAA desenvolvido no concelho de Tavira tem as características indicadas no quadro 35.

QUADRO 35 | Caracterização do SMAAA no concelho Tavira.

(N.º)

INFRAESTRUTURAS DO SMAAA	QUANTIDADE
ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS	1
Pontos de entrega	7
Reservatórios próprios	1

Adutor	33

Fonte: AdA, 2015

VERTENTE EM "ALTA"

VOLUMES DE ÁGUA FORNECIDA E FATURADA AO SISTEMA EM BAIXA

Quanto ao volume contratual estabelecido com o Município de Tavira, para os anos de 2012, 2013 e 2014 situa-se nos seguintes valores: 3 043 447 m^3, 3 104 316 m^3 e 3 166 402 m^3.
Relativamente ao volume de água fornecido e faturado à Taviraverde - Empresa Municipal de Ambiente, E. M. (Taviraverde), nos anos de 2012, 2013 e de 2014, foi respetivamente de 2 423 018 m^3, 2 263 148 m^3 e de 2 228 032 m^3.

VERTENTE EM "ALTA"

PLANO DE CONTINGÊNCIA DO SMAAA

O Plano de contingência do SMAAA procura incluir os principais pontos, ou linhas orientadoras, no que se refere à implementação de ações que visam o desenvolvimento e acompanhamento necessário para garantir o abastecimento público de água no Algarve em cenários de contingência.

O Plano determina ainda a estrutura hierárquica e funcional dos intervenientes, internos e externos, chamados a intervir perante a carência de água para o abastecimento público. Dá resposta em presença de cenários de seca hidrológica e após a emergência no caso de ocorrência de uma situação grave, tal como ruturas em condutas, avarias graves nas infraestruturas que impossibilitem o seu funcionamento total ou parcial, alterações da qualidade da água que impeçam o seu tratamento adequado e/ou o abastecimento público de acordo com a legislação em vigor. O Plano de Contingência para o SMAAA poderá ser ativado perante qualquer uma destas situações.

A ativação do Plano de Contingência deverá estar em linha com a ativação do Plano de Emergência da AdA. O Plano de Contingência define de uma maneira concreta, simples e objetiva, qual deve ser a atuação de todos os intervenientes nas situações preconizadas em cada um dos possíveis cenários.

O abastecimento de água ao concelho de Tavira está considerado no Plano de Contingência do SMAAA em três cenários, designadamente em caso de limitação do funcionamento da ETA de Tavira (Cenário 6) ou no caso de impossibilidade de utilização da ETA de Tavira (Cenário 7) e no caso de limitação da ETA de Tavira e impossibilidade de funcionamento da EE Reversível (Cenário 8b), sendo que apenas no caso de impossibilidade de funcionamento da ETA de Tavira (Cenário 6) está prevista a eventual ativação de captações estratégicas municipais.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

VERTENTE EM "BAIXA"

A Taviraverde constituída em 28 de fevereiro de 2005 é entidade gestora responsável pela gestão do abastecimento de água em "Baixa" no concelho de Tavira.

A água de abastecimento público de quase todo o concelho de Tavira é fornecida pela AdA, que a capta nas barragens de Beliche e Odeleite, para ser depois tratada na ETA de Tavira.

Após tratamento é então fornecida aos reservatórios da Taviraverde, localizados em Perogil, Boavista, Cumeada, Stº Estêvão, Malhão, Fonte do Bispo, Cruz do Areal e Zona Industrial. Posteriormente é distribuída ao consumidor final. Nos locais onde a maior distância ou isolamento não permite a ligação a este sistema de abastecimento, são as captações subterrâneas que garantem o fornecimento. Estas captações são sempre sujeitas a desinfeção com cloro. Quando se justifica, é também efetuado tratamento por filtração, para remoção de ferro e manganês em excesso. Sob gestão da Taviraverde, EM. e em zonas mais rurais, existem as seguintes ETA: ETA Cachopo; ETA Faz Fato; ETA Carrapateira; ETA Bengado; ETA Feiteira; ETA Mealha e ETA Morenos. Nestas efetua-se a filtração da água bruta, a correção do pH, a remoção do ferro e manganês em excesso e a afinação da desinfeção final e do pH, antes da sua distribuição na rede.

Zonas de Abastecimento

Em síntese, o sistema de abastecimento do concelho é constituído por 8 Zonas de Abastecimento (ZA), que se caracterizam por ter origens de água distintas (Quadro 36).

QUADRO 36 | Zonas de abastecimento do concelho de Tavira da vertente em "Baixa".

ZONAS DE ABASTECIMENTO	ORIGEM DA ÁGUA	RESERVATÓRIO	ZONAS SERVIDAS
ZA1 – Pontos de Entrega das Águas do Algarve	Água superficial tratada na ETA de Tavira	Perogil, Cumeada, Santo Estêvão, Malhão, Fonte do Bispo e Cruz do Areal	Tavira, Luz de Tavira (da Luz à Arroteia e Campina), Santa Luzia, Conceição (do Almargem ao Carapeto), Cabanas, Santo Estêvão (do Malhão ao Estiramantens), Fonte do Bispo (Julião até à entrada de Santa Catarina), Santa Catarina (até Barrocais e parte da Espartosa), Porto Carvalhoso e Santa Margarida.
ZA4 – Reservatório de Cachopo	Água subterrânea tratada	Cachopo	Cachopo
ZA5 – Reservatório da Carrapateira	Água subterrânea tratada	Carrapateira	Carrapateira (freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira)
ZA6 – Reservatório do Faz Fato	Água subterrânea tratada	Faz Fato	Faz Fato, Nora, Várzea e Casas de Baixo (freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira)
ZA7 – Reservatório do Bengado	Água subterrânea tratada	Bengado	Bengado (freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo)
ZA8 – Reservatório da Feiteira	Água subterrânea tratada	Feiteira	Feiteira (freguesia de Cachopo)
ZA9 – Reservatório da Mealha	Água subterrânea tratada	Mealha	Mealha (freguesia de Cachopo)
ZA11 – Morenos	Água subterrânea tratada	Morenos	Morenos (freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo)

Fonte: Taviraverde, 2016

VERTENTE EM "BAIXA"

CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA

A Taviraverde encontra-se a implementar a delimitação de perímetros de proteção das captações de água subterrânea utilizadas para abastecimento público. Os trabalhos inserem-se no processo de licenciamento de 16 furos junto da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 382/99 de 22 setembro e Decreto-Lei n.º 226-A/2007 de 31 maio) (Quadro 37). A proposta apresentada pela Taviraverde encontra-se em fase de análise/aprovação.

QUADRO 37 | Listagem das captações em fase de delimitação de perímetros de proteção pela Taviraverde.

CAPTAÇÃO	FREGUESIA	SITUAÇÃO	N.º HABITANTES SERVIDOS
Estorninhos	Conceição e Cabanas de Tavira	Reserva	85
Cachopo I-Polidesportivo	Cachopo	Em atividade	
Cachopo II – Moinho	Cachopo	Em atividade	210
Bengado	Sta Catarina da Fonte do Bispo	Em atividade	60
Mealha	Cachopo	Em atividade	70
Feiteira	Cachopo	Em atividade	70
Faz Fato I – Reservatório	Conceição e Cabanas de Tavira	Reserva	
Faz Fato II - Escola	Conceição e Cabanas de Tavira	Em atividade	110
Carrapateira	Conceição e Cabanas de Tavira	Em atividade	70
Cruz do Areal – Malhão JCS3	Luz de Tavira e Santo Estevão	Reserva (Tavira)	
Cruz do Areal – JCS5	Luz de Tavira e Santo Estevão	Reserva (Tavira)	
Cruz do Areal – TV4	Luz de Tavira e Santo Estevão	Reserva (Tavira)	15.000
Cruz do Areal – TV5	Luz de Tavira e Santo Estevão	Reserva (Tavira)	
Barrocais – JCS1	Santa Catarina da Fonte do Bispo	Reserva (Sta. Catarina)	-
Morenos	Santa Catarina da Fonte do Bispo	Em atividade	60

Alfarrobeira	Conceição e Cabanas de Tavira	Em atividade	110

Fonte: Taviraverde, 2016/CMT, 2016

Na figura 75 é possível observar a localização e número das instalações da rede de abastecimento da vertente em "baixa" geridos pela entidade gestora Taviraverde.

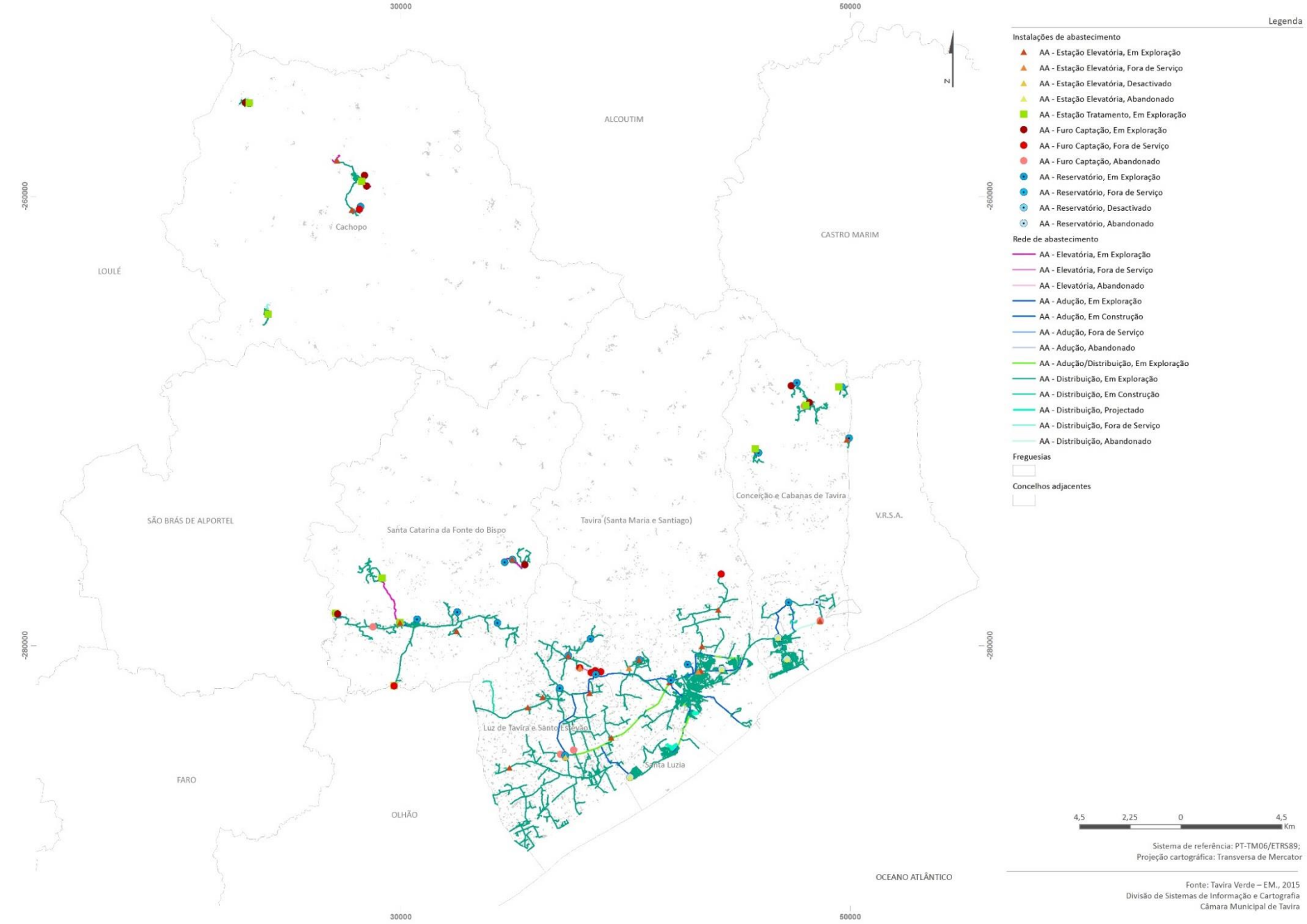


FIGURA 75 | Instalações e rede de distribuição da água em "Baixa".

RESERVATÓRIOS DE ÁGUA

A Taviraverde é responsável pela gestão e manutenção dos diferentes reservatórios associados às diversas zonas de abastecimento. No quadro 38 constam as características desses reservatórios.

QUADRO 38 | Caracterização dos reservatórios geridos pela Taviraverde.

DESIGNAÇÃO	FREGUESIA	ESTADO	CAPACIDADE (M3)	COTA DE SOLEIRA (M)	NÍVEL MÁXIMO (M)	MATERIAL	ADUÇÃO
Cruz do Areal	Luz de Tavira e Santo Estevão	Serviço	200	92,29	94,39	Betão armado	Sistema Multimunicipal
Santo Estêvão	Luz de Tavira e Santo Estevão	Serviço	100	105,00	108,25	Betão armado	Sistema Multimunicipal
Perogil (Tavira)	Santiago	Serviço	4000	50,00	54,00	Betão armado	Sistema Multimunicipal
Boavista (Tavira)	Santa Maria e Santiago	Serviço	4000	50,00	54,00	Betão armado	Sistema Multimunicipal
Cumeada	Conceição e Cabanas de Tavira	Serviço	4000	60,00	64,00	Betão armado	Sistema Multimunicipal
Fonte do Bispo	Santa Catarina da Fonte do Bispo	Serviço	20	207,60	210,60	PRFV	Sistema Multimunicipal
Prego (Malhão)	Luz de Tavira e Santo Estevão	Serviço	25	123,65	125,45	Betão armado	Sistema Multimunicipal
Barranco da Nora	Luz de Tavira e Santo Estevão	Serviço	5	86,32	88,00	Betão armado	Rede do Malhão
Santa Catarina	Santa Catarina da Fonte do Bispo	Serviço	100	195,00	197,85	Betão armado	Rede de Santa Catarina
Julião	Santa Catarina da Fonte do Bispo	Serviço	10	140,00	142,00	PRFV	Rede de Santa Catarina
Parque Industrial	Santa Maria e Santiago	Serviço	1000	79,60	83,10	Betão armado	Sistema Multimunicipal
Cachopo	Cachopo	Serviço	20	416,00	419,00	PRFV	Furos do Polidesportivo e do Moinho
Faz Fato	Conceição e Cabanas de Tavira	Serviço	125	260,00	263,50	Betão armado	Furo da Escola
Alfarrobeira	Conceição e Cabanas de Tavira	Serviço	35	290,65	295,65	PRFV	Furo da Alfarrobeira
Estorninhos	Conceição e Cabanas de Tavira	Serviço	35	215,50	220,50	PRFV	Furo dos Estorninhos
Carrapateira	Conceição e Cabanas de Tavira	Serviço	10	216,50	218,50	PRFV	Furo da Carrapateira
Feiteira	Cachopo	Serviço	21	533,00	535,90	Betão armado	Furo da Feiteira
Mealha	Cachopo	Serviço	60	320,20	322,70	Betão armado	Furo da Mealha
Currais	Cachopo	Serviço	20	459,50	463,50	PRFV	Rede de Cachopo (Elevação a partir da EEA de Currais)
Bengado	Santa Catarina da Fonte do Bispo	Serviço	95	216,60	218,20	Aço zincado ondulado	Furo do Bengado
Porto Carvalhoso	Santa Catarina da Fonte do Bispo	Serviço	127	231,30	233,95	Aço zincado ondulado	Rede de Sta. Catarina (Elevação a partir da EEA de Montes e Lagares)
Montes e Lagares	Santa Catarina da Fonte do Bispo	Serviço	14	142,60	143,91	Aço zincado ondulado	Rede de Santa Catarina
Morenos I	Santa Catarina da Fonte do Bispo	Serviço	95	163,50	165,10	Aço zincado ondulado	Furo dos Morenos
Morenos II	Santa Catarina da Fonte do Bispo	Serviço	10	207,00	209,00	PRFV	Reservatório dos Morenos (Elevação a partir da EEA dos Morenos)

Fonte: Taviraverde, 2016/CMT, 2016

VERTENTE EM "BAIXA"

VOLUMES DE ÁGUA ADUZIDOS

Os volumes de água aduzidos aos sistemas de abastecimento da Taviraverde integram água de diversas origens, sendo a maior percentagem entregue pelo SMAAA. Para além da água comprada à AdA,

parte do volume da água aduzida tem origem nos furos (captações de água subterrânea) geridos pela empresa municipal.

Para o abastecimento de alguns aglomerados muito próximos do limite geográfico do concelho vizinho, a Taviraverde recorre à compra de água ao sistema de abastecimento do Município de Vila Real de Santo António (Quadro 39).

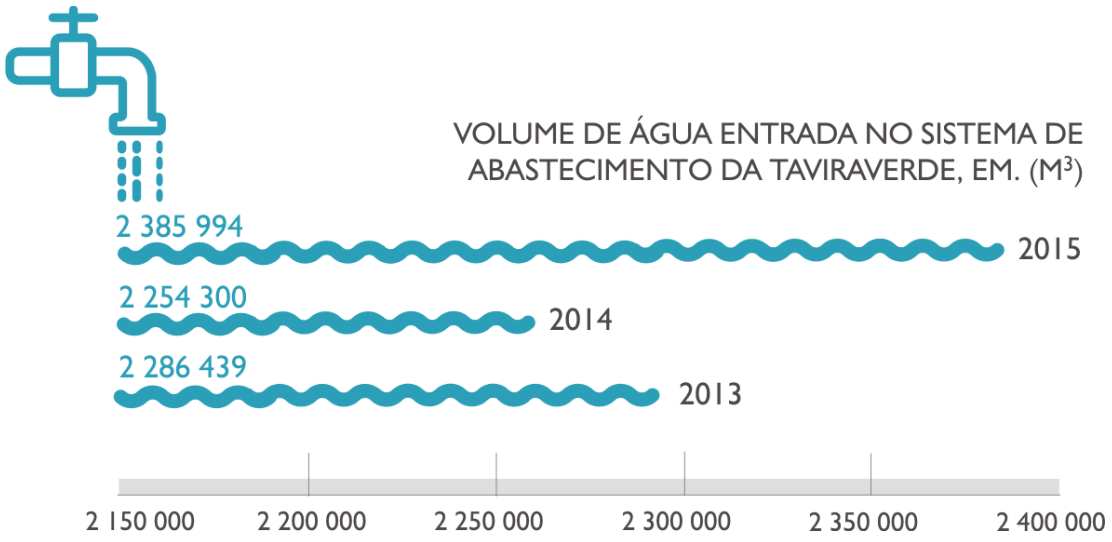
QUADRO 39 | Valores aduzidos para os reservatórios/redes abastecimento da Taviraverde no ano de 2014.

ORIGEM/ENTIDADE GESTORA	VALOR ADUZIDO (m^3)
Águas do Algarve	**2 228 032**
Furos	**24 869**
DGU – VRSA *	**1 399**
TOTAL	**2 254 300**

Nota: *Água comprada ao concelho de Vila Real de Santo António

Fonte: Taviraverde, 2016

No gráfico 39 podem-se observar os volumes totais de água aduzidos ao sistema de abastecimento público nos últimos 3 anos.



Fonte: Taviraverde, 2016

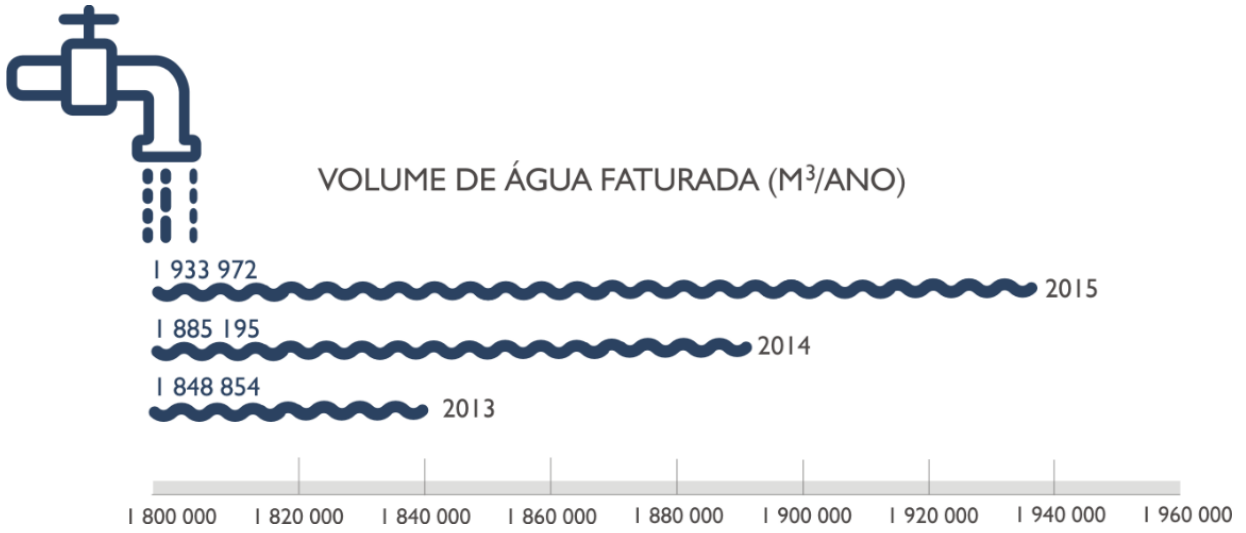
GRÁFICO 39 | Volume de água aduzido de 2013 a 2015.

VERTENTE EM "BAIXA"

CONSUMOS

No ano de 2015, os meses de maior e menor volume de água aduzida foram julho (334 992 m^3) e fevereiro (127 235 m^3), respetivamente. Quanto à água faturada aos clientes, registou-se o maior e menor volume, nos meses de agosto (286 821 m^3) e fevereiro (97 858 m^3).

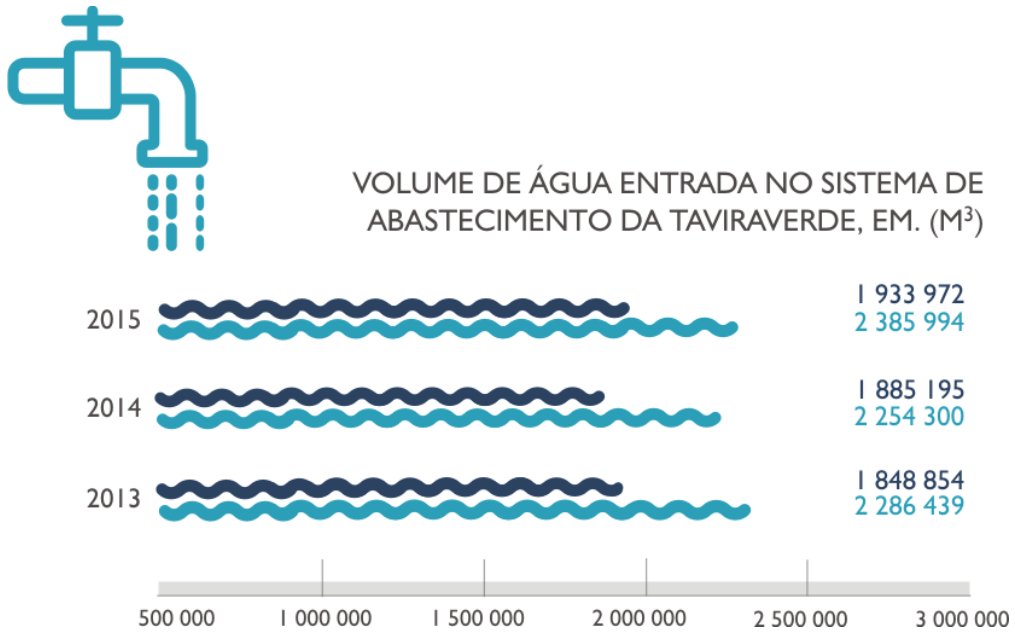
No gráfico 40 é percetível o aumento gradual dos volumes de água faturada pela Taviraverde nos anos de 2013 a 2015.



Fonte: Taviraverde, 2016

GRÁFICO 40 | Volume de água faturado pela Taviraverde, de 2013 a 2015.

É também notória a diferença entre os volumes da água aduzida e da água efetivamente faturada (Gráfico 41). Tal facto deve-se essencialmente às perdas na rede e aos consumos próprios da entidade gestora.



Fonte: Taviraverde, 2016

GRÁFICO 41 | Diferencial entre água aduzida e água faturada entre 2013 a 2015.

Dos dados fornecidos pela Taviraverde as perdas reais nas redes sob gestão daquela empresa foram nos anos de 2013, 2014 e 2015 de 17,05%, 14,11% e de 16,70% respetivamente.

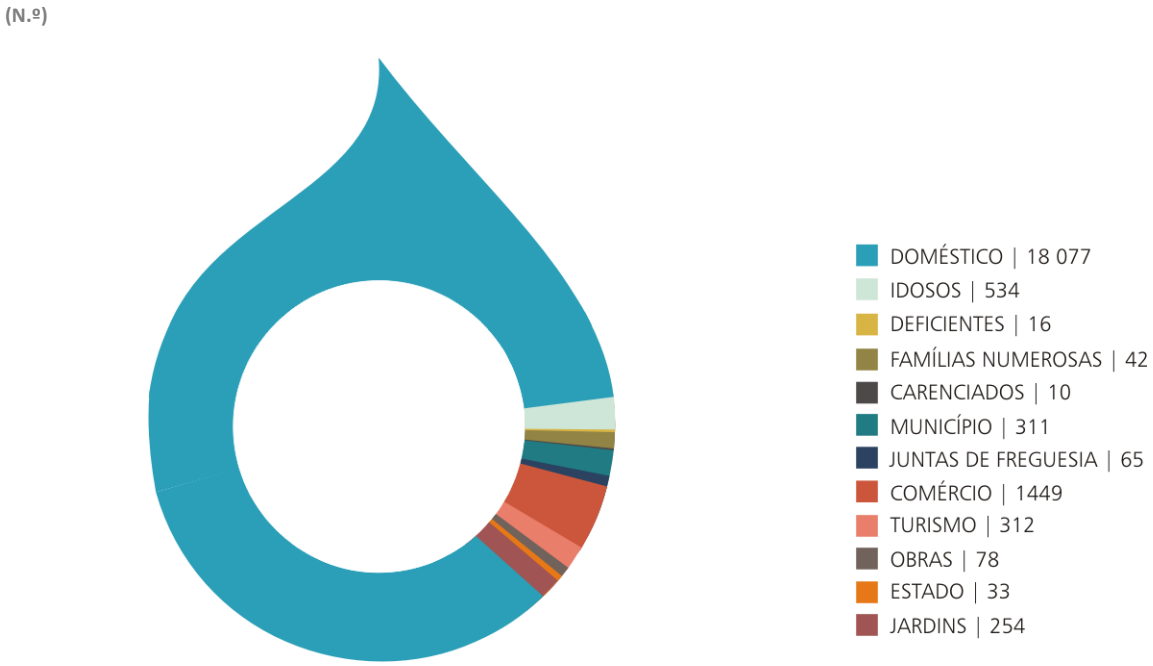
VERTENTE EM "BAIXA"

ÍNDICES DE ATENDIMENTO E UTENTES/TARIFA

A cobertura do serviço de abastecimento de água gerido pela Taviraverde é de cerca de 89% no concelho de Tavira. Para o cálculo desta percentagem não entram apenas os clientes com serviço efetivo, mas também aqueles que, embora não ligados à rede, têm o serviço à disposição.

O mês em que se verificou menor número de utentes de água (21 026), no ano de 2014 foi no mês de janeiro. O mês em que se registou maior número de utentes (21 381) foi em setembro.

Abaixo encontra-se representada (Gráfico 42) a distribuição do número de utentes por tarifa aplicada (dados do mês de dezembro de 2014). O setor doméstico representa cerca de 86% do total de utentes de água, seguido do Comércio com cerca de 7% e os Idosos com 2,5%.



Fonte: Taviraverde, 2016

GRÁFICO 42 | Distribuição do número de utentes/tarifa, em dezembro de 2014.

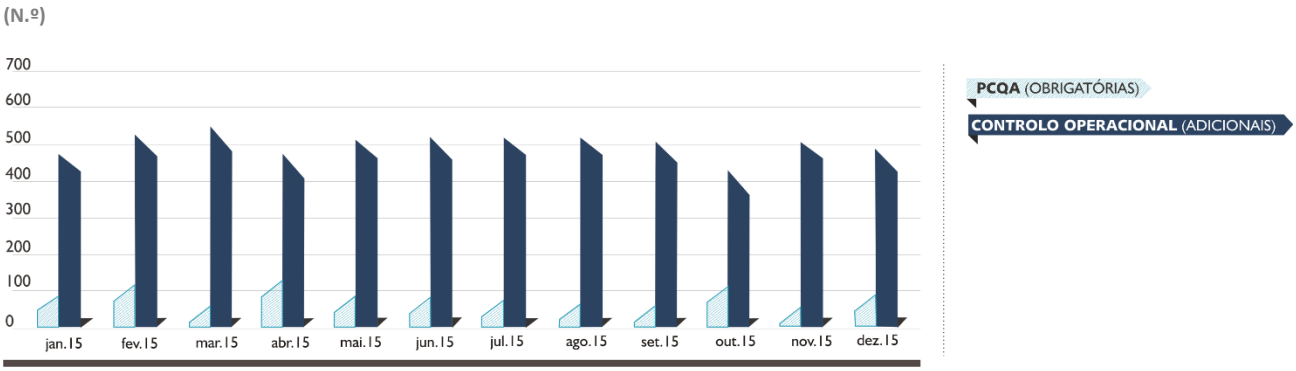
VERTENTE EM "BAIXA"

QUALIDADE DA ÁGUA

A Taviraverde tem optado por um controlo analítico apertado, muito além das exigências legais (Gráfico 43).

Anualmente é elaborado um Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) que assegura o controlo da qualidade microbiológica e físico-química da água abastecida em todo o concelho, diretamente na torneira do consumidor. Este controlo é semanal para o conjunto das ZA, em locais predefinidos no PCQA de cada ano.

Os resultados dessas análises são publicados trimestralmente num Edital, que resume as análises feitas naquele período e as violações aos valores paramétricos legislados.

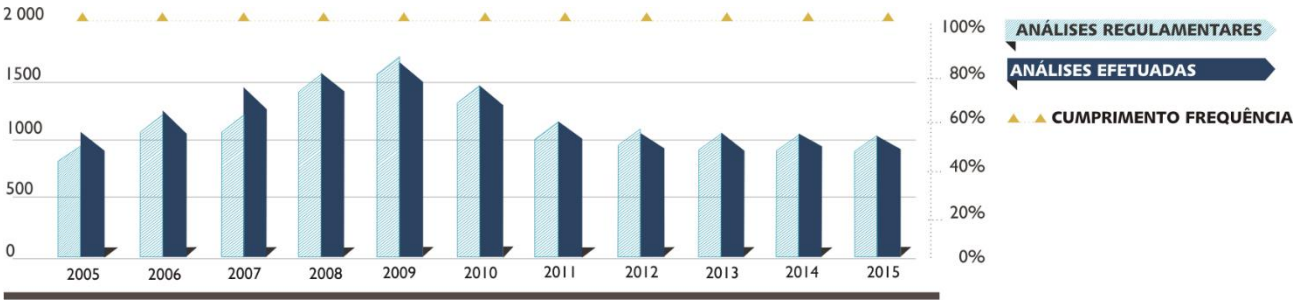


Fonte: Taviraverde, 2016

GRÁFICO 43 | Número total de análises realizadas em 2015.

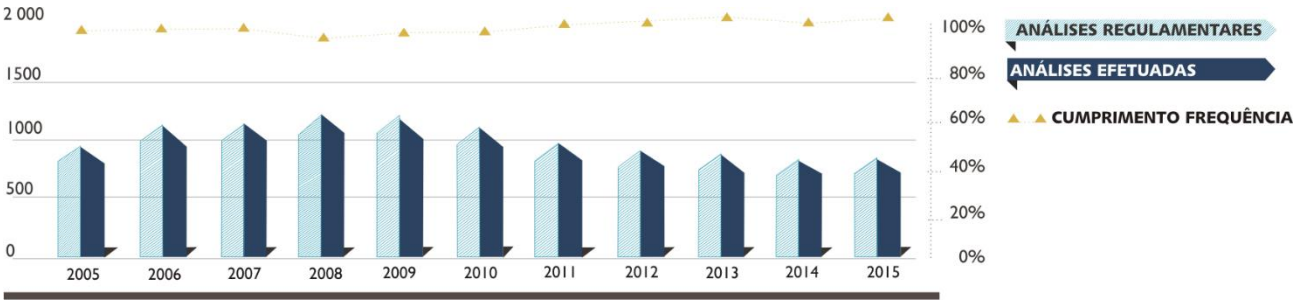
Além do cumprimento do PCQA, é ainda feita uma monitorização adicional às ZA sob influência de águas subterrâneas (Cachopo, Feiteira, Mealha, Carrapateira, Faz Fato, Estorninhos e Bengado). Nestas zonas é feita a monitorização à saída das captações e na rede de abastecimento, o que permite averiguar não só a potabilidade da água de origem, como também a eficiência do tratamento aplicado.
O controlo operacional inclui também a vigilância diária de todas as ZA, em termos do funcionamento geral dos sistemas de tratamento e a monitorização das concentrações de cloro ao longo da linha de distribuição.

Os (Gráficos 44 e 45) representam, respetivamente, a frequência da realização de análise e o cumprimento dos valores paramétricos. Pode verificar-se que tanto a frequência como o resultado dos parâmetros têm um cumprimento que ronda os 100%.



Fonte:Taviraverde, 2016

GRÁFICO 44 | Análise do cumprimento da frequência do controlo analítico.



Fonte: Taviraverde, 2016

GRÁFICO 45 | Análise do cumprimento dos valores paramétricos dos resultados.

Os incumprimentos verificados foram devidos a situações pontuais, cujas causas principais foram a sequência de intervenções realizadas na rede, contaminações associadas aos ramais domiciliários (que não são da responsabilidade da entidade gestora) e fraca concentração de cloro no momento da amostragem.

De acordo com a informação da Taviraverde todas as situações foram resolvidas de imediato, e tomadas as ações necessárias para evitar a sua recorrência.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA

CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA

O recurso à utilização de água subterrânea no abastecimento público bem como na rega, seja como reforço das reservas hídricas superficiais ou como origem de água principal, é recorrente nos climas mediterrânicos onde a variabilidade do regime pluviométrico gera nos regimes fluviais (e nas albufeiras que os recolhem) sucessões de períodos secos, indutores de grande stress para as atividades dependentes de água. Para além disso, recorrer a sistemas de redes de abastecimento público para consumo humano, em inúmeros aglomerados rurais de fraca densidade populacional, não se tem mostrado economicamente nem tecnicamente viável.

No Sotavento Algarvio o abastecimento público encontra-se presentemente centralizado em origens de água superficiais, nomeadamente nas albufeiras de Odeleite-Beliche. Contudo nas zonas de difícil acesso, nomeadamente nos montes (serra e barrocal) com poucos moradores, ao longo das últimas décadas recorreu-se à captação de água subterrânea.

CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA

SISTEMAS AQUÍFEROS

Um reservatório de água subterrânea, também designado por aquífero, pode ser definido como toda a formação geológica com capacidade de armazenar e transmitir a água e cuja exploração seja economicamente rentável.

O nível da água nos aquíferos não é estático e depende de vários fatores, tais como com a precipitação ocorrida, a extração de água subterrânea, os efeitos de maré nos aquíferos costeiros, a variação súbita da pressão atmosférica (principalmente no inverno), as alterações do regime de escoamento de rios influentes (que recarregam os aquíferos) e a evapotranspiração.

CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA

APTIDÃO HIDROGEOLÓGICA E DISPONIBILIDADES SUBTERRÂNEAS

A aptidão aquífera das diversas unidades estratigráficas que ocorrem é variável, podendo algumas delas constituir sistemas aquíferos de importância regional e outras serem apenas suscetíveis de assegurar pequenas explorações. As formações que dispõem de maiores recursos hídricos subterrâneos, quase todas de natureza carbonatada, situam-se numa faixa ocupando parte do barrocal e litoral.

Devido à irregularidade das precipitações no sul do país, e às modestas dimensões de alguns aquíferos, as recargas anuais dos mesmos podem sofrer oscilações consideráveis, o que leva por vezes a situações de sobre-exploração temporária de alguns sistemas. No entanto, após um período de precipitações elevadas as reservas em regra são repostas.

As fortes assimetrias na distribuição dos aquíferos e a atual distribuição populacional, fazem com que existam áreas com carências, ou com escassa margem de segurança, situação que tem melhorado ultimamente com recurso à utilização de águas de superfície (aproveitamento Odeleite/Beliche) e à captação de águas subterrâneas em locais distantes dos de consumo.

A exploração das águas subterrâneas torna-se de certo modo problemática em resultado da pequena produtividade das captações o que exige uma grande multiplicidade de origens, com consequentes problemas de controlo e manutenção.

CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA

LICENCIAMENTO DE CAPTAÇÕES

De acordo com o Decreto-Lei n.º 226-A/2007 de 31 de maio, a captação de água superficial ou subterrânea está sujeita a título de utilização dos recursos hídricos, que pode ser sob a forma de autorização, licença ou concessão. De acordo com o artigo 16.º do mesmo Decreto-Lei, a autorização pode ser substituída por mera comunicação prévia do início da utilização, às autoridades competentes, em determinadas condições.

As notificações e os pedidos de licença são apresentados pelos interessados à APA/Administrações de Região Hidrográfica (ARH).

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

CAPTAÇÕES PARTICULARES

Conforme é possível constatar na figura seguinte, existem centenas de captações de água subterrânea (mais concretamente 988 captações), referenciadas no concelho de Tavira (dados fornecidos pela APA/ARH Algarve). Verifica-se uma maior concentração de captações licenciadas exclusivamente para o consumo humano e rega nas freguesias de Luz de Tavira e Santo Estevão e Santa Catarina da Fonte do Bispo, em áreas de exploração agrícola de regadias identificadas essencialmente com os aquíferos de Peral-Moncarapacho, S. João da Venda-Quelfes e Luz-Tavira (Figura 76).

As captações particulares mais a norte das freguesias de Cachopo, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Tavira (Santa Maria e Santiago) e Conceição e Cabanas de Tavira, estão na sua maioria em serviço para consumo humano, em áreas não abrangidas pela rede de abastecimento público gerido pela Taviraverde.

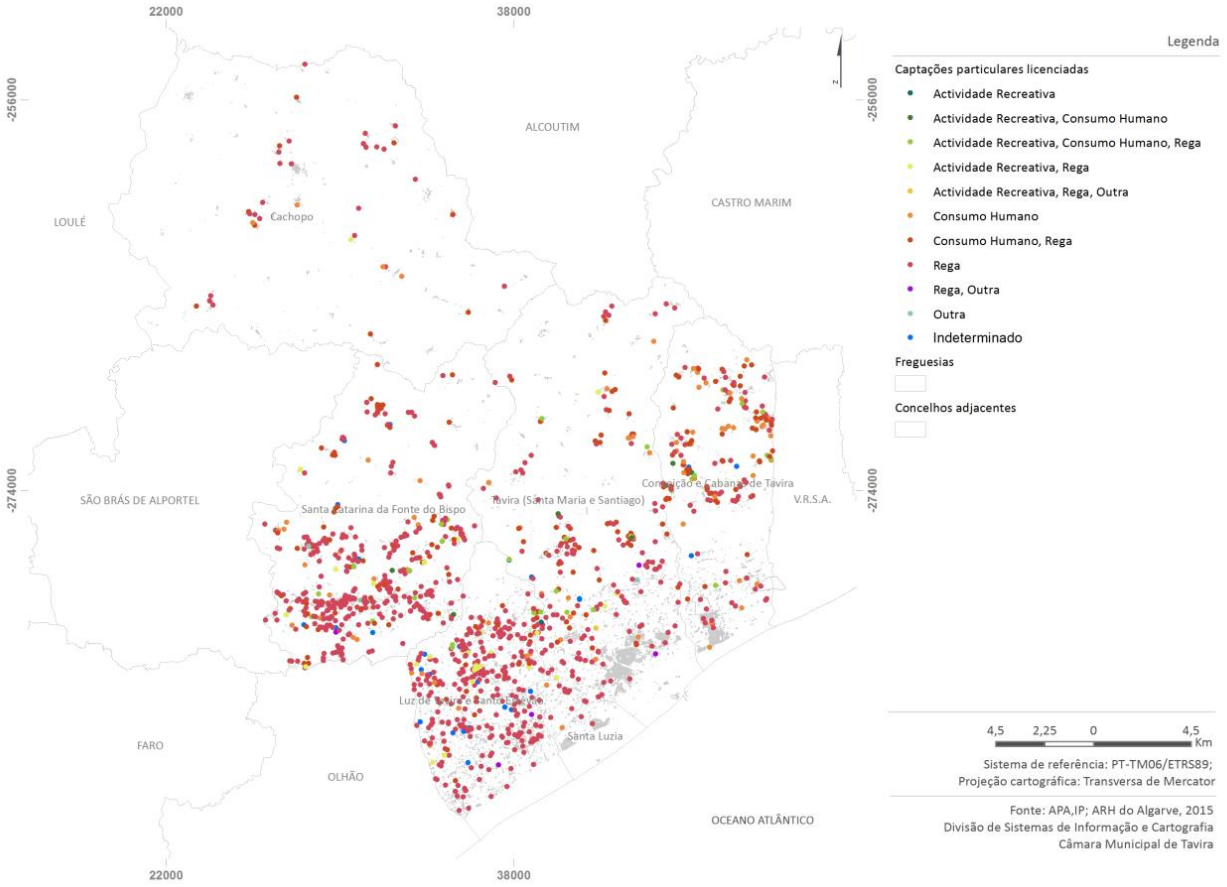


FIGURA 76 | Captações particulares de água subterrânea.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

CAPTAÇÕES PÚBLICAS

PERÍMETROS DE PROTEÇÃO

O Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 setembro, estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público, adiante designados por perímetros de proteção, com a finalidade de proteger a qualidade das águas dessas captações.

As captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano de aglomerados populacionais com mais de 500 hab. ou cujo caudal de exploração seja superior a 100 m^3/dia ficam obrigadas a cumprir com todas as zonas de proteção previstas e definidas naquele diploma.

Todas as captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano são obrigadas a respeitar a delimitação da zona de proteção imediata.

Um dos problemas mais graves que afetam a qualidade das águas subterrâneas, nos países desenvolvidos, é a contaminação devida ao uso de fertilizantes na agricultura.

CARACTERIZAÇÃO HIDROQUÍMICA E VULNERABILIDADE À POLUIÇÃO

Em condições naturais as águas subterrâneas apresentam uma composição físico-química e uma qualidade que refletem as formações geológicas em que circulam.

De maneira geral, a qualidade química das águas subterrâneas do Algarve é bastante deficiente. Alguns fatores naturais e antropogénicos são responsáveis pela excessiva mineralização e pela concentração elevada de algumas espécies, que ultrapassam quase sempre os Valores Máximos Recomendáveis (VMR) e, frequentemente, os Valores Máximos Admissíveis (VMA).

Com exceção dos nitratos, não se verificam grandes problemas de qualidade, predominando os valores situados dentro dos limites recomendados.

Para evitar a degradação da água subterrânea, as captações deverão estar sujeitas a zonas de proteção que visam garantir as melhores condições de exploração, nomeadamente no que se refere à qualidade exigida para abastecimento público.

FONTES POLUENTES PONTUAIS E DIFUSAS

A degradação da qualidade da água é, na maior parte dos casos, o reflexo do tipo de atividades que são desenvolvidas na área de influência dos aquíferos, sendo estes contaminados pela circulação de substâncias em profundidade que alteram as características primárias da água.

A poluição externa resulta do processo natural de infiltração de substâncias acumuladas nos solos que posteriormente são lixiviadas para os lençóis freáticos.

A descarga de efluentes domésticos e industriais não tratados ou com tratamento insuficientes para o solo ou para fossas, por infiltração, poderão contaminar os aquíferos.

A atividade agrícola pode ser responsável por contribuições de poluição não só de matéria orgânica, mas também de nutrientes inorgânicos e compostos químicos para as águas subterrâneas. Como contaminantes potenciais citam-se os compostos químicos orgânicos aplicados às colheitas tais como os pesticidas, e os compostos orgânicos e inorgânicos de azoto, fósforo e potássio, usados como componentes dos adubos.

O clima do Algarve exerce também a sua influência nas características químicas da água subterrânea. A forte evapotranspiração produz uma concentração dos sais a nível do solo fazendo com que as águas subterrâneas adquiram uma mineralização mais elevada do que noutras regiões, nos mesmos contextos litológicos.

Os riscos de contaminação dos aquíferos estão dependentes do grau de vulnerabilidade à poluição, intimamente relacionado com a natureza geológica dos meios onde a água circula.

Na maioria das captações de água públicas do concelho de Tavira, não é feito o controlo analítico/monitorização, nem existe um PCQA (Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 agosto). Em registos mais antigos existe informação de que em grande parte destes sistemas de abastecimento, a água encontrava-se imprópria para consumo.

Os resultados das análises realizadas demonstravam incumprimentos nos parâmetros microbiológicos o que se julga, em regra, estariam associados a contaminação de origem fecal. Julga-se que tal facto se prende com a existência de fossas de águas residuais domésticas na proximidade das captações e com atividade agrícola e pastoreio.

O Município e as Juntas de Freguesia têm optado por colocar informação ao público das medidas a tomar para evitar o consumo de água não potável.

CARACTERIZAÇÃO QUANTO AO ESTADO E USO DAS CAPTAÇÕES PÚBLICAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA

O município de Tavira desenvolveu um trabalho de levantamento e atualização dos elementos referentes às captações de água subterrânea sob gestão do Município/Juntas de Freguesia, incluindo a georreferenciação das mesmas.

Foram recolhidos vários dados no sentido de facilitar a decisão quanto às captações a designar como origem única de água para consumo humano e onde futuramente se pretende investir com a definição de perímetros de proteção, tratamento da água e respetiva monitorização da qualidade. Tais operações implicam investimento financeiro e afetação de pessoal quase a tempo inteiro/eventual subcontratação de serviços ao exterior.

Todas as outras captações deverão ser designadas para outros usos (como por exemplo, o uso para rega) não estando sujeitas àquelas obrigações.

Independentemente da designação das captações (furos e poços) quanto ao fim a que se destinam, quando os fontanários não reúnam condições para ser origem de água para consumo humano, as entidades gestoras devem providenciar uma alternativa de fornecimento de água, em quantidade e qualidade, como é descrito na respetiva legislação.

> *"Artigo 8.º do **Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto"***
>
> *As entidades gestoras de sistemas de abastecimento público em baixa devem, tendencialmente, disponibilizar, por rede fixa ou outros meios, água própria para consumo humano devidamente controlada, em quantidade que satisfaça as necessidades básicas da população e em qualidade, na sua área geográfica de influência."*

> *"Artigo 16º do **Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto**"*
>
> *Os fontanários não ligados à rede pública de distribuição de água que sejam origem única de água para consumo humano e propriedade do Município ou das Juntas de Freguesia devem integrar o PCQA do serviço em baixa.*
>
> *Quando os fontanários acima referidos não reúnam condições para ser origem de água para consumo humano, as entidades gestoras devem providenciar uma alternativa de fornecimento de água, em quantidade e qualidade.*

Julga-se que em determinados aglomerados populacionais, devido à dispersão das habitações ou devido ao número de habitantes não se justificará o investimento na recuperação das captações, na definição do perímetro de proteção, na monitorização da qualidade da água, podendo a entidade gestora diligenciar a entrega de água potável por outra via (enchimento de depósito por autotanque, entrega de água embalada, etc.).

CARACTERIZAÇÃO QUANTO AO ESTADO E USO DAS CAPTAÇÕES PÚBLICAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA

METODOLOGIA

Numa primeira fase a Divisão de Sistemas de Informação e Cartografia (DSIC) cruzou a base de dados existente no município com a base de dados fornecida pela APA, no sentido de verificar o número e localização das captações públicas assim como verificar a indicação/informação sobre o estado das mesmas (em serviço/abandonado/reserva).

Foram detetadas algumas incongruências quer a nível de classificação, quer a nível de localização. Foi então criada uma base de dados e preparada uma ficha de metadados e uma ficha de levantamento a preencher para cada captação pública. Efetuou-se a georreferenciação com Global Positioning System (GPS), registo fotográfico e recolha de dados *in situ*, nomeadamente junto dos moradores e utilizadores mais próximos.

RESULTADOS

Nas zonas rurais das várias freguesias do concelho de Tavira, onde por razões técnico-financeiras a rede de abastecimento público gerida pela Taviraverde não serve as populações, o abastecimento é, em grande parte, garantido, quer por captações particulares de água subterrânea, quer por captações públicas de água subterrânea geridas pelo município de Tavira e/ou Juntas de Freguesia.

Conforme é possível constatar (Figura 77) existe mais de uma centena de captações públicas de água subterrânea no concelho. Do levantamento realizado entre os anos 2014 e 2016 registaram-se 177 captações públicas, sendo a sua distribuição bastante dispersa, o que acarreta graves problemas no que concerne à sua manutenção e monitorização.

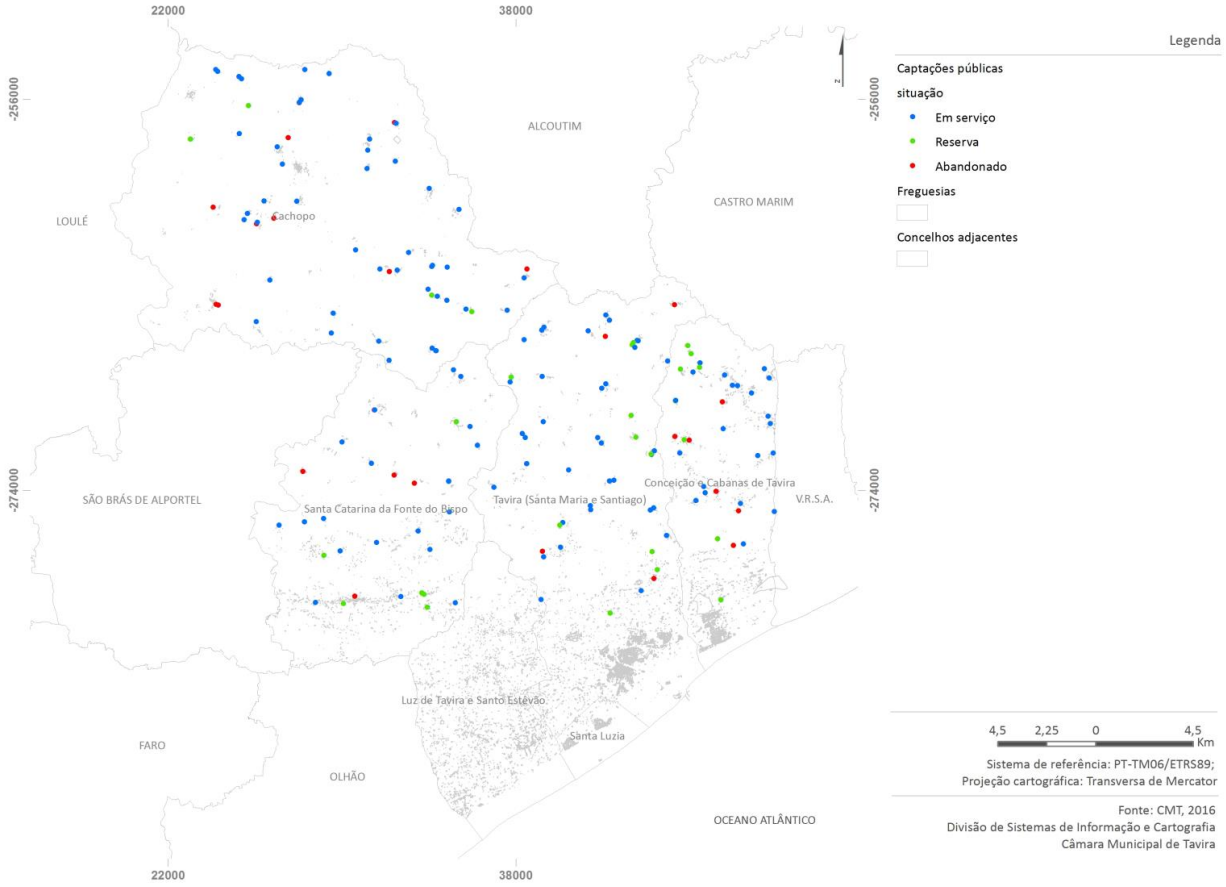


FIGURA 77 | Situação das captações públicas.

Das 177 captações, 69% encontram-se em serviço, 15% estão abandonadas e 16% em situação de reserva. Dessas captações, foram recentemente integradas, cerca de meia dezena, nos sistemas de abastecimento da Taviraverde.

Relativamente ao uso, para a totalidade das captações, 62% são de abastecimento/consumo humano, 18% para rega e 20% para outros usos (Figura 78).

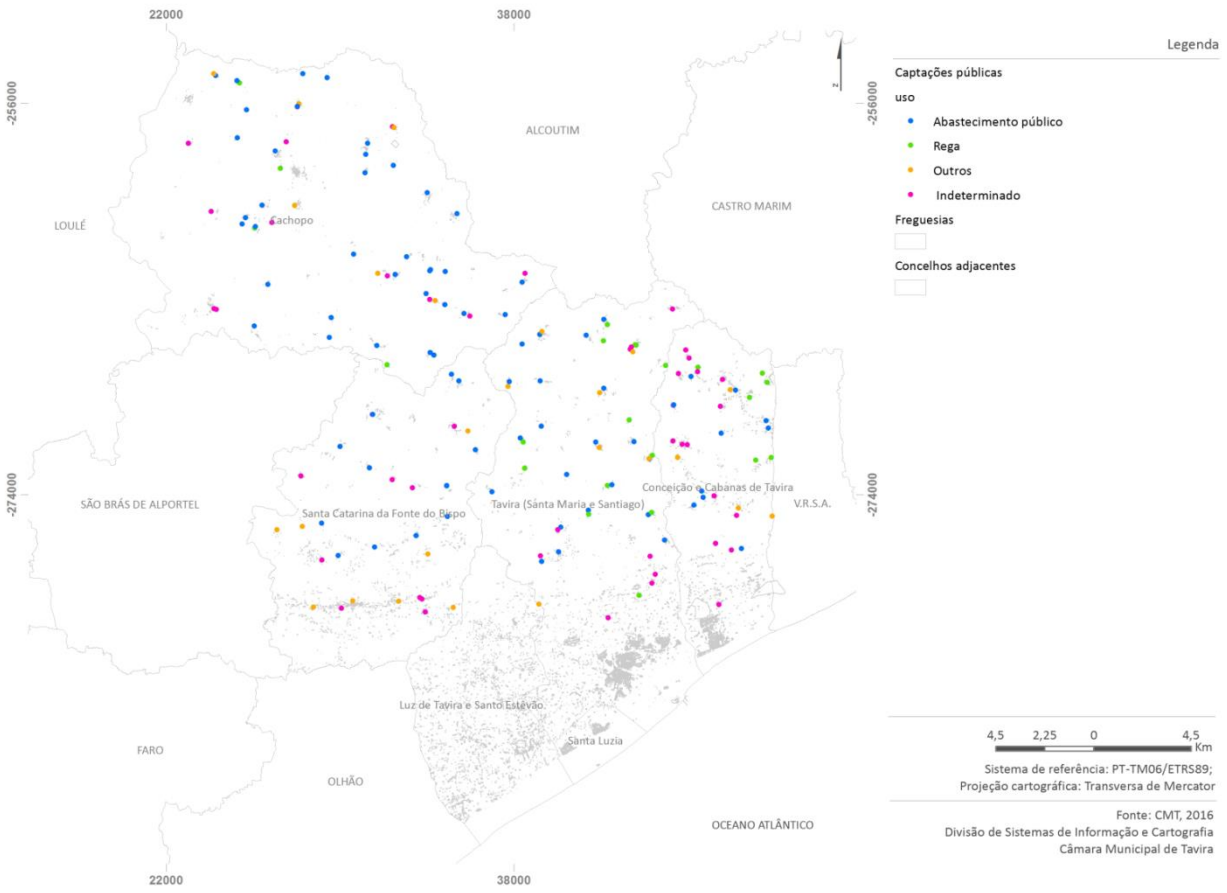


FIGURA 78 | Distribuição relativa ao uso da água das captações públicas.

CARACTERIZAÇÃO QUANTO AO ESTADO E USO DAS CAPTAÇÕES PÚBLICAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA

CARACTERIZAÇÃO POR FREGUESIA

Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira

Na freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira foram identificadas 37 captações de água subterrânea.

Após verificação no local e reuniões havidas com a respetiva Junta de Freguesia, apurou-se que das 37 captações referenciadas como sendo públicas, 21 estão em serviço, 12 são de reserva e 4 estão abandonadas (Quadro 40).

QUADRO 40 | Situação das captações da freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira.

(N.º)

CAPTAÇÕES DA CONCEIÇÃO E CABANAS DE TAVIRA		37
Em serviço	21	12 Poços 9 Furos
Reserva	12	8 Poços 4 Furos
Abandonado	4	4 Poços

Fonte: CMT, 2016

Relativamente às captações do Monte do Serro, Carrapateira e Monte Novo, os aglomerados estão atualmente integrados em sistema de abastecimento gerido pela Taviraverde.

Captações a adaptar/monitorizar para abastecimento público na freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira

As captações que se julgam poder ter interesse em manter como origem única de abastecimento público são:

QUADRO 41 | Proposta de captações para consumo humano, na freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira.

LOCAL	N.º HABITANTES
Valongo	15
Eirões	33
Daroeira	17
Malhada do Peres	23
Galharda	10
Berberia	10

Fonte: CMT, 2016

Freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago)

Na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) a maior parte das captações estão afastadas das habitações. As que se situam mais próximas são furos. Nesta freguesia verifica-se uma quantidade superior de captações em serviço relativamente às abandonadas e/ou em reserva (Quadro 42).

QUADRO 42 | Situação das captações da freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago).

(N.º)

CAPTAÇÕES DE SANTA MARIA	50	
Em serviço	36	21 Poços 15 Furos
Reserva	10	7 Poços 3 Furo
Abandonado	4	3 Poços 1 Furo

Fonte: CMT, 2016

Em alguns montes a Junta de Freguesia abastece os reservatórios com autotanque. Noutros locais os moradores têm captações particulares. Em relação ao monte de Curral de Boieiros existe a proposta do prolongamento da rede de abastecimento gerida pela Taviraverde tendo em conta o elevado número de moradores daquele aglomerado. Deverá também ser equacionada uma solução para o fornecimento de água potável, aos montes da Picota, Vale do Junco e Palheirinhos, com a criação de rede de abastecimento público a gerir pela Taviraverde.

Na Fonte Salgada o furo encontra-se em situação de reserva desde que a Taviraverde executou a rede de abastecimento naquela zona. Quanto à captação de Barradas o reservatório tem vindo a ser abastecido pelos Bombeiros Municipais, mas segundo informações obtidas no local, todos os moradores terão captações particulares. A partir daquele monte são abastecidos também os montes de Vale Covo e Monte das Casas.

No que concerne à captação de Umbrias de Camacho o depósito de 5 000 L é abastecido por autotanque pelos serviços municipais.

Captações a adaptar/monitorizar para abastecimento público na Freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago)

As captações que se julgam poderão ter interesse em manter como origem única de abastecimento público são (Quadro 43):

QUADRO 43 | Proposta de captações para consumo humano, na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago).

LOCAL	N.º HABITANTES
Carriços	13
Curral de Boieiros	36
Picota	25
Palheirinhos	23
Barradas	Abastece Barradas, Vale Covo e Monte das Casas
Umbrias de Camacho	14
Fornalha	13
Tafe	15

Fonte: CMT, 2016

Freguesia de Cachopo

Na freguesia de Cachopo foram identificadas 59 captações de água subterrânea.

Após verificação no local e reuniões havidas com a respetiva Junta de Freguesia, apurou-se que das 59 captações referenciadas como sendo públicas, 45 estão em serviço, 4 são de reserva e 10 estão abandonadas (Quadro 44).

QUADRO 44 | Situação das captações da freguesia de Cachopo.

(N.º)

CAPTAÇÕES DE CACHOPO	59	
Em serviço	45	25 Poços 20 Furos
Reserva	4	3 Poços 1 Furo
Abandonado	10	9 Poços 1 Furo

Fonte: CMT, 2016

Captações a adaptar/monitorizar para abastecimento público na freguesia de Cachopo

As captações que se julgam poderão ter interesse em manter como origem única de abastecimento público são (Quadro 45):

QUADRO 45 | Proposta de captações para consumo humano na freguesia de Cachopo.

LOCAL	N.º HABITANTES
Carne cerva	10
Monte da ribeira	10
Portela	11
Azinhosa	22
Graínho	24

Amoreira	14
Casas baixas	15
Catraia	8 +5
Castelão	12

Fonte: CMT, 2016

No caso do Monte da Ribeira e da Portela o abastecimento é feito graviticamente a partir dum poço que se encontra a uma cota mais elevada. No primeiro monte, foi feita rede até a algumas casas, no segundo o abastecimento é feito a partir de fontanários.

Nas Casas Baixas, Catraia e Castelão foi feita rede às casas.

A captação de Catraia também abastece os moradores de Medronheira, servindo um total de 13 habitantes.

No caso da Amoreira, parte dos moradores têm furos particulares a partir dos quais se servem daquela água para consumo.

Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo

Foram identificadas 28 captações de água subterrânea. Após verificação no local e reuniões havidas com a respetiva Junta de Freguesia, apurou-se que das 28 captações referenciadas como sendo públicas, 17 estão em serviço, 6 são de reserva e 5 estão abandonadas (Quadro 46).

QUADRO 46 | Situação das captações da freguesia Santa Catarina da Fonte do Bispo.

(N.º)

CAPTAÇÕES DE SANTA CATARINA DA FONTE DO BISPO	28	
Em serviço	17	12 Poços e 2 Fontes 3 Furos
Reserva	6	2 Poços e 1 Nora 3 Furos
Abandonado	5	5 Poços

Fonte: CMT, 2016

No monte do Marco e Porto Carvalhoso os furos estão como reserva uma vez que existe rede de abastecimento público gerida pela empresa municipal Taviraverde.

Captações a adaptar/monitorizar para abastecimento público na freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo.

As captações que se julgam poderão ter interesse em manter como origem única de abastecimento público são (Quadro 47):

QUADRO 47 | Proposta de captações para consumo humano/freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo.

LOCAL	N.º HABITANTES
Alcaria Fria	11
Corte do Vidreiro	11
Espartosa	10

Fonte: CMT, 2016

Conclusões

Em regra, as captações dadas como abandonadas são poços e estão muito afastadas das habitações.

Fonte: Arquivo CMT, 2016

FIGURA 79 | Poço afastado das habitações.

Para as captações abandonadas (poços) equaciona-se o entulhamento das mesmas de modo a não representarem perigo e risco de queda de pessoas e animais.

Fonte: Arquivo CMT, 2016

FIGURA 80 | Poço destapado.

Relativamente aos poços em serviço e em reserva a solução poderá passar por tapar com grade em ferro ou outro material de modo a permitir o acesso à água**.**

Fonte: CMT, 2016

FIGURA 81 | Poço vedado com grade de ferro.

Tendo em conta os custos de investimento acrescidos para a instalação e manutenção das captações para consumo humano, propõe-se que para os aglomerados com menos de 10 habitantes seja equacionado o fornecimento contínuo de água embalada, para consumo e confeção de alimentos, mantendo as captações existentes para outros usos colocando junto às mesmas, placas de "água imprópria para consumo".

Para as captações que servem 10 ou mais habitantes deverá equacionar-se avançar com a definição do perímetro de proteção imediato e monitorização da qualidade da água de acordo com a legislação em vigor.

INFRAESTRUTURAS

SISTEMA DE SANEAMENTO

A AdA é a concessionária, em regime de exclusividade, da exploração e da gestão, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água (SMAAA) e do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA), para captação, tratamento e fornecimento de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos efluentes, dos municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António, que foram criados pelos Decreto-Lei n.º285/2003, de 8 de novembro, e Decreto-Lei n.º 167/2000, de 5 de agosto.

A superfície total abrangida pelos Sistemas Multimunicipais é de cerca de 5 000 km^2, sendo o objetivo contido nestas concessões, aumentar as taxas de atendimento da população, na área abrangida, para mais de 97% da população presente no caso do abastecimento de água e para mais de 90% no caso da recolha e tratamento de águas residuais.

SISTEMA DE SANEAMENTO

VERTENTE EM "ALTA"

Em maio de 2001, AdA assumiu a concessão do SMSA, tendo ficado assim previsto que a concessionária que já tinha a responsabilidade do SMAAA, fosse responsável também pelo saneamento em "Alta" da totalidade dos municípios do Algarve, ficando obrigada à construção e exploração do sistema respetivo.

Através deste projeto foi possível dotar grande parte da população da região com um serviço de drenagem e tratamento de águas residuais com gestão integrada, que garante um tratamento adequado dos efluentes.

A conceção do SMSA, tal como previsto inicialmente, teve em consideração, prioritariamente, a distribuição dos núcleos populacionais, as infraestruturas existentes, os objetivos de qualidade ambiental a atingir e as taxas de atendimento fixadas nos documentos de estratégia em vigor.

SISTEMA DE SANEAMENTO

RECOLHA E TRANSPORTE

O Sistema Multimunicipal é maioritariamente caracterizado pelas seguintes infraestruturas (Quadro 48):

QUADRO 48 | Caracterização do SMSA.

(N.º)

INFRAESTRUTURAS DO SMSA		QUANTIDADE
	Estações elevatórias	166
Intercetores	Gravítico (Km)	226
	Conduta elevatória (Km)	182
Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)		65

Fonte: AdA, 2015

Em relação ao concelho de Tavira, existem cerca de 27 km de Intercetores Emissários e 10 EE em exploração.

TRATAMENTO DE ÁGUA RESIDUAL

No que concerne às instalações de tratamento de água residual, no concelho de Tavira existem duas ETAR da AdA em exploração, com os seguintes dados de dimensionamento (Quadros 49 e 50):

Subsistema de Almargem

QUADRO 49 | Caracterização do subsistema "Almargem".

DADO	DESCRIÇÃO
ETAR Almargem	1 ETAR + 10 Estações Elevatórias (EE Arroteia; EE Mosqueiros; EE Luz de Tavira; EE Pedras D'El Rei; EE Sta. Luzia; EE Tavira Oeste; EE Tavira Leste; EE Ilha de Tavira; EE Albacora e EE Cabanas)
Ano Horizonte do Projeto	2025
População	48 200 habitantes equivalentes
Caudal Diário	12.000 m^3/dia
Capitação Média	175 L/dia.hab.

Fonte: AdA, 2015

Subsistema de Cachopo

QUADRO 50 | Caracterização do subsistema "Cachopo".

DADO	DESCRIÇÃO
ETAR Cachopo	1 ETAR
Ano de arranque	2001
População	500 habitantes equivalentes
Caudal Diário	75 m^3/dia
Capitação Média	150 L/dia.hab.

Fonte: AdA, 2015

Na figura 82 é possível visualizar a distribuição das instalações de saneamento em "Alta", nomeadamente a localização das 10 EE e as 2 ETAR.

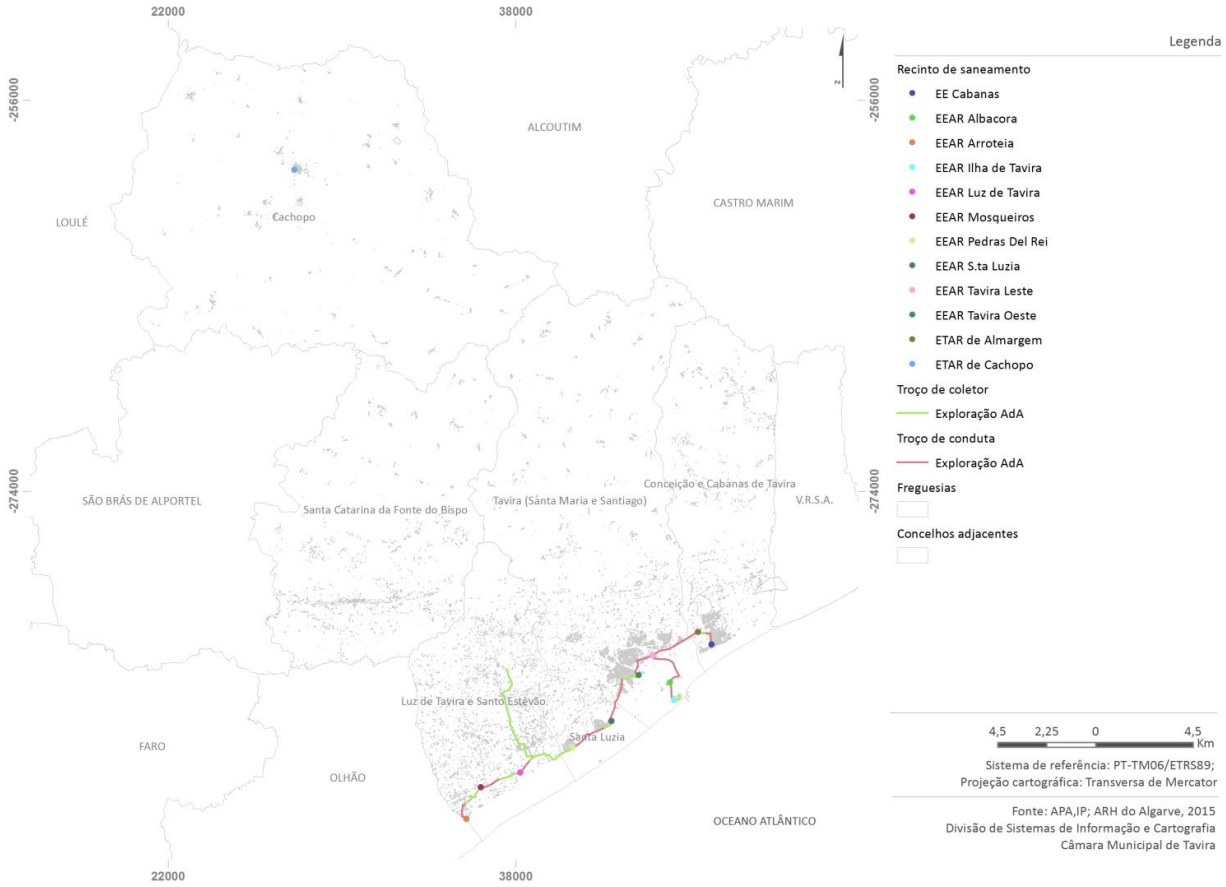


FIGURA 82 | Distribuição das instalações de saneamento vertente em "Alta".

SISTEMA DE SANEAMENTO

ETAR DE ALMARGEM

Com a construção e entrada em funcionamento da ETAR de Almargem, aumentou-se a área servida à população, e desativaram-se várias ETAR (Luz de Tavira, Pedras D'El Rei I e II, Santa Luzia, Cabanas, a própria ETAR de Tavira e a Fossa Séptica de Santo Estêvão), as quais possuíam níveis de tratamento e/ou capacidades insuficientes, tendo mesmo algumas delas chegado ao fim da sua vida útil.

As localidades abrangidas por esta ETAR são a Zona do Livramento/ Arroteia; Cabanas de Tavira; Conceição de Tavira; Luz de Tavira; Santo Estêvão; Pedras D'El Rei; Santa Luzia e cidade de Tavira.

Resumidamente, o caudal afluente à ETAR de Almargem é conduzido através de um Sistema Intercetor e Elevatório, constituído por 10 EE e com 26 901km de extensão, dos quais 14 335 km correspondem a condutas elevatórias e 12 566 km a coletores gravíticos.

A ETAR localiza-se junto à margem esquerda da Ribeira de Almargem (Tavira), ocupando uma área total de 2,1ha, sendo o efluente tratado descarregado nesta Ribeira, já nas proximidades da zona lagunar da Ria Formosa. Esta instalação foi concebida de forma a respeitar os níveis de qualidade exigidos no meio recetor, designadamente do ponto de vista microbiológico, contribuindo assim para a sustentabilidade do ecossistema.

A instalação possui capacidade para tratar 12 200 m^3/dia, correspondente a uma população máxima de 48 200 habitantes, estimada para o ano horizonte de 2025.

A ETAR é constituída por duas linhas para a fase líquida, uma linha para a fase sólida e uma linha de tratamento de odores, sendo o processo de tratamento constituído, por:

- Tratamento preliminar realizado em órgão compacto (gradagem/tamização, desarenação e desengorduramento), em duas linhas independentes;
- Tratamento biológico em sistema de lamas ativadas (com seletores biológicos), em regime de arejamento prolongado, efetuado em reatores do tipo vala de oxidação e decantação secundária. Este tratamento biológico, é realizado em duas linhas independentes;
- Desinfeção final do efluente por radiação ultravioleta;
- Espessamento mecânico das lamas e desidratação mecânica por centrífuga;
- Desodorização do ar contaminado por biofiltração.

SISTEMA DE SANEAMENTO

PARÂMETROS DE QUALIDADE

A ETAR foi dimensionada tendo em conta, as cargas poluentes afluentes, bem como a legislação em vigor referente às Normas de descarga de efluentes, nomeadamente o Decreto-Lei nº 152/97, de 19 de junho.

No seguinte quadro apresentam-se os parâmetros de qualidade mais significativos, previstos para a instalação.

QUADRO 51 | Parâmetros de qualidade.

PARÂMETRO	UNIDADES	VALOR DE QUALIDADE
CBO5 (20 °C)	mg O2/l	25
CQO	mg O2/l	125
SST	mg/l	35
Azoto Total	mg/l	15
Coliformes Fecais	NMP/100ml	2000

Fonte: AdA, 2015

SISTEMA DE SANEAMENTO

REUTILIZAÇÃO DAS ÁGUAS RESIDUAIS

A ETAR está dotada de um sistema de filtração e de um sistema de desinfeção adicional por ultravioletas, para produção de água com qualidade adequada à utilização como água de serviço, na rega de espaços verdes, lavagens e preparação de reagentes.

Com este sistema será garantida uma qualidade microbiológica de 100 NMP/100ml em Coliformes Fecais.

Para além desta ETAR a AdA está também a explorar a ETAR de Cachopo neste concelho.

SISTEMA DE SANEAMENTO

VERTENTE EM “BAIXA”

A Taviraverde constituída em 28 de fevereiro de 2005 é entidade gestora responsável pela gestão do saneamento em “Baixa” no concelho de Tavira.
A grande percentagem de águas residuais recolhidas nas redes da Taviraverde é entregue nas ETAR geridas pela AdA (ETAR do Almargem e ETAR de Cachopo).

Em alguns locais onde a distância e o isolamento não permitiu a ligação à rede pública aos aglomerados urbanos, foram implementadas alternativas de recolha e tratamento das águas residuais geridas pela empresa municipal.

Sob gestão da Taviraverde e em zonas mais rurais, existem vários sistemas dispersos, com as seguintes ETAR:

QUADRO 52 | Sistemas dispersos geridos pela Taviraverde.

DESIGNAÇÃO/SISTEMAS DISPERSOS	FREGUESIA
ETAR de Santa Catarina	Santa Catarina da Fonte do Bispo
ETAR de Porto Carvalhoso	
ETAR do Bengado	
ETAR dos Morenos	
ETAR das Casas de Baixo e Várzea	Conceição e Cabanas de Tavira
ETAR da Carrapateira	
ETAR dos Estorninhos	
ETAR dos Currais	Cachopo
ETAR da Mealha	
ETAR da Feiteira	

Fonte: Taviraverde, 2016

Na figura 83 pode observar-se a distribuição/localização das instalações de saneamento geridas pela Taviraverde.

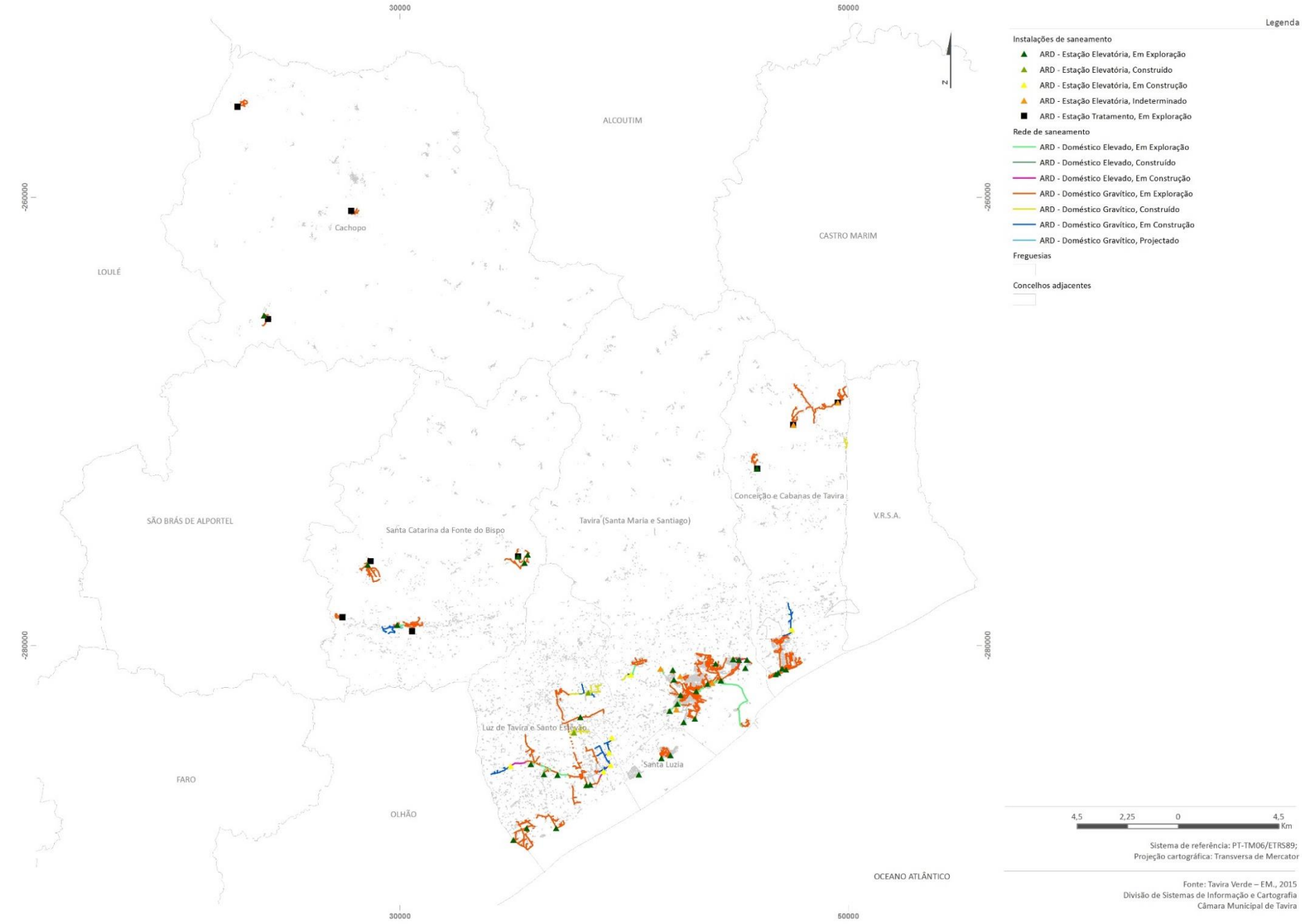


FIGURA 83 | Distribuição das instalações de saneamento vertente em "Baixa".

CARACTERIZAÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO

As redes de saneamento são separativas e os materiais são na sua maioria em PVC podendo haver troços da rede em fibrocimento, corrugado e PEAD.

Em regra o funcionamento geral da rede é bom, contudo, existem alguns problemas associados à antiguidade das condutas e coletores, nomeadamente a intrusão salina. Algumas afluências indevidas também são detetadas nas redes de saneamento, com maior incidência na zona da cidade de Tavira e vila de Santa Luzia.

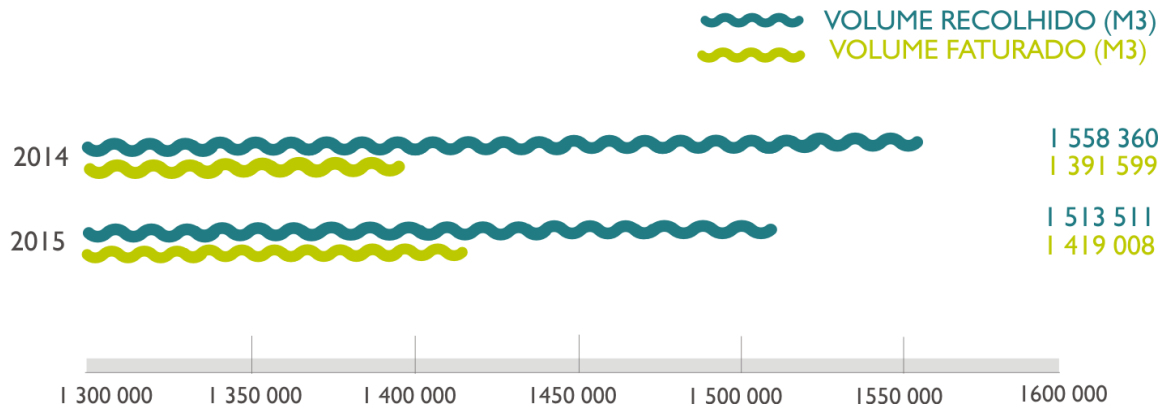
O cadastro da rede de saneamento não está totalmente atualizado, contudo, estima-se que atualmente existam 276 km de redes. Nos últimos anos tem sido feita uma campanha intensiva de inspeção vídeo e de reparação de condutas.

SISTEMA DE SANEAMENTO

ÍNDICE DE ATENDIMENTO/GRAU DE COBERTURA E VOLUMES PRODUZIDOS

Segundo informação e cálculos da Taviraverde o grau de cobertura do serviço de saneamento ronda os 82%. Em muitas zonas rurais onde o serviço não existe, as habitações estão dotadas por fossas.

Os volumes de água residual entregues na ETAR de Almargem nos anos de 2014 e 2015 foi de 1 558 360 m^3 e 1 513 511 m^3, respetivamente. O volume faturado, nos mesmos anos, aos clientes do serviço de saneamento, foi de 1 391 599 m^3 e 1 419 008 m^3 **(**Gráfico 46**).**



Fonte: Taviraverde, 2016

GRÁFICO 46 | Volumes recolhidos e volumes faturados em 2014 e 2015.

Existe uma diferença entre o volume recolhido e o faturado. Em 2014, 89,3% do volume recolhido foi faturado ao cliente. Em 2015 a percentagem subiu para os 93,76%.

As variações entre o volume recolhido e o volume faturado prendem-se com vários fatores. Em regra o valor da produção das águas residuais cobradas ao cliente é indexado à água consumida, resultando numa estimativa mas não num valor real, uma vez que não existe contador/leitura do que entra na rede pública de saneamento a partir das redes prediais.

Existem intrusões nas redes de saneamento, quer das águas das chuvas, quer das águas das marés. Em locais do concelho alguns clientes, para além do serviço público de abastecimento de água, possuem também captações próprias,

cujos efluentes resultantes de diversas atividades, são descarregados na rede de saneamento sem a respetiva contabilização dos volumes.

Relativamente aos meses de maior e menor volume recolhido (Sistema Almargem), no ano de 2014, o mês de maior volume foi o de agosto com 194 013 m^3 e o menor foi o mês de fevereiro com 97 857 m^3.

Para o ano de 2015, os meses de maior e menor volume recolhido foram os idênticos a 2014, com os volumes de 184 294 m^3 e 93 888 m^3, respetivamente. Nos sistemas dispersos foram recolhidos e tratados 30 034 m^3 de água residual em 2014 e 29 519 m^3 em 2015.

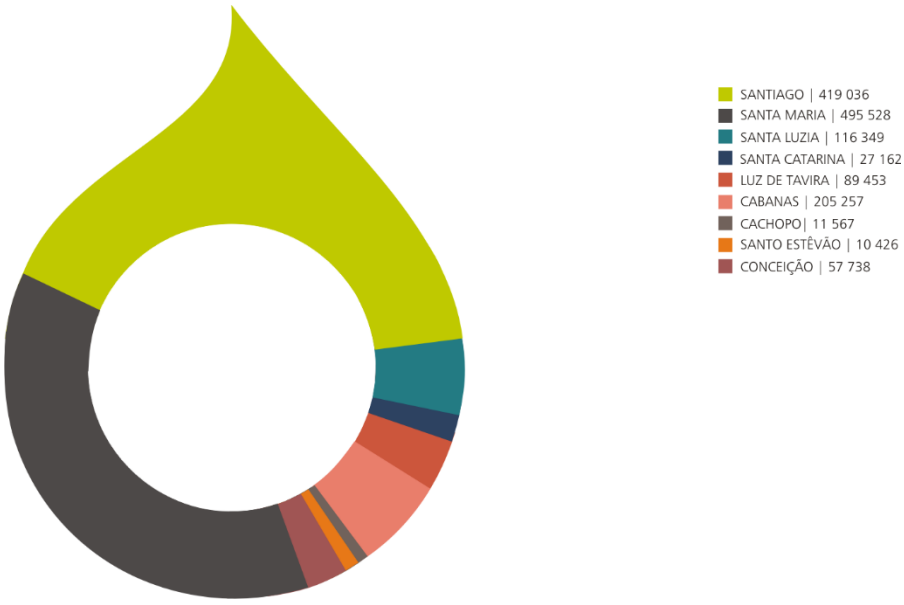
Resumidamente o volume de água residual recolhida e tratada nas várias ETAR da gestão da AdA (Almargem e Cachopo) e da gestão da Taviraverde, em 2014, foi de 1 588 394 m^3 e, no ano de 2015 foi de 1 543 030 m^3 (Quadro 53).

QUADRO 53 | Volumes de água produzidos por sistema.

SISTEMA		ETAR	VOLUME (m3)	
			2014	2015
Sistema Almargem	EE1 – Arroteia EE2 - Mosqueiros EE4 – Pedras D'El Rei EE5 – Santa Luzia EE6 – Tavira Oeste EE7 – Tavira Leste EE8 - Cabanas	Almargem	1 558 360	1 513 511
Sistemas dispersos	Santa Catarina Porto Carvalhoso Morenos Mealha Feiteira Carrapateira Bengado Estorninhos Currais Casas Baixo e Várzea Cachopo (gestão AdA)	Sistemas dispersos	30 034	29 519
Total			**1 588 394**	**1 543 030**

Fonte: Taviraverde, 2016

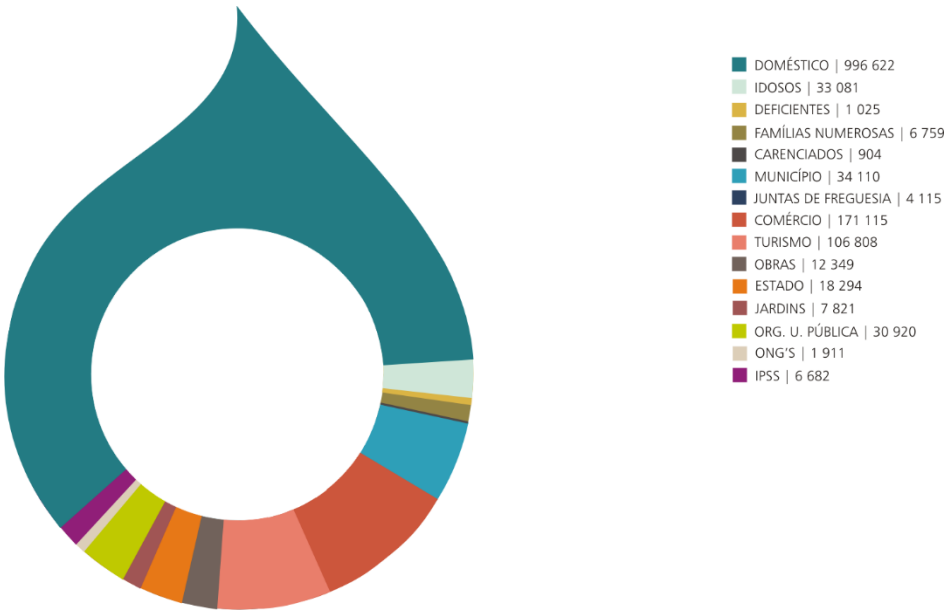
No gráfico 47 estão representados os volumes faturados por freguesia, para o ano de 2014, sendo a maior proveniência de águas residuais a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), seguindo-se Conceição e Cabanas de Tavira e de Santa Luzia.



Fonte: Fonte: Taviraverde, 2016

GRÁFICO 47 | Volume de águas residuais faturadas por freguesia (ano 2014).

No gráfico 48 consta a distribuição dos volumes por tarifa, sendo que da análise do mesmo, cerca de 69,57% do volume das águas residuais produzidas são provenientes do setor doméstico, 11,95% do setor do Comércio e 7,46% do setor do Turismo.



Fonte: Taviraverde, 2016

GRÁFICO 48 | Distribuição do volume de águas residuais por Tarifa (ano 2014).

Relativamente ao número de utentes/clientes do sistema de saneamento, cerca de 97% estão servidos pelo Sistema Almargem e 3% pelos Sistemas Dispersos (Gráfico 49).

Fonte: Taviraverde, 2016

GRÁFICO 49 | Número de utentes por Sistema.

Pretendeu-se obter informação mais detalhada sobre a produção/faturação de águas residuais por subsistema. Assim, pode observar-se da leitura do gráfico 50 que dos subsistemas do Almargem, a maior proveniência das águas residuais são da EE7 Tavira Leste (recolhe as águas residuais das redes (subsetores) da Ilha de Tavira; Nora Velha (Urb. Quinta do Morgado, Urb. Mato Santo Espírito, Urb. Quinta das Salinas, Urb. Pézinhos e Margem esquerda do rio) e, Campo da Feira), seguida da EE8 Cabanas (recolhe as AR das redes (subsetores) de Cabanas; Conceição; Pedras da Rainha e Golden).

Fonte: Taviraverde, 2016

GRÁFICO 50 | Distribuição do número de utentes por Estação Elevatória (Sistema Almargem).

SISTEMA DE SANEAMENTO

EFICIÊNCIA NO TRATAMENTO DAS ÁGUAS RESIDUAIS

No concelho de Tavira, pode afirmar-se que 100% do volume de águas residuais recolhidas nas redes de saneamento são tratadas.

As infraestruturas de tratamento de águas residuais sob gestão da Taviraverde são as seguintes:

QUADRO 54 | Tipo tratamento das ETAR sob gestão da Taviraverde.

DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA DE TRATAMENTO
ETAR Santa Catarina	ETAR com tanque de arejamento prolongado + leitos de secagem
ETAR Porto Carvalhoso	ETAR compacta com sistema de lamas ativadas
ETAR Morenos	ETAR compacta com sistema de lamas ativadas
ETAR Mealha	ETAR compacta com sistema de lamas ativadas
ETAR Feiteira	ETAR compacta com sistema de lamas ativadas
ETAR Carrapateira	Fossa séptica com leito de macrófitas
ETAR Bengado	ETAR compacta com sistema de lamas ativadas
ETAR Estorninhos	ETAR compacta com sistema de lamas ativadas
ETAR Currais	ETAR Compacta com sistema de lamas ativadas +leito de macrófitas
ETAR Casas Baixo e Várzea	ETAR compacta com sistema de lamas ativadas

Fonte: Taviraverde, 2016

Fonte: Taviraverde, 2016

FIGURA 84 | ETAR dos Estorninhos.

Fonte: Taviraverde, 2016

FIGURA 85 | ETAR da Carrapateira.

Fonte: Taviraverde, 2016

FIGURA 86 | ETAR do Porto Carvalhoso.

Segundo a Taviraverde, os sistemas de tratamento adotados são eficientes. Contudo, em situações pontuais verificam-se descargas não autorizadas na rede, de efluentes de diversas origens, que provocam problemas nos órgãos de tratamento das estações. Um caso flagrante são descargas esporádicas de lagares de azeite que vão descarregar na ETAR de Santa Catarina (Figura 87).

Fonte: Taviraverde, 2016

FIGURA 87 | ETAR de Santa Catarina (Tanque de Arejamento) após descarga ilegal na rede de um Lagar de Azeite.

INFRAESTRUTURAS

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

O turismo e a população flutuante veraneante associada têm também consequências relevantes no setor dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), existindo uma produção de resíduos no verão, nos meses de junho a setembro, muito superior ao verificado no resto do ano. É da responsabilidade dos órgãos municipais, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro as questões de ambiente e saúde nas quais se enquadra a gestão dos RSU. Deste modo, compete ao município de Tavira assegurar a gestão dos RSU produzidos na área do concelho e a limpeza e higiene das vias e outros espaços públicos. No entanto, foram delegadas tais competências à Taviraverde.

A empresa ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (ALGAR), detém o exclusivo da concessão da exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Algarve, que abrange os 16 concelhos da região.

A ALGAR é responsável pela gestão dos RSU de toda a área geográfica de intervenção, a região do Algarve, que abrange cerca de 4 997km^2, servindo uma população de cerca de 451 mil/hab. (censos 2011), utilizando atualmente, para o cumprimento da sua missão, as seguintes unidades de tratamento:

- Aterro Sanitário do Barlavento;

- Aterro Sanitário do Sotavento;

- Unidade de Triagem do Barlavento;

- Unidade de Triagem do Sotavento;

- Unidade de Compostagem de Verdes de Portimão;

- Unidade de Compostagem de Verdes de Tavira;

- Unidade de Compostagem de Verdes de S. Brás de Alportel;

- Unidade de Valorização de RCD;

- Centro Integrado de Tratamento de Resíduos Volumosos;

- Centro de Valorização Orgânica.

A empresa dispõe ainda de diversas infraestruturas complementares às unidades atrás referidas, nomeadamente, 8 estações de transferência, 3 centros electroprodutores de biogás de aterro, 13 ecocentros, 1 centro de educação ambiental e uma rede com cerca de 2 610 ecopontos de deposição seletiva multimaterial.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

INDIFERENCIADOS

A Taviraverde é responsável pela recolha dos RSU em toda a área geográfica do concelho de Tavira, procedendo ao seu transporte até à Estação de Transferência de Tavira (instalação da ALGAR localizada na Senhora da Saúde, Fonte Salgada e que entrou em funcionamento em abril de 1998).

A empresa municipal dotou o concelho de Tavira com uma rede de contentores de várias dimensões, distribuídos pelas várias freguesias (Quadro 55 e Figura 88):

QUADRO 55 | Tipologia e quantidade de contentores.

(N.º)

FREGUESIA	CONTENTORES DE SUPERFÍCIE	CONTENTORES ENTERRADOS	
	800 L	3000L	1100L
Tavira (Santa Maria e Santiago)	545	118	12
Santa Luzia	104	5	
Luz de Tavira e Santo Estevão	320	2	7
Santa Catarina da Fonte do Bispo	140		2
Cachopo	65		
Conceição e Cabanas de Tavira	250	21	27
Total Concelho	**1424**	**146**	**48**

Fonte: Taviraverde, 2015

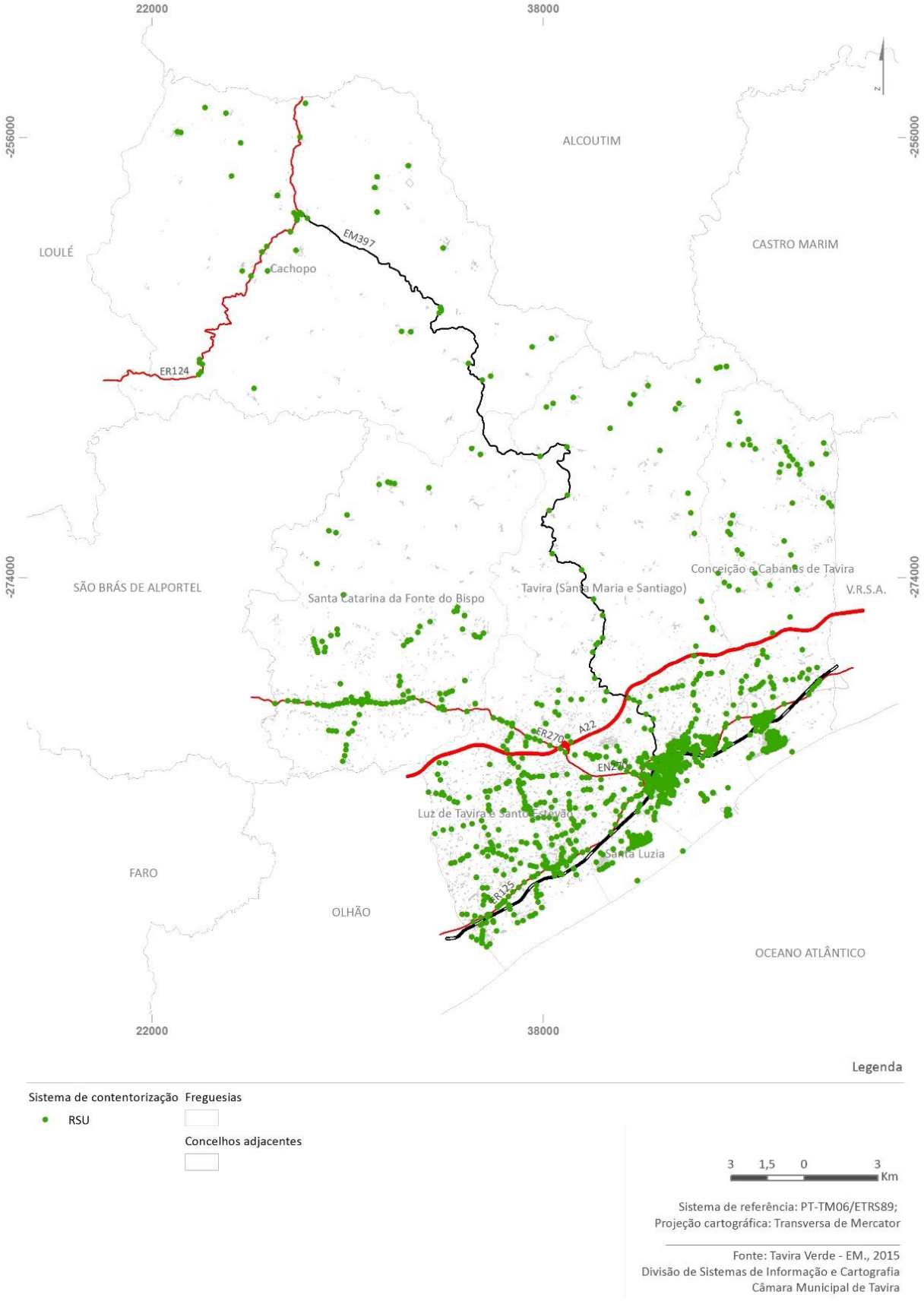


FIGURA 88 | Distribuição do sistema de contentorização de RSU no concelho de Tavira.

A Taviraverde tem definidos 7 circuitos de recolha de RSU e 5 circuitos para a recolha de Monos e Verdes (Quadro 56 e Figura 89). A duração dos circuitos é variável, sendo notório o aumento do número de horas nos meses de verão para se conseguir cumprir com a recolha dos resíduos. A duração dos circuitos varia entre as cinco horas (nos meses de época baixa) e as oito horas em alguns meses de verão, nomeadamente no circuito dos contentores de superfície da cidade, Santa Luzia, Conceição e Cabanas de Tavira.

Foi criado um circuito específico (circuito extra/locais problemáticos) para fazer face às inúmeras situações de deposições ilegais que acontecem em vários pontos do concelho e nomeadamente durante os meses de verão.

QUADRO 56 | Circuitos de recolha.

DESIGNAÇÃO	LOCALIDADE	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
Circuito 1	Cidade (contentores enterrados)	X	X		X	X	X	
Circuito 2	Cidade (contentores de superfície), Sta. Luzia, Conceição e Cabanas	X	X		X	X	X	
Circuito 3	Loteamentos a Norte da EN125 Luz Tavira	X	X	X	X	X	X	
Circuito 4	Sto. Estevão/Sta. Catarina	X	X	X	X	X	X	
Circuito 5	Cachopo	X			X			
Circuito 6	Faz Fato		X			X		
Circuito Extra	Locais problemáticos			X			X	verão
Monos e Verdes	Tavira (Santa Maria e Santiago)	X				X	X	
	Conceição/Cabanas		X					
	Sto. Estevão/Sta. Catarina			X				
	Sta. Luzia/Luz Tavira				X			
	Cachopo	Recolha diária assegurada pela Junta Freguesia, indo a Taviraverde levantar os resíduos 1 vez/mês						

Fonte: Taviraverde, 2015

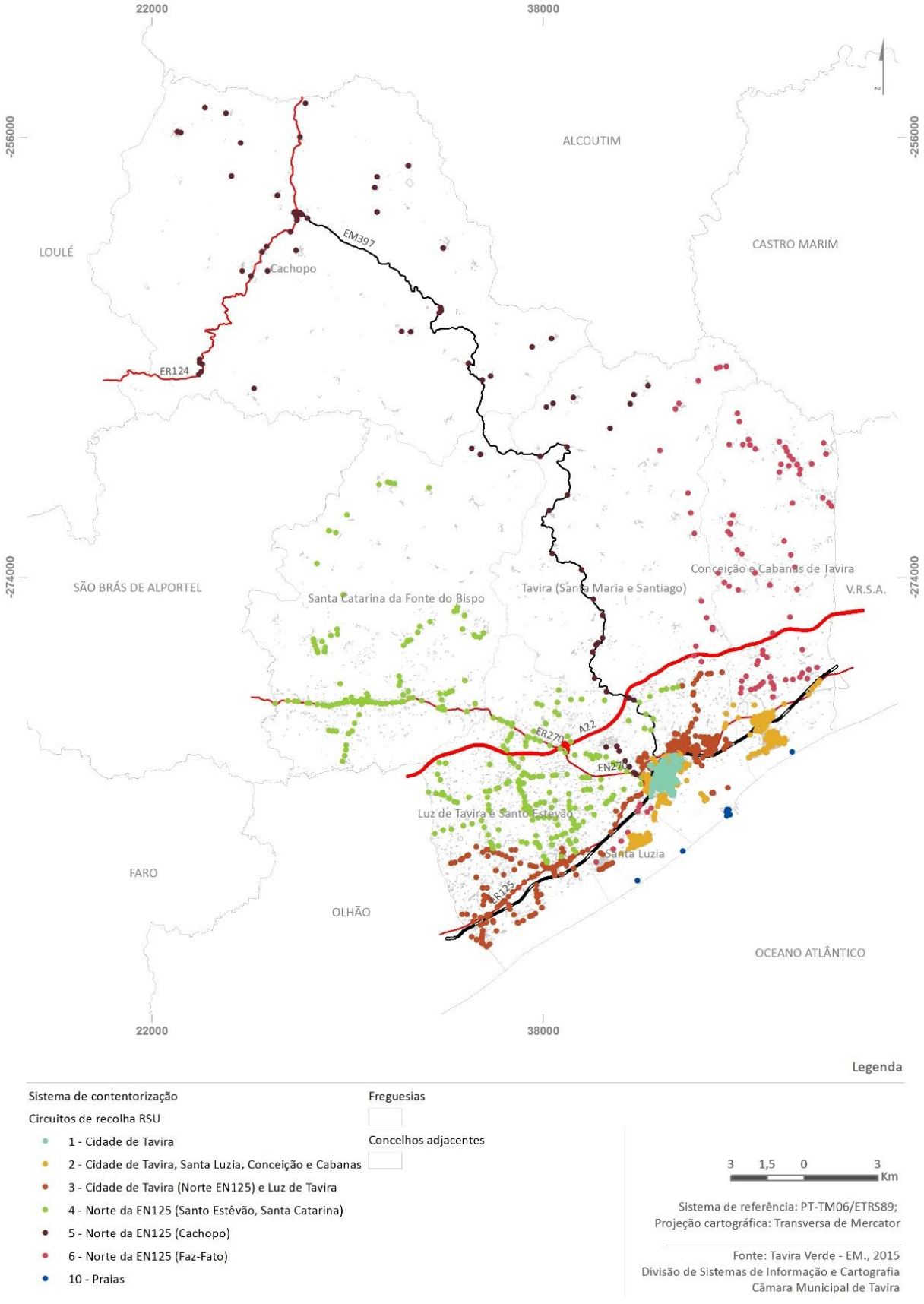


FIGURA 89 | Distribuição dos circuitos de recolha de RSU no concelho de Tavira.

Para além dos circuitos acima definidos, a Taviraverde também promove a recolha separativa dos resíduos nas praias do concelho de Tavira.

As praias do concelho de Tavira estão inseridas em área de PNRF, em duas ilhas barreira (Ilha de Tavira e praia de Cabanas). A Taviraverde é responsável pela limpeza de praias por via de contrato-programa celebrado ao abrigo do disposto no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O contrato celebrado prevê não só a limpeza do areal (área não concessionada) mas também de todos os acessos. A recolha seletiva nas ilhas barreira é promovida pela empresa municipal. Os resíduos produzidos nas ilhas barreira são transportados por meio de embarcação até à zona continental (estes resíduos entram na contabilização referente ao total entregue pela Taviraverde à ALGAR, constantes no gráfico 51 e quadro 58.

A Taviraverde também tem como competência a limpeza urbana, que integra o serviço de lavagem de marcos e cubas de contentores enterrados de RSU e Recicláveis, o serviço de Varredura Manual e Varredura Mecânica das vias públicas e recolha de papeleiras.

Para a execução das tarefas inerentes à recolha de RSU e limpeza urbana, a Taviraverde dispõe a frota elencada (Quadro 57) e diversos equipamentos e máquinas não discriminados.

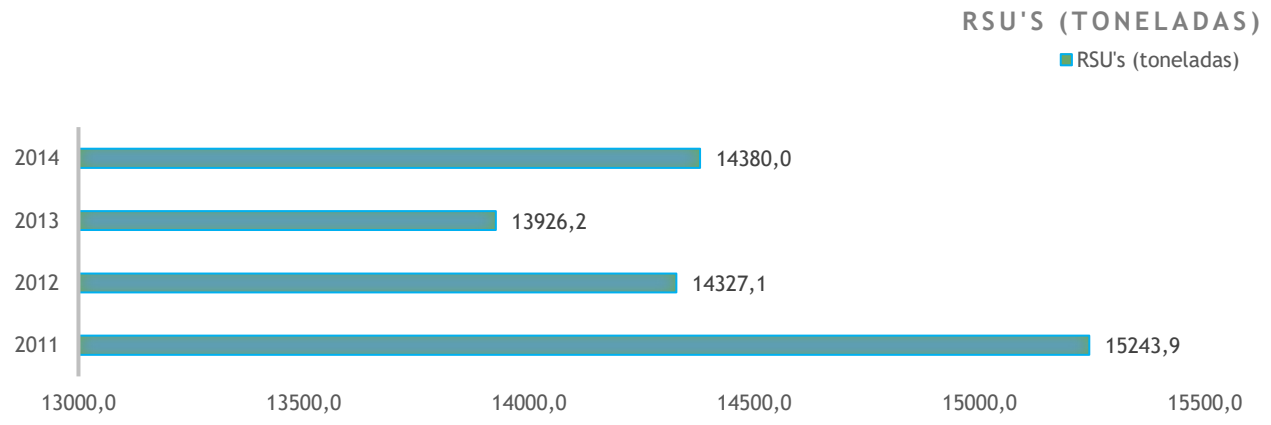
QUADRO 57 | Frota afeta ao serviço de recolha de RSU e limpeza urbana.

(N.º)

SERVIÇO	CARACTERIZAÇÃO	QUANTIDADE
Recolha de RSU (indiferenciados)	Viatura de 15 m³ com grua	3
	Viatura de 15 m³ sem grua	3
	Viatura de 20 m³	1
	Viatura de 7 m³	1
Limpeza urbana	Viatura de substituição de contentores	3
	Viatura de lavagem de marcos e cubas	1
	Tricarro para recolha de papeleiras	2
	Varredora mecânica	1

Fonte: Taviraverde, 2015

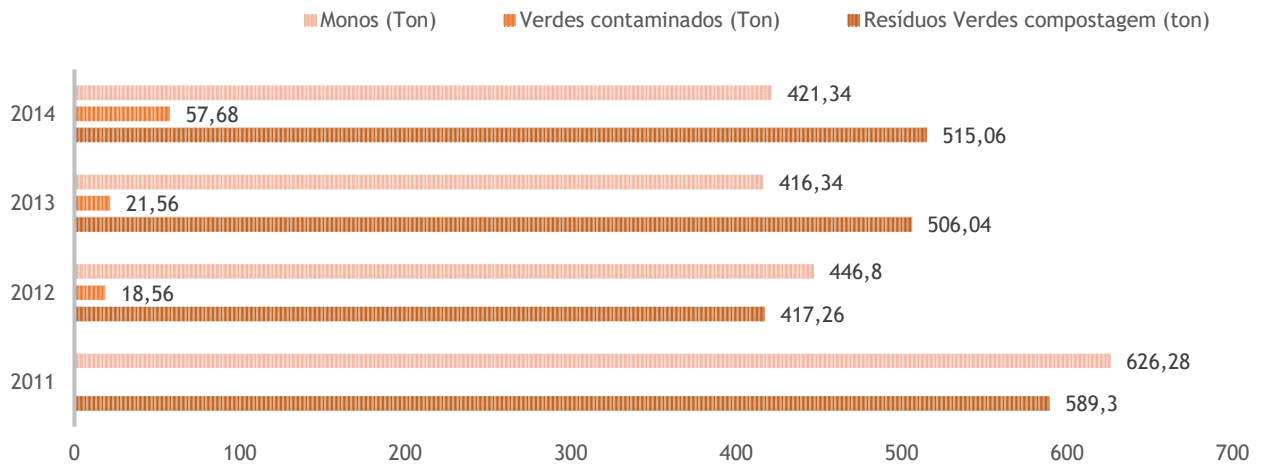
Nos gráficos 51, 52 e 53 é possível ver a evolução das quantidades em toneladas dos resíduos entregues pela Taviraverde à ALGAR nos anos de 2011 a 2014.



Fonte: Taviraverde, 2015

GRÁFICO 51 | RSU entregues pela Taviraverde na Estação Transferência de Tavira (ALGAR).

Denota-se um decréscimo considerável na produção de RSU ao longo dos anos 2011 a 2013, voltando a crescer a produção no ano de 2014 (taxa de crescimento de 3% entre 2013 e 2014).

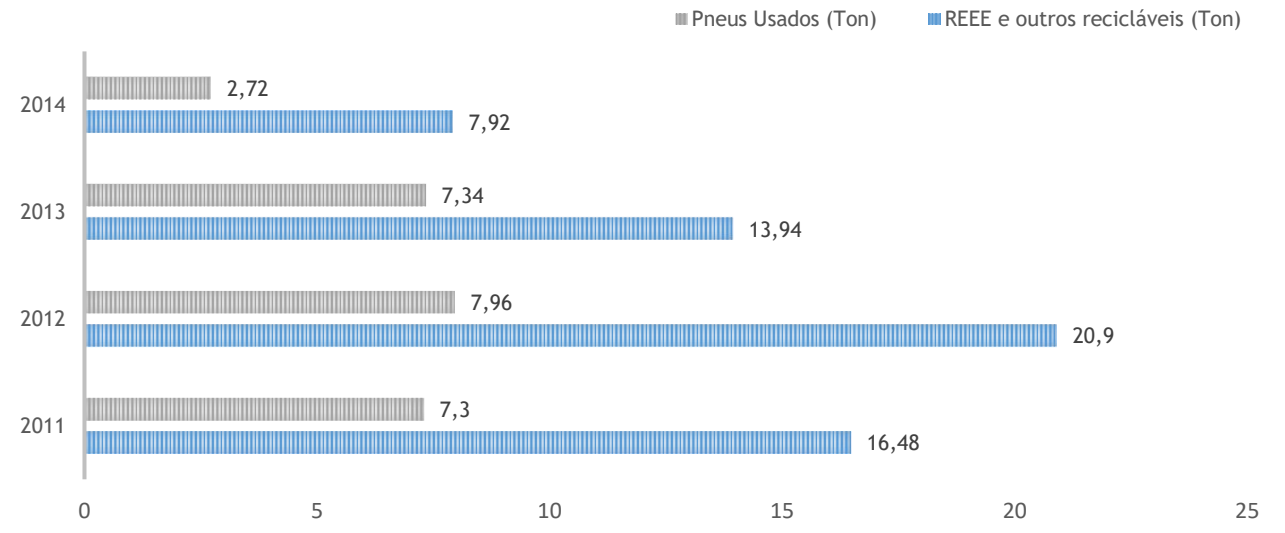


Fonte: Taviraverde, 2015

GRÁFICO 52 | Monos e verdes entregues pela Taviraverde na Estação Transferência de Tavira (ALGAR).

Verificou-se um decréscimo (-29%) na entrega dos resíduos verdes para compostagem de 2011 para 2012, voltando a aumentar em 21% no ano de 2013. Em 2012 iniciou-se a contabilização dos resíduos verdes contaminados sendo notório o aumento da produção destes resíduos de 2013 para 2014 (+ 168%).

A entrega de monos reduziu cerca de 29% de 2011 para 2012.



Fonte: Taviraverde, 2015

GRÁFICO 53 | Pneus usados, REEE e outros recicláveis entregues pela Taviraverde na Estação Transferência de Tavira (ALGAR).

A taxa de crescimento da entrega de REEE entre 2011 e 2012 foi de 27%, caindo drasticamente nos anos seguintes (-33% em 2013 e -43% em 2014). Tal facto poderá estar associado à recolha dos resíduos em vários pontos instalados (ponto eletrão) por empresas aderentes ao Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (SIGREEE).

Relativamente aos pneus verifica-se uma drástica diminuição da taxa de crescimento de 2013 para 2014 (- 63%).

QUADRO 58 | Total de resíduos entregues pela Taviraverde à ALGAR, entre 2011 e 2014, e respetivas taxas de crescimento.

Toneladas

	2011	2012	2013	2014
RSU	15243,96	14327,14	13926,20	14380,00
Verdes compostagem	589,30	417,26	506,04	515,06
Verdes contaminados	-	18,56	21,56	57,68
Monstros	626,28	446,80	416,34	421,34
REEE	16,48	20,90	13,94	7,92
Pneus Usados	7,30	7,96	7,34	2,72
Total	**16483,32**	**15238,62**	**14891,42**	**15384,72**
Tx Cresc. RSU	n.a.	- 6%	-3%	3%
Tx. Cresc. Verdes compostagem	n.a.	-29%	21%	2%
Tx. Cresc. Verdes contaminados	n.a.	n.a.	16%	168%
Tx. Cresc. Monstros	n.a.	-29%	-7%	1%
Tx. Cresc. REEE	n.a.	27%	-33%	-43%
Tx. Cresc. Pneus usados	n.a.	9%	-8%	-63%
Tx. Cresc. Total	**n.a.**	**-8%**	**-2%**	**3%**

Fonte: ALGAR, 2015

Nos anos de 2011 a 2014 o mês em que se verificou maior entrega de RSU pela Taviraverde à ALGAR foi agosto. Naqueles anos, fevereiro foi o mês com a menor entrega (Quadro 59).

QUADRO 59 | Meses de maior e menor produção de resíduos.

Toneladas

	FEVEREIRO	AGOSTO
2011	946,640 Ton	2032,740 Ton
2012	910,160 Ton	1878,140 Ton
2013	861,340 Ton	1832,840 Ton
2014	885,660 Ton	1848,020 Ton

Fonte: Taviraverde, 2015

Esta diferença está diretamente relacionada com a sazonalidade turística que se verifica na região do Algarve.

A Capitação média diária nos anos de 2011 a 2014 não apresentou variações e foi de 1,6 kg/hab.

RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS INDIFERENCIADOS

DESTINO FINAL/VALORIZAÇÃO

O concelho de Tavira é servido pela ALGAR – Sistema Multimunicipal de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Algarve, mais especificamente pelo Subsistema do Sotavento, que abrange ainda os concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Vila Real de Santo António, Faro, Loulé, Olhão e São Brás de Alportel.

Os resíduos indiferenciados têm como destino final a valorização orgânica e aterro sanitário.

RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS
INDIFERENCIADOS

ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TAVIRA

Os resíduos provenientes da recolha no concelho de Tavira são descarregados temporariamente na Estação de Transferência de Tavira, localizada na Senhora da Saúde/Fonte Salgada, com o objetivo de os preparar para serem transportados por viaturas de maior capacidade e para terem como destino final o aterro ou a triagem dos resíduos embalagem.

RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS
INDIFERENCIADOS

ATERRO SANITÁRIO DO SOTAVENTO ALGARVIO

O Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio localizado em Vale Maria Dias, Cortelha – Salir, concelho de Loulé, que iniciou o seu funcionamento em junho de 2000, possui duas células de deposição de resíduos, a célula A, que já se encontra encerrada e, a célula B, que se encontra atualmente em exploração estando licenciada para uma capacidade de 1 014 604 ton.

RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS
INDIFERENCIADOS

ESTAÇÃO DE TRIAGEM DO SOTAVENTO

A Estação de Triagem situa-se em São João da Venda em Almancil e entrou em funcionamento em julho de 2001. Dispõe de uma linha de triagem automática de embalagens de plástico e metal com uma capacidade de processamento de cerca de 2,5 ton./hora. Dispõe ainda de uma linha de triagem manual de papel/cartão com uma capacidade de processamento de cerca de 1,4 ton./hora.

RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS
INDIFERENCIADOS

ESTAÇÃO DE COMPOSTAGEM DE TAVIRA

A estação de compostagem situa-se na Senhora da Saúde/Fonte Salgada em Tavira e entrou em funcionamento em março de 2002. A unidade de compostagem tem uma capacidade instalada de processamento de 5 000 ton./ano de verdes.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

DIFERENCIADOS (RECICLÁVEIS)

A recolha dos resíduos recicláveis no concelho de Tavira é na sua maioria realizada pela ALGAR.

A Taviraverde também faz parte da recolha mas com menor expressão.

Para a deposição seletiva, no concelho de Tavira existem os equipamentos elencados no quadro 60, distribuídos de acordo com o quadro 62.

QUADRO 60 | Número de contentores de deposição seletiva.

MATERIAL	TOTAL DE CONTENTORES	N.º DE CONTENTORES DE SUPERFÍCIE	N.º DE CONTENTORES SUBTERRÂNEOS
Plástico/Metal	194	126	68
Papel/Cartão	203	134	69
Pilhas	41	41	0
Vidro	224	156	68

Fonte: ALGAR, 2015

QUADRO 61 |Total de contentores por freguesia.

(N.º)

MATERIAL	CABANAS E CONCEIÇÃO DE TAVIRA	CACHOPO	STA. CATARINA DA FONTE DO BISPO	STA. LUZIA	TAVIRA (STA. MARIA E SANTIAGO)	LUZ DE TAVIRA E SANTO ESTEVÃO
Plástico/Metal	48	3	4	13	105	21
Papel/Cartão	49	4	4	13	109	24
Pilhas	2	0	1	3	32	3
Vidro	52	4	6	20	113	30

Fonte: ALGAR, 2015

Os equipamentos elencados encontram-se distribuídos por 185 ecopontos, conforme quadro 61 e figura 90.

QUADRO 62 | Número total de ecopontos.

TIPOLOGIA	N.º ECOPONTOS
Superfície	118
Subterrâneos	67

Fonte: ALGAR, 2015

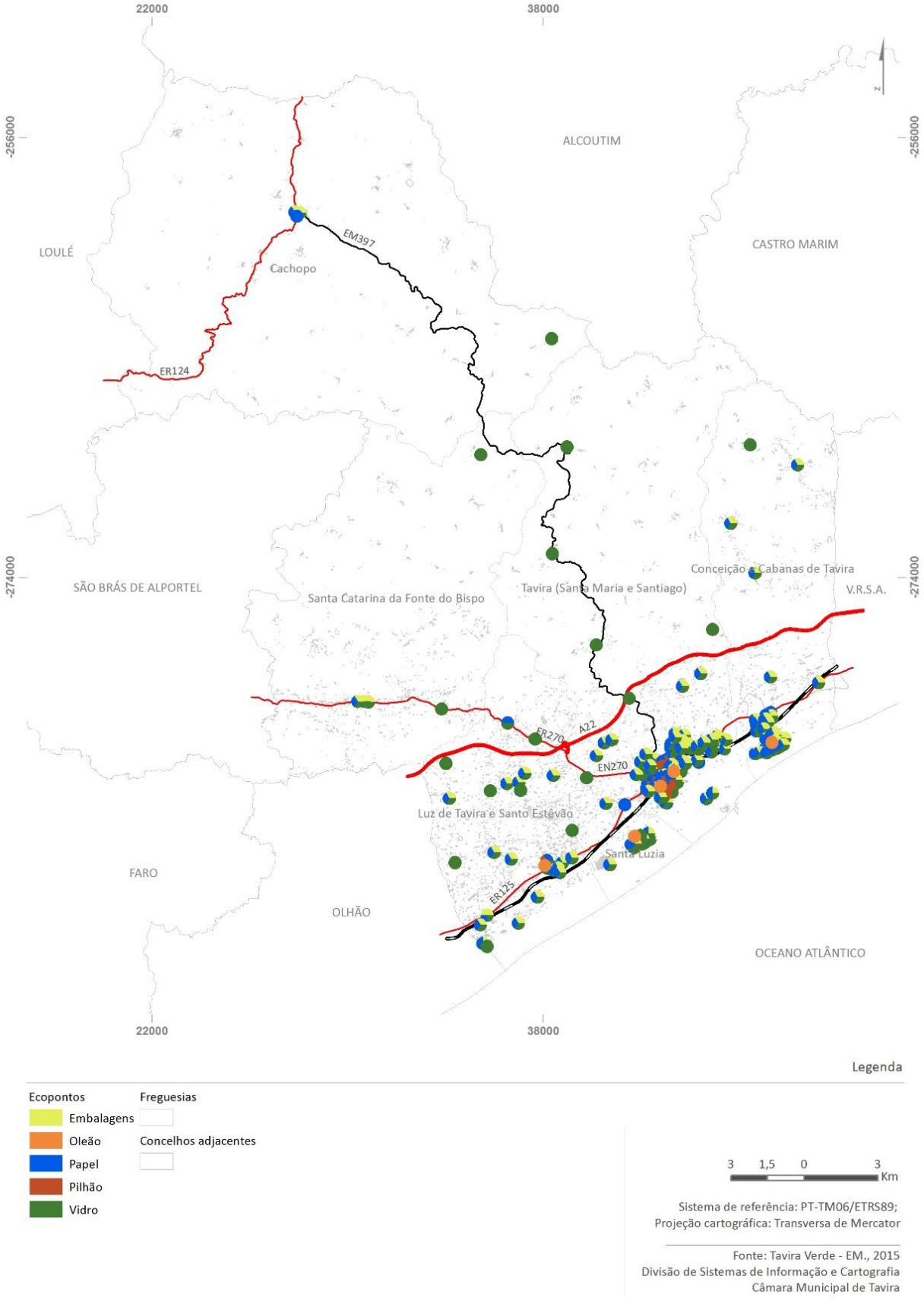


FIGURA 90 | Distribuição dos Ecopontos no concelho de Tavira.

Para além da recolha a partir da rede de ecopontos e contentores, a ALGAR criou um serviço gratuito de apoio exclusivo a comerciantes e a grandes produtores, denominado "Ambilinha", para a recolha porta a porta de resíduos de embalagem (vidro, papel/cartão e plástico/metal).

À data de 31 de dezembro de 2014 existiam no concelho de Tavira, 249 aderentes ao serviço Ambilinha.

RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS
DIFERENCIADOS

ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TAVIRA

A infraestrutura de receção de resíduos designa-se por Estação de Transferência de Tavira, posteriormente estes resíduos são transferidos para a unidade de triagem da Estação de Transferência de Faro/Loulé/Olhão.

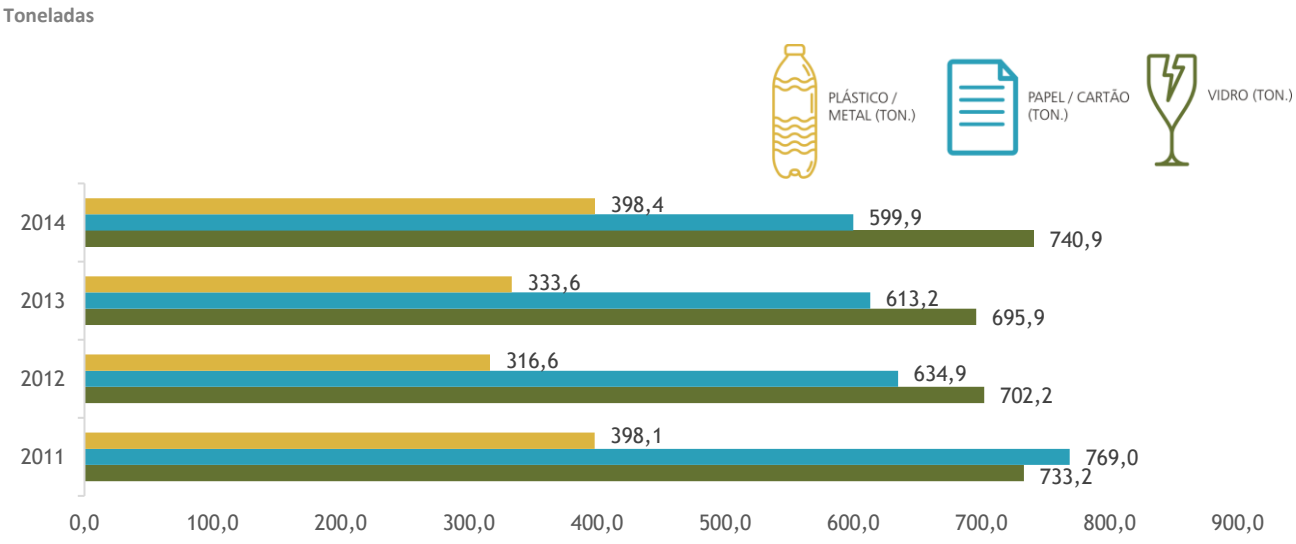
O destino final dos resíduos recolhidos na ALGAR é a reciclagem e aterro sanitário.

RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS
DIFERENCIADOS

EVOLUÇÃO DOS RESÍDUOS DE EMBALAGENS RECOLHIDOS PELA ALGAR E TAVIRA VERDE

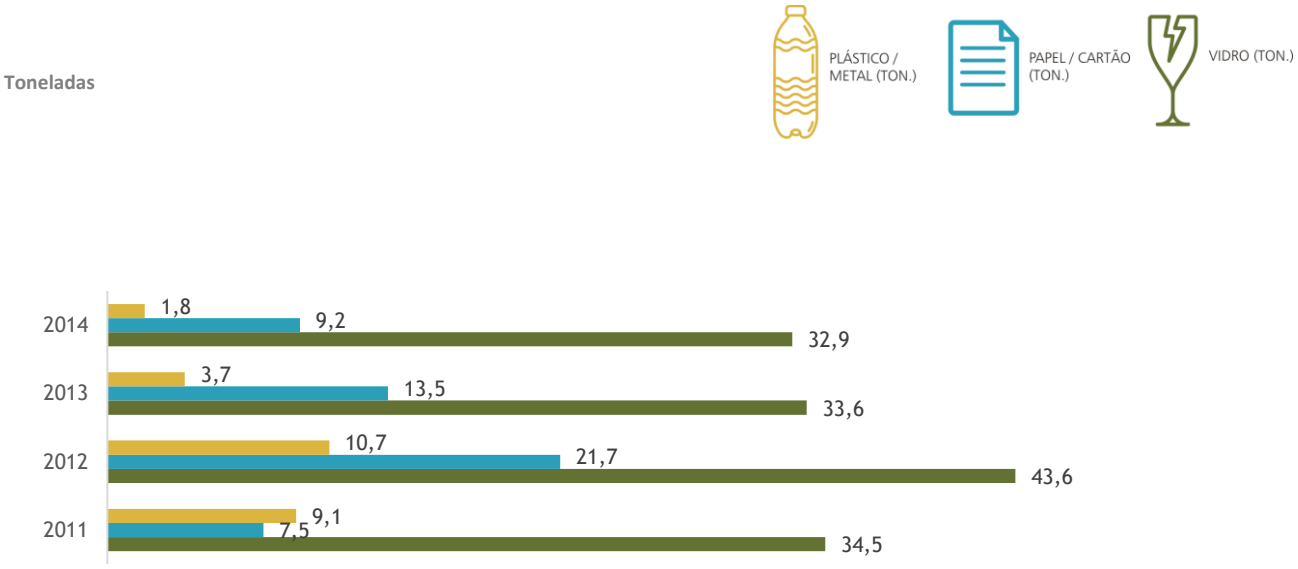
A recolha de cartão efetuada pela ALGAR tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos. O mesmo se verifica para o cartão recolhido pela Taviraverde, registando-se taxas de crescimento negativas de -38% em 2013 e -31% em 2014.

A recolha de plástico e metal pela ALGAR teve uma taxa de crescimento positiva nos últimos 2 anos, com 5% em 2013 e 19% em 2014. Em contrapartida a taxa de crescimento dos resíduos entregues pela Taviraverde, foi negativa com -65% em 2013 e -52% em 2014 (Gráficos 54, 55, 56, 57, 58, e 59).



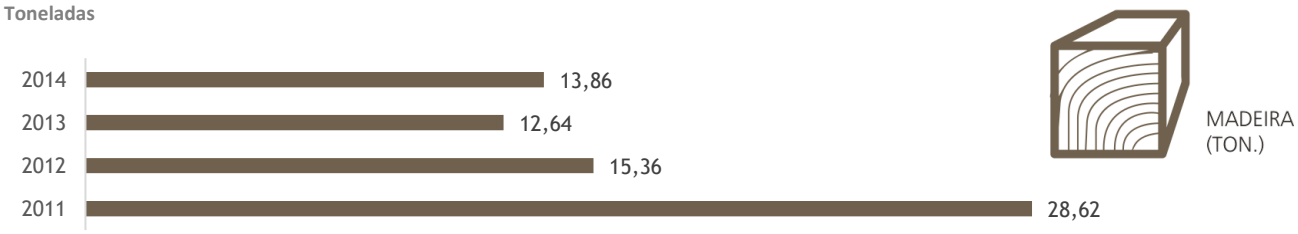
Fonte: ALGAR, 2015

GRÁFICO 54 | Resíduos de embalagens recolhidos pela ALGAR.



Fonte: ALGAR,2015

GRÁFICO 55 | Resíduos de embalagens recolhidos pela Taviraverde.

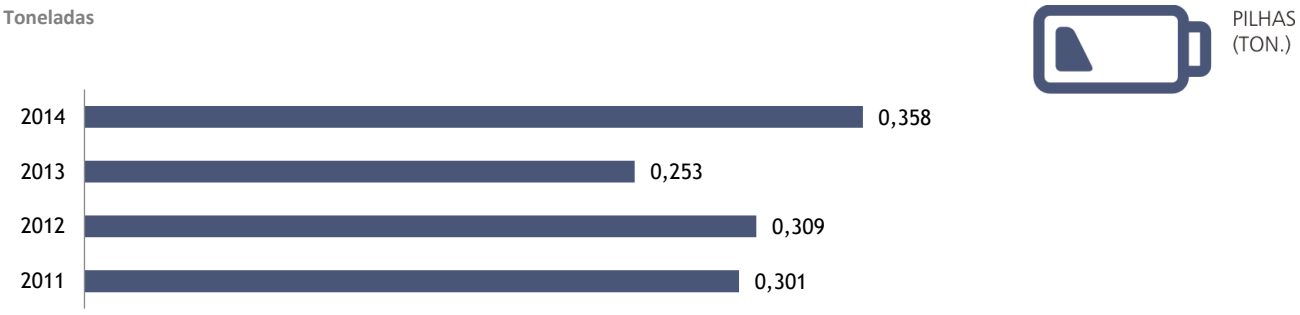


Fonte: ALGAR, 2015

GRÁFICO 56 | Resíduos de madeira/ALGAR.

Fonte: ALGAR, 2015

GRÁFICO 57 | Resíduos de madeira/Taviraverde.



Fonte: ALGAR, 2015

GRÁFICO 58 | Pilhas/ALGAR.

Fonte: Taviraverde, 2015

GRÁFICO 59 | Pilhas/Taviraverde.

Em 2014 agosto foi o mês onde se registou uma maior recolha de resíduos recicláveis, com 251 511 ton. e dezembro o mês com menores quantidades recolhidas, com 94 867 ton. Esta diferença está diretamente relacionada com a sazonalidade turística que se verifica na região do Algarve.

A capitação média diária (kg/hab.) para os anos de 2011 a 2014, inclusive, não sofreu alteração e mantém o valor de 0,2 kg/hab./dia.

Nota: O número de habitantes do concelho de Tavira foi estimada para cada ano segundo os seguintes critérios:
2011 – População residente em lugares censitários (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Escalão de dimensão populacional; Decenal – INE, Recenseamento da População e Habitação;
2012-2013 – População residente (N.º) por Local de residência (NUTS – 2002), Sexo e Grupo etário, Anual – INE Estimativas Anuais da População Residente;
2014 – Estimativas provisórias Anuais de População Residente em Portugal em 31 de dezembro de 2012 (aplicado a variação da região ao município de Tavira).

RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS DIFERENCIADOS

ÓLEOS ALIMENTARES USADOS (OAU'S)

No concelho de Tavira está implementada a recolha de Óleos Alimentares Usados (OAU) estando disponíveis em espaço público 5 oleões, distribuídos pelas freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago), Santa Luzia, Luz de Tavira e Santo Estevão e Conceição e Cabanas de Tavira. Prevê-se que até ao final do ano de 2015 o número de pontos/locais de deposição públicos seja alargado para 11.

O município de Tavira estabeleceu um Protocolo para a recolha e valorização dos óleos com a empresa Oleotorres.

RESÍDUOS TÊXTEIS

Existem no concelho de Tavira cerca de 50 contentores, distribuídos pelas várias freguesias, para a deposição de resíduos têxteis, cuja gestão está entregue a 2 entidades distintas: H.S.A.R.A.H Trading, Unipessoal e Associação Humana. Os têxteis são encaminhados para valorização e/ou reutilização.

DISPENSADORES DE DEJETOS CANINOS

Existem no concelho de Tavira, cerca de 31 dispensadores, atualmente apenas a cidade de Tavira tem á disposição a recolha destes resíduos, cuja gestão está entregue á Taviraverde (Figura 91).

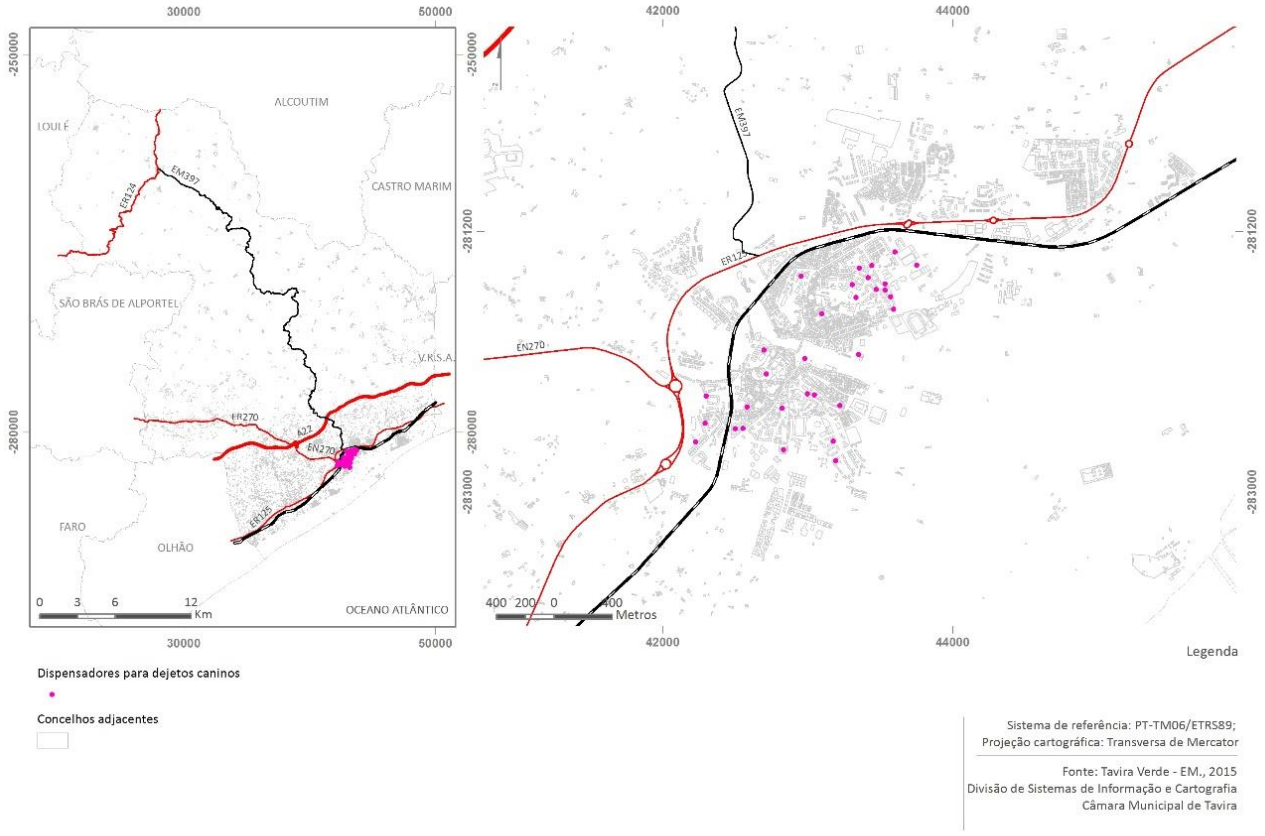


FIGURA 91 | Dispensadores de dejetos caninos.

INFRAESTRUTURAS

ENERGIA

ELÉTRICA

O Sistema Elétrico Nacional (SEN), estabelecido pelo Decreto-Lei 182/95, de 27 de julho (alterado pelo Decreto-Lei 56/97, de 14 de março, pelo 198/2000, de 24 de agosto, pelo 85/2002, de 6 de abril e pelo Decreto-Lei 69/2002, de 25 de março), enquadra o exercício das atividades de produção, transporte e distribuição de eletricidade em Portugal.

A produção de energia elétrica em Portugal é feita essencialmente à base da queima de combustíveis fósseis e do aproveitamento de energias renováveis. Esta produção difere de ano para ano, especialmente devido à variabilidade da produção renovável, fortemente dependente da intensidade da precipitação e dos ventos, e dos investimentos que vão sendo feitos no sistema de produção de energia elétrica nacional, em particular no que concerne às fontes renováveis.

A energia elétrica produzida em Portugal é transportada em Muito Alta Tensão (MAT) através da Rede Nacional de Transporte (RNT), sendo a distribuição feita em Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT) e Baixa Tensão (BT) através da Rede Nacional de Distribuição (RND). No concelho de Tavira, o transporte e a distribuição de energia elétrica estão organizados segundo os seguintes níveis de tensão:

- MAT: 400kV e 150kV;
- AT: 60kV;
- MT: 30kV e 15kV;
- BT: 400V e 230V.

As instalações das redes elétricas têm servidões de passagem, cuja constituição está prevista no Decreto-Lei 43335, de 19 de novembro de 1960 e no Decreto-Lei 182/95, de 27 de julho, que têm de ser incorporadas na Planta de Condicionantes da revisão do PDM. A Planta de Condicionantes deve também atender ao Decreto-Lei 446/76, de 5 de junho, que determina a existência de corredores de proteção para linhas de alta tensão e ao Diário da República 1/92, de 18 de fevereiro que aprova o Regulamento de Segurança de Linhas de AT.

Linhas de MAT: Linhas cuja tensão nominal é superior a **110kV**. Estas linhas unem os centros produtores (centrais térmicas, hídricas, de fontes renováveis) e as subestações. São essencialmente aéreas podendo, no entanto, ser subterrâneas. As linhas aéreas são constituídas por apoios, normalmente metálicos, e condutores, tipicamente suspensos ou apoiados por isoladores.

Linhas de AT: Linhas cuja tensão nominal é superior a **45kV** e inferior a **110kV**. Estas linhas unem os centros produtores (centrais térmicas, hídricas, eólicas) e as subestações. São normalmente aéreas podendo, no entanto, ser subterrâneas. As linhas aéreas são constituídas por apoios, normalmente metálicos, e condutores, tipicamente suspensos ou apoiados por isoladores.

Linhas de MT: Linhas cuja tensão nominal é superior a **1kV** e inferior a **45kV**. As tensões mais comuns são 10, 15 e 30kV. Estas linhas ligam as subestações aos Postos de Transformação ou ligam diferentes Postos de Seccionamento ou Transformação entre si. Podem ser aéreas ou subterrâneas. As aéreas são normalmente em cabo nu, apoiadas em postes de betão (mais comum) ou metálicos, sendo os condutores suspensos ou apoiados por isoladores.

Linhas de BT: Linhas cuja tensão nominal é inferior a **1kV**. Estas linhas levam a energia elétrica desde os Postos de Transformação, ao longo das ruas e caminhos até aos locais onde é consumida em Baixa Tensão (**230V entre fase e neutro e 400V entre fases**). Podem ser aéreas ou subterrâneas. As linhas aéreas podem ser constituídas por condutores nus ou isolados em feixe (cabo torçada). As linhas em condutor nu estão fixas sobre isoladores e apoiados em postes de betão, ou sobre postaletes metálicos fixos na fachada. Os cabos de distribuição de baixa tensão são normalmente constituídos por cinco condutores, um dos quais se destina à iluminação pública.

Subestações: Destinam-se a elevar a tensão produzida nas centrais para ser transportada em alta tensão para as zonas de consumo, ou, uma vez perto das zonas de consumo, a baixar o nível de tensão para que a eletricidade possa ser distribuída em média tensão. Estas instalações contêm normalmente os pórticos onde chegam e de onde partem as linhas, os transformadores de potência e os acessórios de proteção. Estas instalações estão protegidas por uma vedação, com sinais que advertem para o perigo elétrico no interior e interditam o acesso a pessoas não autorizadas.

Postos de Transformação (PTs): Têm a função de reduzir a MT (15kV ou 30kV) para a BT (230/400V) utilizável pelo consumidor final doméstico, comercial ou pequeno industrial. Existem PTs em construções de alvenaria ou em caixas metálicas e PTs aéreos suspensos em poste.

MUITO ALTA TENSÃO

O transporte de eletricidade em MAT é efetuado através da RNT, mediante uma concessão atribuída pelo Estado Português em regime de serviço público, atualmente concedida à REN – Rede Elétrica Nacional, S.A. (REN).

A RNT é constituída pelas linhas de transporte de energia elétrica de tensão superior a 110 kV e pelas Subestações de MAT.

A recolha de informação sobre estas infraestruturas de energia elétrica no concelho de Tavira foi efetuada junto da REN e da EDP- Distribuição - Energia S.A. (EDP). Desta forma, tornou-se possível caracterizar o sistema de infraestruturas de energia elétrica no concelho de Tavira.

A região do Algarve é presentemente alimentado, em termos energéticos, através de uma infraestrutura elétrica em MAT constituída por uma linha de 400kV e três linhas de 150 kV. Possui 4 Subestações da REN 400 kV / 150 kV / 60 kV, das quais uma localizada na freguesia de Cachopo, no concelho de Tavira (Figura 92). Além desta Subestação, o concelho de Tavira possui ainda duas Subestação da EDP a 60kV / 15 kV (com localizações em Santa Margarida e Cachopo) e um Parque Eólico (Parque Eólico do Malhanito) localizado na freguesia de Cachopo. A Subestação da REN está localizada na freguesia de Cachopo, possui uma potência instalada de 702 MVA e efetua interligação a oeste com a Subestação de Portimão e a este com a Subestação de Puebla em Espanha ambas com linhas a 400 kV. Para além de factores económicos, esta interligação a 400 kV veio consolidar a estabilidade e qualidade de serviço na rede em toda a região do Algarve e também a nível nacional.

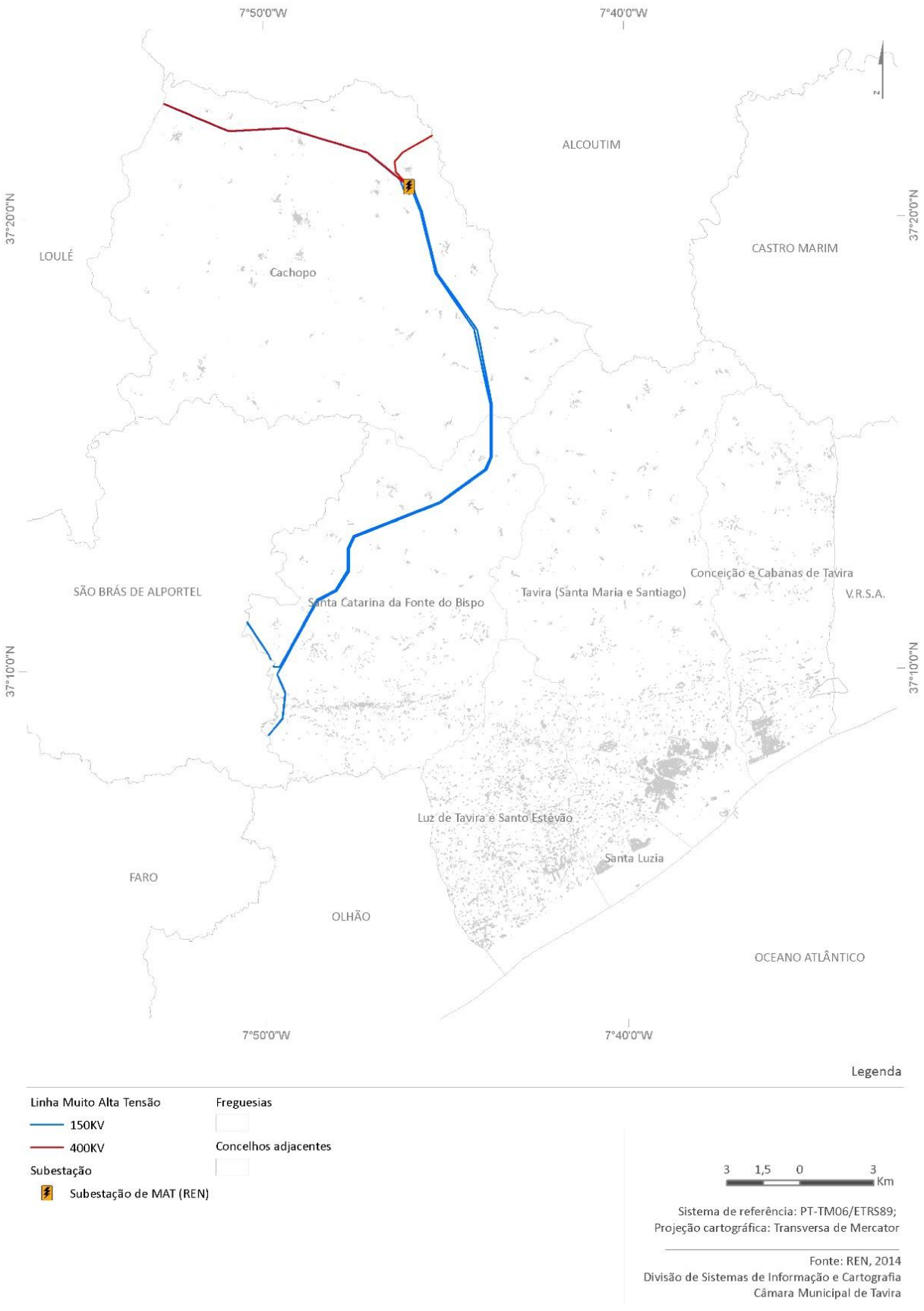


FIGURA 92 | Rede de MAT no concelho de Tavira.

ALTA, MÉDIA E BAIXA TENSÃO

Como já referido, a distribuição de energia elétrica em Portugal é feita através da RND, em AT, MT e BT.

A RND é operada através de uma concessão exclusiva atribuída pelo Estado Português, atualmente pertencente à EDP. Quanto às redes de distribuição de baixa tensão, são operadas ao abrigo de acordos de concessão firmados mediante concursos públicos lançados pelos municípios portugueses.

Por sua vez, a distribuição de energia elétrica ao concelho de Tavira é feita a norte a partir da Subestação de Cachopo de 60 kV / 15 kV, com uma potência instalada de 1 x 10MVA, e também a sul pela Subestação de Santa Margarida - Tavira de 60 kV / 15 kV com uma potência instalada de 2 x 20 MVA. A Subestação de Santa Margarida - Tavira é servida por quatro linhas de 60 kV, uma Subestação de Loulé, uma na Subestação de Olhão, uma na Subestação do Beliche e por último na Subestação de Aldeia Nova (Figura 93). Por sua vez a Subestação de Cachopo é servida por uma linha de 60 kV com origem na linha de 60 kV entre Almodôvar e Loulé.

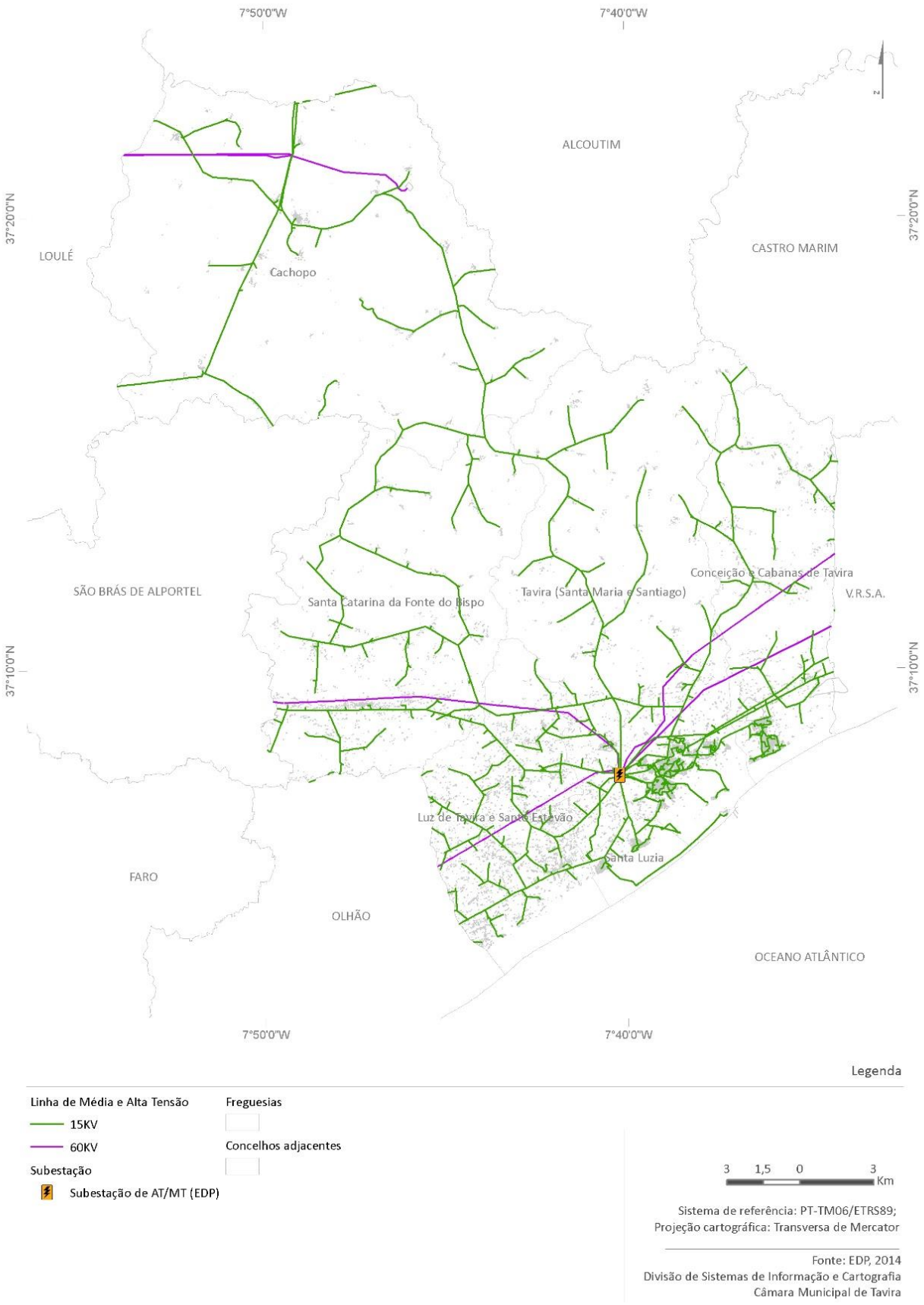


FIGURA 93 | Rede de AT, MT e subestações da RND no concelho de Tavira.

A zona Norte do concelho é servida por uma rede elétrica aérea a 15 kV, estruturada em anel abrangendo as freguesias de Cachopo, Santa Catarina da Fonte do Bispo, interligando com a Subestação de Tavira e desenvolvendo-se para as freguesias - Tavira (Santa Maria – Santiago), Luz de Tavira e Santo Estêvão e Conceição e Cabanas de Tavira. As redes referidas estão, de um modo geral, com uma estrutura e dimensionamento adequados às necessidades do concelho, permitindo o fornecimento de energia elétrica a toda a população praticamente sem qualquer tipo de restrições.

Os 425 PTs estão distribuídos ao longo desta rede, estando de uma forma geral sobredimensionados para as cargas que servem. Em caso de existência de novas necessidades, quer pelo aparecimento de novos consumidores quer pelo aumento dos consumos dos atuais consumidores, será possível a instalação de novos PTs alimentados em MT a partir dos anéis subterrâneos já referidos ou a partir das linhas aéreas existentes. As redes de distribuição em baixa tensão são na generalidade subterrâneas, existindo, porém, troços aéreos ainda em cobre nu e cabos do tipo torçada apoiados em postes e/ou fixos ao longo dos edifícios em plena zona urbana. De um modo geral pode afirmar-se que a rede de distribuição de energia elétrica no concelho é fiável. A fiabilidade da rede de distribuição passa pela sua automatização, ao nível da MT, a qual está a ser implementada nas redes do concelho, ao nível dos PTs, embora presentemente apenas um pequeno número de PTs estejam dotados deste tipo de equipamentos / tecnologia.

No concelho de Tavira está estabelecida uma rede de AT que alimenta um conjunto de 2 subestações elétricas de transformação (Santa Margarida e Cachopo) de alta para média tensão. Destas subestações deriva uma rede de MT que garante fornecimento de energia a 425 PTs.

É a partir destes PTs que se desenvolve a rede de BT que chega às instalações e alimenta a maioria dos consumidores de eletricidade. A acompanhar a rede de BT, existe a rede de Iluminação Pública (IP) sobre a qual estão instaladas no concelho cerca de 14 500 luminárias (Figura 94).

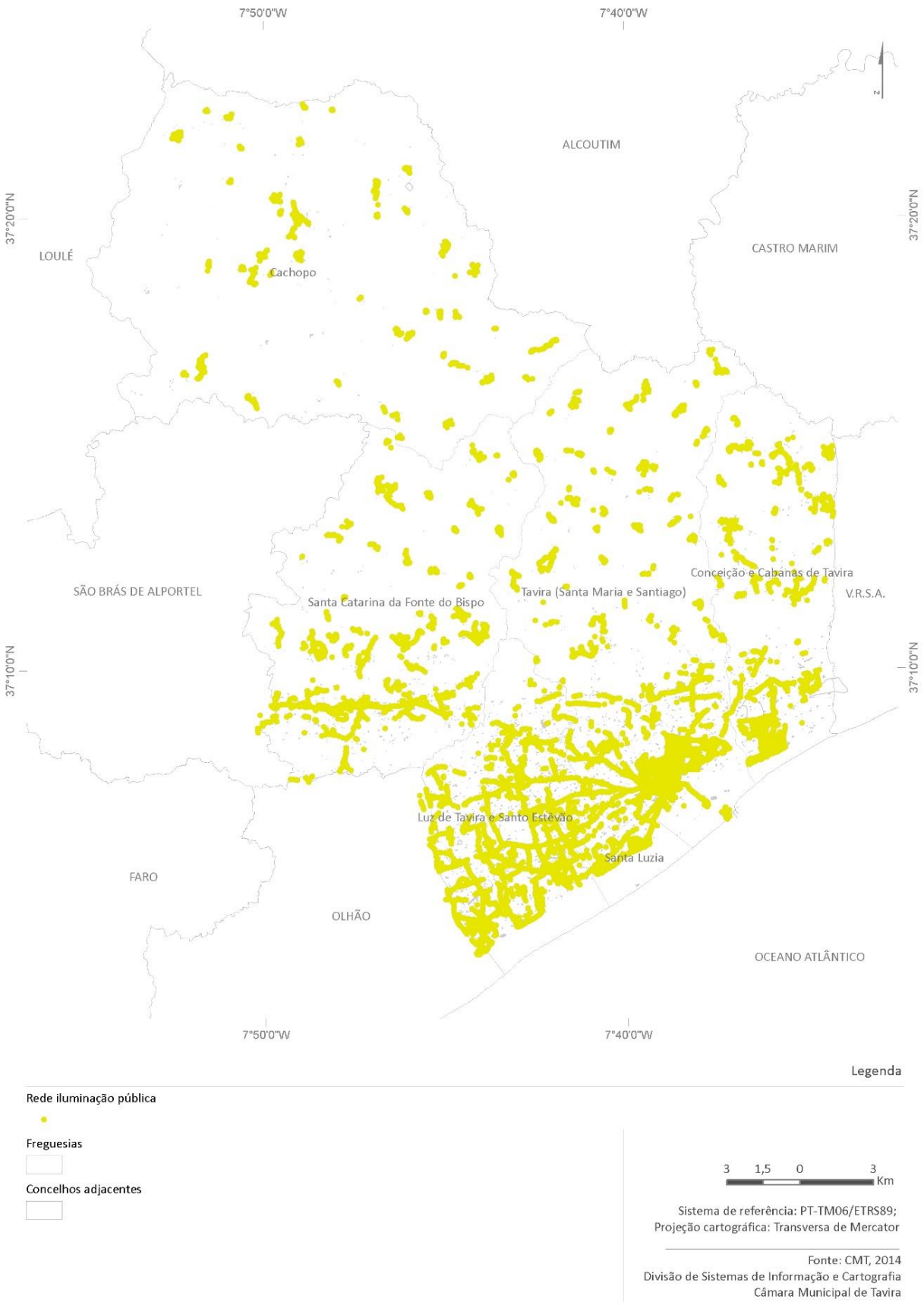


FIGURA 94 | Distribuição da Rede de IP no concelho de Tavira.

PARQUE EÓLICO DO MALHANITO

O Parque Eólico do Malhanito teve enquadramento no projeto nacional decorrente do concurso promovido pelo Governo em julho de 2005, para a atribuição de capacidade de injeção de potência na rede do Sistema Elétrico de Serviço Público para a energia elétrica produzida em centrais eólicas, celebrado em 27 de outubro de 2006 entre a Direção Geral de Geologia e Energia (DGGE) e a ENEOP – Eólicas de Portugal, S.A. (ENEOP), visando cumprir com as metas fixadas no âmbito do Protocolo de Quioto.

O Parque é constituído por cinco núcleos localizados nas Cumeadas de Passa Frio, Botaréu, Cerro do Gato, Malhanito e Fonte da Rata, na freguesia de Cachopo, concelho de Tavira, não existindo qualquer habitação na sua área de implantação.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PARQUE

O parque é composto por 29 aerogeradores, com uma potência nominal de 2 MW, perfazendo um total de 58MW, com uma produção de energia elétrica média anual de 130 GWh, sendo distribuídos pelos cinco locais (núcleos), da seguinte forma:

Fonte da Rata: Aerogeradores 1 a 6 (12 MW);

Malhanito: Aerogeradores 7 a 9 (6 MW);

Cerro do Gato: Aerogeradores 10 a 14 (10 MW);

Botaréu: Aerogeradores 15 a 19 (10 MW);

Passa Frio: Aerogeradores 20 a 29 (20 MW).

Cada torre tem uma altura de 85 metros até ao eixo do rotor de cada aerogerador sendo o comprimento das pás de 41 metros (82 metros de diâmetro). A velocidade do vento para a potência máxima é de 11,5 m/s (41,4 km/h), tendo sido aplicado o modelo (E-82/BF/97/20/02) da ENERCON.

Os aerogeradores localizados no mesmo núcleo estão ligados entre si através de uma rede interna de cabos subterrânea em MT (15 kV), sendo a ligação entre núcleos assegurada por linhas aéreas de 30 e 60 kV. A zona ocupada pelos aerogeradores, acessos, edifícios de comando e outros componentes do Parque Eólico afeta apenas uma pequena parte dos terrenos contratados podendo, a restante zona, manter o tipo de ocupação atual, mantendo-se o aspeto e modelação do terreno inalterados.

SUBESTAÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO

Adjacentes aos dois edifícios de comando encontram-se as duas subestações constituídas pelo transformador de potência, linhas elétricas e painéis de interligação linhas de 60 kV – Transformador, bem como o respetivo equipamento de contagem de energia elétrica.

Cada aerogerador possui dois modos de operação: 'Automático' – através de um sistema autómato programável em cada aerogerador e 'Manual' – para situações de manutenção e emergência. O Parque foi concluído e entrou em exploração em 2012, sendo o seu período de exploração de vida útil, de 20 anos (Figura 95).

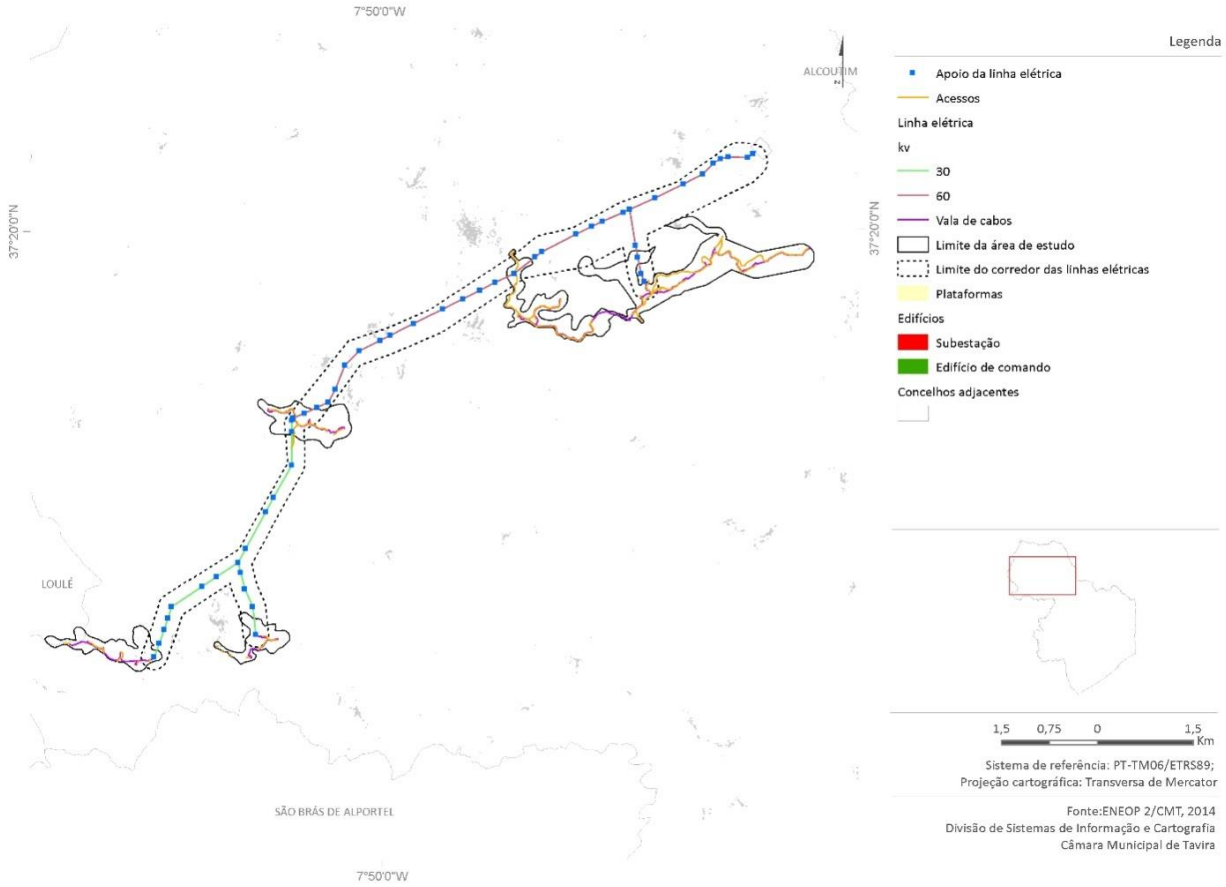


FIGURA 95 | Parque eólico do Malhanito no concelho de Tavira.

ENERGIA ELÉTRICA

O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO CONCELHO DE TAVIRA

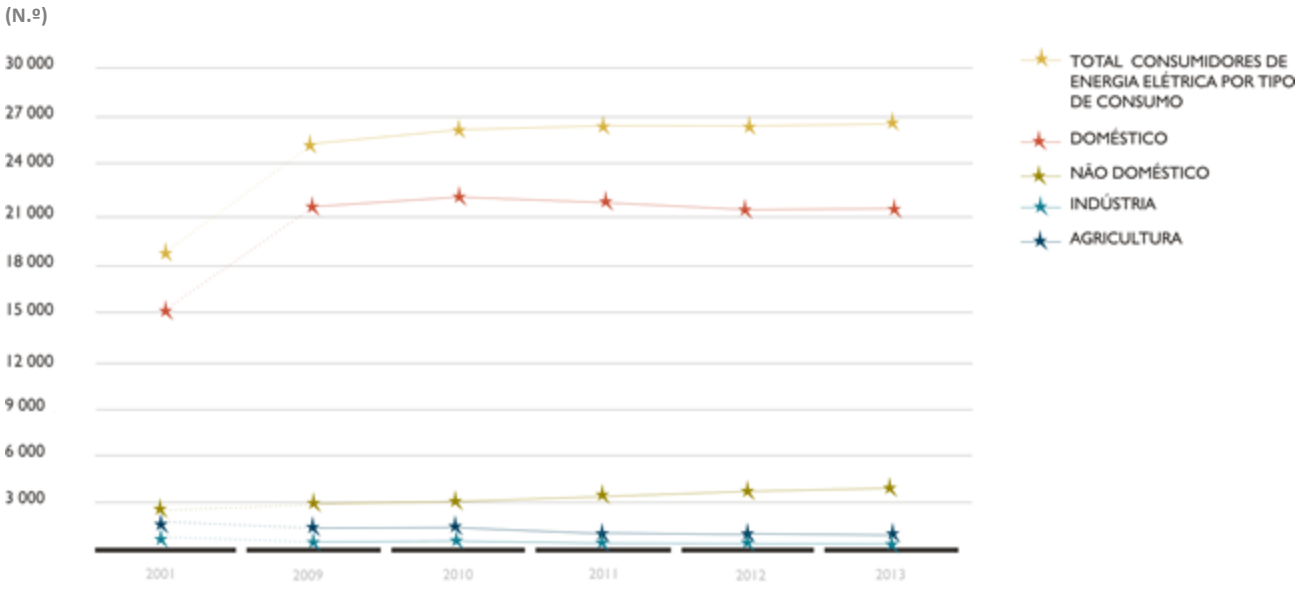
No que respeita ao número de consumidores, e recorrendo a dados para o período compreendido entre 2001 e 2013, constata-se que os mesmos têm vindo a aumentar gradualmente, conforme o quadro 63.

QUADRO 63 | Evolução do número total de consumidores de Energia Elétrica no concelho de Tavira, entre 2001 e 2013.

TERRITÓRIO		TOTAL DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA					
		TOTAL (N.º)					
Âmbito geográfico	Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013
Município	Tavira	19 302	25 808	26 273	26 386	26 326	26 541

Fonte: Pordata, 2015

No que respeita à distribuição do consumo total pelos diferentes tipos de atividade, verifica-se no concelho de Tavira, que o consumo de energia tem maior impacte ao nível Doméstico e, por outro lado, é na Indústria que os consumos têm menor relevância (Gráfico 60).



Fonte: Pordata, 2015

GRÁFICO 60 | Consumidores de energia elétrica por tipo de atividade no concelho de Tavira.

O quadro que se segue retrata os valores totais dos consumos de energia elétrica em todo o concelho, entre os anos de 2001 e 2013, sendo este último provisório. Nota-se um aumento progressivo do consumo até 2010, decrescendo a partir daí, resultado da difícil conjuntura económica do País e da própria Região (Quadro 64).

QUADRO 64 | Valores totais de consumo de Energia Elétrica no concelho de Tavira, entre 2001 e 2013.

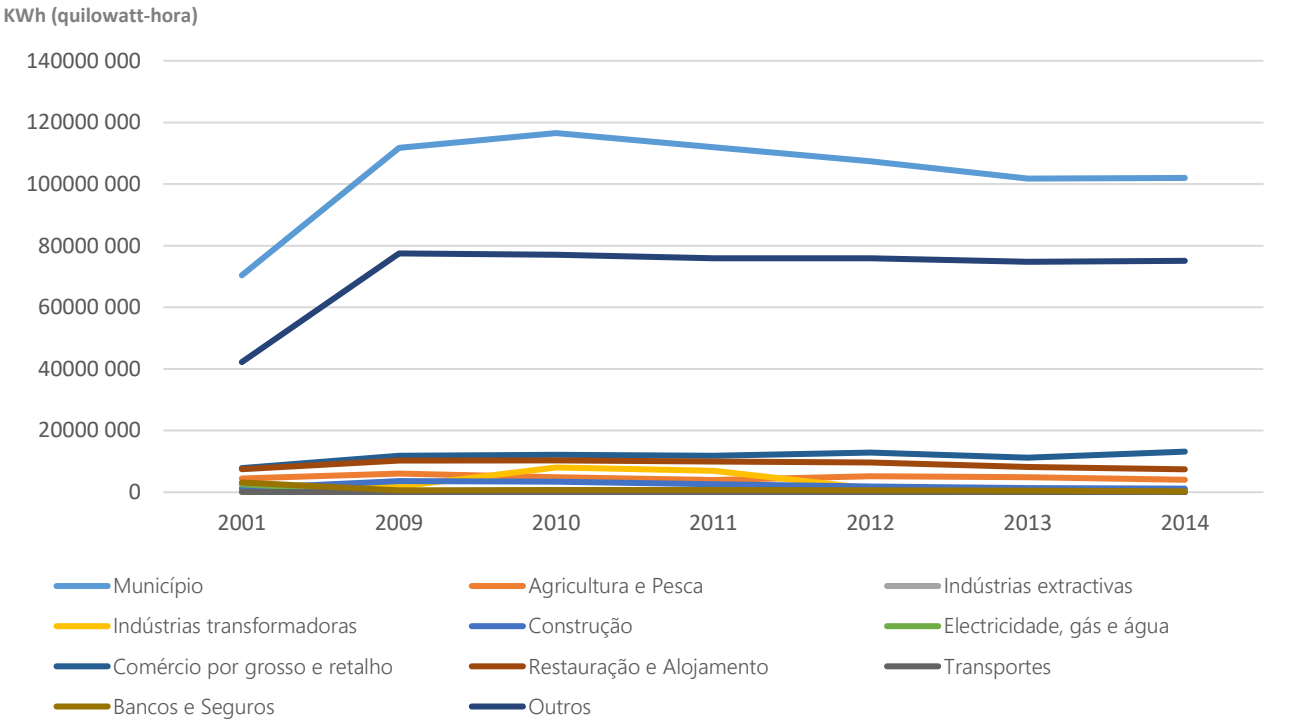
KWh (quilowatt-hora)

TERRITÓRIO		CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA					
		TOTAL					
Âmbito geográfico	Anos	**2001**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**
Município	Tavira	70 375 943	111 776 762	(r) 116 552 299	111 967 600	107 425 699	Pro 101 796 661

Pro (dados provisórios)

Fonte: Pordata, 2015

Relativamente ao consumo de energia total por setor de atividade económica, verifica-se no concelho de Tavira que, no mesmo período de tempo, o setor com maior destaque no consumo de energia são Outros, seguido do Comércio por Grosso e Retalho, Restauração e Alojamento e Agricultura e Pescas, sendo a menor relevância do setor Bancos e Seguros e Construção (Gráfico 61).



Fonte: Pordata, 2016

GRÁFICO 61 | Consumos de energia elétrica por setor de Atividade Económica no concelho de Tavira.

Outro dado relevante serão os valores totais acumulados de consumo em kWh ao longo do ano 2014, para os diferentes setores de atividade e para cada nível de tensão – MT, Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN).

Constata-se que os totais dos consumos em BTN são os mais elevados, seguindo-se os consumos em MT e por último a BTE.

Dentro deste enquadramento, o maior consumo vem do uso doméstico, seguido o não-doméstico e a iluminação pública, o que traduz o pouco peso das atividades laborais no consumo de energia do Concelho (Quadro 65).

QUADRO 65 | Distribuição do consumo de Energia Elétrica por níveis de tensão e diferentes setores de atividade em 2014.

KWh (quilowatt-hora)

	TIPO DE USO									
Mês	Nível de Tensão	Aq. Co. Próprio	Il.Ed. Estado e Autar.	IP	Trac. Eléc.	Agrícola	Doméstico	Industrial	Não doméstico	Total
janeiro	BTE	0	206 350	0	0	4 502	0	60 185	357 010	628 046
	BTN	0	115 734	613 225	0	175 675	4 221 144	79 497	1 422 617	6 627 892
	MT	0	43 373	0	0	187 027	787	447 345	805 330	1 483 862
fevereiro	BTE	0	420 726	0	0	9 702	0	114 103	716 549	1 261 079
	BTN	0	215 881	1 132 134	0	296 450	7 830 599	129 797	2 583 898	12 188 759
	MT	0	95 871	0	0	354 949	1 140	838 995	1 580 698	2 871 654
março	BTE	0	625 920	0	0	14 815	0	175 905	1 076 374	1 893 013
	BTN	0	293 710	1 608 112	0	376 598	11 134 841	185 288	3 860 205	17 458 754
	MT	0	153 241	0	0	524 847	1 659	1 483 216	2 462 452	4 625 415
abril	BTE	0	807 124	0	0	20 763	0	235 403	1 384 433	2 447 722
	BTN	23	362 280	2 038 497	0	507 303	14 170 813	238 784	4 983 402	22 301 102
	MT	0	200 234	0	0	701 049	2 569	1 788 276	3 423 377	6 115 504

maio	BTE	0	1 012 924	0	0	27 834	0	300 178	1 796 643	3 137 578
	BTN	44	435 515	2 473 662	0	594 801	16 851 767	279 007	6 177 272	26 812 069
	MT	0	267 234	0	0	889 643	3 944	2 321 454	4 551 922	8 034 197
junho	BTE	0	1 217 910	0	0	35 522	0	366 163	2 233 154	3 852 748
	BTN	64	512 403	2 779 144	0	712 043	19 834 198	329 382	7 743 859	31 911 093
	MT	0	340 557	0	0	1 072 414	5 270	2 854 412	5 728 753	10 001 406
julho	BTE	0	1 450 134	0	0	43 807	0	441 167	2 888 615	4 823 722
	BTN	-33	604 318	3 137 222	0	833 010	22 975 120	390 645	9 139 239	37 079 521
	MT	0	396 926	0	0	1 305 764	7 608	3 525 809	7 235 558	12 471 666
agosto	BTE	0	1 686 243	0	0	53 084	0	516 647	3 670 618	5 926 592
	BTN	-19	698 762	3 543 847	0	997 833	26 601 417	436 092	10 969 618	43 247 550
	MT	0	539 255	0	0	1 561 342	9 686	4 349 541	8 952 959	15 412 782
setembro	BTE	0	1 897 655	0	0	58 477	0	583 174	4 196 684	6 735 989
	BTN	103	793 547	4 076 528	0	1 202 644	30 473 546	493 424	12 856 376	49 896 168
	MT	0	659 192	0	0	1 775 042	11 058	4 968 281	10 361 409	17 774 983
outubro	BTE	0	2 121 811	0	0	68 221	0	669 071	4 737 005	7 596 107
	BTN	126	887 728	4 270 002	0	1 349 455	34 376 839	544 738	14 891 294	56 320 182
	MT	0	746 217	0	0	1 978 647	12 130	5 502 856	11 493 895	19 733 745
novembro	BTE	0	2 317 692	0	0	74 416	0	734 715	5 154 823	8 281 645
	BTN	151	981 951	5 475 817	0	1 512 388	37 999 609	584 479	16 560 584	63 114 978
	MT	0	1 093 979	0	0	2 155 672	12 826	5 948 261	12 351 785	21 562 524
dezembro	BTE	0	2 552 240	0	0	81 099	0	803 390	5 589 202	9 025 930
	BTN	108	1 113 484	5 907 560	0	1 672 197	42 117 676	630 648	18 142 892	69 584 564
	MT	0	1 189 489	0	0	2 336 802	14 414	6 414 499	13 190 326	23 145 531

Legenda: Aq. Co. Próprio - Aquecimento e Consumo Próprio
Il.Ed. Estado e Autar. - Iluminação dos Edifícios do Estado e Autarquias
IP - Iluminação Pública
Trac. Eléc. - Tração Elétrica

Fonte: EDP, 2015

Relativamente ao número de consumidores de energia elétrica pelos diferentes setores de atividade em 2014, constata-se um maior número no nível da BTN, seguindo-se a BTE e a MT.

Dentro deste enquadramento, o maior número de consumidores é ao nível do setor Doméstico, seguindo-se o setor Não-doméstico, confirmando e acompanhando os dados dos consumos apurados anteriormente (Quadro 66).

QUADRO 66 | Número de consumidores de Energia Elétrica pelos diferentes setores de atividade em 2014.

(N.º)

		TIPO DE USO								
Mês	Nível de Tensão	Aq. Co. Próprio	Il.ed. Estado e Autar.	IP	Trac. Eléc.	Agrícola	Doméstico	Industrial	Não doméstico	Total
janeiro	BTE	0	37	0	0	1	0	14	70	122
	BTN	0	263	357	0	736	21 767	132	3 050	26 305
	MT	0	7	0	0	9	1	7	30	54
fevereiro	BTE	0	37	0	0	1	0	13	70	121
	BTN	0	261	357	0	702	21 817	126	3 027	26 290
	MT	0	7	0	0	9	1	7	30	54
março	BTE	0	37	0	0	1	0	12	68	118
	BTN	1	242	357	0	676	21 820	118	3 115	26 329

	MT	0	7	0	0	9	1	7	30	54
abril	BTE	0	37	0	0	1	0	11	69	118
	BTN	1	242	357	0	664	21 803	117	3 232	26 416
	MT	0	7	0	0	9	1	7	30	54
maio	BTE	0	37	0	0	1	0	11	69	118
	BTN	1	245	358	0	643	21 745	116	3 333	26 441
	MT	0	7	0	0	9	1	7	30	54
junho	BTE	0	37	0	0	1	0	11	70	119
	BTN	1	244	358	0	630	21 806	113	3 385	26 537
	MT	0	7	0	0	9	1	7	30	54
julho	BTE	0	37	0	0	1	0	11	79	128
	BTN	1	246	358	0	618	21 878	113	3 403	26 617
	MT	0	7	0	0	9	1	7	30	54
agosto	BTE	0	37	0	0	1	0	11	79	128
	BTN	1	246	358	0	612	21 932	111	3 403	26 663
	MT	0	7	0	0	9	1	7	29	53
setembro	BTE	0	37	0	0	1	0	10	85	133
	BTN	1	245	359	0	596	21 884	105	3 485	26 675
	MT	0	7	0	0	9	1	7	29	53
outubro	BTE	0	37	0	0	1	0	10	80	128
	BTN	1	267	359	0	581	21 906	80	3 475	26 669
	MT	0	7	0	0	9	1	7	29	53
novembro	BTE	0	36	0	0	2	0	10	79	127
	BTN	1	315	359	0	563	21 867	80	3 467	26 652
	MT	0	7	0	0	9	1	7	29	53
dezembro	BTE	0	36	0	0	2	0	10	79	127
	BTN	1	324	360	0	523	22 035	76	3 352	26 671
	MT	0	7	0	0	9	1	7	28	52

Legenda: Aq. Co. Próprio - Aquecimento e Consumo Próprio
Il.Ed. Estado e Autar. - Iluminação dos Edifícios do Estado e Autarquias
IP - Iluminação Pública
Trac. Eléc. - Tração Elétrica

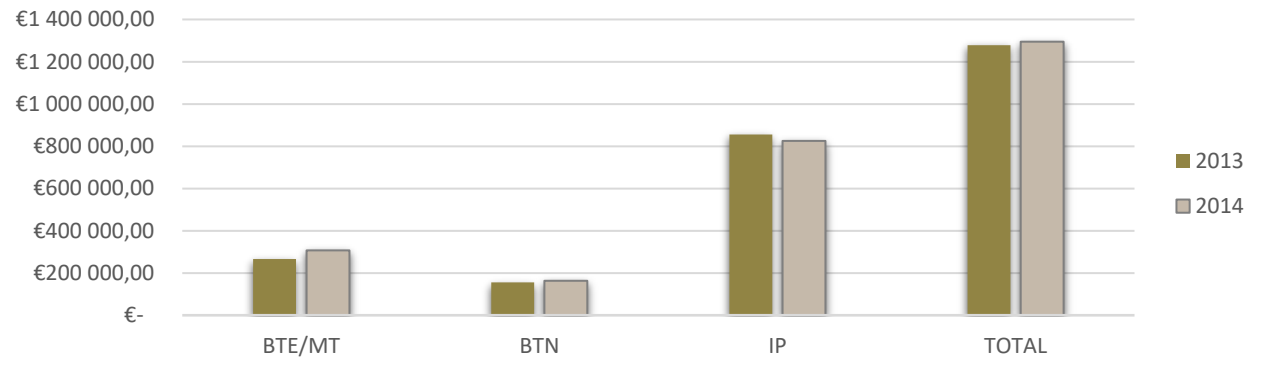
Fonte: EDP, 2015

Relativamente aos consumos de energia elétrica das instalações municipais, entre as instalações de edifícios e outras e as instalações de iluminação pública, constata-se que o maior consumo pertence à iluminação pública, sendo, no entanto, os valores muito semelhantes nos anos 2013 e 2014 (Quadro 67 e Gráfico 62).

QUADRO 67 | Consumos de Energia Elétrica nas Instalações Municipais em 2013 e 2014

FATURAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MUNICÍPIO DE TAVIRA				
Anos	**BTE/MT**	**BTN**	**IP**	**TOTAL**
2013	266 480,17 €	155 993,21 €	855 998,16 €	1 278 471,54 €
2014	307 401,03 €	162 674,27 €	825 383,46 €	1 295 458,76 €
Variação	**13,31%**	**4,11%**	**-3,71%**	**1,31%**

Fonte: CMT, 2015



Fonte: CMT, 2015

GRÁFICO 62 | Faturação referente aos consumos de Energia Elétrica nas Instalações Municipais em 2013 e 2014

Entretanto o município de Tavira vem vindo a tomar um conjunto de ações no sentido de baixar o consumo de Energia Elétrica, recorrendo à implementação de diversas medidas de poupança de energia, nomeadamente ao nível da iluminação pública através da substituição de lâmpadas de descarga (mercúrio e sódio) por luminárias com tecnologia LED.

ENERGIA FÓSSIL

COMBUSTÍVEIS

Em Tavira, tal como em Portugal, o gasóleo e gasolina são os combustíveis líquidos mais utlizados. A distribuição de combustíveis líquidos é feita em estações de serviço criadas para o efeito e alimentadas por veículos cisterna pesados. Atualmente, no concelho de Tavira existem 11 postos de combustíveis, distribuídos pelas várias freguesias, à exceção de Santa Luzia e Conceição e Cabanas de Tavira. Contudo, é na cidade de Tavira que se concentra a maior parte destes, 8 do total (Figura 96).

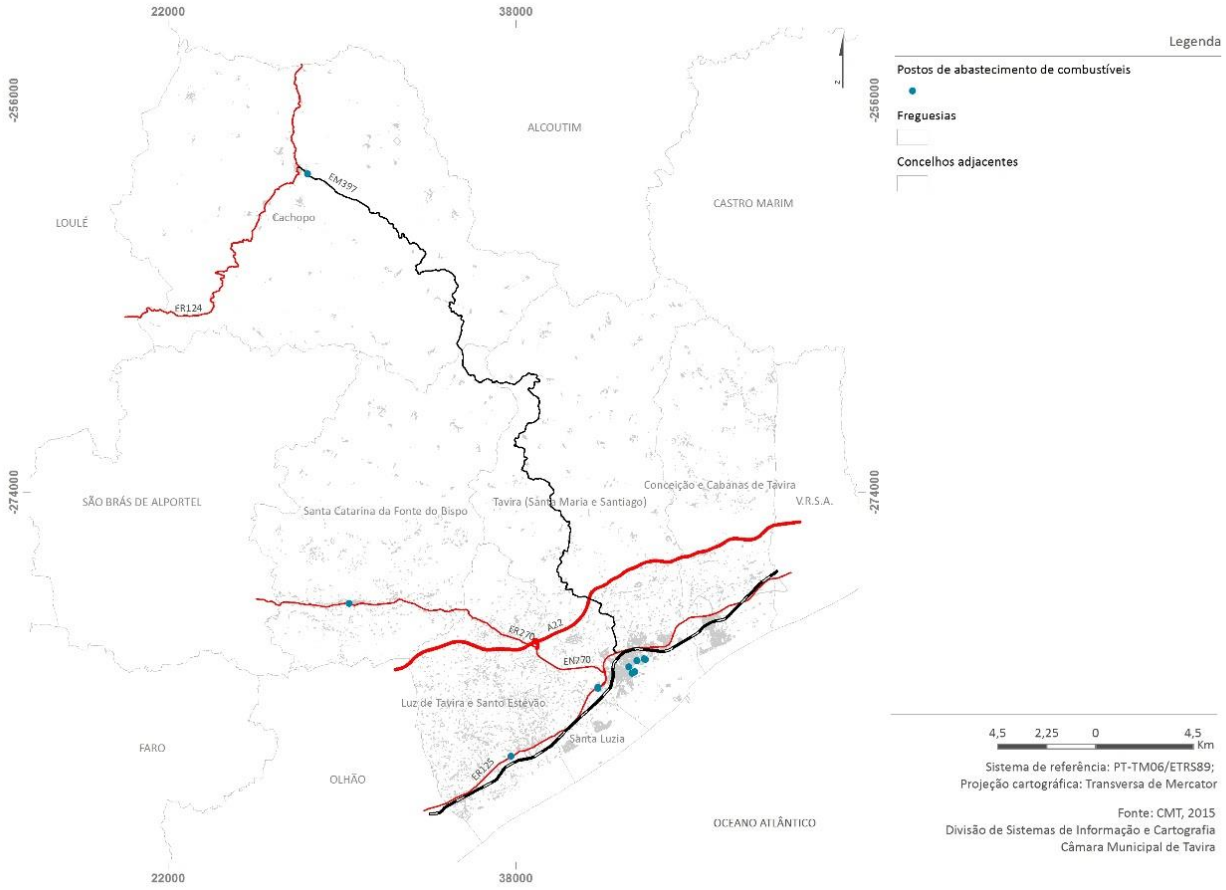


FIGURA 96 | Distribuição dos postos de combustíveis no concelho de Tavira.

Existem ainda alguns postos de abastecimento para uso privado de empresas ou instituições, como os do Município.

SWOT

EVOLUÇÃO DO PDM EM VIGOR

- Ao longo dos anos tem vindo a ser feito investimento na área do abastecimento público de água/saneamento público, quer na vertente da gestão em "alta", quer na vertente da gestão em "baixa".
- A qualidade da água tem vindo a aumentar com as exigências da legislação em vigor.
- Tem sido realizado um esforço no sentido da redução das perdas de água na rede, com substituição de redes mais antigas e com a monitorização dos consumos. A fiscalização também tem vindo a ser reforçada no sentido de se contabilizar os volumes de água consumida efetiva (mesmo que não faturada) e reduzir o número de ligações não autorizadas.
- Tem-se verificado taxas de atendimento crescentes e uma regulação mais eficiente do setor. Em paralelo, existe uma maior consciencialização das populações para a poupança do recurso "água".
- Durante a execução do PDM em vigor encerraram-se diversas ETAR que já se encontravam subdimensionadas e com eficiências de tratamento aquém do exigido por lei. Deu também entrada em funcionamento a EATR de Cachopo e a ETAR do Almargem, sob gestão das AdA.
- A qualidade das águas residuais lançadas no meio recetor também tem vindo a aumentar com as exigências da legislação em vigor e com o avançar das tecnologias adotadas.
- Tem sido realizado um esforço no sentido da redução das infiltrações de água na rede de saneamento, assim como a redução da intrusão de água salina (marés), com substituição de redes mais antigas e com a monitorização/inspeção vídeo do estado geral de condutas e coletores. A fiscalização também tem vindo a ser reforçada no sentido de se detetar e reduzir o número de ligações não autorizadas.
- A Taviraverde enquanto gestora da rede em "baixa" tem feito por cumprir com a legislação em vigor em matéria da proteção dos recursos hídricos, nomeadamente as águas subterrâneas com a definição de perímetros de proteção. Para além disso tem efetuado investimento nas redes com introdução de novas tecnologias de monitorização e inspeção, criou diversos sistemas autónomos de tratamento em zonas mais rurais e onde a rede de saneamento público não chega pela distância dos aglomerados urbanos entre si.
- O PDM em vigor não salvaguarda a sobre-exploração dos aquíferos. Integra algumas regras para a abertura e exploração de furos particulares e públicos, nomeadamente as distâncias entre captações (100m entre captações particulares e 300m das captações públicas às particulares) o que não tem vindo a ser cumprido ao longo dos anos.
- Continuam a ser licenciadas construções em áreas sem infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, incluindo moradias com piscina e áreas ajardinadas, em que nos projetos se preveem alternativas de abastecimento de água mas que acabam por se ligar às captações públicas, sobre explorando os sistemas, prejudicando os demais moradores.
- Por falta de cumprimento da legislação em vigor em matéria da proteção das captações e da qualidade da água, não é fornecida água potável aos habitantes da maioria dos aglomerados mais dispersos/rurais. Por consequência o Município e/ou Taviraverde não podem taxar a água que é imprópria para consumo.
- Reduzida utilização das Fontes de Energia Renovável (FER) na produção e consumo de energia dos edifícios municipais.
- Grande peso do setor doméstico no consumo de energia.
- Peso ainda reduzido nas ações de eco eficiência (edifícios, transportes, mobilidade: ex. veículos elétricos…).
- Ausência de utilização de gás natural no concelho.
- Existência de recursos humanos e tecnológicos do Município, eficazes na produção de informação.
- Foi criada uma base de dados e informação cadastral da rede de iluminação pública.

DIAGNÓSTICO

Pontos fortes

- Taxa de cobertura razoável com sistemas de abastecimento público com água de qualidade (89 %), com exceção dos aglomerados rurais mais dispersos.
- Percentagem de análises realizadas conformes superiores a 99%.
- Reforço do controlo analítico com frequência mais apertada do que é exigido pela legislação em vigor.
- Água subterrânea como recurso ao abastecimento a partir de águas superficiais (em serviço ou como reserva).

Pontos fracos

- Grande diferença entre os volumes de água aduzida e a água faturada em "baixa" (podendo estar associado ao somatório das perdas reais, aos consumos próprios e consumos não medidos/cobrados).
- Variações nos consumos/volumes recolhidos ao longo dos meses do ano devido à grande sazonalidade, o que exige um esforço nos índices de atendimento na época alta.
- Grande dispersão da população e difícil acesso nas zonas mais serranas o que dificulta a instalação de novos sistemas

- Em curso o licenciamento de 16 captações de água subterrânea geridas pela Taviraverde, com a definição do perímetro de proteção.
- Boa articulação/coordenação com as entidades gestoras (Águas do Algarve e Taviraverde).
- Fiabilidade e disponibilidade dos sistemas.
- Regulação eficiente do setor em alta.
- Idade recente das infraestruturas do setor em alta.
- Investimento em equipamento de telegestão e monitorização dos sistemas de abastecimento, nomeadamente na deteção de fugas.
- Atualização do cadastro da rede em "baixa" em curso.
- Taxa de cobertura razoável com sistemas de saneamento público com exceção dos aglomerados rurais mais dispersos.
- Diminuição da percentagem de afluências não autorizadas e de intrusão de água (chuvas e marés) na rede de saneamento na última década.
- Investimento em equipamento de telegestão e monitorização (inspeção vídeo) dos sistemas de saneamento.
- Processo de GPI – Gestão Patrimonial de Infraestruturas em curso.
- 100% da água recolhida é tratada.
- Conhecimento da situação, com georreferenciação de todas as captações do concelho.
- Boa articulação/coordenação com a entidade licenciadora (APA/ARH Algarve).
- Setor maduro, com experiência e qualificação técnica dos intervenientes na gestão de resíduos urbanos (foi atribuído o Selo de qualidade pela ERSAR- Entidade Reguladora do Setor da Água e Resíduos, à Taviraverde pelo bom serviço prestado na gestão de resíduos).
- Boa cobertura da rede de recolha de resíduos urbanos com reflexo no aumento continuado da recolha seletiva.
- Infraestruturação do concelho com adoção das tecnologias disponíveis, com consequente minimização de potenciais impactes negativos no ambiente e saúde pública.
- Implementação eficaz de legislação específica e mecanismos de gestão para fluxos específicos de resíduos urbanos, com reforço da rede de equipamentos de deposição seletiva, nomeadamente de OAU's, REEE e resíduos têxteis.
- Evolução significativa de recursos e instalações para a deposição, transporte e encaminhamento/valorização multimaterial dos resíduos.
- Redes de energia elétrica bem estruturadas e adequadas, minimizando as falhas de energia por falta de capacidade.
- Existência do cadastro da rede de iluminação pública, permitindo uma melhor gestão da infraestrutura.
- Eliminação da iluminação redundante.
- Adequação dos horários de iluminação pública.
- Implementação de diversas medidas de racionalização de energia, nomeadamente ao nível da iluminação pública.
- Condições naturais e climáticas favoráveis ao uso das FER.
- Regime de ventos e altimetria potencialmente favoráveis à instalação de Parques Eólicos.
- Boas condições de exposição solar para potenciar a energia solar térmica e fotovoltaica.
- Constituição de equipa de trabalho para elaboração de plano de redução dos consumos de energia.

de abastecimento (adução/tratamento e distribuição) / saneamento (recolha e tratamento).

- Demora no processo de licenciamento das captações de água subterrânea.
- Existência de ligações à rede (abastecimento/saneamento) não autorizadas.
- Cadastro desatualizado.
- Grande diferença entre os volumes de águas residuais recolhidas e os volumes faturados.
- Deficiente cobertura do serviço de abastecimento de água em alguns aglomerados rurais.
- Grande dispersão dos aglomerados e orografia que dificulta a implementação de sistemas de abastecimento/prolongamento de redes.
- Despovoamento do interior do concelho que dificulta a tomada de decisão no sentido do investimento em infraestruturas.
- Ausência de implementação/regularização de perímetros de proteção das origens de águas captadas para abastecimento público.
- Contaminação das águas subterrâneas provocada pela descarga de efluentes domésticos e industriais indevidamente tratados.
- Mau estado de conservação de algum do património edificado e equipamento de extração/bombagem das águas.
- Má acessibilidade às captações o que dificulta as deslocações para a manutenção e/ou abastecimento alternativo em caso de falta de água.
- Falta de monitorização da qualidade da água e da elaboração do PCQA.
- Estagnação operacional por falta de consenso no domínio da governança do setor a nível local (APA/Juntas de Freguesia/Município de Tavira).
- Reduzida acessibilidade, ao interior do concelho (zonas rurais) e na zona central da cidade.
- Visão insuficiente do resíduo como recurso.
- Pouco conhecimento das populações sobre os sistemas de gestão de Resíduos Urbanos (RU) e fraca perceção do seu valor ambiental e económico.
- Conflitos de interesse pela posição dos municípios como acionistas, decisores e clientes nos sistemas de gestão em alta.
- Monopólio da ALGAR na gestão dos resíduos em alta. A mesma empresa encaminha/valoriza os indiferenciados e os resíduos recicláveis.
- Alguma falta de concertação na logística da recolha indiferenciada e recolha seletiva.
- Atrasos nos investimentos e na entrada em funcionamento das infraestruturas de gestão de resíduos urbanos.
- Dificuldade no encaminhamento de alguns resíduos, nomeadamente resíduos de construção e demolição e composto e alguns resíduos recicláveis.
- Dificuldade em encontrar soluções expeditas ao cliente no que respeita ao encaminhamento dos resíduos contendo amianto.
- Custo associado à entrega de resíduos verdes para compostagem nas instalações da ALGAR (30,6 €/ton.) quando posteriormente a empresa valoriza os verdes e vende o comporto (Nutriverde) entre os 31 e os 45€/ton.
- Elevado número de deposições ilegais eventualmente devido à impunidade ou à falta da aplicação de coimas. A deposição nas instalações de ALGAR representam um custo/tonelada de resíduo, quando o mesmo não é devidamente separado por tipologia.

- Não existe no concelho um local autorizado para a deposição de RCD's.
- A sazonalidade do Algarve dificulta a logística da recolha nomeadamente nos meses de verão.
- A iluminação pública e os edifícios do Estado ainda têm um peso significativo no consumo energético.
- Reduzida manutenção dos equipamentos e de iluminação municipais em consequência da falta de reforço de mão-de-obra qualificada no setor da energia no Município.
- Infraestruturas envelhecidas e com elevados consumos energéticos (isolamentos inadequados, sistemas AVAC obsoletos).
- Pouca utilização de energias alternativas nos equipamentos municipais (painéis solares e fotovoltaicos).
- Pontos de iluminação com equipamento obsoletos e ainda algumas zonas com iluminação ineficiente.
- A ausência de utilização de gás natural no Concelho contribui para uma forte dependência da energia elétrica em todos os setores de atividade, nomeadamente ao nível dos aquecimentos.
- Piscinas Municipais com baixa sustentabilidade devido ao elevado consumo energético.

Oportunidades

- Maior consciencialização das populações para a temática da água.
- Regular a utilização dos recursos subterrâneos de água.
- Possibilidade de realizar candidaturas para apoio/financiamento nacional e europeu.
- Aproveitamento de águas pluviais e reutilização de águas para outros fins, nomeadamente a rega.
- Implementação/regularização de perímetros de proteção das origens de águas captadas para abastecimento público.
- Avaliação das redes de abastecimento água existentes de modo a avaliar a eficiência do sistema de abastecimento de água (perdas de água).
- Ajustamento/aplicação de tarifas para que traduzam o custo real dos tratamentos.
- Aproveitamento de águas residuais para outros fins, nomeadamente a rega.
- Alargar e recuperar as redes de saneamento mais antigas;
- Prever soluções de saneamento para outros aglomerados rurais, nomeadamente com mais de 20 habitantes.
- Regular e concentrar a gestão dos serviços em baixa (abastecimento/saneamento).
- Consciencialização dos consumidores em relação à gestão de Resíduos Urbanos (RU) e aos seus impactes ambientais e económicos.
- Metas europeias ambiciosas para alguns fluxos, criando condições para a otimização de processos e inovação tecnológica.
- Rentabilização de infraestruturas já existentes, através de economias de escala com base em fusões de sistemas de gestão de RU ou partilha de infraestruturas.
- Promoção de novos instrumentos económicos e financeiros no âmbito da Economia Verde (por exemplo, Mercado de Carbono, Políticas Eficiência Energética, Fiscalidade Verde).
- Criação dum local autorizado no concelho de Tavira para deposição temporária de RCD's.
- Alargamento de pontos de recolha de OAU's.
- Aumentar a Valorização Orgânica para os RU produzidos no concelho.
- Eventual metodologia de recolha porta-a-porta em locais

Ameaças

- Degradação da qualidade e esgotamento das origens de água subterrânea e superficial para abastecimento.
- Aumento dos consumos de água pela alteração dos estilos de vida das populações.
- Existência de alternativas de água subterrânea (captações particulares) que adiam a ligação aos sistemas públicos o que torna inviável o retorno do investimento das infraestruturas.
- Acessibilidade económica das populações aos serviços (água potável faturada pela Entidade Gestora (EG) afetada negativamente pela atual redução de rendimentos familiares.
- Fragmentação do setor existindo várias EG no concelho.
- Má acessibilidade aos sistemas de abastecimento de água, nomeadamente nas zonas mais rurais.
- Mau estado de conservação de algumas redes de distribuição mais antigas, sobretudo em zonas históricas.
- Mau estado de conservação de algumas redes sobretudo na zona central da cidade.
- Risco económico da EG ao investir em locais onde os moradores acabam por não se ligar à rede de saneamento por terem outras soluções de encaminhamento das águas residuais.
- Aumento dos consumos de água pela alteração dos estilos de vida das populações.
- Aumento dos incêndios florestais e da área florestal degradada.
- Reduzida fiscalização das EG e da entidade licenciadora das captações.
- Impunidade do poluidor/prevaricador.
- Crescimento de redes paralelas de recolha de diversos fluxos de resíduos urbanos, com furtos de materiais valorizáveis nos ecopontos e via pública, desviando-os dos sistemas de gestão de RU.
- Incapacidade da TGR servir para o desincentivo à deposição em aterro de resíduos e como instrumento de promoção de melhores práticas na gestão de RU.
- Constrangimentos e limitações associados ao setor empresarial e municípios (por exemplo, restrição de investimentos, dificuldades de financiamento e limites ao endividamento, obrigações de redução de custos em fornecimentos e serviços externos, constrangimentos no recrutamento de

de menor acessibilidade (tal como no centro da cidade).

- Substituição gradual dos ecopontos de superfície por equipamentos enterrados, reduzindo o impacte visual.
- Recurso a programas informáticos para a deteção e controlo de enchimento dos recipientes de deposição dos resíduos, no sentido da otimização dos percursos/frotas a afetar à recolha, com diminuição do número de horas/km a percorrer e queima de combustíveis.
- Equacionar frotas de recolha menos poluentes.
- Melhorar os níveis de informação e sensibilização dos munícipes e funcionários do Município para a eficiência energética.
- Melhoria da qualidade da iluminação e redução da poluição luminosa.
- Redução do consumo de energia pela frota municipal.
- Redução do consumo energético nos edifícios e equipamentos municipais.
- Promoção da requalificação energética dos edifícios e privilegiar e incentivar a construção sustentável.
- Aumento da eficiência energética na iluminação pública e nos edifícios municipais, conjugado com o uso das FER e das potencialidades tecnológicas inovadoras, nomeadamente ao nível da iluminação (ex: LED, Sistemas de Telegestão…).

recursos humanos, etc.

- Razoável dependência das flutuações dos valores de mercado dos combustíveis fósseis, com impactos económicos e sociais significativos para o Concelho, pelo facto das limitações ao nível das FER e dependência de combustíveis fosseis.
- Baixa capacidade de adaptação aos desafios futuros em termos de gestão energética.
- Restrições orçamentais no domínio da energia, decorrentes da conjuntura socioeconómica.

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O presente capítulo constitui um exercício de reflexão e sintetização de toda a análise SWOT já apresentada até ao momento, pretendendo-se efetuar um diagnóstico geral das características do território, que constituirá a base de trabalho para as fases seguintes da revisão do PDM de Tavira.

Neste sentido, o quadro seguinte identifica os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças do concelho de Tavira, de acordo com as temáticas abordadas ao longo dos 3 volumes do documento de caracterização.

Pontos fortes

- Localização geográfica privilegiada na região algarvia, dispondo de boas acessibilidades à região e ao restante país, Espanha e Aeroporto de Faro.
- Condições biofísicas favoráveis à saúde e bem-estar humanos (clima ameno/ temperado, insolação, exposição solar).
- Valorização crescente do Rio Séqua/Gilão enquanto estrutura verde urbana.
- Qualidade cénica de percursos e paisagens.
- Existência de Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e de Plano Municipal de Emergência (PME).
- Crescimento da população residente.
- Concentração de grande parte da população residente na cidade de Tavira.
- Globalmente existe potencial de crescimento do valor económico da atividade cinegética.
- Existência de infraestruturas de apoio à atividade empresarial (Parque Empresarial de Tavira e Parque de Feiras e Exposições), como elementos estruturantes do desenvolvimento.
- Melhoria das condições de habitabilidade nos edifícios residenciais.
- Significativo parque habitacional municipal, relativamente recente e maioritariamente em bom estado de conservação e boa integração urbanística.
- Concentração do edificado nos aglomerados urbanos de Tavira, Conceição, Cabanas de Tavira, Santa Luzia e Luz de Tavira.
- Importância da ação do Museu Municipal, Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, Arquivo e Centro Ciência Viva na ação cultural estruturada e regular.
- Boa dotação em termos de equipamentos escolares e diversidade de equipamentos desportivos.
- Tavira constitui-se como um dos principais aglomerados do Sotavento Algarvio como polo de oferta de serviços, equipamentos e turismo, possuindo dimensão e infraestruturas para acolhimento de funções especializadas ao nível regional.
- Número elevado de entidades de índole social a atuar no concelho.
- Distribuição homogénea de espaços verdes, de lazer e recreio na cidade de Tavira.
- Atratividade do património histórico-cultural e natural, material e imaterial.
- Classificação PCI da Humanidade da UNESCO – Dieta Mediterrânica, Tavira como comunidade representativa de Portugal.
- Recursos naturais, biofísicos e geológicos de reconhecido valor conservacionista.
- Qualidade das praias (Bandeira Azul).
- Perceção da segurança ao nível da região.
- Oferta cultural e patrimonial diversificada.
- Forte investimento nos últimos anos na requalificação e expansão dos sistemas de abastecimento de água, saneamento básico e recolha de resíduos sólidos urbanos, atingindo alguns indicadores acima da media nacional.
- Taxa de cobertura razoável com sistemas de abastecimento público com água de qualidade (89 %), com exceção dos aglomerados rurais mais dispersos.
- Taxa de cobertura razoável com sistemas de saneamento público com exceção dos aglomerados rurais mais dispersos.
- Conhecimento da situação, com georreferenciação de todas as captações do concelho.
- Boa cobertura da rede de recolha de resíduos urbanos com reflexo no aumento continuado da recolha seletiva.
- Evolução significativa de recursos e instalações para a deposição, transporte e encaminhamento/valorização multimaterial dos resíduos.
- Redes de energia elétrica bem estruturadas e adequadas, minimizando as falhas de energia por falta de capacidade.
- Condições naturais e climáticas favoráveis ao uso das Fontes de Energia Renováveis (FER).
- Predomínio das deslocações intra – concelhias e intra - freguesias, apontando para uma distribuição equilibrada entre o emprego e a residência e para a minimização das distâncias a percorrer nas deslocações pendulares.

Pontos fracos

- Degradação de valores naturais e paisagísticos por exploração de recursos ou atividades não compatíveis.
- Solos de muito reduzido valor ecológico na quase totalidade norte do Concelho.
- Ausência de um plano regional multirriscos de acordo com as orientações do Serviço Nacional de Proteção Civil — que deveria ser adotado por todas as entidades nos processos de decisão, em particular nos instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal.
- Elevado número de lugares de pequena dimensão populacional.
- Setor secundário com fraco desenvolvimento e impacto económico.
- Fraco desenvolvimento do comércio local e tradicional.
- Tecido empresarial ainda globalmente pouco dinâmico e predominantemente terciário.
- Fragilidade do tecido empresarial, constituído maioritariamente, por microempresas.
- Diminuição do número de alojamentos de residência habitual.
- *Deficit* de primeira habitação para arrendamento.
- Quase todas as freguesias apresentam maior área de edificação dispersa, comparativamente com a área consolidada.
- Lacunas no planeamento da manutenção/conservação regular dos equipamentos.
- Cineteatro degradado o que dificulta a oferta e desenvolvimento das artes performativas.
- Necessidade de uma reabilitação e modernização profunda da Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia, como promoção de igualdade de oportunidades a nível regional.
- Piscinas Municipais com baixa sustentabilidade devido ao elevado consumo energético.
- Necessidade de equipamentos/respostas diferenciadas no âmbito sénior (período noturno/espaço rural).
- *Deficit* de espaços verdes de maior dimensão vocacionados para o desporto, lazer e recreio na cidade de Tavira.
- Necessidade de uma gestão integrada do património cultural e natural, material e imaterial.
- A degradação do património paisagístico milenar pela introdução recente de atividades de produção agrícola intensiva, com descaracterização e "plastificação" de valiosas componentes do território.
- Sazonalidade da procura e oferta turística.
- Excessiva especialização e dependência no produto "sol e mar".
- Carência de infraestruturas para satisfazer a procura de serviços náuticos.
- Qualificação dos recursos humanos na atividade turística.
- Escassa promoção de oferta turística relacionada com os produtos turísticos complementares e em fase de desenvolvimento.
- Excesso de dependência de alguns mercados.
- *Deficit* de oferta de alojamentos turísticos em categorias mais elevadas.
- Património religioso encerrado ao público.
- Insuficiente promoção e divulgação do concelho/região no nicho de mercado "turismo de natureza".
- Grande diferença entre os volumes de água aduzida e a água faturada em "baixa" (podendo estar associado ao somatório das perdas reais, aos consumos próprios e consumos não medidos/cobrados).
- Grande dispersão da população e difícil acesso nas zonas mais serranas o que dificulta a instalação de novos sistemas de abastecimento (adução/tratamento e distribuição) / saneamento (recolha e tratamento).
- Deficiente cobertura do serviço de abastecimento de água em alguns aglomerados rurais.
- Contaminação das águas subterrâneas provocada pela descarga de efluentes domésticos e industriais indevidamente tratados.
- Monopólio da ALGAR na gestão dos resíduos em "alta". A mesma empresa encaminha/valoriza os indiferenciados e os resíduos recicláveis.
- Reduzida manutenção dos equipamentos e de iluminação municipais em consequência da falta de reforço de mão-de-obra qualificada no setor da energia no Município.
- Pontos de iluminação com equipamento obsoletos e ainda algumas zonas com iluminação ineficiente.
- Não cumprimento do serviço e funções desejáveis da ER125, especialmente na zona da Luz de Tavira.
- Ausência de uma oferta de transporte coletivo que direcionada para o acesso às praias, o que agudiza os problemas de estacionamento e de congestionamento, nos meses de verão.
- Deficiente cobertura da rede de transportes públicos fora da área urbana da cidade de Tavira e fora dos eixos principais, uma vez que se tratam de áreas menos povoadas, não existe oferta de transporte público regular/diário.
- Permanência ainda de passagens de nível, especialmente nos centros urbanos.

Oportunidades

- Aproveitamento do potencial natural e cultural para enriquecimento / promoção do concelho e preservação /valorização desses mesmos valores.
- Potenciar e valorizar as zonas ribeirinhas enquanto Espaços Verdes de Recreio e Lazer.
- Desenvolvimento de uma estratégia de ações de mitigação dos riscos mais frequentes.
- Aposta numa política de incentivos à natalidade, a nível local e nacional.
- Promoção comercial da caça em mercados externos por parte das entidades gestoras ou das suas organizações.
- Existência de um número significativo de jovens com qualificação superior que podem ser mobilizados para instalar iniciativas empresariais.
- Revitalização e modernização do setor primário, através da incorporação do conhecimento científico e tecnológico.
- Reconversão do processo de despovoamento no interior, apoiada em alguns núcleos em espaço rural para o desenvolvimento de empreendimentos turísticos e segunda habitação.
- Requalificar as áreas de edificação dispersa, integrando nos espaços intersticiais existentes a instalação de equipamentos e serviços de apoio aos habitantes.
- Reforço da politica de regeneração urbana, incrementando novas tipologias habitacionais e atraindo mais população.
- Dinamização social inclusiva.
- Criação de um quadro normativo na revisão do PDM que controle a ocupação fora das áreas urbanas que promova a renovação dos edifícios nos núcleos mais antigos dos aglomerados.
- Edifícios semiabandonados com condições para atividades culturais e educativas, casos do edifício da Corredoura e do edifício da ex-GNR.
- Promoção do envelhecimento ativo.
- Elevado potencial para a criação de espaços de desporto, recreio e lazer relacionados com espaços verdes naturalizados.
- Melhoria contínua e progressiva da oferta cultural e patrimonial com afirmação nacional e internacional.
- Valorização de territórios rurais, de baixa densidade, através da Dieta Mediterrânica.
- Aumento das atividades relacionadas com turismo de nichos, procura de experiências novas e diferentes e maior valorização de elementos naturais e consciência ambiental (*think green*).
- Diversidade de recursos endógenos com possibilidade de valorização.
- Transformação do território num destino turístico para um público interessado e disposto a pagar uma oferta mais qualificada em termos ambientais.
- Maior consciencialização das populações para a temática da água.
- Implementação/regularização de perímetros de proteção das origens de águas captadas para abastecimento público.
- Consciencialização dos consumidores em relação à gestão de Resíduos Urbanos (RU) e aos seus impactes ambientais e económicos.
- Aumento da eficiência energética na iluminação pública e nos edifícios municipais, conjugado com o uso das FER e das potencialidades tecnológicas inovadoras, nomeadamente ao nível da iluminação (ex: LED, Sistemas de Telegestão…).
- Construção da variante à ER125 na zona da Luz de Tavira como dissuasor deste estrangulamento e reforço da segurança e requalificação das áreas marginais à via como forma de melhoria da imagem urbana.
- Reabilitação e melhoria da rede de acessibilidades do concelho.
- Modernização do sistema ferroviário.
- Implementação de bolsas de estacionamento ordenado nos principais aglomerados urbanos.
- Apostar numa rede de transportes públicos viários mais abrangente e atrativa.
- Criação de condições de intermodalidade.
- Estruturação de uma rede clicável urbana.

Ameaças

- Perda de valores hidrogeológicos por sobre-exploração.
- Envelhecimento populacional.
- Abandono das atividades económicas tradicionais como a Agricultura e a Pesca.
- Contraponto entre um elevado número de fogos vazios, em parte por questões de sazonalidade, e a dificuldade de acesso a uma habitação adequada ao orçamento da maioria das famílias.
- Aumento das áreas de edificação dispersa e dos custos relativos à infraestruturação destas áreas.
- Degradação de alguns equipamentos.
- Degradação de património monumental.
- Despovoamento dos territórios interiores que dificulta a implementação de medidas de salvaguarda de património imaterial.
- Vulnerabilidade do setor turístico a fatores externos.

- Cooperação inexistente ou limitada dos operadores e agentes de animação turística.
- Degradação da qualidade e esgotamento das origens de água subterrânea e superficial para abastecimento.
- Existência de alternativas de água subterrânea (captações particulares) que adiam a ligação aos sistemas públicos o que torna inviável o retorno do investimento das infraestruturas.
- Impunidade do poluidor/prevaricador.
- Mau estado de conservação de algumas redes sobretudo na zona central da cidade.
- Restrições orçamentais no domínio da energia, decorrentes da conjuntura socioeconómica.
- A introdução de portagens na A22.
- O fator da sazonalidade na estruturação/conceção de um sistema de mobilidade e transportes públicos ajustado.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2003) – *Tavira. Território e Poder, (catálogo de exposição), s.l.*. Museu Nacional de Arqueologia. Câmara Municipal de Tavira.

AAVV (2005) – *Roteiro do Património Arquitectónico Militar de Tavira*. Câmara Municipal de Tavira.

AAVV (2005) – *Tavira. Vila Antiga, Cidade Renovada*. Câmara Municipal de Tavira.

AAVV (2006) – *Pousada do Convento da Graça, s.l..* Enatur – Empresa Nacional de Turismo.

Anica, Arnaldo Casimiro (1993) – *Tavira e o Seu Termo. Memorando Histórico.* Câmara Municipal de Tavira.

ANSR (2013) – *Anuário da Segurança Rodoviária 2013*. Associação Nacional de Segurança Rodoviária. Ministério da Administração Interna. Lisboa.

APA (2008) – *Projeto de Mobilidade Sustentável 2007/2008*. Agência Portuguesa do Ambiente. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Lisboa.

CMT (2003) – *Tavira: Território e Poder*. Catálogo de exposições do Museu Municipal de Tavira. Câmara Municipal de Tavira.

CMT (2009) – *Tavira, Patrimónios do Mar*. Catálogo de exposições do Museu Municipal de Tavira. Câmara Municipal de Tavira.

CMT (2010) – *Cidade e Mundos Rurais: Tavira e as sociedades agrárias*. Catálogo de exposições do Museu Municipal de Tavira. Câmara Municipal de Tavira.

CMT (2012) – *Tavira Islâmica*. Catálogo de exposições do Museu Municipal de Tavira. Câmara Municipal de Tavira.

CMT (2013) – *Dieta Mediterrânica, Património Cultural Milenar*. Catálogo de exposições do Museu Municipal de Tavira. Câmara Municipal de Tavira.

Correia, José E. Horta (1992) – *A Arquitectura do Renascimento em Tavira*, in AAVV, Actas das I Jornadas de História de Tavira. Clube de Tavira.

Correia, José E. Horta (2010) – *O Algarve em Património*, s.l.. Gente Singular Editora.

DHV, S.A. (2012) – Relatório *de Caracterização e Diagnóstico. Estudo de Mobilidade Interurbana "Algarve Central" – EMI*. Algarve Central. Municípios de Albufeira, Faro, Olhão, São Brás de Alportel, Loulé, Tavira.

Fernandes, José Manuel (2005) – *Arquitectura Portuguesa*. Temas Actuais II. Edições Cotovia. Lisboa.

Howie, F. (2003) – *Managing the Tourist Destination*. 2.ª Edição, London, Continuum

INE (2005) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2004*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2006) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2005*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2007) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2006*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2008) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2007*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2009) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2008*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
INE (2010) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2009*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2011) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2010*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2012) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2011*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2012) – *Censos 2011- Resultados definitivos Região do Algarve*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2013) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2012*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2014) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2013*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2014) – *Estatísticas do Turismo 2013*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

Marques, Teresa (coord.)(1995) – *Carta Arqueológica de Portugal*. Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim, Alcoutim. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa.

Ribeiro, Orlando (1992) – Geografia e Civilização. Temas Portugueses. 3ª Edição, s.l., Livros Horizonte.

Santana, D. (2010) – Tavira, Cidade das Igrejas, s.l.. Museu Municipal/Palácio da Galeria. Câmara Municipal de Tavira.

Silva *et al.* (2014) - Reflexões sobre a economia do turismo, in Turismo nos Países Lusófonos: Conhecimento, Estratégia e Território (vol.I), C. Costa, F.Brandão & Z.Breda (edS). Escolar Editora.

SÍTIOS CONSULTADOS:

ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária: www.ansr.pt

BP – Banco de Portugal: www.bportugal.pt

CE – Comissão Europeia: ec.europa.eu

CP – Comboios de Portugal, E.P.E: www.cp.pt/passageiros/pt

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural: www.monumentos.pt

EVA – Transportes, S.A.: www.eva-bus.com/

IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.: www.estradasdeportugal.pt

PE – Parlamento Europeu: www.europarl.europa.eu

PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo: www.pordata.pt

REN – Rede Elétrica Nacional, S.A.: www.ren.pt

RNE – Rede Nacional de Expressos, Lda.: www.rede-expressos.pt

RTA – Região de Turismo do Algarve: www.visitalgarve.pt

TP – Turismo de Portugal, IP: www.turismodeportugal.pt

WTO – World Tourism Organization: cf.cdn.unwto.org

WTTC – World Travel & Tourism Council: www.wttc.org

Entidades:

EDP Distribuição - Energia S.A.

EVA – Transportes, S.A.

Freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago)

Infraestruturas de Portugal, S.A.

município tavira